



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

VANUSA NASCIMENTO SABINO NEVES

“A EMANCIPAÇÃO DA MEDICINA PARAIBANA”: TESSITURAS
CONSTITUTIVAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA PARAÍBA (1950-1974)

JOÃO PESSOA – PARAÍBA

2024

VANUSA NASCIMENTO SABINO NEVES

“A EMANCIPAÇÃO DA MEDICINA PARAIBANA”: TESSITURAS CONSTITUTIVAS
DA FACULDADE DE MEDICINA DA PARAÍBA (1950-1974)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, no âmbito da linha História da Educação, como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado

JOÃO PESSOA – PARAÍBA

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N518a Neves, Vanusa Nascimento Sabino.

"A emancipação da medicina paraibana" : tessituras constitutivas da Faculdade de Medicina da Paraíba (1950-1974) / Vanusa Nascimento Sabino Neves. - João Pessoa, 2024.

260 f. : il.

Orientação: Charliton José dos Santos Machado.
Tese (Doutorado) - UFPB/CE.

1. História da Educação. 2. Instituições educativas - História. 3. Ensino superior. 4. Educação médica. I. Machado, Charliton José dos Santos. II. Título.

UFPB/BC

CDU 37(09)(043)

VANUSA NASCIMENTO SABINO NEVES

“A EMANCIPAÇÃO DA MEDICINA PARAIBANA”: TESSITURAS CONSTITUTIVAS
DA FACULDADE DE MEDICINA DA PARAÍBA (1950-1974)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, no âmbito da linha História da Educação, como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Educação.

Tese defendida em: 29 de abril de 2024.

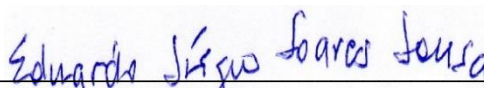
BANCA EXAMINADORA



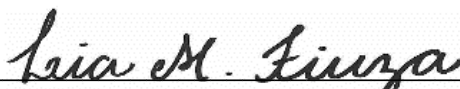
Presidente: Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado
Orientador – Universidade Federal da Paraíba



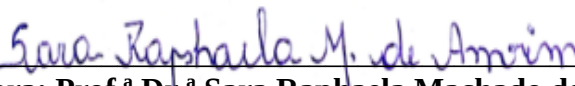
Examinadora: Prof.ª Dr.ª Daniella de Souza Barbosa
Membra Avaliadora Interna – Universidade Federal da Paraíba



Examinador: Prof. Dr. Eduardo Sérgio Soares Sousa
Membro Avaliador Externo ao Programa – Universidade Federal da Paraíba



Examinadora: Prof.ª Dr.ª Lia Machado Fiuza Fialho
Membra Avaliadora Externa à Instituição – Universidade Estadual do Ceará



Examinadora: Prof.ª Dr.ª Sara Raphaela Machado de Amorim
Membra Avaliadora Externa à Instituição – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Aos meus filhos, Adriel Vitor e Elda Maísa,
amores incondicionais da minha vida.

Ao meu esposo, Eriberto, companheiro de
todas as horas.

A todos aqueles que tornaram e tornam
possível o atual Centro de Ciências Médicas
da Universidade Federal da Paraíba.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, as pessoas que aqui menciono não se submetem a uma classificação hierárquica do meu reconhecimento e consideração. Cada uma delas desempenhou um papel inestimável, contribuindo de maneira singular que não pode ser reduzida a cifras quantitativas.

Aos amores da minha vida, **Adriel Vitor, Elda Máisa e Eriberto**, que são minha fonte mais próxima de encorajamento constante em cada passo desta árdua jornada.

Aos meus pais, **Alice e João**, que não puderam me proporcionar bens materiais valiosos, mas que me fertilizaram com valores da integridade e perseverança em quaisquer circunstâncias.

Aos **meus irmãos consanguíneos, Raquel, Marta, Joana D'Arc, Abraão, Lázaro, Estevão e Isaque**, em meio aos quais sempre encontrei e encontrarei ancoragem. Em especial, à primeira doutora da nossa modesta, todavia valorosa família, **Raquel do Nascimento Sabino**, que me introduziu no deslumbrante mundo da História da Educação.

Ao doutor **Charliton José dos Santos Machado**, por acreditar em mim, acolher-me e despertar o sentimento de pertencimento à linha História da Educação. Aos demais membros da douta banca, composta pelos doutores: **Daniella de Souza Barbosa, Eduardo Sérgio Soares Sousa, Lia Machado Fiuza Fialho e Sara Raphaela Machado de Amorim**, cujas considerações foram substanciais para a elaboração deste trabalho.

À doutora **Maria Lúcia da Silva Nunes**, que, apesar de aposentada, continua encantada pela “boniteza” acadêmica educacional, voluntariamente assídua em nossas discussões científicas e viagens de estudo.

Aos **colegas e gestores do Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**, representados pelo doutor **Marcelo Paulo Tissiane, superintendente do HULW**, que me apoiaram desde a inscrição no processo de seleção. Mormente, aos coadjuvantes institucionais para com a efetividade legal da licença que me permitiu dedicação integral ao curso.

Ao doutor **José Givaldo Melquíades de Medeiros, diretor do Centro de Ciências Médicas (CCM) da UFPB**, pela anuência à pesquisa.

Aos **professores e aos companheiros de turma** com os quais construímos os conhecimentos que me ressignificaram como pesquisadora.

Aos **guardiões-administradores** das fontes históricas que possibilitaram urdir este trabalho histórico-educacional, representados por **Danuza Rodrigues Cordeiro**

Mariano, do arquivo do CCM da UFPB, Emília Eulina Pereira de Souza, do arquivo do CCS da UFPB, Ana Andréa Viera de Castro, do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) da UFPB, João Carlos Bernardo de Lima, do arquivo central da UFPB, e Adonai Lacerda da Silveira, do IHGP.

Aos **meus irmãos de fé**, que se regozijaram por mim e intercederam comigo desde as primeiras e pequenas conquistas, que gradualmente foram se corporificando até culminarem nesta construção deveras significativa. No âmago da minha fé, reconheço que, sem **Deus** e sem amor, eu nada seria e nada realizaria.

Para não incorrer no lapso do esquecimento, agradeço a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste feito.

As riquezas das conexões ao longo do meu doutoramento moldaram quem sou hoje, portanto não há individualidade nesta vitória; ela não só minha, é nossa!

RESUMO

As determinações que estimulam a curiosidade investigativa estão relacionadas à possibilidade de a historiografia das instituições educativas transcender os parâmetros institucionais e lançar luz sobre diferentes dimensões dos fenômenos educativos. O estudo teve por objetivo central compreender as configurações que moldaram a Faculdade de Medicina da Paraíba, mediante a reconstituição de sua trajetória histórica no período de 1950 a 1974. Trata-se de uma pesquisa histórica educacional, circunscrita ao campo das instituições educativas. Amparadas pela Nova História Cultural (Burke, 1992, 2005; Certeau, 1982; Chartier, 2002) e de acordo com a noção de documento monumento (Le Goff, 1990), eloquentes fontes, sendo as principais leis, atas, relatórios, livros de registros institucionais, assentamentos de alunos, enunciados jornalísticos, acervos audiovisuais e escritos memorialísticos (Espínola, 1980; Nóbrega, 1980a, 1980b, 1981, 1983), foram acessadas e trianguladas (Triviños, 1987). O alicerce teórico-conceitual dialogou com conceitos de configuração social (Elias, 1980, 1994), campo (Bourdieu, 1983, 1989, 1996) e cultura escolar (Julia, 2001). Historiadores da Educação (Sanfelice, 2006, 2008, 2012; Saviani, 2004, 2008, 2010, 2013, 2017), filósofos (Chauí, 2003), sociólogos (Fernandes, 1975, 1986) e outros estudiosos (Cunha, 2002, 2003, 2017; Nóvoa, 2019, 2009) também embasaram as concepções do estudo. Os discursos publicitários foram interpretados com apoio em Bakhtin (1997, 2006) e os pronunciamentos na inauguração da Faculdade de Medicina da Paraíba com base na análise de conteúdo (Bardin, 2016). Defendeu-se a tese de que a Faculdade de Medicina da Paraíba foi criada para atender aos interesses das elites paraibanas, ampliar a formação médica e preencher as lacunas na atenção à saúde da população paraibana, que era muito precária. Em sua configuração social, tal instituição foi atravessada por uma trama de disputas e realizações entre as elites, sob o olhar atento dos jornais daquela época. A operação historiográfica partiu do contexto nacional e focalizou na Paraíba, levando em conta as imbricações com os marcos normativos e administrativos que influenciaram a formação incumbida à Faculdade de Medicina da Paraíba. Dentre os resultados, evidenciou-se que a implementação do ensino superior na Paraíba, em termos de direcionamento para as elites, correspondeu ao padrão nacional. A Faculdade de Medicina da Paraíba resultou do esforço de uma congregação médica, com apoio do poder público e de outros intelectuais envolvidos com outros campos do ensino superior no estado, a exemplo da Engenharia. De natureza jurídica privada, via de regra, era inacessível aos jovens de baixa posição social. Nem mesmo a sua agregação à Universidade da Paraíba, em 1955, tornou essa formação pública. A

federalização, em 1960, foi o grande divisor, porque possibilitou a profissionalização docente em nível superior, ampliou o acesso dos alunos e os liberou do custeio estudantil, mas a educação universitária ainda permaneceu pouco permeável às camadas sociais menos favorecidas, já que a aprovação nos concursos de admissão exigia uma base prévia, a qual os jovens das classes vulneráveis não possuíam. Em um processo gradativo de emancipação, as configurações da Faculdade de Medicina da Paraíba foram acompanhadas atentamente pela imprensa periódica, propiciando representações que certificavam a capacidade didática institucional e aumentava o capital simbólico dos agentes a tal instituição vinculados. Centenas de médicos formados pela Faculdade de Medicina da Paraíba inovaram na atenção médico-sanitária, no entanto a participação feminina foi diminuta, reproduzindo o sistema histórico de privilégios e/ou de inferioridades.

Palavras-chave: História da Educação; história das instituições educativas; ensino superior; educação médica.

ABSTRACT

The determinations that foster investigative curiosity are related to the possibility for the historiography of educational institutions to transcend institutional parameters and shed light on different dimensions of educational phenomena. The study aimed to understand the configurations that shaped the Faculty of Medicine of Paraíba by reconstructing its historical trajectory from 1950 to 1974. It is an educational historical research confined to the field of educational institutions. Supported by the new cultural history (Burke, 1992, 2005; Certeau, 1982; Chartier, 2002) and according to the notion of the document as a monument (Le Goff, 1990), eloquent sources, mainly laws, minutes, reports, institutional records, student records, journalistic statements, audiovisual archives, and memoirs (Espínola, 1980; Nóbrega, 1980a, 1980b, 1981, 1983), were accessed and triangulated (Triviñs, 1987). The theoretical-conceptual foundation engaged with concepts of social configuration (Elias, 1980, 1994), field (Bourdieu, 1983, 1989, 1996), and school culture (Julia, 2001). Historians of education (Sanfelice, 2006, 2008, 2012; Saviani, 2004, 2008, 2010, 2013, 2017), philosophers (Chauí, 2003), sociologists (Fernandes, 1975, 1986), and other scholars (Cunha, 2002, 2003, 2017; Nóvoa, 2019, 2009) also informed the study's conceptions. Advertising discourses were interpreted with support from Bakhtin (1997, 2006), and speeches at the inauguration of the Faculty of Medicine of Paraíba were analyzed using content analysis (Bardin, 2016). The thesis was defended that the Faculty of Medicine of Paraíba was created to serve the interests of the Paraíba elites, expand medical education, and fill gaps in healthcare for the precarious Paraíba population. In its social configuration, this institution was crossed by a web of disputes and achievements among the elites, under the watchful eye of the newspapers of that time. The historiographical operation started from the national context and focused on Paraíba, taking into account the interconnections with the normative and administrative frameworks that influenced the formation entrusted to the Faculty of Medicine of Paraíba. Among the results, it was evident that the implementation of higher education in Paraíba, in terms of direction towards the elites, corresponded to the national pattern. The Faculty of Medicine of Paraíba resulted from the efforts of a medical congregation, with support from the government and other intellectuals involved in other fields of higher education in the state, such as Engineering. Of private legal nature, it was generally inaccessible to young people of low social standing. Even its aggregation to the University of Paraíba in 1955 did not make this education public. Federalization in 1960 was the great divider because it enabled professional teaching at the higher level, expanded student access, and relieved them of

student expenses, but university education still remained largely inaccessible to less privileged social classes, as admission exam approval required a prior foundation which young people from vulnerable classes did not possess. In a gradual process of emancipation, the configurations of the Faculty of Medicine of Paraíba were closely monitored by the periodic press, providing representations that certified institutional didactic capacity and increased the symbolic capital of the agents linked to such institution. Hundreds of doctors graduated from the Faculty of Medicine of Paraíba innovated in medical-sanitary care. However, female participation was minimal, reproducing the historical system of privileges and/or inferiorities.

Keywords: History of Education; history of educational institutions; higher education; medical education.

RESUMEN

Las determinaciones que fomentan la curiosidad investigativa están relacionadas con la posibilidad de que la historiografía de las instituciones educativas trascienda los parámetros institucionales y arroje luz sobre diferentes dimensiones de los fenómenos educativos. El estudio tuvo como objetivo entender las configuraciones que moldearon la Facultad de Medicina de Paraíba mediante la reconstrucción de su trayectoria histórica desde 1950 hasta 1974. Se trata de una investigación histórica educativa, circunscrita al campo de las instituciones educativas. Con apoyo en la Nueva Historia Cultural (Burke, 1992, 2005; Certeau, 1982; Chartier, 2002) y de acuerdo con la noción de documento-monumento (Le Goff, 1990), se accedieron y triangulizaron fuentes elocuentes, siendo las principales leyes, actas, informes, libros de registros institucionales, registros de estudiantes, declaraciones periodísticas, archivos audiovisuales y escritos memorísticos (Espínola, 1980; Nóbrega, 1980a, 1980b, 1981, 1983). El fundamento teórico-conceptual dialogó con conceptos de configuración social (Elias, 1980, 1994), campo (Bourdieu, 1983, 1989, 1996) y cultura escolar (Julia, 2001). Historiadores de la educación (Sanfelice, 2006, 2008, 2012; Saviani, 2004, 2008, 2010, 2013, 2017), filósofos (Chauí, 2003), sociólogos (Fernandes, 1975, 1986) y otros estudiosos (Cunha, 2002, 2003, 2017; Nóvoa, 2019, 2009) también fundamentaron las concepciones del estudio. Los discursos publicitarios se interpretaron con el apoyo de Bakhtin (1997, 2006) y los discursos en la inauguración de la Facultad de Medicina de Paraíba se analizaron mediante el análisis de contenido (Bardin, 2016). Se defendió la tesis de que la Facultad de Medicina de Paraíba fue creada para atender a los intereses de las élites paraibanas, ampliar la formación médica y cubrir las lagunas en la atención médica de la población paraibana, que era muy precaria. En su configuración social, esta institución estuvo marcada por una red de disputas y logros entre las élites, bajo la atenta mirada de los periódicos de la época. La operación historiográfica partió del contexto nacional y se centró en Paraíba, teniendo en cuenta las interconexiones con los marcos normativos y administrativos que influyeron en la formación encomendada a la Facultad de Medicina de Paraíba. Entre los resultados, se evidenció que la implementación de la educación superior en Paraíba, en términos de orientación hacia las élites, correspondía al patrón nacional. La Facultad de Medicina de Paraíba surgió de los esfuerzos de una congregación médica, con el apoyo del gobierno y otros intelectuales involucrados en otros campos de la educación superior en el estado, como la Ingeniería. De naturaleza jurídica privada, generalmente era inaccesible para los jóvenes de bajos recursos. Incluso su agregación a la Universidad de Paraíba en 1955 no convirtió esta educación en

pública. La federalización en 1960 fue el gran divisor porque permitió la enseñanza profesional en el nivel superior, amplió el acceso de los estudiantes y los liberó de los gastos estudiantiles, pero la educación universitaria aún permaneció en gran medida inaccesible para las clases sociales menos privilegiadas, ya que la aprobación en los exámenes de admisión requería una base previa que los jóvenes de clases vulnerables no tenían. En un proceso gradual de emancipación, las configuraciones de la Facultad de Medicina de Paraíba fueron seguidas de cerca por la prensa periódica, proporcionando representaciones que certificaban la capacidad didáctica institucional y aumentaban el capital simbólico de los agentes vinculados a dicha institución. Cientos de médicos graduados en la Facultad de Medicina de Paraíba innovaron en la atención médico-sanitaria, sin embargo la participación femenina fue mínima, reproduciendo el sistema histórico de privilegios y/o inferioridades.

Palabras clave: Historia de la Educación; historia de las instituciones educativas; educación superior; educación médica.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Mapa do estado da Paraíba no ano de 1951	27
Figura 2	– Diagrama correspondente às relações da pesquisadora com as fontes históricas	38
Figura 3	– “Minha deambulação erudita”	39
Figura 4	– Danos às atas do CTA e aos assentamentos dos estudantes da FMPB	42
Figura 5	– Quantificação das IES ativas na Paraíba em 2023	85
Figura 6	– A problemática dos “flagelados” e a política de assistencialismo na Paraíba (1951-1956)	88
Figura 7	– “Ano terrível” e as ações de governo (1951-1952)	90
Figura 8	– Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba.....	95
Figura 9	– Resultados da busca sobre a FMPB nos jornais da Hemeroteca Digital Brasileira (1950-1959)	97
Figura 10	– A FMPB nos jornais da Hemeroteca Digital Brasileira (1950-1959).....	98
Figura 11	– “Acontecimento de maior relevo na nossa vida cultural” (1950).....	100
Figura 12	– “Um milhão de cruzeiros” para a FMPB	103
Figura 13	– Notícia-parecer favorável ao funcionamento da FMPB (1951).....	107
Figura 14	– Autorização para o funcionamento da FMPB	107
Figura 15	– Disciplinas do curso médico da FMPB em 1952.....	109
Figura 16	– Aula do professor Asdrubal de Oliveira	112
Figura 17	– Remuneração mensal dos professores da FMPB em 1955.....	126
Figura 18	– Aula do professor Clóvis Beltrão de Albuquerque.....	128
Figura 19	– Professores pioneiros da FMPB.....	129
Figura 20	– “Paraninfos e homenageados” escolhidos em 1957	130
Figura 21	– “O expressivo acontecimento” (1952)	131
Figura 22	– A instalação da FMPB (1952).....	132
Figura 23	– A solenidade inaugural da FMPB no Teatro Santa Rosa (1952).....	133
Figura 24	– Lei n.º 477, de 4 de maio de 1950	138
Figura 25	– Primeira sede da FMPB – “Visconde de Taparica”	139
Figura 26	– Segunda sede da FMPB – “Alberto de Brito”	140
Figura 27	– Situação atual da primeira sede da FMPB	140
Figura 28	– Condições atuais da segunda sede da FMPB	141
Figura 29	– “Para o alto da ladeira”	142

Figura 30	– Localização da primeira sede da FMPB na rua Visconde de Taparica, bairro Varadouro, João Pessoa	142
Figura 31	– “Funciona em João Pessoa novo Sanatório para tuberculosos” (1959).....	144
Figura 32	– “Ampliação da Faculdade de Medicina” (1959).....	145
Figura 33	– Ofício da FMPB para o secretário de Educação e Saúde da Paraíba (1955) .	152
Figura 34	– Encaminhamento de relatório de atividades da Faculdade de Medicina (1958)	155
Figura 35	– Custo das anuidades estudantis na FMPB em 1957	157
Figura 36	– Fundadores da FMPB que assumiram reitorado.....	169
Figura 37	– Humberto Nóbrega como reitor da UFPB.....	171
Figura 38	– <i>Campus</i> I da UFPB em 1975.....	172
Figura 39	– Etapas da construção do HULW (1968-1980).....	173
Figura 40	– Fachada do HULW	174
Figura 41	– O CCM da UFPB.....	177
Figura 42	– A professora Maria de Lourdes Britto Pessoa.....	189
Figura 43	– A professora Maria Marluce de Melo Vasconcelos	191
Figura 44	– Os “doutores” formados na FMPB em 1960.....	192
Figura 45	– Outros “doutores e doutoras” formados na FMPB.....	193
Figura 46	– Disciplinas, notas e média de aprovação no concurso de habilitação para o ano letivo de 1955.....	197
Figura 47	– Placa de formatura da turma pioneira da FMPB (1952-1957).....	198
Figura 48	– As primeiras mulheres formadas pela FMPB (1957).....	199
Figura 49	– “O primeiro lugar no curso médico” em 1958.....	200
Figura 50	– Colégios e bolsas de estudos de Maria Lírida Mendes	202
Figura 51	– Atestado de miserabilidade fornecido a estudante da FMPB em 1955	203
Figura 52	– Médicos formados pela FMPB em 1957	204
Figura 53	– Médicos da turma pioneira da FMPB em festividade no ano de 2023	205
Figura 54	– Coletâneas da FMPB volumes I e II (1950-1960).....	207
Figura 55	– Reforma e ampliação na FMPB (1957)	210
Figura 56	– “Instalada a cátedra de Tisiologia”	212
Figura 57	– Instalação da cadeira de Pediatria da FMPB (1957)	212
Figura 58	– A “Geografia da Fome” (1957).....	213
Figura 59	– “Início da Campanha contra a ‘asiática’”	214

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Número de IES criadas no Brasil até 1968.....	61
Gráfico 2	– Distribuição das IES brasileiras por dependência administrativa e por região no ano de 1968	63
Gráfico 3	– Distribuição das IES brasileiras destinadas à formação em Medicina por ano de criação (1808-1969).....	69
Gráfico 4	– Distribuição das IES de Medicina por região (1808-1969).....	73
Gráfico 5	– Quantitativo dos professores da FMPB segundo a faixa etária (1952).....	119
Gráfico 6	– Evolução do número de inscritos no concurso de habilitação da FMPB (1952-1959)	167
Gráfico 7	– Diplomados e diplomadas pela FMPB até 1974.....	195

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Diligências da pesquisa e resultados obtidos	40
Quadro 2	– IES brasileiras existentes em 1968 segundo a dependência administrativa...	61
Quadro 3	– Distribuição das IES em funcionamento no Brasil em 31 de dezembro de 1968, por ramo de ensino e por período de criação.....	65
Quadro 4	– IES de Medicina em funcionamento no Brasil em 10 de julho de 1969	70
Quadro 5	– Frequência escolar dos 6 aos 15 anos na Parahyba do Norte (1872)	76
Quadro 6	– Nível de instrução dos homens e mulheres na Paraíba (1872 e 1950).....	77
Quadro 7	– Instituições educativas na Parahyba do Norte (1907-1912).....	78
Quadro 8	– Leis paraibanas favoráveis à FMPB (1950-1972)	104
Quadro 9	– Disciplinas, professores, ano de nascimento e alterações no provimento curricular da FMPB (1950-1961).....	116
Quadro 10	– Professores contratados pela FMPB (1952-1959).....	123
Quadro 11	– Iniciativas da FMPB direcionadas aos alunos, aos professores e à população (1952-1957)	181

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAAE	Certificado de Apresentação e Apreciação Ética
Capes	Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCJ	Centro de Ciências Jurídicas
CCM	Centro de Ciências Médicas
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CCT	Centro de Ciências Tecnológicas
CDC	Centro de Controle e Prevenção de Doenças
CEEI	Centro de Engenharia Elétrica e Informática
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRM	Conselho Regional de Medicina
Crutac	Centro Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
CSE	Conselho Superior de Ensino
CTA	Conselho Técnico-Administrativo
CTRN	Centro de Tecnologia e Recursos Naturais
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DNS	Departamento Nacional de Saúde
DPS	Departamento de Promoção da Saúde
EBA	Escola de Belas-Artes
e-MEC	Sistema Eletrônico do Ministério da Educação
Enade	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
Famene	Faculdade de Medicina Nova Esperança
FCM/PB	Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba
FM/UFRJ	Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro
FMB/UFBA	Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia
FMPB	Faculdade de Medicina da Paraíba
Funesc	Fundação Espaço Cultural
Histedbr-GT/PB	Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil – Grupo de Trabalho/Paraíba
HUWL	Hospital Universitário Lauro Wanderley

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFPB	Instituto Federal de Educação da Paraíba
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico Paraibano
Inep	Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa Anísio Teixeira
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NDIHR	Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
NHC	Nova História Cultural
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAM	Posto de Atendimento Médico
Pemo	Práticas Educativas, Memórias e Oralidade
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGOA	Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes
Prof. Dr.	Professor doutor
Prof. ^a Dr. ^a	Professora doutora
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RBE	Revista Brasileira de Educação
RBHE	Revista Brasileira de História da Educação
SBHE	Sociedade Brasileira da História da Educação
SciELO	Scientific Eletronic Library Online
Sisu	Sistema de Seleção Unificada
SUS	Sistema Único de Saúde
Uece	Universidade Estadual do Ceará
UEEP	União Estadual dos Estudantes da Paraíba
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
Ufop	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPA	Universidade Estadual do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPel	Universidade Federal de Pelotas

UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Umesp	Universidade Metodista de São Paulo
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
Unifacisa	Centro Universitário Facisa
Unifsm	Centro Universitário Santa Maria
Unipê	Centro Universitário de João Pessoa
URNe	Universidade Regional do Nordeste
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	PREÂMBULO DA PESQUISA	21
1	ANTECEDENTES HISTÓRICOS	48
1.1	Apontamentos histórico-normativos acerca da expansão do ensino superior no Brasil	48
1.1.1	<i>As trilhas da ampliação do ensino superior no Brasil</i>	60
1.1.2	<i>O crescimento das instituições educativas de Medicina no Brasil</i>	69
1.2	O ensino superior na Paraíba: dos primórdios à conjuntura atual.....	75
2	FUNDAÇÃO E INSTALAÇÃO DA FACULDADE DE MEDICINA DA PARAÍBA (1950-1952).....	87
2.1	Circunstâncias sociais, políticas e culturais paraibanas antecedentes à Faculdade de Medicina da Paraíba	87
2.2	As articulações para o funcionamento da Faculdade de Medicina da Paraíba	93
2.3	A composição do quadro docente e a estrutura curricular	108
2.4	A inauguração.....	131
2.5	As primeiras instalações	136
3	MARCOS NORMATIVO-ADMINISTRATIVOS DA FACULDADE DE MEDICINA DA PARAÍBA (1953-1974)	148
3.1	O reconhecimento do curso de Medicina pelo Governo Federal	148
3.2	A agregação à Universidade da Paraíba	151
3.3	Os reflexos da federalização da Universidade da Paraíba sobre a Faculdade de Medicina da Paraíba.....	158
3.4	As repercussões da reforma cêntrica da UFPB sobre a Faculdade de Medicina	174
4	A ENVERGADURA SOCIAL DA FACULDADE DE MEDICINA DA PARAÍBA.....	178
4.1	A função social das IES médicas e a Faculdade de Medicina da Paraíba.....	178
4.1.1	<i>Reverberações na profissionalização docente</i>	184
4.1.2	<i>Ressonâncias na formação discente</i>	191
4.1.3	<i>Interfaces com a Saúde Pública.....</i>	208
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	218
	REFERÊNCIAS	225

APÊNDICE A – DETALHAMENTO DOS RESULTADOS DO ESTADO DA ARTE SOBRE A PRODUÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES EM HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS (2005-2022).....	250
APÊNDICE B – A EDUCAÇÃO NAS CONSTITUIÇÕES DO BRASIL (1822-1967).....	252
ANEXO A – TERMO DE ANUÊNCIA	254
ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA	255
ANEXO C – RELAÇÃO NOMINAL DOS PROFESSORES DA FMPB EM 20 DE FEVEREIRO DE 1957.....	258
ANEXO D – DECLARAÇÕES DE REVISÃO DO VERNÁCULO E DE NORMALIZAÇÃO.....	260

PREÂMBULO DA PESQUISA

Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição educativa é integrá-la de forma interactiva no quadro mais amplo do sistema educativo e nos contextos e circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência (Magalhães, 2004, p. 133-134).

Aos pesquisadores que enveredam pela História da Educação e centram a curiosidade em uma determinada instituição educativa, a epígrafe extraída de Magalhães (2004) nos direciona ao compromisso de empreender esforços para um *métier* historiográfico consubstanciado na mobilização de competências congruentes para entender o objeto de nossa eleição, sem desmembrá-lo do contexto em que está inserido. Além disso, inaugura as reflexões acerca do lugar que ocupo como pesquisadora e quanto ao meu entrelaçamento com o objeto de investigação, a Faculdade de Medicina da Paraíba, doravante FMPB, atual Centro de Ciências Médicas (CCM) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Em alguns trechos desta seção, dada a subjetividade peculiar à escrita de mim mesma, peço vênias para neles utilizar a primeira pessoa do singular. Nesse caminho, coadunando-se com a convicção *freireana* do inacabamento humano e, conseqüentemente, a vocação para ser mais, Foucault (2004) ressalta que, como sujeitos históricos, escrever sobre nós mesmos nos (re)constitui e permite que o outro entenda a forma como fomos elaborados. Igualmente, o historiador francês Michel de Certeau (1982, 65), integrante da terceira geração da Escola dos Annales¹, ao se interrogar e responder à pergunta: “[...] o que fabrica o historiador quando faz história”, ilumina a condição social e ontológica daquele que se dedica à operação historiográfica. Portanto, o meu pensar sobre a FMPB é fruto da minha regionalidade paraibana e militância profissional.

A contar de 1999, sempre estive na linha de frente da luta pela Saúde Pública e pela vida no âmbito dos hospitais universitários. *A priori*, no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e, a partir de 2002, no Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW), da UFPB. Especificamente, numa perspectiva formativa conjugada, sou licenciada em Enfermagem, técnica administrativa em Educação, bacharela em Direito e mestra em Gestão de Organizações Aprendentes, cujas conexões com o campo da Educação integram meu dever funcional em conciliar a atenção à saúde dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) com a supervisão direta dos discentes de Enfermagem inseridos no estágio curricular obrigatório. Essas atribuições, no hospital-escola, processam-se

¹ Esse movimento renovador historiográfico, que da França do século XX irradia para o mundo, será discutido, mais adiante, em confluência com o referencial teórico-metodológico e os resultados da pesquisa.

em cumprimento às Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação da Saúde, correspondentes à etapa teórico-prática do itinerário formativo essencial à promoção das competências próprias ao exercício profissional futuro.

Em experiências laborais anteriores, no Hospital General Edson Ramalho, um hospital geral de médio porte pertencente à rede estadual da Paraíba, exerci a gerência do Núcleo de Educação Permanente em Saúde, correlata ao desenvolvimento da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde na esfera institucional².

Conexa à minha vivência gerencial e educacional, em 2013 defendi, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes (PPGOA) da UFPB, na área de concentração em Gestão de Aprendizagens e na linha de pesquisa Gestão de Projetos Educativos e Tecnologias Emergentes, a dissertação intitulada *Gestão em saúde: uma proposta de melhorias segundo os quatro pilares da educação para o século XXI*, que foi aprovada com distinção e resultou em um plano de capacitação profissional abrangente das competências gerenciais e profissionais centradas nos pilares da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), que são: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.

Nas oportunidades que se apresentaram, inobstante minha procedência social subalterna, pai preto, pobre e sem escolaridade e mãe, uma mulher branca, também pobre e sem escolaridade, com uma prole em número de oito, mediante a via educacional, desfrutando de um regalo que a vida me concedeu, em 2019, incentivada por minha irmã Raquel Sabino, ousei enveredar pela seara da História da Educação. Tal presente foi o encontro com meu orientador, o professor doutor Charliton José dos Santos Machado, um entusiasta da História da Educação que não somente indica o caminho, todavia caminha junto e, com equilíbrio, instrui, anima, corrige rotas, sem tolher o veio inspirativo de seus orientandos.

Nesta jornada, estabeleci parcerias frutíferas com outros professores historiadores da Educação afiliados a outras universidades, com os quais, paulatinamente, a “boniteza” da procura no campo historiográfico educacional me contagiou. Agora, estou a me referir à professora doutora Lia Machado Fiuza Fialho, da Universidade Estadual do Ceará (Uece), a quem, juntamente com o professor Charliton Machado, tributo a pesquisadora que me empenho em ressignificar, uma vez que ambos compartilham minha orientação nas produções científicas em coautoria.

² As diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde constam na Portaria n.º 1.996, de 20 de agosto de 2007, que se volta para a formação e o desenvolvimento para o trabalho em saúde no SUS e compreende a educação permanente como um conceito pedagógico necessário à efetivação de relações orgânicas entre ensino, ações e serviços, assim como entre docência e atenção à saúde (Brasil, 2007).

A afinidade com a história das instituições escolares, também denominada história das instituições educativas por intelectuais como Gatti Júnior (2002) e Magalhães (2004), surgiu, em primeiro plano, a partir das discussões estabelecidas no âmbito do **Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil – Grupo de Trabalho/Paraíba (Histedbr-GT/PB)**, quando certo dia, o professor Charliton Machado refletiu sobre o possível vazio na historiografia sistematizada acerca da FMPB. Essa provável oportunidade investigativa repercutiu em meu íntimo; porque, na qualidade de profissional da saúde na UFPB, a instituição em questão me era de algum modo familiar.

Eu colecionava mais de duas décadas de vivência na saúde e buscava construir uma base teórico-metodológica em História da Educação, mormente por intermédio de leituras, discussões e produção científica direcionada a periódicos da Educação no plano do Histedbr-GT/PB, mas, por outro prisma, fui tomada por muitos autoquestionamentos: “A academia teria interesse na historiográfica de uma instituição de formação médica?”; “Realmente, ainda não existiam pesquisas *stricto sensu* sobre a história da FMPB?”; “Estaria qualificada para apresentar ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFPB um projeto habilitado ao escopo da linha de pesquisa História da Educação?”, entre tantas outras perguntas direcionadas a mim mesma. Ainda assim, com o decurso dos dias, minhas dimensões pessoais, profissionais e acadêmicas se congregaram com mais firmeza, dessa forma essa aspiração embrionária se gestou e desabrochou na feitura do projeto que suscitou o atual trabalho.

Em que pese ao envolvimento do investigador com o objeto escrutinado acarretar risco de possíveis vieses interpretativos, interferindo no resultado crítico e proveitoso do estudo, quanto às razões do posicionamento de uma instituição educativa do ensino superior em Saúde no cerne da minha curiosidade, como bem lembrado por Nosella e Buffa (2009), um objeto de pesquisa nunca é dado, mas sim construído. Não é uma caixa cerrada que o pesquisador simplesmente abre e investiga, contudo trata-se de um conjunto de possibilidades percebidas e desenvolvidas gradativamente em razão da relação de empatia pesquisador-objeto e do reconhecimento que o objeto possui na sociedade. De maneira unânime, Nunes (2020) assegura que é uma necessidade, uma questão a ser elucidada e um anseio de saber mais que fazem o objeto de pesquisa nascer, corporificar-se e amadurecer no íntimo do pesquisador.

Antes, porém, da submissão do projeto de pesquisa à banca examinadora do certame, empenhei-me para confirmar a originalidade da proposta. Meticulosamente, por intermédio de buscas avançadas realizadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

(BDTD, 2021), em 2 de novembro de 2021, utilizei o termo composto “Faculdade de Medicina da Paraíba”, restringido por aspas duplas, na intenção de localizar produções contendo essa expressão integralmente, mas não localizei nenhum trabalho.

Em ato contínuo, redefini o roteiro de busca para três etapas: a primeira com a combinação dos termos “História da Educação”, “instituição escolar” e “Paraíba”; a segunda com as palavras-chave “História da Educação”, “ensino superior” e “Paraíba”; e a terceira com os descritores “História da Educação”, “História Cultural” e “Paraíba”. Não detectei nenhuma produção *stricto sensu* com a FMPB na posição de objeto de estudo, a qual sequer foi abordada nos textos.

Por precaução adicional, mediante o termo “Faculdade de Medicina da Paraíba”, busquei nas ferramentas dos periódicos brasileiros especializados em História da Educação e nas principais bases de dados que fazem circular a produção científica no Brasil: *Revista Brasileira de História da Educação* (RBHE); *Revista Brasileira de Educação* (RBE); *Cadernos de História da Educação*; *Revista Histedbr on-line*; *Revista de História e Historiografia da Educação*; *Revista História da Educação*, Scientific Electronic Library Online (SciELO); Google Acadêmico; Portal de Periódicos da Capes; e Catálogo de Teses e Dissertação da Capes^{3,4}. De todos os produtos científicos recuperados, nenhum apresentou similaridade com o projeto de pesquisa.

Atendendo à recomendação e à outorga de terceiros, acessei uma coletânea de livros em quatro volumes e outro livro em volume único, publicados por dois autores médicos – *A história da Medicina em Terras Tabajaras* (Medeiros, 2017) e *História da Faculdade de Medicina da Paraíba* (Nóbrega, 1980a, 1980b, 1981, 1983) –, dedicados a descrever o crescimento dos cuidados médicos nas terras paraibanas, denominadas tabajaras⁵, e aos memoriais da FMPB.

Essas obras impressas são valiosas e foram incorporadas às fontes bibliográficas deste estudo. No entanto, elas não suprimiram o ineditismo da abordagem, porque, como alude Pesavento (2006, p. 55), a história é um processo inacabado de construção e reconstrução, de enxergar o passado com as lentes do presente, para escrevermos “[...] uma versão plausível e verossímil daquilo que foi um dia”.

³ Essas buscas foram repetidas em 7 de setembro de 2022 e não elidiram a originalidade desta pesquisa.

⁴ Além de o Google Scholar veicular milhares de publicações, a plataforma SciELO, em 7 de setembro de 2022, também possuía, em estado ativo, diversos periódicos pertencentes ao campo da Educação e da História da Educação, tais como: *Cadernos Cedes*; *Educação em Pesquisa*; *Educação em Revista*; *Educação & Sociedade*; *Educar em Revista*; *História da Educação*; *Pro-Posições*; e as já mencionadas RBE e RBHE.

⁵ O termo “tabajaras” remete aos indígenas que habitavam o litoral paraibano por ocasião da colonização dos portugueses no século XVI.

Definido o objeto de pesquisa, no passo subsequente, estabeleci o marco cronológico do estudo. Aprendi com Oliveira e Gatti Júnior (2002) que a relação entre a instituição educativa e sua comunidade compreende múltiplos sentidos que precisam ser desvelados em diversas dimensões. Por essa razão, o espaço-tempo delimitado para a pesquisa deve ser suficiente para levantar e interpretar, de maneira crítica e fundamentada, as informações pertinentes à razão de ser e à identidade da instituição educativa sob exame.

Adicionei essa cognição àquelas de Braudel (1965), Le Goff (1990) e Pesavento (2006), pois eles expressam que o tempo é uma matéria fundamental da História, e a cronologia é o seu fio condutor (Le Goff, 1990). Por isso, procurar na temporalidade escoada os rastros daquilo que ainda não foi visto é essencial para o ofício do historiador, que, mediante esforço intelectual e habilidade retórica, organiza esses achados em trama decifrável e congruente (Pesavento, 2006). Isso é particularmente relevante porque, como afirmou Braudel (1965, p. 263), “[...] todo o trabalho histórico decompõe o tempo passado e escolhe as suas realidades cronológicas, segundo preferências e exclusões mais ou menos conscientes”.

Destarte, delimitei o recorte temporal de 1950 a 1974 para abarcar desde as articulações exordiais para a fundação da FMPB em 25 de março de 1950 até a sua integração ao Centro de Ciências da Saúde (CCS) da UFPB em 28 de fevereiro de 1974, entrementes percorrendo o reconhecimento do curso de Medicina pelo governo central e a sua agregação à Universidade da Paraíba, criada em 1955, além das repercussões da federalização na reestruturação da FMPB a partir de 1960. No decorrer da pesquisa, ocasionalmente, em primazia da completude do raciocínio historiográfico, foi necessário seguir um pouco mais além desses limites, mas sem perder o foco nos objetivos e no itinerário traçados, como será visto nas subdivisões específicas do texto.

Ao contextualizar a problemática em meio da qual emergiu a FMPB, entendi que, até 1950, a inexistência de curso médico no estado da Paraíba resultava em uma demanda reprimida por formação médica. Isso levava os filhos das elites locais a se deslocarem para outros estados, como Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, ou até mesmo para países europeus, principalmente Portugal, com o propósito de estudarem Medicina. Independentemente disso, a escassez desses profissionais era notória, pois aqueles em atividade em solo paraibano eram insuficientes para atender plenamente às demandas da população (IBGE, 1955; Medeiros, 2017; Nóbrega, 1979, 1980a; UFPB, 2017).

Existiam poucos hospitais, carência de leitos e a distribuição não oferecia cobertura para todo o estado, pois eram mais concentrados em João Pessoa. O maior estabelecimento de atenção à saúde naquela ocasião, o Hospital Santa Isabel, pertencente à Santa Casa de Misericórdia⁶ e localizado em João Pessoa, era insuficiente para todos os enfermos que nele procuravam refrigério para seus agravos (Silvera, 2016).

O Censo Demográfico do estado da Paraíba, referente ao ano de 1950, por sexo e por ramo principal de atividade, documenta que havia 192 médicos e quatro médicas para assistirem a uma população de 1.713.259 pessoas, sendo 832.461 homens e 880.798 mulheres, distribuídas em 41 municípios que existiam no estado (IBGE, 1955). Desses profissionais, exclusivamente 169 estavam registrados na Inspeção de Fiscalização do Exercício Profissional do Departamento Estadual de Saúde⁷ (Nóbrega, 1980a).

Para a clareza da dimensão desse desprovimento, é importante observar que a razão médico/habitante ideal atualmente estabelecida pelos Ministérios da Educação e da Saúde para a realidade brasileira é de 2,5 médicos para cada 1.000 habitantes. Efetivamente, o passado histórico não deve ser deformado por correspondências do presente dissonantes, nem as demandas médico-sanitárias da Paraíba de meados do século XX são iguais às atuais, mas importa esclarecer que, em 1950, quando os preparativos para a fundação da FMPB começaram, a razão médico/habitante em todo o Brasil era 0,36 (CFM, 2020). No entanto, na Paraíba, essa proporção era muito assimétrica, apenas 0,11 (196 médicos/1.713.259 habitantes)^{8,9}.

⁶ A Santa Casa de Misericórdia da Paraíba recebia subvenção governamental estadual para manter hospitais que atendessem gratuitamente aos enfermos desvalidos portadores de distúrbios em geral, inclusive os psiquiátricos e os com doenças infectocontagiosas. No caso do Hospital Santa Isabel, estava constantemente lotado e com perigo de proliferação das moléstias contagiosas (Silvera, 2016).

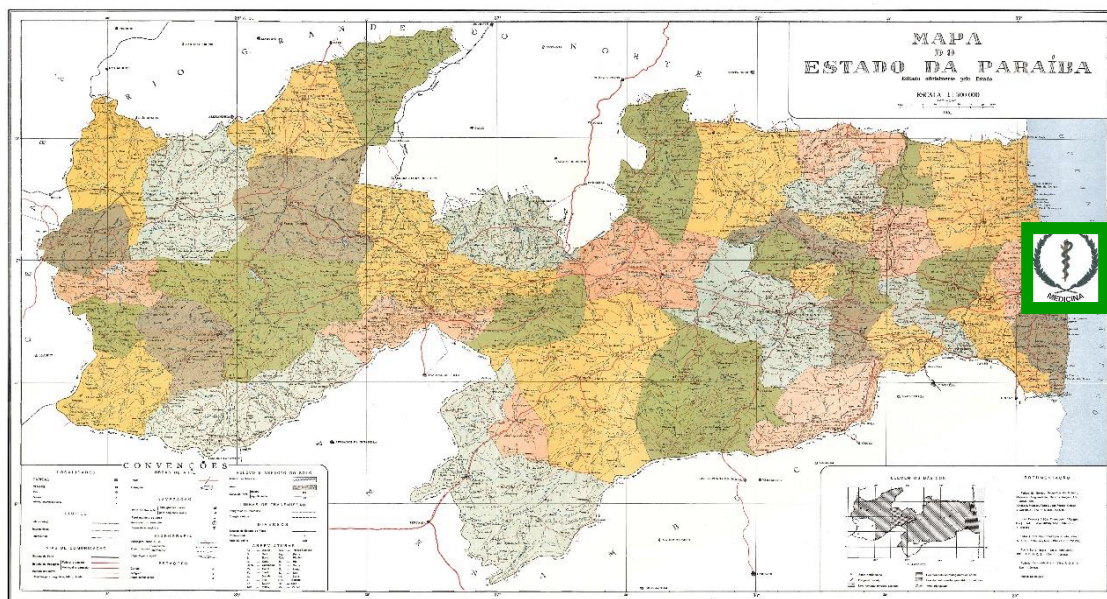
⁷ A regulamentação e a fiscalização do exercício da Medicina no Brasil vieram ao ordenamento jurídico com o Decreto n.º 20.931, de 11 de janeiro de 1932, subscrito pelo presidente Getúlio Vargas e por Francisco Campos, na ocasião, na qualidade de primeiro-ministro do recém-criado Ministério da Educação e Saúde. Para o exercício profissional da Medicina, esse dispositivo tornou obrigatório o registro do diploma no Departamento Nacional de Saúde (DNS) e nas repartições sanitárias dos estados, onde a prática se processava. Tal controle era incumbência da Inspeção de Fiscalização do Exercício da Medicina, do DNS (Brasil, 1932). Pelo Decreto-Lei n.º 7.955, de 13 de setembro de 1945, por ora revogado pela Lei n.º 3.268, de 30 de setembro de 1957, foram instituídos os Conselhos de Medicina com a responsabilidade de fiscalizar e normatizar o exercício da Medicina em todo o Brasil, por intermédio de seu agrupamento de autarquias federal e regionais (Brasil, 1957). Portanto, apesar de não ser objeto desta investigação, o desencontro entre números de médicos em exercício e efetivamente registrados na repartição competente remete ao possível exercício profissional em descompasso com as citadas normas.

⁸ Razão que calculei, com base em dados do IBGE (1952), alusivos ao Censo Demográfico do ano de 1950.

⁹ Malgrado os Ministérios da Educação e da Saúde defenderem a razão 2,5 médicos/1.000 habitantes para a devida cobertura das necessidades do Brasil, a Organização Mundial da Saúde (OMS) não fixa um parâmetro generalista; recomenda que esse montante considere as especificidades regionais e populacionais (CFM, 2020).

Sobre a conjuntura loco-regional do estado da Paraíba nos meados do século XX, a figura 1 apresenta o mapa referente ao ano de 1951, obtido no acervo virtual da biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Neste mapa, convencionei assinalar a localização da FMPB, na capital João Pessoa, com o símbolo da Medicina, representado pelo bastão de Esculápio nas cores branca e verde, marcando-a no extremo oriental do Estado.

Figura 1 – Mapa do estado da Paraíba no ano de 1951



Fonte: Dados da pesquisa (2022)¹⁰.

De acordo com o IBGE (1955), com base no Censo Demográfico de 1950, a área terrestre do estado era de 56.282 km², com uma população de 1.713.259 pessoas, correspondente a 3,3% da população brasileira. Essas pessoas estavam distribuídas em 41 municípios, sendo os maiores em número de habitantes: Campina Grande, com 173.206 habitantes; João Pessoa, com 119.326 habitantes; Mamanguape, com 83.112 habitantes; Guarabira, com 81.204 habitantes; Bananeiras, com 61.223 habitantes; Monteiro, com 53.641 habitantes; Sousa, com 51.408 habitantes; Pombal, com 50.292 habitantes; e Piancó, com 50.221 habitantes. Nas cidades, havia 312.305 pessoas e, nas vilas, estavam 144.411. Um total de 456.716 (26,66%) pessoas viviam nos espaços mais habitados, ou seja, nas cidades e vilas, enquanto as demais, 1.256.543 (73,34%), moravam na zona rural (IBGE, 1955).

No ano de 1951, para assistir a essa população, o total de leitos em hospitais, clínicas, ambulatórios e congêneres era 1.889, porém 1.233 localizavam-se em João Pessoa e

¹⁰ Mapa obtido no acervo fotográfico da biblioteca virtual do IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/mapas/GEBS%20-%20RJ/map7144.jpg>. Acesso em: 9 set. 2022.

656 estavam no interior do estado. Dos médicos e médicas, 120 exerciam suas atividades na capital da Paraíba e somente 63 nas demais localidades (IBGE, 1953).

A OMS recomenda de três a cinco leitos para cada 1.000 habitantes. Por conseguinte, considerando o valor do indicador 3 leitos/1.000 habitantes, deveriam existir minimamente 5.139 leitos distribuídos adequadamente. Na contramão disso, a razão era 1,1 leitos/1.000 habitantes, correspondente ao déficit de 3.250 leitos, 64% a menos¹¹.

Pernambuco, estado vizinho, em que as capitais, Recife, Pernambuco, e João Pessoa, Paraíba, distam não mais que 116 quilômetros uma da outra, contava com sua própria faculdade médica. Por causa disso, Nóbrega (1980a) lembra que o discurso publicitário e coloquial de que a Paraíba era colônia de Pernambuco tornou-se recorrente.

De fato, em 1920, 30 anos à frente da Paraíba, a Faculdade de Medicina de Recife, agora CCM da UFPE, realizou seu primeiro certame para a seleção dos alunos do curso de Medicina, formando os médicos pioneiros daquela instituição em 1925. Em 1927, aquela Faculdade foi instalada em sede própria, localizada no influente bairro do Derby, em Recife (Gouveia, 2017).

Vale destacar que as três primeiras médicas formadas na Faculdade pernambucana eram paraibanas: Eudésia de Carvalho Vieira; Neusa Vinagre de Andrade, concluintes em 21 de dezembro de 1934; e Aracilda Benthemmuller Medeiros, formada em 6 de dezembro de 1935. Notadamente, Eudésia Vieira, por defender tese de doutoramento, sagrou-se a primeira doutora da Paraíba, enquanto as outras receberam a titulação de médicas (Cremepe, 2022; Medeiros, 2017).

Na Paraíba de 1950, em relação ao ensino superior, as elites reproduziam as mesmas pretensões de outras partes do Brasil. Como informado por Cunha (2003), desde o período imperial, as aristocracias regionais brasileiras pressionavam pelo acesso ao ensino superior. E, de acordo com Durham (2003), no período republicano, as classes dominantes, com apoio político, articulavam-se para dotar seus estados de instituições de educação superior.

Para comprovar esses propósitos que as elites paraibanas depositavam sobre o ensino superior, o texto da Lei n.º 1.366, de 2 de dezembro de 1955 (Paraíba, 1955a), que criou a Universidade da Paraíba, estabeleceu, no âmbito das finalidades, no artigo 3º, as alíneas de “a” a “f”:

¹¹ Método de cálculo: número total de leitos dividido pelo total da população e multiplicado por 1.000 (OPAS, 2018).

a) estimular a investigação e a cultura filosófica, científica, literária e artística; b) concorrer para o aprimoramento da educação, entendida no seu conceito integral; c) **empenhar-se pela formação e difusão de uma cultura superior, adaptada às realidades brasileiras**; d) **contribuir para a formação das elites dirigentes do Estado e do país**; e) fomentar a cooperação no trabalho intelectual; f) **concorrer para o desenvolvimento da solidariedade humana** (Paraíba, 1955c, grifos nossos).

A Lei n.º 1.366 de 1955 é clara quanto às intenções do ensino superior, dentre elas: formar as elites dirigentes da Paraíba e do Brasil e difundir cultura superior. Para Nóbrega (1980a, p. 11), uma das personalidades centrais no processo de criação, desenvolvimento e consolidação da FMPB, “[...] a Universidade incentiva a formação das elites” de tal modo que a cultura difundida se adequava às tendências sociais e era construída pelas pessoas de posição mais elevada.

Ademais, o ensino superior pretendia desenvolver a solidariedade humana (Paraíba, 1955a). Um espaço geográfico bem servido de médicos e outros membros da equipe da saúde possivelmente se reflete em uma rede de cuidados à saúde mais bem distribuída e estruturada quantiquantitativamente, além de reverberar em melhores indicadores de Saúde Pública. Sendo a nova FMPB um celeiro formador de médicos, quiçá melhor proveria os hospitais existentes e fomentaria a abertura de novos serviços de saúde nas localidades lacunosas.

Dessa conjuntura emergiram as perguntas condutoras do estudo, sendo a principal delas: como ocorreram os processos constituintes da FMPB, desde a sua fundação, em 1950, até a sua incorporação ao CCS da UFPB, em 1974? Para responder a esse problema principal, outras indagações foram suscitadas, quais sejam: quais precedentes históricos educacionais do cenário nacional se correlacionaram com a criação da FMPB? Que configurações associadas à FMPB estiveram presentes no período de 1950 a 1974? De que maneira as principais modificações normativas e administrativas implementadas para a FMPB, no recorte de 1950 a 1974, relacionaram-se com a história desta instituição educativa? Que impacto histórico, educacional e médico-sanitário a FMPB projetou no estado da Paraíba?

No intuito de responder a essas inquietações, propus uma pesquisa historiográfica com o objetivo geral de compreender as configurações que moldaram a FMPB, mediante a reconstituição de sua trajetória histórica no período de 1950 a 1974. De maneira mais particular, objetivei: descrever o panorama histórico acerca do ensino superior no Brasil, com enfoque na formação médica, correlacionando-o com a implementação do ensino superior na Paraíba; problematizar como aconteceram os processos de fundação e consolidação da FMPB; concatenar as modificações ocorridas na FMPB aos marcos normativo-administrativos em

vigor no período de 1953 a 1974; e interpretar o impacto histórico, educacional e médico-sanitário que a FMPB projetou no estado da Paraíba e, de certa modo, no Brasil.

Preliminarmente, foi possível levantar o seguinte pressuposto de tese: a FMPB foi estabelecida para atender aos interesses das elites paraibanas e igualar o estado em termos de formação médica aos demais entes que já possuíam Instituições de Ensino Superior (IES) médicas. Ademais, a FMPB, personificada em seus fundadores, tinha preocupações humanísticas em preencher as lacunas na atenção à saúde da população paraibana, que era bastante rudimentar. Assim, provavelmente, a FMPB, em sua configuração social, foi perpassada por uma trama de disputas e de realizações entre essas elites, sob o olhar atento da imprensa periódica daquela época.

Esta pesquisa, ao germinar no âmago do grupo de estudos e pesquisas Histedbr-GT/PB e inserir-se na linha de pesquisa História da Educação, na vertente História das Instituições Educativas e no eixo temático Políticas e Instituições Educativas, da Sociedade Brasileira da História da Educação (SBHE)¹², requer um empreendimento historiográfico não limitado a registrar passado com fundamento na simples justaposição das revelações provenientes das fontes. Devido a tal premissa, tendo alcançado êxito na seleção, no primeiro período do doutoramento, 2022.1, em concordância com meu orientador, com o mote de compreender o panorama da produção discente brasileira *stricto sensu* sobre instituições educativas de ensino superior e adquirir maturidade epistêmica a respeito do tema de pesquisa, procedemos a um estado da arte, que resultou no artigo intitulado “História das instituições escolares de ensino superior nas teses e dissertações brasileiras (2005-2022)”, publicado no dossiê “História das Instituições Educativas e dos sujeitos da e para a Educação Profissional”, do periódico *Cocar*, da Universidade Estadual do Pará (UEPA), cujo material empírico se constituiu de 24 produtos defendidos de 2005 a 23 de abril de 2022, data da recolha dos dados.

Para o estado da arte (Neves; Machado, 2023a), não estabelecemos um marco temporal, porque o interesse era acessar e analisar todas as teses e dissertações disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e na BDTD sobre a história das instituições educativas de nível superior. Isso posto, os anos de 2005 e de 2022 corresponderam à data de defesa do trabalho

¹² O Eixo Temático 1, “Políticas e Instituições Educativas”, tem por ementa: “História e memória das instituições educativas e suas políticas públicas. Compreendem análises acerca dos processos de criação, institucionalização, expansão e cessação das instituições educativas, a atuação dos governos, as reformas educacionais, os modelos institucionais, as modalidades de ensino, bem como as políticas educacionais em âmbito internacional, nacional, estadual e municipal” (Congresso Brasileiro de História da Educação, 2022, p. 10).

mais antigo e do mais recente, respectivamente, localizados e exportados para a análise de conteúdo. Após a aferição dos critérios de elegibilidade, os trabalhos que receberam a análise constam no Apêndice A, com o detalhamento da autoria, ano de defesa, título, programa de pós-graduação, universidade e estado de afiliação.

No estudo de Neves e Machado (2023a), em que pese à possibilidade de insuficiência dos termos de busca para alcançar a integralidade da produção brasileira dos mestrados e doutorados disponíveis *on-line*, mesmo que tenhamos realizado as buscas com rigor metodológico, os resultados auferidos foram representativos e esclarecedores quanto ao lugar antecedente dos investigadores, que optaram por estudar uma instituição educativa de nível superior; às principais estratégias teórico-metodológicas utilizadas; às especificidades dos objetos que aguçaram a vontade investigativa; e à produtividade dos programas de pós-graduação dos quais fluíram os trabalhos *stricto sensu*.

Na continuidade de minha preparação teórico-metodológica, desenvolvemos e publicamos, no dossiê “Ricoeur e Chartier: (des)dobras e entrelances na pesquisa em Educação”, do periódico *Educação & Linguagem*, da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), o estudo “Roger Chartier nas produções discentes *stricto sensu* em Educação da Universidade Federal da Paraíba” (Neves; Machado, 2023b). Essa produção revelou que, em 78 teses e dissertações defendidas na UFPB entre 2005 e 2021, a Nova História Cultural (NHC) foi a principal tendência da História Cultural utilizada para sedimentar reflexões sobre objetos plurais, tais como: livros didáticos e outros materiais educacionais, instituições educativas, trajetórias de intelectuais e (auto)biografias de educadores/as. Além de tudo, 78 (86%) teses e dissertações, que utilizaram o ideário historiográfico da História Cultural difundido por Roger Chartier, emanaram da linha de pesquisa História da Educação do PPGE/UFPB.

Para compreender a produção brasileira em História da Educação em circulação internacionalmente, procedemos a uma pesquisa que analisou 229 documentos indexados na base de dados Web of Science. Especialmente, esse empreendimento foi proveitoso no esclarecimento dos temas mais recorrentes e autores mais influentes para ancorar a produção historiográfica educacional, que não são exclusivos da História da Educação, mas há presença marcante de sociólogos, filósofos e historiadores culturais. Este artigo foi publicado no periódico *Educação Temática Digital*, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (Neves; Machado, 2024a).

Além das produções (Neves; Machado, 2023a, 2023b, 2024a), outras pesquisas compuseram minha jornada doutoral. A contar de 2019, ingressei no grupo de estudos e

pesquisas Práticas Educativas, Memórias e Oralidade (PEMO) e, a partir de 2023, com meu orientador, integramos o projeto de pesquisa interinstitucional e internacional CNPq n.º 420121/2022-6: “A precarização do trabalho docente asseverada na pandemia da Covid-19: políticas públicas para minorar o esgotamento profissional”, coordenado pela professora doutora Lia Machado Fiuza Fialho e vinculado à Uece.

As pesquisas desenvolvidas durante o doutorado que resultaram em publicações de artigos estão listadas a seguir:

- Trajetórias formativas (auto)biográficas de educadores(as) negros(as) nas teses e dissertações brasileiras (2003-2021) (Qualis periódicos classificação 2017-2020: A1) (Fialho; Machado; Neves, 2022).
- Teachers amid emergency remote teaching: repercussions of social distancing on formal education (Qualis periódicos classificação 2017-2020: A1) (Fialho; Neves, 2022).
- O papel do sindicalismo na valorização docente em João Pessoa-PB (Qualis periódicos classificação 2017-2020: A2) (Assis *et al.*, 2022).
- Competência digital docente para o ensino remoto em tempos de isolamento social decorrente da Covid-19 (Qualis periódicos classificação 2017-2020: B1) (Neves; Machado; Fialho, 2022).
- A pandemia da Covid-19 e a educação na Saúde (Qualis periódicos classificação 2017-2020: B2) (Neves; Fialho; Machado, 2022).
- Experiência educativa para superar aspectos negativos da pandemia da Covid-19 na escola pública (Qualis periódicos classificação 2017-2020: B1) (Sabino *et al.*, 2022).
- Influence of Covid-19 on the Socio-Emotional Aspect of School Communities (Qualis periódicos classificação 2017-2020: C) (Baron *et al.*, 2022).
- História das instituições escolares de ensino superior nas teses e dissertações brasileiras (2005-2021) (Qualis periódicos classificação 2017-2020: A2) (Neves; Machado, 2023a).
- Roger Chartier nas produções discentes *stricto sensu* em Educação da Universidade Federal (Qualis periódicos classificação 2017-2020: A4) (Neves; Machado, 2023b).
- Paulo Freire na base de dados Scopus: estudo bibliométrico (1972-2022) (Qualis periódicos classificação 2017-2020: A4) (Neves; Machado, 2022).

- Booktubers brasileiros: canais literários de incentivo à leitura (Qualis periódicos classificação 2017-2020: A1) (Fialho; Neves, 2023).
- Docência no ensino superior: quais saberes mobilizar para formar professores? (Qualis periódicos classificação 2017-2020: A1) (Fialho; França; Neves, 2023).
- O legado de Florestan Fernandes a partir de uma revisão bibliométrica (2000-2022) (Qualis periódicos classificação 2017-2020: A2) (Neves *et al.*; 2023).
- A palavra estética do cordel como instrumento didático-pedagógico nos processos de ensino e aprendizagem (Qualis periódicos classificação 2017-2020: A4) (Paixão; Fialho; Neves, 2023).
- Estágio Curricular Supervisionado em Enfermagem na Obstetrícia: percepção dos universitários (Qualis periódicos classificação 2017-2020: A3) (Leite *et al.*, 2023).
- Um balanço da produção científica brasileira sobre trabalho docente (2008-2023) (Qualis periódicos classificação 2017-2020: A3) (Neves; Assis; Aragão, 2023).
- A produção científica brasileira sobre a História da Educação em circulação internacional (2008-2022) (Qualis periódicos classificação 2017-2020: A1) (Neves; Machado, 2024a).
- Paulo Freire e a educação indígena na América Latina: práxis possíveis (Qualis periódicos classificação 2017-2020: A2) (Neves; Machado, 2024b).
- Paulo Freire na produção científica nacional e internacional: uma análise bibliométrica (1973-2022) (Qualis periódicos classificação 2017-2020: A2) (Neves; Machado, 2024c).
- Políticas públicas para o ensino superior: a produção científica brasileira em circulação internacional (Qualis periódicos classificação 2017-2020: A1) (Fialho; Neves; Oliva, 2024).
- Metodologias ativas mediadas por Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação em Programa de Pós-Graduação em Educação no pós-pandemia (Qualis periódicos classificação 2017-2020: A1) (Nascimento *et al.*, 2024).
- Tecnologias digitais da informação e comunicação para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável: a educação atravessada pela pandemia (Qualis periódicos classificação 2017-2020: A2) (Fialho; Neves, 2024).

- Microcreativity with chat generative pre-trained transformer: Learnings in virtual space (Fator de impacto: Q2 – SJR *Scopus*) (Fialho; Neves; Nascimento, 2024).

As 24 pesquisas que resultaram nas publicações elencadas abrangeram diversos objetos ligados à História da Educação e ao ensino superior. Essas investigações foram motivadas pelo desejo de ampliar meu conhecimento sobre as imbricações da História da Educação como as políticas públicas educacionais, as particularidades do trabalho docente, a formação em saúde e as inovações tecnológicas, levando em conta, os efeitos da pandemia da Covid-19 no cenário educacional brasileiro.

Assente na visão contextualizada da FMPB com as inserções de antemão tracejadas e na compreensão de Certeau (1982, p. 65), de que “[...] toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural”, cuja operação se materializa em tentar elucidar aquilo que ainda não foi desvelado, por intermédio de métodos adequados às finalidades pretendidas e às especificidades de onde derivam o estudo, designei o itinerário metodológico.

Nesse âmbito, desde logo, argumento pela adequação da corrente teórico-metodológica NHC para dar conta da operação historiográfica¹³ que abracei. Em linhas gerais, sem a intenção de detalhar a arqueologia da NHC, tão somente condensar suas principais concepções, para fundamentar o porquê dessa predileção para este trabalho doutoral, resgatei de Pesavento (1995) que as convicções herdadas do passado foram esfaceladas e modificadas por uma nova corrente, a História Cultural, a partir de então, dirigente do interesse historiográfico acadêmico. Melhor dizendo, nas décadas de 1910 e 1920, da insatisfação de Marc Bloch e Lucien Febvre em relação à convencional História Política¹⁴, que se focalizava em narrativas lineares sobre as disputas de poder exclusivas dos prestigiosos, mediante abordagens não totalizantes, muito menos correspondentes dos anseios sociais em tempos de rupturas, iniciou-se a “Revolução Francesa da Historiografia”, que, a partir de 1929, corporificou-se em artigos publicados e veiculados na revista *Annales*, fundada por Bloch e Febvre (Burke, 1992).

Nessa renovação, até 1989, três grupos de historiadores pertencentes à geração dos *Annales* foram identificados. A primeira geração, de 1929 a 1945, sob a influência dos fundadores Bloch e Febvre, apesar de ainda pouco expressiva, institucionalizou os *Annales* e

¹³ Termo emprestado de Certeau (1982).

¹⁴ A história política não foi totalmente descontinuada; mas, em parte do século XX, padeceu de significativo ostracismo (Luca, 2008).

desbravou o terreno para as demais gerações. A segunda geração, de 1945 a 1968, com Fernand Braudel como principal representante, correspondeu ao período pós-Segunda Guerra Mundial, em que os conceitos e os métodos estruturantes da História Cultural foram mais bem sedimentados. A terceira geração, de 1968 a 1989, apesar de não identificar quem eram os historiadores na liderança, vários membros, tal como Le Goff, conduziram avante o projeto da primeira geração, obviamente com progressos incorporados, destacando-se no pioneirismo em incluir historiadoras¹⁵. Essa geração, sobretudo, abriu-se para as tendências procedentes do exterior, como as norte-americanas, empregou métodos quantitativos nas análises e redescobriu a história das mentalidades (Burke, 1992, 2005).

É importante salientar que a história das mentalidades foi a principal vertente historiográfica da Nova História após a segunda geração, a de Braudel, tendo Le Goff como um expoente, pois desviava o foco para temas mais subjetivos, indo além dos fatos visíveis, mergulhando no contexto mental, nas representações culturais e sociais, na vida cotidiana, nos sentimentos coletivos e na religiosidade (Vainfas, 2016).

A História Cultural representou a substituição da História Narrativa Tradicional pela História-Problema, responsiva das indagações norteadoras das pesquisas historiográficas. A partir de então, não somente a política figuraria no centro investigativo, como também as demais atividades humanas, nas quais o posicionamento do historiador daria espaço para a colaboração de outras disciplinas, como Sociologia, Economia, Antropologia, Literatura, Artes e Psicologia (Burke, 1992; Chartier, 2002). É o que Pesavento (2013, p. 109) denominou de “novos parceiros”, os quais, sem a pretensão de “estabelecer hierarquias ou territórios de propriedade de um campo específico”, no intuito de resolver o problema histórico, dialogam com o historiador, mas não modificam a identidade deste, que continua historiador, muito menos da História, que permanece “sendo o lugar de onde se faz a pergunta”.

No âmbito dos *Annales*, a NHC surgiu na vigência da terceira geração. Em 1978, Le Goff designou a posição dos *Annales* de “Nova História”, que, naquele momento, não mais se limitava à França, mas, devido à disseminação de seu prestígio, agregava historiadores de diversos países. Todavia, o termo “Nova História Cultural” foi inaugurado pela historiadora norte-americana Lynn Hunt, em alusão à nova forma de a História lidar com a cultura (Pesavento, 2013). Burke (2005) explica que o vocábulo “nova” distingue a NHC das correntes historiográficas anteriores, reputadas ultrapassadas. A palavra “cultura” contempla

¹⁵ Membros da escola dos *Annales* das gerações anteriores haviam sido criticados pelas feministas por não incluírem mulheres historiadoras em suas produções (Burke, 1992).

múltiplas finalidades, entre elas, diferenciar a NHC da História Social¹⁶ e da História Intelectual¹⁷, enfatizando as mentalidades, os sentimentos e as suposições, e não se restringindo às ideias sistematizadas.

Outrossim, é relevante entendermos que a NHC é uma resposta à expansão do domínio da cultura e, até os dias atuais, é a forma prioritária das práticas historiográficas (Burke, 2005). Tornou-se uma história sem fronteiras, mundialmente difundida, sendo predominante no Brasil (Pesavento, 2003). Inclusivamente, a pesquisa anteriormente citada corrobora essa assertiva (Neves; Machado, 2023b).

A sociedade atribui importância às instituições educativas em razão dos processos de escolarização e de cientificação a elas vinculados, bem como porque são meios para compreendermos a dinâmica da vida social, especialmente na contemporaneidade (Gatti Júnior; Gatti, 2016). Nesse pensamento, a complexidade dos estudos abrangentes da cultura requer uma postura transdisciplinar, não hierarquizada, que não deturpe a identidade da História ao formular as perguntas pertinentes sobre a realidade e estabelecer um diálogo profícuo com os demais domínios científicos, posto que os traços culturais se mobilizam entre os diferentes grupos sociais e se reelaboram continuamente (Pesavento, 2006). Por isso, tornei-me resoluta da direção apropriada em me ancorar na NHC para tentar responder às questões norteadoras, alcançar os objetivos formulados, validar ou revogar o pressuposto da tese e compreender a história da FMPB, sem fragmentá-la do seu contexto e sem desprezar a proficiência das fontes, mesmo aquelas não oficiais, para, ao final, elucidar a trama dessa instituição, desde sua urdidura.

De início, as críticas mútuas entre marxistas¹⁸ e herdeiros dos *Annales* me preocuparam, porque estava convicta de que, nessa operação historiográfica, a totalidade é deveras importante. Inquieta, revisei destacados intelectuais em circulação no Brasil que abordam a temática em pauta: Bittar (2019), Oliveira e Gatti Júnior (2002), Sanfelice (2006, 2012) e Saviani (2017). Todos eles são uníssonos em recomendar a direção das análises

¹⁶ Essa abordagem era bastante perceptível na história das cidades praticada desde o século XVIII, que, no século XX, também adquiriu cunho cultural, passando a se identificar por História Cultural das Cidades (Burke, 2005).

¹⁷ A História Intelectual, também denominada História das Ideias, debruça-se sobre matizes do material ideológico, as intenções e o contexto que originou e faz circular a produção cultural intelectual (Chartier, 2002).

¹⁸ Sobre as críticas dos historiadores marxistas contra a nova história, Vainfas (2016) explica que tais historiadores atribuíam à terceira geração dos *Annales* o caráter político reacionário. Entendiam que, principalmente a História das Mentalidades, fragmentava a História Totalizante preconizada por Bloch e Febvre e sustentada por Braudel. Ainda, desconsiderava as determinações socioeconômicas e era desatenta para com as ameaças do capitalismo e as lutas de classe. Inobstante a isso, vários historiadores marxistas migraram para a Nova História, quebrando a hegemonia marxista nas Ciências Humanas.

históricas, dialeticamente, da totalidade para a singularidade. Ratifica Sanfelice (2006, 2012), o desafio historiográfico requer o entendimento de que uma instituição escolar não existe de *per si* do seu contexto e de uma miríade de interesses congruentes, ou até mesmo contraditórios, a ela vinculados, por isso, mesmo que o mote seja captar o singular, estudos sobre esses objetos fundamentam-se na tensão entre as peculiaridades das categorias de análises específicas e a totalidade. Bittar (2019, p. 15) propõe que as pesquisas em História da Educação, em geral, distanciem-se de generalizações abstratas apartadas do real e se abstenham da “mera descrição de casos singulares”. Sendo assim, essa orientação para o movimento epistemológico historiográfico mostrou-se mais coerente com os desígnios delineados para este estudo.

Dada a minha aspiração de manter a aderência para com a NHC, aprofundi as leituras até entender que a NHC não relega o global, pelo contrário, reconhece a importância histórica dos mais diferentes sujeitos, renomados ou não, em seus diversos níveis de relações sociais, sempre atenta às especificidades contributivas das fontes que surgem da produção cultural em diferentes espaços e ao longo do tempo. Ainda mais, não esvazia o historiador do papel de intérprete da História-Problema, todavia proporciona uma posição mais dinâmica, desde a busca e a descoberta de fontes até a resposta à pergunta histórica.

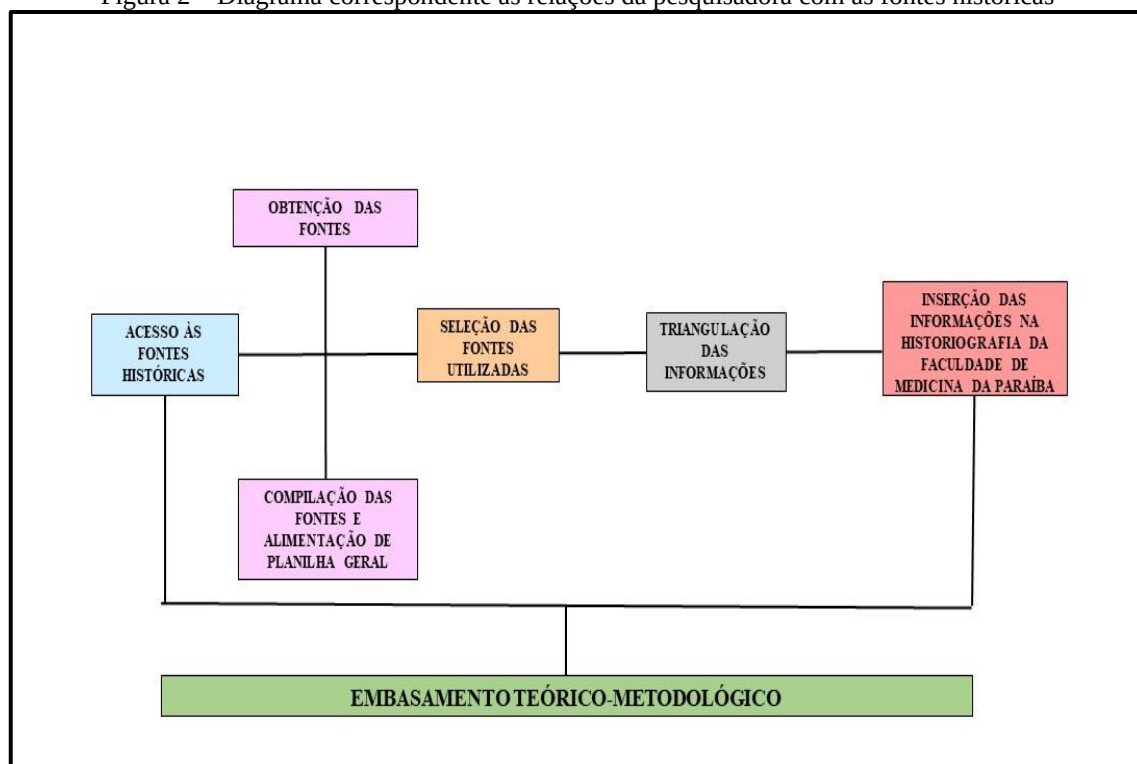
Destituída do propósito de ser enfadonha, é significativo rememorar os esclarecimentos de Chartier (2002) a respeito do propósito da História Cultural, espelhada na ação dos seus historiadores, qual seja, discernir as várias maneiras como, em diferentes espaços e tempos, uma certa realidade social é construída, pensada e interpretada. A partir do paradigma da leitura, Chartier entendeu não haver neutralidade nas produções humanas discursivas e identificou as categorias de abrangência da História Cultural: representação, prática e apropriação. Nessa tríade, a representação é relacional e corresponde aos processos mentais individual ou coletivo, o que confere a presencialidade aos objetos ausentes. Dessa forma, grupos e sujeitos sociais constroem historicamente as representações por intermédio de práticas culturais uns com os outros e com o mundo, apropriadas em forma de produtos ou ideias (Chartier, 2002).

O mundo é representado das mais variadas formas ambíguas – ser ou não ser –, através de linguagem, imagem, gesto ou som, cuja tradução depende dos significados atribuídos a esses dispositivos (Pesavento, 2006). Por isso, ao transitar pelo território da memória, que não se confunde com a História (Le Goff, 1990; Nora, 2012), mas sim é a representação, individual ou coletiva, do passado imbricada no objeto, no espaço, na imagem e no gesto, e que é permeável à dialeticidade da lembrança e do esquecimento, à

vulnerabilidade, à latência e às renovações (Nora, 2012)¹⁹, escrutei a maneira como os sujeitos sociais vinculados à FMPB se apropriaram dos bens simbólicos alusivos a este objeto e os representaram por meio de suas diversas práticas no decorrer do período delimitado.

Para corresponder ao desejo de reconstituir a história da FMPB de acordo com Certeau (1982) e Pesavento (2013), que afirmam: o método de uma pesquisa historiográfica equivale às estratégias de abordagem de como “saber-fazer” (Pesavento, 2003), porque a perspectiva pragmática integra a operação historiográfica (Certeau, 1982). A figura 2 explicita o meu modo de relacionamento com as fontes.

Figura 2 – Diagrama correspondente às relações da pesquisadora com as fontes históricas



Fonte: Elaboração própria (2023).

Como ilustra a figura 2, ao ser observada da esquerda para a direita, o ponto de partida para responder à pergunta histórica foi o acesso às fontes (retângulo na cor azul). Paulatinamente, organizei em pastas de arquivos informáticos e registrei as fontes acessadas e os resultados alcançados em planilha Excel (retângulos na cor lilás). Revisitei, inúmeras vezes, a coleção de fontes e selecionei as empregadas nesta produção, conforme a pertinência (retângulo na cor bege).

¹⁹ O texto original é de 1993, mas foi republicado pelo periódico referenciado em 2012.

A fundamentação teórico-metodológica esteve presente durante toda a pesquisa (retângulo cor verde), em constante diálogo cíclico entre mim e as fontes. Em virtude disso, foi posicionada na base do diagrama e vinculada a todas as etapas do estudo.

Melhor detalhando o *métier*, desde os instantes iniciais da pesquisa, parti em busca das fontes com o intuito de localizar o máximo possível de informações relevantes ao objeto de estudo. Em conformidade com o progresso das diligências, uma planilha foi atualizada com datas, locais, atos realizados, resultados e observações, para que fosse utilizada de forma coerente com o andamento da pesquisa e com a elaboração do seu relatório. Nessa laboriosa, mas prazerosa “deambulação erudita” (Certeau, 1982, p. 64), representada na figura 3, experienciei muitos desafios, sendo o principal deles a deficiência na sistematização da documentação histórica em relação à FMPB.

Figura 3 – “Minha deambulação erudita”



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Realizei uma série de deslocamentos por ambientes físicos e virtuais em busca de vestígios. Bibliotecas, arquivos, museus, hemerotecas, institutos históricos e antigas sedes da FMPB integraram esse itinerário. No começo, frequentemente encontrei o “vazio”, mas, quando possível, dialogava com as pessoas dos locais acessados; de posse de algum lampejo informativo, recobrava o ânimo e prosseguia com o rastreio, até que, associando as fontes, obtive os resultados descritos no quadro 1, especificado pelo local, tipo de suporte e data do acesso.

Quadro 1 – Diligências da pesquisa e resultados obtidos

Local	Fontes	Suporte	Mês/ano
Hemeroteca da Fundação Casa de José Américo	Jornais	Físico/papel	Junho e julho/ 2022
Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - UFPB	Transcrição de entrevista com os fundadores da FMPB e os pioneiros do ensino superior na Paraíba	Físico/papel	Julho/2022
Centro de Ciências Médicas - UFPB	Livro Medeiros (2017)	Físico/papel	Outubro/2022
Hospital Universitário Lauro Wanderley	Fotografias de placas de formatura e da cidade universitária	Físico/metal	Outubro/2022
Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/	Jornais	Digital	Diversas
Assembleia Legislativa da Paraíba, disponível em: http://www.al.pb.leg.br/	Normas	Digital	Diversas
Arquivo Central da UFPB	Boletins de Serviço da UFPB (1968-1985), ofícios recebidos e encaminhados (1955-1959) e coletâneas jornalísticas (1950-1960)	Físico/papel	Agosto e setembro/2022
Biblioteca Virtual do IBGE, disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php	Censos demográficos, anuários estatísticos e mapa da Paraíba em 1950	Digital	Diversas
Arquivo Histórico da Fundação Espaço Cultural (Funesc)	Documentos diversos dos governadores da Paraíba	Físico/papel	Julho e setembro/ 2022
Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba	Fotografias, documentos e livros sobre o ensino superior na Paraíba	Físico/papel	Fevereiro/ 2023
Sistema Eletrônico do Ministério da Educação, disponível em: https://emec.mec.gov.br/	Detalhamento e atos regulatórios das IES ativas na Paraíba	Digital	Diversas
Museu da imagem e do som do CRM/PB, disponível em: https://www.youtube.com/user/CRMPB	Entrevistas com antigos alunos e professores da FMPB	Audiovisual	Diversas
Arquivo Histórico da Capes, disponível em: https://memoria.capes.gov.br/	Boletins informativos, relatórios e documentos do MEC e do INEP sobre o ensino superior	Digital	Diversas
Arquivo de CCS/UFPB	Atas do Conselho Técnico Administrativo, termos de contratos de professores e livros de matrículas e de inscrição nos concursos de habilitação da FMPB	Físico/papel	Maior, agosto e setembro/ 2023
Arquivo do CCM/UFPB	Assentamentos dos alunos (1952-1974) e relatórios da FMPB	Físico/papel	Julho/2022, fevereiro e setembro/ 2023

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelos historiadores da Educação reside no acesso às fontes. Quando acabei a aproximação com as fontes no formato presencial e virtual, percebi diferenças consideráveis. Se as que são acessadas presencialmente estimularam meus sentidos, principalmente da visão, do tato e do olfato, metaforicamente, conferindo o “paladar” da imersão nos variados espaços físicos pesquisados. Por outro lado, o

tempo que demandaram foi prolongado. Em diferentes momentos, horas seguidas foram dedicadas a percorrer detidamente as páginas das coletâneas dos jornais antigos ou documentos administrativos, sem a garantia de que encontraria o que precisava. Entretanto, cada achado adequado às perguntas condutoras, ainda que aparentemente pequeno, era festejado intensamente.

Já os acervos digitais, dada a sua relação de ubiquidade, sem limite tempo-espço, proporcionaram a obtenção de informações específicas sobre a FMPB, relacionadas à situação nacional e paraibana de interesse para o ensino superior nos variados dias e horários. Isso porque o carácter ubíquo se refere à capacidade de o pesquisador, por meio das tecnologias digitais da informação e da comunicação, estar presente remotamente em diferentes ambientes, inclusive de entidades oficiais, que contêm as fontes históricas. É uma espécie de “onipresença”, que permitiu, a partir de um computador conectado ao provedor de internet, com apenas alguns cliques e termos de busca específicos, acessar e explorar rapidamente os espaços enumerados no quadro acima, obtendo, assim, as fontes digitais disponíveis.

A dialética das reflexões que dediquei às fontes em correlação com a aptidão delas para responder às perguntas históricas deste estudo, tanto as em suporte físico quanto virtual, exigiu levantamentos adicionais com a finalidade de possibilitar uma contextualização mais densa e cotejada com a conjuntura do país. Nessa lógica, Vidal (2022) problematiza os diferentes influxos que as ferramentas digitais exercem sobre a Historiografia em Educação, que vão desde a forma de acesso às fontes até a interferência na materialidade delas. Ao refletir realisticamente sobre as inovações que o virtual tem exercido sobre a função do historiador, a autora corrobora minhas percepções comparativas entre uma forma e outra de reconstituir a história do objeto de investigação, haja vista que os pesquisadores não devem resistir às mudanças digitais, uma vez que o digital pode ampliar a interdisciplinaridade e a transnacionalidade em História da Educação, mas que entendam os limites e aberturas de uma e outra forma de exercer o ofício de historiador.

Se não fosse a História Cultural, em que domínios fluiu a NHC, várias das fontes alcançadas, como as jornalísticas, não estariam habilitadas a dialogar na elaboração do tecido da FMPB. Como assegura Luca (2008), os deslocamentos advindos dos *Annales* autorizam a produção historiográfica por meio dos anúncios de jornais e de outros periódicos.

Diferentemente das concepções positivistas, que atribuem valor heurístico somente aos objetos e às fontes eminentes, o suporte da NHC, sem desconsiderar os notáveis, valoriza as subjetividades dos diferentes sujeitos sociais e alarga a proficiência das variadas fontes para a produção do conhecimento histórico que procurei (re)constituir. Dessa maneira,

conservação requerem atenção de todos (Saviani, 2017). Independentemente da digitalização das fontes físicas, convertendo-as em digital, a preservação dos documentos originais é incontestável, porque “a internet não é capaz de tudo disponibilizar”. Pesquisar diretamente nas bibliotecas e nos arquivos renova as interrogações e descobertas do historiador, motivando-o (Vidal, 2022). Os acervos dos arquivos escolares são essenciais para a reconstituição das práticas escolares e para a compreensão da cultura escolar. Eles desvelam o que existe na caixa preta da escola, isto é, as ocorrências do espaço escolar inacessíveis através das fontes externas (Julia, 2001).

Nas ocasiões em que identifiquei as avarias apresentadas na figura 4, notifiquei o problema às chefias dos arquivos com o pedido de adoção de medidas preventivas e corretivas. No entanto, no caso em questão, os prejuízos já são reais. Observei algumas lacunas na documentação da FMPB, sendo informada que, no passado, parte do acervo do arquivo do CCS/UFPB havia sofrido com uma inundação, que impossibilitou a restauração de várias fontes.

Diante da possibilidade de obter dados diretamente de seres humanos e de acervos particulares, em atenção às determinações éticas e legais, com antecedência, submeti o projeto de pesquisa à chancela do Comitê de Ética, sob o Certificado de Apresentação e Apreciação Ética (CAAE) n.º 62599822.4.0000.5188, que recebeu o Parecer n.º 5.658.767 favorável em 22 de setembro de 2022 (Anexo A). Além do mais, a pesquisa obteve a anuência da direção do CCM/UFPB (Anexo B).

Em 15 de dezembro de 2022, por intermédio da professora doutora Daniella de Souza Barbosa, soube de um evento comemorativo promovido pelo Conselho Regional de Medicina (CRM) da Paraíba, que contou com uma médica e quatro médicos formados na primeira turma da FMPB, admissão em 1952 e conclusão em 1957. Procurei ter acesso a eles, articulei com familiares um encontro para apresentar a pesquisa e, mediante anuência livre e esclarecida, entrevistá-los, porém, devido a problemas relacionados à idade avançada, não os entrevistei. Contudo, Julia (2001, p. 17) aduz: “[...] o historiador sabe fazer flechas com qualquer madeira”, na escassez de certas fontes, as práticas relacionadas à cultura escolar podem ser reconstituídas de outras formas, destarte identifiquei fontes orais valiosas que responderam às indagações planejadas para o roteiro da entrevista.

No acervo do Museu da Imagem e do Som do CRM/PB²⁰, obtive 41 vídeos, de acesso público, sobre a história e a memória da Medicina paraibana, em que a FMPB é

²⁰ O Museu da Imagem e do Som do CRM/PB foi instituído por ocasião da celebração do cinquentenário do CRM/PB em 25 de agosto de 2008. Esse museu foi idealizado pelos médicos Manoel Jaime Xavier Filho,

retratada por médicos ex-alunos e ex-professores. Transcrevi esses testemunhos e os agreguei às outras fontes. Também, no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) da UFPB, logrei transcrições de entrevistas realizadas com personalidades envolvidas com a implementação do ensino superior na Paraíba no século XX.

Os historiadores da Educação, entretanto, devem considerar que o conhecimento histórico não brota das fontes. As fontes históricas são produções humanas, concomitantemente ponto de partida e o fundamento da construção historiográfica, das quais emergem informações transformadas pela ação intelectual em conhecimento histórico. Por essa razão, a escolha e a hierarquização das fontes empregadas na historiografia de uma instituição educativa dependem do objeto, dos objetivos e das delimitações espaciais e temporal (Saviani, 2017).

Ademais, os historiadores culturais devem criticar as fontes, indagando-lhes o propósito de existência (Burke, 2005). Prevenida por Le Goff (1990), de que “nenhum documento é inocente”, cabendo, então, ao historiador analisar, questioná-lo e confrontá-lo. Somente após a “confissão da verdade”, o documento será capaz de adquirir o padrão de fonte histórica (Le Goff, 1990), apliquei o protocolo de triangulação. Em outras palavras, posicionei as diversas fontes umas perante as outras para confirmar, refutar e/ou adicionar novos elementos à história da FMPB. Visto que, para Triviños (1987), a triangulação das informações procedentes de diferentes fontes amplia a descrição e a compreensão do objeto de estudo, além de direcionar o interesse investigativo para os processos, produtos e sujeitos na estrutura em que estão inseridos. Nesse caso, cumpre ao pesquisador se utilizar de múltiplos recursos para obter informações mais representativas e confiáveis, que validam os construtos utilizados na investigação.

Para mais, utilizei a técnica de análise de conteúdo orientada por Bardin (2016) para desvelar os núcleos de sentido relevantes para a identificação e a interpretação das categorias temáticas existentes nos discursos dos oradores da sessão inaugural da FMPB em 1952. De acordo com Bardin (2016), tal método se desenvolve em três fases. Na primeira, pré-análise, uma leitura meditativa (flutuante) foi aplicada ao material qualitativo com o objetivo de identificar os temas e termos recorrentes. Na segunda, exploração do material, os

Francisco Orniudo Fernandes e João Gonçalves de Medeiros Filho. Seu acervo é composto por entrevistas gravadas com médicos e médicas atuantes no estado da Paraíba. Atualmente, o acervo é de acesso público no endereço: <https://www.youtube.com/user/CRMP>, especificamente na *playlist* “Memórias da Medicina Paraíba”. No total, contém 42 vídeos, mas um deles, na presente data, está inacessível, totalizando 41 entrevistas abertas, cujos depoimentos tratam acerca das experiências formativas, profissionais e pessoais dos entrevistados (CRM/PB, 2024).

dados foram escrutinados em profundidade. Por último, a terceira etapa correspondeu ao tratamento dos resultados, às inferências e à interpretação.

Com respaldo nessas lições, apreciei, criteriosamente, todas as obtenções, segundo a articulação entre elas e os propósitos da pesquisa, atentando para a interdisciplinaridade da NHC, principalmente porque Magalhães (2004, p. 135) instrui que a história da uma instituição educativa é composta por um quadro epistêmico interdisciplinar, cuja hermenêutica não se limita a abordagens simplesmente descritivas, ou explicativas, todavia requer que o historiador, por meio da articulação crítica e integrada de suas categorias, supere a justaposição de informações à realidade histórica peculiar à comunidade na qual a instituição está inserida. Endossa Pesavento (1995), a (re)construção de uma nova totalidade engloba o emprego de uma vertente analítica da história a partir do olhar em que a cultura está no centro e no todo, incluindo sistemas simbólicos de concepções e imagens das representações coletivas da realidade investigada.

É propriamente a interdisciplinaridade da NHC que autorizou a chamar para as reflexões desta pesquisa teóricos como Bourdieu (1983, 1989) para esclarecer a noção de campo como sistema produtor de bens simbólicos por pessoas e por instituições, a partir de forças que ora se repelem, ora se atraem; Elias (1980) para elucidar a teia de ações interdependentes que se configurou em torno da história da FMPB; Bakhtin (1997, 2006) para lançar luz sobre os significados contidos nos discursos veiculados nos periódicos; Julia (2001) para elucidar a cultura escolar presente na instituição estudada, além dos demais autores engajados no fortalecimento do alicerce deste estudo.

Na pertença da História da Educação, especificamente na história das instituições educativas de ensino superior, a historiografia da FMPB, aos moldes desse traçado metodológico firmado na NHC, possibilitou reconstruir o passado, examinar as evidências e balizar as inferências mediante a integração interdisciplinar das dimensões do fenômeno educativo relacionado ao objetivo de estudo e às sociedades paraibana e brasileira.

Em uma nação como o Brasil, caracterizada historicamente pela herança colonial e pela persistente dependência política e econômica, cujos efeitos se refletem na educação, na atenção à saúde e no bem-estar social, especialmente para os grupos vulneráveis, a relevância de estudar a FMPB é evidente. Elucidar as questões relacionadas a esta IES em consonância com as diversas conjunturas que influenciaram e continuam a repercutir sobre a educação universitária pode proporcionar um conhecimento mais aprofundado da História da Educação paraibana e brasileira.

Com efeito, o olhar para dentro da FMPB no período estipulado para este estudo, encadeado ao contexto externo mais amplo, tem o condão de adicionar novos elementos aos processos tocantes ao ensino superior médico, aos seus elementos estruturantes e às suas transições, contribuindo para iluminar, reafirmar ou reformular concepções anteriores sobre esse objeto. Isso é valioso do ponto de vista científico, acadêmico e social, porque, entre suas potencialidades, está a capacidade de subsidiar pesquisas futuras e comunicar, para a comunidade científica e a sociedade em geral, a trajetória da FMPB com ênfase no seu papel histórico-social formativo e médico-sanitário.

Com base na premissa de que a historiografia de uma instituição educativa se estrutura discursivamente com o escopo de argumentar, comunicar e orientar a sua leitura (Magalhães, 2004), afora as considerações finais, organizei este texto em **cinco** segmentos.

No atual, **Preâmbulo da pesquisa**, explicitamos a minha posição social e ontológica, o objeto de estudo e a atratividade que ele exerceu sobre minha volição investigativa. Além disso, mapeamos a produção acadêmica que circunda o campo historiográfico ao qual pertence a FMPB e ratificamos a existência de uma lacuna epistêmica na historiografia sistematizada sobre esse objeto. Delimitamos e justificamos o recorte temporal do estudo. Contextualizamos o problema de investigação, os objetivos e o pressuposto de tese. Delineamos o percurso metodológico e o fundamentamos quanto à base teórico-metodológica escolhida. Enfim, argumentamos sobre a relevância da pesquisa e apresentamos as outras seções do trabalho.

No primeiro capítulo, **Antecedentes históricos**, revisitamos de maneira concisa os antecedentes históricos e normativos do ensino superior no Brasil, desde os tempos de colonização até o marco final deste estudo, com destaque para os efeitos da Reforma Universitária de 1968 sobre a instituição educativa investigada. Exploramos a expansão do ensino superior de forma geral e, cotejando as evidências nacionais com o cenário paraibano, focalizamos a institucionalização do ensino médico.

No segundo capítulo, **A fundação e a instalação da Faculdade de Medicina da Paraíba (1950-1952)**, enfatizamos os dois anos iniciais da FMPB e problematizamos as circunstâncias políticas, culturais, médico-sanitárias e sociais que permearam essa IES. Esquadrinhamos as articulações necessárias para a sua fundação, as diligências para compor o quadro docente, a estrutura curricular, o ato inaugural e as primeiras instalações destinadas às atividades teóricas e práticas.

No terceiro capítulo, **Marcos normativo-administrativos da Faculdade de Medicina da Paraíba (1953-1974)**, analisamos as principais demarcações legais e

administrativas experienciadas pela FMPB, que englobaram o reconhecimento pelo governo central, a agregação à Universidade da Paraíba e as influências da federalização da Universidade da Paraíba na FMPB, bem como a reforma que resultou na criação do CCS e sua posterior subdivisão, originária do CCM.

No quarto capítulo, **Envergadura social da Faculdade de Medicina da Paraíba**, discorremos sobre a função social da FMPB nas perspectivas de ensino, pesquisa e extensão. Articulamos as realizações institucionais aos destinatários, professores, estudantes e sociedade. Ponderamos sobre os principais resultados em torno destes três focos: “reverberações na profissionalização docente”, no qual dialogamos sobre os esforços da FMPB para adquirir e desenvolver os saberes docentes e sobre as medidas para garantir a estabilidade profissional dos professores; a respeito das “ressonâncias na formação discente”, em que discutimos o quantitativo de médicos e médicas formados entre 1957 e 1974, bem como as iniciativas educativas complementares ao currículo de base; e no tocante às “interfaces com a Saúde Pública”, onde exploramos as implementações da FMPB na esfera médico-sanitária, que visaram a aprimorar as condições de saúde da população.

Nas **Considerações finais**, retornamos ao problema de pesquisa, confrontando-o com o alcance dos objetivos e a validação do argumento de tese defendido. Sintetizamos os principais resultados e reflexionamos sobre como eles contribuem para a historiografia educacional, como também apontamos aberturas para novos estudos que possam aprofundar categorias que foram tangenciadas por este trabalho doutoral.

1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

O ponto de partida para qualquer discussão sobre universidade não poderá ser, portanto, o fenômeno universitário analisado fora de uma realidade concreta, mas como parte de uma totalidade, de um processo social, amplo, de uma problemática mais geral do país (Fávero, 2006, p. 18-19).

1.1 Apontamentos histórico-normativos acerca da expansão do ensino superior no Brasil

Depreende-se da inscrição em realce (Fávero, 2006) que é inescusável intencionarmos (re)constituir a história da FMPB, isentando-nos do seu encadeamento ao processo de transição social experienciado pelo Brasil ao longo do tempo. Concorde Fernandes (1975, p. 27), “[...] as transformações que afetaram a estrutura e o funcionamento das escolas superiores estavam imersas em processos histórico-sociais mais amplos”. Então, com o objetivo de descrever o panorama histórico acerca do ensino superior no Brasil, com enfoque na formação médica, correlacionando-o com a implementação do ensino superior na Paraíba, embora de forma breve, realizamos alguns deslocamentos pelas circunstâncias políticas, econômicas, culturais e normativas que determinaram a organização e expansão da educação no Brasil, com realce no ensino superior em Medicina.

Em períodos de crises e calmaria, os textos normativos têm a capacidade de esclarecer as intenções postas para as instituições educativas (Julia, 2001). Em função disso, recorreremos às Constituições brasileiras e algumas das principais leis disciplinadoras do ensino superior publicadas até 1974, marco final desta pesquisa. As incursões enquadraram da primeira Lei Maior, outorgada pelo Imperador D. Pedro I em 1824, dois anos após a Proclamação da Independência do Brasil, à sexta Carta Pátria, promulgada²¹ pelo Congresso Nacional em 1967 durante o Regime Civil-Militar. Incluímos as Constituições porque são normas fundamentais orientadoras do ordenamento jurídico e administrativo e, junto às demais regras, refletem os avanços, permanências e retrocessos experimentados pela educação brasileira, neste particular pelo ensino superior no transcorrer do processo histórico.

As instituições educativas não surgiram do vácuo deixado por outras instituições. Gradativamente, foram se constituindo, inventando e produzindo seus próprios espaços, em íntima conexão com outros domínios da sociedade (Faria Filho, 2003). Por conseguinte, a chegada dos jesuítas ao Brasil em 1549 é essencial para compreendermos essas instituições,

²¹ Apesar de a Constituição de 1967 ter declarado que o Congresso Nacional a decretou e promulgou, devido à prévia dissolução de parte do Congresso por cassação da oposição, a Assembleia Constituinte não representou a vontade do povo, mas sim seguiu as regras do governo ditatorial. Por isso, parece mais prudente afirmar que tal Constituição Federal foi outorgada.

uma vez que eles criaram o que podemos denominar de primeiras escolas. Com o mote de inculcar nos nativos o catolicismo, colonizá-los e educá-los, bem como propiciar a cultura letrada para as elites, disseminaram colégios e seminários pelas várias localidades da Colônia (Saviani, 2008, 2013).

De início, o objetivo maior dos missionários da Companhia de Jesus era o estabelecimento de escolas. Inobstante as tivessem idealizado para ensinar e doutrinar os filhos dos gentios e dos cristãos, em “[...] certa altura da catequese dos índios, os próprios jesuítas vão julgá-las (as letras) desnecessárias. E os colégios, estes se voltaram sobretudo para os filhos dos principais” (Paiva, 2003, p. 44). É significativo consignar, nesse movimento, que “[...] a escravidão e a dominação religiosa foram os pilares da colonização portuguesa no Brasil e continuou a sustentar o país independente, com a Igreja Católica no papel de fiadora da Monarquia”, em que o ensino pretendia a adesão plena dos conquistados à cultura portuguesa (Cunha, 2017, p. 77).

No dualismo educacional colonial, para proporcionar às classes dominantes uma cultura letrada superiormente diferenciada daquela reservada aos dominados, o ensino primário era prestado em escolas exclusivas ou com professores particulares a domicílio, contudo aos desfavorecidos era ministrado nos aldeamentos, em exíguos estabelecimentos públicos e privados. Dessa maneira, os filhos dos funcionários da Coroa, dos senhores de engenho, dos criadores de gado, dos artesãos e, no século XVIII, dos mineradores usufruíam de colégios jesuítas mais bem estruturados (Cunha, 2003, 2017).

A discrepância prosseguiu nos demais níveis de ensino, manifestando-se na menor quantidade e qualidade da escolarização atingível pelas camadas populares, com profundas distorções na equidade de acesso, permanência e aprendizagem. Reforça Fávero (2006) que alguns dos impasses atuais experimentados pelas universidades e faculdades se originaram na história dessas instituições, criadas para atender às minorias, sem definição de suas funções na produção do conhecimento, tampouco na pesquisa científica.

No Brasil Colônia, o período jesuítico abrangeu os anos de 1549 a 1759, entretanto, a partir de 1599, estruturaram e consolidaram a maneira de educar com base no *Ratio Studiorum*: um código educativo elitista e universalista, reservado aos filhos dos colonos e excludente dos silvícolas, utilizado por todos os jesuítas independentemente das individualidades regionais e culturais em que atuavam (Saviani, 2008, 2013; Rossato, 2012). Como evidência disso, no currículo seguido pela Companhia de Jesus era perceptível a hegemonia da cultura greco-romana nas aulas de Gramática, Retórica, Humanidades, Filosofia e Teologia (Paiva, 2003).

Em 1759, o primeiro-ministro de Portugal, Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal, um déspota esclarecido e influenciado pelo Iluminismo, expulsou os jesuítas de Portugal e de suas colônias. Com a finalidade de tornar a educação mais utilitária ao Estado, e não à Igreja, durante a sua gestão ministerial, empreendeu uma série de reformas. Dentre seus feitos, implementou as aulas régias, que se processavam em avulso nas casas dos professores e eram guiadas por conteúdos isolados, tais quais primeiras letras, Latim e Filosofia. Esses influxos, determinados pela estatização e secularização da educação, perduraram no Brasil até 1834, embora tal período tenha sido historicamente demarcado a menor, abrangendo 1759 a 1822 (Saviani, 2013).

No período colonial e imperial, Portugal vivenciava uma dependência divergente econômica e culturalmente, que se refletia no Brasil. Sob o aspecto econômico, devido aos diversos acordos que havia formalizado, a Metrópole era subordinada à Inglaterra, mas, do ponto de vista cultural, era subordinada à França. Nessa encruzilhada, a emancipação intelectual do Brasil se antagonizava com o regime de exploração imposto por Portugal. Ao contrário das colônias espanholas que conceberam suas universidades desde o século XVI, aqui as instituições de ensino superior eram desencorajadas, ou mesmo proibidas. O máximo de incentivo consistia na concessão de bolsas pela Coroa para a descendência aristocrata habitante do Brasil estudar em Coimbra (Cunha, 2003; Durham, 2003; Saviani, 2010; Rossato, 2012).

Essa ausência de tradição intelectual influenciou negativamente a experiência universitária brasileira (Fernandes, 1975). Apesar de existirem cursos isolados de Filosofia e Teologia ministrados pelos jesuítas, outros cursos superiores tão somente foram instalados com a vinda da corte real para o Brasil, em 1808, de forma que o ensino superior correspondente ao hodierno nada herdou da Companhia de Jesus, mas resultou da ampliação e diferenciação das instituições do início do século XIX inauguradas na Bahia e no Rio de Janeiro, mediante cátedras isoladas dedicadas à formação de profissionais da Medicina e da Engenharia, pois eram profissões estratégicas para os interesses da Monarquia e das elites locais (Cunha, 2003; Durham, 2003; Rossato, 2012; Saviani, 2010). Para Sampaio (1991), até a reforma Leôncio de Carvalho, em 1879 – comentada mais adiante –, o ensino superior brasileiro estava arraigado à vontade política da Monarquia, que determinava a criação de poucas instituições, a nomeação dos seus dirigentes, o formato dos currículos e das cátedras, estreitamente direcionadas pelos critérios políticos, em detrimento da base acadêmica.

Vale esclarecer que as cátedras eram estruturas básicas, aliás precárias, centradas em um único professor vitalício, que lecionava aos seus alunos em ambientes improvisados e por conta própria. Propriamente das cátedras, despontaram as escolas superiores, as

academias e as faculdades organizadas em torno de administração, programas, seriações, locais de instalação e meios de funcionamento preestabelecidos (Cunha, 2017). Bem mais adiante, na década de 1960, quando afloraram os movimentos populares, cujas pautas também contemplavam a escolarização, a União Nacional dos Estudantes (UNE), apoiada por professores e outros intelectuais devotados à educação, conduziu a reação estudantil contra o encastelamento universitário da cátedra vitalícia, que não propiciava espaços de renovação (Cunha, 2003; Goés, 2002).

Historicamente, a normatização da educação nasceu justaposta às relações sociais, para regular as condutas de pessoas físicas e jurídicas, incluindo as do Estado. Nesse disciplinamento, as Constituições, por estarem no topo da pirâmide, orientam a todos. Segundo Bobbio (1995), jusfilósofo idealizador da Teoria do Ordenamento Jurídico, que é o conjunto de leis de um Estado, as normas jurídicas não existem isoladamente, mas integram um sistema unificado, coerente e completo, cujo fundamento de validade se amalgama à norma fundamental anterior, mais hierarquizada, com a qual todas as demais devem dialogar com vistas à interpretação, aplicação e efeito adequados (Bobbio, 1995).

A primeira Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824, tratou sobre a educação minimamente no título das garantias e direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros. Simplesmente dois dispositivos – artigo 179, incisos XXXII e XXXIII – dedicaram-se à educação. A grafia original fez constar a garantia da “instrucção [sic] primária e gratuita a todos os Cidadãos”, bem como “Collegios [sic] e Universidades, aonde [sic] serão ensinados os elementos das Sciencias [sic], Bellas Letras e Artes” (Brasil, 1824). Na Constituição em menção, o objetivo prioritário era fortalecer o Poder Moderador. Nela, percebemos a educação posicionada em segundo plano, sem que o Império assumisse a responsabilidade educacional, o que evidenciava a desigualdade na oferta da instrução primária, porque arremessava todos os não cidadãos do nível escolar elementar. A segunda alusão educacional, na Constituição Imperial, apenas designou o conteúdo a ser lecionado: Ciências, Belas-Letras e Artes.

Três anos mais tarde, D. Pedro I sancionou a Lei s/n, de 15 de outubro de 1827, que determinava a construção de escolas de primeiras letras em todas as localidades mais populosas do Império. Essa primeira lei educacional do Brasil, entre outras disposições, definiu a aplicabilidade do método Lancaster²²; a estruturação das escolas; a faixa para os ordenados dos

²² O método pedagógico *lancasteriano*, também denominado de método mútuo, foi elaborado pelo inglês Joseph Lancaster. Aplicado inicialmente na Europa do século XVIII, para favorecer o ensino e a aprendizagem de classes escolares numerosas, em que os alunos eram agrupados mediante os níveis de

professores a depender das condições da população e da “carestia”; a admissão e a capacitação dos professores; e diferenciou o currículo nas escolas para meninas em relação ao das escolas para meninos (Brasil, 1827). Na erudição de Faria Filho (2003), a vontade legislativa explícita na Lei de 15 de outubro de 1827 era instruir minimamente as classes inferiores para arregimentá-las em benesse da governabilidade necessária ao recém-independente Estado brasileiro, porque, em tese, o povo mais instruído melhor compreenderia e obedeceria às leis.

No ensino superior, a junção das cátedras no Período Imperial não foi suficiente para mudar substancialmente os padrões da educação (Cunha, 2003). Orientado para a formação profissional e sob forte controle do Estado, desde 1808 até a Proclamação da República, o ensino superior se desenvolveu lenta e isoladamente, com foco nas profissões liberais, somando o curso de Direito aos já citados cursos de Medicina e Engenharia. Em um modelo estanque, esses cursos eram divorciados da pesquisa científica e focados na formação profissional, haja vista pretender a diplomação, o prestígio social e o posicionamento do bacharel no mercado de trabalho (Sampaio, 1991).

Ainda no Período Imperial, atitude significativa para o ensino superior foi dada por intermédio da reforma denominada Leôncio de Carvalho, subscrita por Carlos Leôncio de Carvalho, então ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, com a rubrica do Imperador. Instituída pelo Decreto n.º 7.247, de 19 de abril de 1879, reformou os ensinos primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Brasil (Brasil, 1879).

Nas modificações estruturais normativas do ensino superior brasileiro, os movimentos positivistas e liberais destacaram-se em suas influências. Os liberais defendiam a criação de universidades, mas os positivistas eram contrários, devido ao grande comprometimento delas com o conhecimento metafísico. Isto é, os adeptos das ideias de Augusto Comte entendiam a universidade como arcaica, sujeita ao controle oficial, com origem teológica e metafísica, porém consideraram as escolas isoladas como mais adequadas às suas concepções (Cunha, 2003; Paim, 1982).

A maioria dos artigos do Decreto n.º 7.247/1879 se dedicou ao ensino superior, em particular, nos seguintes termos: delimitou os estatutos das faculdades de Direito, de Medicina e das escolas politécnicas; permitiu, em todo o Império, a implementação do ensino superior e a participação da iniciativa privada nesse nível educativo; estabeleceu os critérios seletivos e de matrícula nas escolas e faculdades dependentes do Ministério do Império, bem

escolarização sob a coordenação de um monitor escolhido dentre os alunos mais adiantados nos estudos para auxiliar o professor. Assim, o professor lecionava para classes extensas, com economia de tempo e recurso em relação ao método individual (Faria Filho, 2003).

como os parâmetros de nomeação e o interstício de suas diretorias; especificou os salários dos professores, os currículos das faculdades de Direito e de Medicina, às quais estavam anexadas uma escola de Farmácia, de Obstetrícia e Ginecologia e de Cirurgia Dentária; definiu a estrutura dessas escolas e faculdades e disciplinou a habilitação dos bacharéis de Direito e a titulação dos doutores ou bacharéis de Medicina, conforme o curso em que colaram grau, bem como condicionou o exercício médico e cirúrgico daqueles que se formaram no exterior à aprovação em exames semelhantes aos aplicados aos que estudaram no Brasil (Brasil, 1879), remetendo às premissas da regulamentação do exercício profissional em Saúde.

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, marcou o término da Monarquia e o início da Primeira República. Ainda que de forma insuficiente, inovou no campo educacional ao estabelecer e repartir as competências legislativas e de implementação educacional, além de determinar a laicidade do ensino nas instituições educativas públicas (Brasil, 1891), impondo uma certa baliza entre Igreja e Estado.

Nos arremates do século XIX, em concordância com as mudanças sociais ocorridas no Brasil, foram introduzidas algumas atualizações tecnológicas nas instituições educativas. O ensino, outrora privativo do poder central, foi descentralizado para os governos estaduais e se ratificou a abertura à iniciativa privada, resultando na ampliação do acesso ao ensino superior. Com isso, a atenção educativa se deslocou um pouco mais para a formação tecnológica, que exigia base científica mais conveniente (Sampaio, 1991).

Até a transferência da Corte para o Rio de Janeiro em 1808, os parques empreendimentos no ensino superior eram clericais. Entre 1808 e 1889, tornaram-se estatais, pois o Império centralizava a criação e o funcionamento das IES. Todavia, a Proclamação da República e suas inovações, como o federalismo, Estados parcialmente autônomos e regidos por Constituições próprias, além do aumento das exigências burocráticas públicas e privadas, reverberaram em maior demanda por ensino secundário e superior (Cunha, 2003).

Ter filhos bacharéis ou doutores compunha os anseios dos latifundiários a fim de aumentarem e perpetuarem o prestígio político, social e econômico. Enquanto isso, os trabalhadores e colonos aspiravam ao ensino superior como via para melhorar as condições de vida (Cunha, 2003). Como resultado, as pressões por escolarização oscilavam entre duas frentes: das classes populares, pela democratização do acesso ao ensino, ainda muito direcionado às elites; e das elites, pelo controle e manutenção da educação elitizante. Nesse dualismo, houve um atropelamento da expansão escolar e não alcançamos a universalidade e a gratuidade plena. Para as classes subalternas, direcionaram apenas os níveis elementares

instrucionais e o ensino superior permaneceu elitizado. Avolumaram, desta forma, as requisições por oportunidades educacionais. E, em contraste com as demandas das classes subalternas, a estrutura institucional escolar continuou insuficiente para atendê-las em número e qualidade (Romanelli, 1986).

Paralelamente à vigência da Constituição de 1891, nas primeiras décadas da República, novas reformas educacionais ampliaram a entrada no ensino superior por intermédio da criação de escolas superiores de Medicina, Obstetrícia, Odontologia, Farmácia, Direito, Engenharia, Economia e Agronomia, mas essa expansão foi entendida como passível de comprometer o privilégio das classes dominantes, porque o diploma perdia a raridade, ameaçando a exclusividade dos filhos das elites (Cunha, 2003).

Destarte, a Reforma Rivadávia Corrêa, assinada pelo então ministro da Justiça e dos Negócios Interiores Rivadávia da Cunha Corrêa e pelo presidente Hermes Rodrigues da Fonseca, mediante o Decreto n.º 8.659, de 5 de abril de 1911, aprovou a Lei Orgânica do Ensino Superior, interessada em desoficializar o ensino superior e conter o excesso de alunos. No quesito contenção, estabeleceu exames admissionais e eliminou o privilégio dos egressos do prestigiado Colégio Pedro II, que contavam com a vaga garantida em qualquer IES brasileira pelo simples fato de terem concluído os estudos anteriores em tal colégio. No tema desoficialização, concedeu autonomia didática e administrativa às IES, proporcionando aos grupos privados inaugurarem universidades e faculdades (Cunha, 2003).

Dentre as Constituições investigadas, a que mais se dedicou à educação foi a de 16 de julho de 1934, entretanto sua vigência foi fugaz, por apenas três anos. Veio à existência em momentos de efervescentes debates sobre a educação, basta vermos que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova²³, lançado em 1932, estava na pauta da vez e influenciou a aludida Carta, acolhedora de várias das propostas dos signatários desse documento.

No Diploma Maior de 1934 (Brasil, 1934), emanado no início da Segunda República sob o governo constitucional de Getúlio Vargas, a educação foi meticulosamente abordada, sendo adjetivada como um direito público e subjetivo de todos. Esta Carta Política disciplinou o Plano Nacional de Educação (PNE), o Conselho Nacional de Educação (CNE), o financiamento e o incentivo à expansão do ensino. Discorreu sobre o ensino rural, o higienismo escolar, os direitos do magistério, como a liberdade de cátedra, o acesso à

²³ O Manifesto resultou de um movimento em curso desde 1920, contudo foi lançado em 1932 por 26 intelectuais educadores, contendo críticas e alternativas para as questões educacionais do Brasil. Dentre as propostas, constavam: ampliação do acesso à educação, ensino público, gratuito e obrigatório, ensino laico e formação universitária para os docentes (Azevedo *et al.*, 2010).

docência oficial com vitaliciedade e inamovibilidade e a proteção aos professores das instituições particulares de ensino.

No entanto, a Constituição de 1934, com brevidade, foi revogada pela Constituição de 1937, também subscrita por Getúlio Vargas e outros, como Francisco Campos e Gustavo Capanema²⁴. Não obstante ambas as Cartas – de 1934 e de 1937 – procederem de Getúlio Vargas, reproduziram matizes de contextos distintos. O Texto de 1934 nasceu em meio a um regime democrático, porém afetado pela crise de 1929. Em contrapartida, a Carta de 1937 resultou de uma ditadura, que reverberou nas prescrições educacionais constitucionais.

Ao analisar esses reflexos, Romanelli (1986) deduziu que o Brasil, à deriva da própria sorte, tentou emergir da crise de 1929 mediante a acumulação primitiva de capital – espoliação capitalista dos ricos sobre os mais pobres – e do aumento do consumo interno. Nesse cenário, vários embates conexos à mesma conjuntura, incluindo aqueles relacionados à industrialização, influenciaram a expansão do ensino, em parte, porque a sociedade carecia de um Estado atuante para qualificá-la, pela trajetória educacional, para as novas modalidades trabalhistas.

O período pós-revolução de 1930 demarcou o retorno do protagonismo estatal no ensino superior, expresso na Reforma Francisco Campos, na criação do Ministério da Educação e da Saúde e no Estatuto das Universidades (Saviani, 2010). Verdadeiramente, ao examinarmos a regulamentação educacional nas Constituições de 1934 e 1937 (Brasil, 1934, 1937), notamos apagões significativos, porque, na de 1937, há presença marcante do autoritarismo governamental e o direcionamento da educação para o ideário do Estado Novo, período compreendido entre 1937 e 1945, em parte atravessado pela Segunda Guerra Mundial, que perdurou de 1939 a 1945, no qual as responsabilidades dos estados foram centralizadas em Getúlio Vargas.

No contexto da Reforma Francisco Campos, o Decreto-Lei n.º 19.851, promulgado em 11 de abril de 1931, foi denominado Estatuto das Universidades Brasileiras, configurando-se um dos primeiros marcos estruturais da educação superior no país. No mesmo ano, outros dois decretos-leis foram incorporados à dita Reforma: o Decreto n.º 19.850, que criou o CNE, e o Decreto n.º 19.852, que organizou a Universidade do Rio de Janeiro, cujo modelo deveria ser adotado pelas demais universidades brasileiras (Rothen, 2012).

Em Brasil (1937), a formação escolar foi direcionada para a formação intelectual, moral, disciplinar e física. Determinou-se adestramento físico dos jovens e implantou-se o

²⁴ Ambos também foram ministros da Educação e da Saúde no governo de Getúlio Vargas.

ensino profissional para as classes populares, perpetuando a diferenciação escolar entre as classes abastadas e proletárias.

Do ponto de vista de investimentos educacionais, os percentuais de recursos aplicados foram desobrigados e criou-se solidariamente uma contribuição para o custeio da educação, denominada caixa escolar (Brasil, 1937). Em suma, o compromisso maior das escolas passou a ser com o desenvolvimento econômico, com o patriotismo e com a defesa nacional peculiares ao Estado Novo.

A estruturação dual discriminatória prevaleceu no governo ditatorial de Vargas, pois o ensino médio era bifurcado em duas direções: o ramo secundário, de natureza propedêutica, conduzia direta e irrestritamente as elites ao ensino superior, mas os ramos profissionais impediam o acesso de seus diplomados, pertencentes às camadas mais pobres, ao ensino superior, se não cumprissem os dificultosos exames admissionais (Cunha, 2003).

Com a retomada do regime democrático, a Constituição de 1946 restabeleceu parte das normas educacionais suprimidas pelo Estado Novo, incentivou a expansão do ensino superior e, por consequência, a fundação da FMPB, por determinar a organização dos sistemas de ensino e direcionar aporte financeiro da União aos Estados e ao Distrito Federal para a criação de IES, bem como compartiu o dever da instrução primária com as indústrias e as empresas comerciais e rurais, tanto para os trabalhadores quanto para os seus filhos (Brasil, 1946).

Os governos desenvolvimentistas ecoaram na educação brasileira. Documento que localizamos no arquivo histórico do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP)²⁵ corrobora essa inferência, por assim constar:

O Senhor Presidente da República, através das mensagens enviadas ao Congresso Nacional por ocasião da abertura das sessões legislativas em 1957 e 1958, propugna uma política administrativa baseada na educação para o desenvolvimento, tendo em vista a crescente expansão da estrutura econômica do país (INEP, 19?, p. 12).

No recorte acima, expressamente o presidente da República, em 1957 e 1958, direciona as políticas educacionais para o projeto nacional expansionista em vigor. Nesse ínterim, a Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), foi uma divisa normativa destacada.

Nossa primeira LDBEN veiculou o pensamento liberal e pretendeu proporcionar autonomia às universidades (Brasil, 1961). Contudo, Fernandes (1975), ao tecer uma

²⁵ Não consta a data exata do documento, mas do seu inteiro teor depreende-se que trata acerca da educação brasileira nos anos de 1956 a 1957, época em que o Brasil era presidido por Juscelino Kubitschek (1956-1960), cuja gestão foi marcada pela intenção em modernização do país mediante o aporte de capital estrangeiro.

profunda análise histórico-sociológica a respeito da reforma universitária, entendida como o conjunto de medidas quantiquantitativamente destinadas a adaptar o ensino superior às novas exigências brasileiras, identificou que a LDBEN de 1961 não propiciou as transformações profundas e radicais necessárias à solução do problema das vagas e da qualidade do ensino superior brasileiro, que continuou carecendo de equanimidade entre as classes sociais. Argumentou Fernandes (1975): a responsabilidade pelos infortúnios não está nas universidades em si mesmas, mas sim é herança do passado, que as acompanhou quando foram conglomeradas sem extirpar as condições adversas anteriores.

Na continuidade, a sexta Constituição da República Federativa do Brasil, que entrou em vigor em 15 de março de 1967, durante a Ditadura Civil-Militar, foi marcada pela centralização dos poderes no governo federal, enfraquecendo estados e municípios. Ainda assim, inicialmente, os dispositivos constitucionais dedicados à educação, teoricamente, não eram restritos. Conforme se depreende de Brasil (1967), a competência da União para estabelecer diretrizes e bases da educação, sem a supressão da competência privativa dos estados, foi preservada; a educação, como direito de todos e ofertada no lar e na escola com igualdade de oportunidades, obrigatória dos 7 aos 14 anos nas escolas primárias oficiais, também constava; a cátedra permaneceu livre; e a oferta de educação primária pelas empresas para empregados e seus filhos foi mantida.

Ainda na égide da Constituição de 1967, por intermédio da Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, conhecida como a Lei da Reforma Universitária, o governo fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior. Em regra, o ensino superior passou a ser ministrado em universidades formadas pela reunião de estabelecimentos anteriormente isolados, os quais, após esta lei, deveriam se tornar exceções; concedeu autonomia às universidades, constituindo-as em autarquias de regime especial; e eliminou as cátedras (Brasil, 1968c).

A eliminação das cátedras é considerada uma das maiores conquistas em relação ao modelo retrógrado de funcionamento do ensino superior no Brasil. Com tal supressão, introduziu-se o regime de tempo integral e de dedicação exclusiva dos docentes, consolidou-se a estrutura departamental, as disciplinas passaram a atender ao sistema de créditos e adquiriram periodicidade semestral (C. Machado; Nunes; A. Machado, 2022). No entanto, a autonomia apregoada pela Lei da Reforma Universitária de 1968 era limitada por vários dispositivos, como o Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e o Decreto-Lei n.º 477, de 26 de fevereiro de 1969. Este definia as infrações disciplinares praticadas por professores, alunos e funcionários das instituições educativas, e aquele detalhava as

consequências da suspensão dos direitos políticos (Cunha, 2003). Inclusive, reitores, sumariamente, foram afastados dos cargos e interventores nomeados, tal como ocorreu na UFPB, como discutiremos no item 3.3.

Na opinião de Fernandes (1975, p. 239), por meio da Reforma Universitária, ainda com um certo atraso, parte da pauta das manifestações sociais dos intelectuais da educação e dos estudantes organizados na UNE e seccionais estaduais corporificaram-se no âmbito institucional, mas “[...] a universidade está sufocada e a reforma universitária é contida e conturbada, porque não conseguimos concluir a revolução republicana e organizar uma sociedade nacional democrática”. Na assimilação desse depoimento, é substancial situá-lo no contexto histórico do qual surgiu. Escrito em 1975, na dolorosa travessia do Regime Civil-Militar, denota que, apesar de ter se passado sete anos de início da Reforma Universitária (1968-1975), diante da opressão ditatorial, os resultados desejados para o ensino superior estavam à míngua de efetivação plena.

A Emenda Constitucional n.º 1, substitutiva da Constituição Federal de 1967, manteve a educação no mesmo título “Da Família, da Educação e da Cultura” e preservou a maioria do Texto antecedente (Brasil, 1969b). Entretanto, compatibilizando-se com o controle e a centralização típica do Regime Civil-Militar, com poucas palavras, inseriu mudanças substanciais, repressivas da produção e difusão do conhecimento científico e cultural.

Ao texto preexistente, “as ciências, as letras e as artes são livres”, acrescentou-se: “[...] ressalvado o disposto no parágrafo 8º do artigo 153” (Brasil, 1969b). Nessa sutileza deletéria às expressões culturais e científicas, o obstáculo se apresentou precisamente na ressalva em negrito, *in verbis*:

Art. 153 - A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: § 8º - É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica, bem como a prestação de informação independentemente de censura, **salvo quanto a diversões e espetáculos públicos, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer.** É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos não depende de licença da autoridade. **Não serão, porém, toleradas** a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe, e **as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes** (Brasil, 1969b, grifamos).

Se não bastasse a censura à atividade docente, ao material didático e às demais formas de expressões culturais e acadêmicas, no artigo 176, § 3º, inciso VII, que fala sobre o princípio da “[...] liberdade de comunicação de conhecimentos no exercício do magistério” (Brasil, 1969b), inseriram uma nova ressalva, a do artigo 154, autorizadora da suspensão dos

direitos daqueles acusados de abuso do direito individual ou político, sem prejuízo das ações nas esferas cível e penal. Por conseguinte, está bem documentado na História da Educação Brasileira que, no decurso do Governo Civil-Militar, o autoritarismo e o controle do conhecimento como maneira de dominação imperaram. Reprimiram severamente os cursos superiores estimuladores do pensamento crítico e os intelectuais suspeitos de subverter a ordem e propagar qualquer ideia discordante do sistema no poder.

Cunha (2002, p. 32-37) sintetiza o vilipêndio contra a educação, educadores/as e educandos/as nas IES brasileiras da seguinte maneira:

Foram banidos do território nacional, por razões políticas, 80 brasileiros. Cerca de 400 pessoas foram mortas ou se encontram desaparecidas, devido à onda repressiva mais forte de nossa história: uma dezena de milhar de brasileiros deixou seu país em virtude de ameaças e perseguições de caráter político-ideológico. [...] reitores foram demitidos, programas educacionais e sistemas educativos foram atingidos. [...] Professores e estudantes universitários foram expulsos das instituições onde lecionavam ou estudavam.

Na justaposição da História da Educação com a maneira pela qual o Estado se manifesta no atendimento das requisições sociais, é perceptível muitos hiatos. Ao nível superior, essas vicissitudes foram/são mais proeminentes, porém, mesmo em contextos de repressão, professores, estudantes e outros intelectuais mantiveram-se imbuídos da causa educacional.

Nesse processo, as normas educacionais evidenciam as conquistas e os retrocessos experienciados no campo educacional. Sendo assim, as Constituições Federais, por serem normas basilares do ordenamento jurídico, são apropriadas para fornecer um balanço geral do interesse dos governos pela educação e da evolução normativa que sobre o ensino superior repercute.

No Apêndice B, condensamos o disciplinamento das leis fundamentais brasileiras quanto à educação, organizadas pela data do início da vigência, da mais antiga para a mais recente. Esse procedimento possibilitou a elucidação de que a educação foi somente posicionada como um direito subjetivo de todos na terceira Constituição do Brasil, a de 1934, entretanto com a sua efetivação incompleta e compartilhada com os poderes públicos e a família. Dentre as turvações e recuos, tivemos, na Carta Imperial de 1824, mais de três séculos depois do início da colonização, a precária instrução primária centralizada no imperador e excludente de todos não cidadãos. O Texto Magno de 1891 foi bastante comedido em relação à educação, mas a descentralizou em parte para os estados e, pela primeira vez, objetivou reduzir a influência religiosa na escolarização, por determinar a laicização do ensino oficial. A Constituição de 1934, de certa forma, avançou, ainda assim o Estado não se assumiu completamente provedor. Como antecipamos, a educação deveria ser ministrada pela família e pelos poderes públicos. A Lei Maior de 1937 manteve o Estado

parcialmente ausente, porquanto se pronunciou meramente no que envolve a gratuidade do ensino primário e, para a implementação deste, exigiu uma contribuição módica mensal solidária. O Texto de 1946 procurou avançar, ainda assim, a efetividade da educação permaneceu dissonante entre os privilegiados e os suscetíveis socialmente. A Constituição de 1967 estabeleceu a gratuidade e a obrigatoriedade unicamente para o ensino primário, na faixa dos 7 aos 14 anos, e fortaleceu o ensino privado, mas restringiu a liberdade intelectual e acadêmica (Brasil, 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967).

A partir do diálogo transdisciplinar com as fontes consultadas, possibilitado pela NHC, percebemos oscilações na função estatal de fornecedor da educação, por vezes centralizador, por vezes descentralizador, por vezes omissos quanto ao ensino superior, por vezes compartilhando as incumbências educacionais com a família e com a iniciativa privada. O que nos preocupa é que Constituições fugazes, e/ou refreadas pelos regimes ditatoriais, e/ou direcionadas para os grupos hegemônicos, não passam de mera carta de intenção sem validade no plano fático para as classes desfavorecidas.

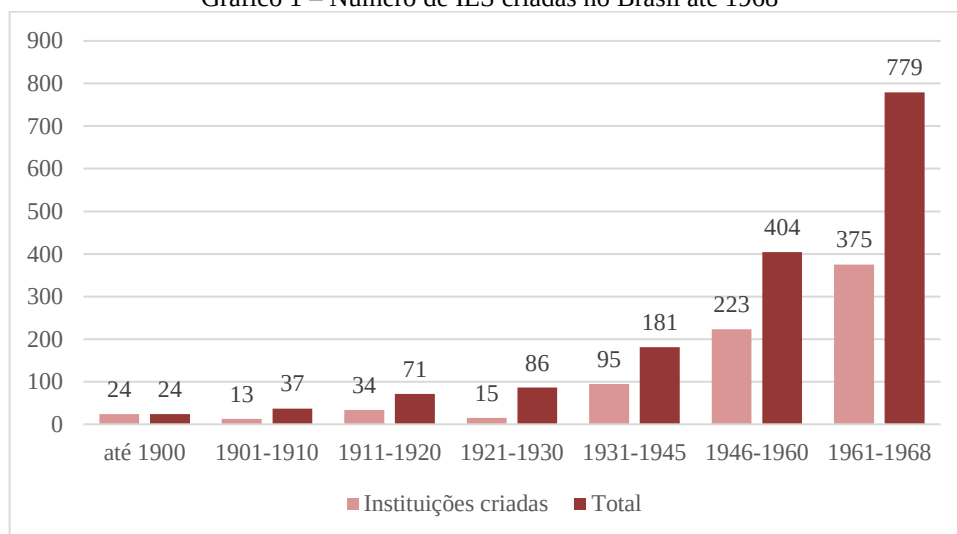
Todos esses aspectos se refletiram na organização e na expansão do ensino superior, conforme discutiremos nas subdivisões adiante.

1.1.1 As trilhas da ampliação do ensino superior no Brasil

Como desvelamos no tópico pregresso, o ensino superior no Brasil se iniciou timidamente mediante escolas isoladas implantadas com a chegada da família real em 1808. Somente no século XX, a partir da reunião das instituições isoladas, as universidades surgiram, malgrado isso, acumulou carências nesse percurso. Cunha (2003) recorda que a Primeira República também retardou a iniciação das universidades. Complementa Fernandes (1975) que as reformas educacionais e outras medidas implementadas ao longo da História da Educação não incrementaram a oferta de vagas capazes de atender integralmente à demanda brasileira pelo grau universitário.

Diante disso, fomos incitados a conhecer a cronologia de criação das IES e a partilha numérica dessas nas subdivisões administrativas brasileiras. Para tanto, recorreremos a Teixeira (1989) e aos acervos do INEP e do IBGE, cujos dados estão representados nos gráficos 1 e 2 e no quadro 3, a seguir:

Gráfico 1 – Número de IES criadas no Brasil até 1968



Fonte: Elaborado com base em Teixeira (1989).

O gráfico 1 demonstra que, em 351 anos de educação no Brasil, desde a chegada dos jesuítas em 1549 até 1900, foram criadas 24 (3%) IES. No decorrer da década seguinte (1901-1910), instalaram 13 novas instituições. De 1911 a 1920, implantaram 34, com um decréscimo nesse compasso no decênio 1921-1930, quando surgiram 15 IES. Após essa breve decaída, houve um aumento significativo nos números. Nos 37 anos compreendidos entre 1931 e 1968, inauguraram 693, que correspondeu a 88,96% de todas as IES criadas no Brasil até o ano de 1968. Nos últimos oito anos desse interregno, conceberam 375, ou seja, 48,1% de todas as IES brasileiras até aquele tempo.

A despeito da ampliação da rede em questão, a distribuição das IES nos estados e regiões brasileiras foi heterogênea, singularmente em função da iniciativa privada. Os números de IES existentes no Brasil no ano de 1968, detalhados por dependência administrativa federal, estadual, municipal e particular, legitimam essa convicção.

Quadro 2 – IES brasileiras existentes em 1968 segundo a dependência administrativa
(continua)

Ordem	Estados e Distrito Federal	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1º	São Paulo	2	40	14	118	174
2º	Minas Gerais	34	10	2	55	101
3º	Rio Grande do Sul	29	1	3	56	89
4º	Guanabara	32	8	0	30	70
5º	Paraná	11	17	2	17	47
6º	Pernambuco	22	2	0	18	42
7º	Bahia	16	3	2	17	38
8º	Rio de Janeiro	20	1	1	16	38
9º	Ceará	13	4	0	6	23
10º	Santa Catarina	7	1	3	10	21

Quadro 2 – IES brasileiras existentes em 1968 segundo a dependência administrativa
(conclusão)

Ordem	Estados e Distrito Federal	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
11º	Paraíba	11	0	0	9	20
12º	Goiás	10	2	0	8	20
13º	Pará	16	1	0	0	17
14º	Espírito Santo	8	2	2	4	16
15º	Rio Grande do Norte	6	0	2	6	14
16º	Alagoas	12	0	0	1	13
17º	Maranhão	3	1	0	6	10
18º	Amazonas	1	0	0	7	8
19º	Mato Grosso	1	3	0	4	8
20º	Sergipe	1	2	0	3	6

Fonte: Elaborado com base no acervo do arquivo histórico do INEP (Brasil, 1968a).

Ao compararmos o quantitativo de IES informado por Teixeira (1989) com os dados obtidos no serviço de estatística do Ministério da Educação (MEC) (Brasil/MEC, 1968), notamos uma diferença de três instituições, indo de 782 para 779. Essa pequena divergência não parece enviesar a pesquisa, pois, ante o universo de 782 instituições, os resultados auferidos fornecem uma perspectiva significativa acerca da expansão da rede de ensino superior no período investigado.

No conjunto total especificado no quadro 2, quando acareamos o montante de IES por dependência administrativa, as de natureza privada somaram 396 (50%) do total de 782 (100%). As IES federais, com 256 (33%), ocuparam a segunda posição; as estaduais, com 99 (13%), preencheram a terceira colocação; e, com uma menor representatividade, estavam as municipais, com 31 (4%) IES em atividade na data da consolidação dos dados pelos estatísticos do MEC.

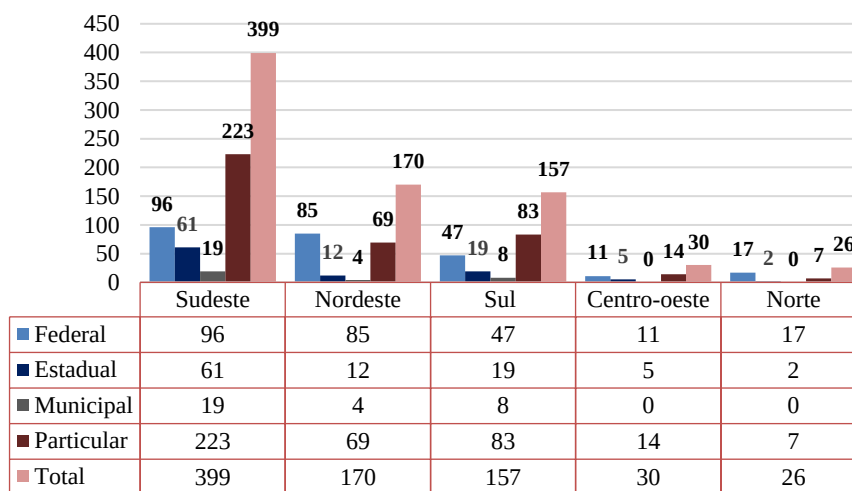
Com cautela, para não incidirmos em anacronismo na interpretação histórica desses resultados, impõe-nos informar que, em 1968, a compartimentação das unidades federadas nas regiões brasileiras não correspondia à atual. Recordamos que o estado da Guanabara, antigo Distrito Federal, a contar de 1974, foi fundido ao estado do Rio de Janeiro e suas instituições educativas naturalmente acompanharam a fusão.

O 30º Anuário Estatístico do Brasil informa a existência de 25 estados e o Distrito Federal em 1968, com uma distribuição integral nas grandes regiões do país da seguinte forma: na região Norte, havia seis estados – Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; na região Nordeste, eram nove estados – Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; na região Sudeste, encontrávamos quatro estados – Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, e o Distrito

Federal, Guanabara; na região Sul, havia três estados – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e, na região Centro-Oeste, também eram três estados – Mato Grosso, Goiás e o Distrito Federal (IBGE, 1969).

A repartição quantitativa da IES, por dependência administrativa, nas cinco regiões do país, pode ser apreciada no gráfico 2.

Gráfico 2 – Distribuição das IES brasileiras por dependência administrativa e por região no ano de 1968



Fonte: Elaborado com base nos dados do arquivo histórico do INEP (Brasil, 1968a) e do IBGE (1969).

A investigação tornou factível conhecermos que, em 1968, do total de 782 IES existentes no Brasil, a região Sudeste congregava mais da metade do somatório das demais regiões, com 399 (51%); a segunda posição era preenchida pela região Nordeste, com 170 (21,7%); em terceiro, figurava a região Sul, com 157 (20%); em quarto lugar, estava a região Centro-Oeste, com 30 (3,8%); e a retaguarda era ocupada pela região Norte, com 26 (3,3%) das escolas, faculdades, universidades ou fundações em atividade no Brasil.

Da análise em conjunto na distribuição das IES por estado e por região, percebemos Rondônia, Roraima e Pará, todos da região Norte, em 1968, ainda sem possuírem nenhuma IES. Os três estados com o maior número de IES eram: São Paulo, com 174, porém a maioria delas (n=118) de natureza privada; Minas Gerais, com 101, semelhantemente a maioria (n=55) pertencia à rede particular; e Rio Grande do Sul, com 89, de modo igual, a quantidade mais elevada (n=56) era particular. Ou melhor, as IES particulares eram as mais numerosas dentre todas as das demais dependências administrativas nas regiões Sudeste (n=223); Sul (n=83) e Centro-Oeste (n=14), corroborando a ilação anterior, que a expansão do ensino superior brasileiro foi impulsionada por meio das IES privadas.

Essa conjuntura se majora cada vez mais. Em todo o Brasil, das 922 IES existentes em 1996, 711 (77%) eram privadas. Em 2005, entre as 2.165, 1.934 (89,3%)

pertenciam à rede particular, somente 231 (10,7%) integravam a rede pública (Saviani, 2010). Acessamos o Censo da Educação Superior, publicado em novembro de 2022, com dados do ano de 2021, para elucidarmos que temos 2.261 (87,6%) IES privadas e 313 (12,2%) públicas. Ambas as categorias matricularam 8.986.554 (100%) estudantes nas suas diversas graduações, sendo 6.907.893 (76,9%) matrículas efetivadas pelas IES privadas e 2.078.661 (23,1%) pelas públicas (Brasil, 2022).

Em específico, o estado da Paraíba, não obstante, ter se inaugurado na educação superior somente no ano de 1934, como discutiremos mais adiante, 34 anos após, em 1968, ocupava a 11ª posição nacional em número de IES, com 20 na totalidade, diferenciando-se da tendência majoritária do país, porque 11 de suas IES integravam a rede federal e a menor quantidade (n=9) delas eram particulares. Sobre essa informação, é pertinente sublinhar que não havia, nem há, na Paraíba, 11 universidades federais, mas significa que o MEC calculou isoladamente as 11 escolas e faculdades que já estavam na UFPB, a saber, em João Pessoa: 1) Escola de Enfermagem; 2) Escola de Engenharia; 3) Faculdade de Ciências Econômicas; 4) Faculdade de Direito; 5) Faculdade de Farmácia e Bioquímica; 6) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; 7) Faculdade de Odontologia; 8) Faculdade de Medicina; em Campina Grande: 9) Escola Politécnica (Engenharia); 10) Faculdade de Ciências Econômicas; e em Areia: 11) Escola de Agronomia do Nordeste.

Diante da forma como as IES brasileiras se distribuíram pelo Brasil, uma nova curiosidade se manifestou: quais foram os determinantes para a predileção das IES a serem criadas, bem como o período e a localização para a sua instalação? As evidências historiográficas fortemente sugerem que essas decisões se alicerçaram em critérios políticos e econômicos, remetendo ao que Bourdieu (2007) identificou e conceituou como capital simbólico.

Para Bourdieu (2007), o capital simbólico decorre da conversão dos demais capitais: capital econômico, capital cultural e capital social, em prestígio usufruído no espaço social. Dessa maneira, a maioria do capital global, ou seja, o total de recursos, como econômicos, sociais e culturais, é recebido e consumido pelas classes dominantes, que se utilizam do capital simbólico para atender às suas próprias pretensões.

Ademais, a teoria *bourdieusiana* se estrutura sobre três importantes conceitos: capital, campo e *habitus*. Nesse sentido, o espaço social global é semelhante a um campo de forças e de embates onde os agentes se enfrentam em defesa de seus interesses, municiados por meios e fins diferenciados e compatíveis com suas posições. Aqueles com mais capital ocupam posição dominante nos respectivos campos, todavia o domínio em voga no campo

não resulta da ação de um único agente, ou grupo de agentes, mas é relacional e derivado da soma de fatores complexos que se entrecruzam na estrutura do campo (Bourdieu, 1996).

As primeiras IES comumente seguiram as trilhas, ou pelo menos a expectativa, do poder político e do desenvolvimento econômico. Apesar de exercerem função social, foram fundadas inicialmente para atender aos interesses das elites. Os tempos e os espaços prósperos influenciavam a criação e a subsistência institucional, escasseando a bonança, quando não socorrida, principalmente pelo poder público, estaria suscetível a perecer. Caso representativo dessa nossa compreensão é o informado por Cunha (2003) e Saviani (2010) sobre a primeira IES do país estruturada com o nome de “universidade”, criada em 1909 pela iniciativa privada em Manaus, no estado do Amazonas, durante o apogeu da exploração da borracha, a qual, 17 anos após, em 1926, ao se esgotar o ciclo do látex, do total de seis cursos: Medicina, Engenharia, Direito, Farmácia, Odontologia e Formação de Oficiais da Guarda Nacional, apenas um sobreviveu: a Faculdade de Direito, que, mais adiante, em 1962, foi incorporada à Universidade Federal do Amazonas.

Na rota do poder e do progresso, em voga ou almejados, as IES foram concebidas em locais estratégicos, abarcando variados campos do conhecimento. Dos documentos do Inep (Brasil, 1969a) e da consulta formulada aos históricos institucionais das principais IES que datam do século XIX, depreende-se que as primeiras escolas superiores surgiram em Salvador, na Bahia, mais fértil capitania e capital do Brasil colonial, local de desembarque de D. João VI, tal qual na Guanabara sucessora de Salvador em sediar o governo central até a transferência do Distrito Federal para Brasília.

Para lançar luz à evolução das IES brasileiras, delimitada por campo de conhecimento e por período de criação, consultamos as fontes do setor de documentação e informação da Diretoria de Ensino Superior do MEC e formulamos o quadro 3. De antemão, o MEC esclareceu que esse consistiu no primeiro balanço dessa natureza realizado no Brasil e alertou não ter computado todas as IES até então criadas, apenas aquelas em atividade no dia 31 de dezembro de 1968 (Brasil, 1969c).

Quadro 3 – Distribuição das IES em funcionamento no Brasil em 31 de dezembro de 1968, por ramo de ensino e por período de criação

(continua)

Ramos de ensino	Até 1920	1921-1930	1931-1940	1941-1950	1951-1960	1961-1968	Total
Administração					4	4	8
Agronomia e veterinária	13	1	3	1	1	8	27
Agrimensura					1	2	3
Arquitetura	1			4	2	2	9

Quadro 3 – Distribuição das IES em funcionamento no Brasil em 31 de dezembro de 1968, por ramo de ensino e por período de criação

(conclusão)

Ramos de ensino	Até 1920	1921-1930	1931-1940	1941-1950	1951-1960	1961-1968	Total
Belas Artes	1			4	7	8	20
Biblioteconomia	1		1	2	4	1	9
Ciências Econômicas	4		3	19	22	33	81
Direito	8		10	8	30	24	80
Enfermagem			2	20	15	6	43
Engenharia	7	1		7	15	26	56
Farmácia	7	1	4	6	1		19
Farmácia e Odontologia	2	2			3	2	9
Filosofia			8	16	51	53	128
Geologia					5		5
Jornalismo					1	3	4
Medicina	9	1	2	1	15	26	54
Música	1		3	3	4	16	27
Odontologia	6	3	3	7	11	5	34
Química	1	1	1	1	3	7	14
Serviço Social			5	12	10	6	33
Total	61	10	45	111	205	232	664

Fonte: Elaborado com base na cronologia da criação dos estabelecimentos de ensino superior apresentada na 4ª Conferência da Educação, São Paulo, junho de 1969 (Brasil, 1969a).

Os dados compilados reforçam os motivos das preferências por lugares, tempos e campos científicos para corporificar certas IES, em nenhum momento apartadas dos interesses em disputa, do prestígio e da distribuição de poder. Embora o ensino superior brasileiro inicialmente não estivesse preocupado com a produção científica, mas sim com a instrumentalização da educação para atender às demandas hegemônicas, podemos trazer mais uma noção sociológica de campo arrazoada por Bourdieu (1983, p. 122), para quem, campo, “[...] enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de lutas concorrenciais”.

Nesses espaços, pessoas e regiões deficitárias de capital social, com pouco prestígio em suas relações sociais, normalmente, não eram dignas da instalação das IES precursoras. Percebemos a preocupação primeira da Corte portuguesa com a formação superior direcionada à atenção à saúde e à segurança de si mesma e das elites. D. João VI, imediatamente em 1808, criou a Escola de Cirurgia da Bahia, hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (FMB/UFBA, 2022), e a Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia, “inicialmente instalada no Hospital Militar do Morro do Castelo”, no Rio de Janeiro, atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FM/UFRJ, 2024). Em sendo a fortificação e a defesa cruciais para a integridade da realeza, a capital imperial,

em 1808, recebeu a Academia Real dos Guardas-Marinhas, agora Escola Naval (Marinha do Brasil, 2024), e, em 1810, obteve a Academia Real Militar, no presente, Escola Politécnica da UFRJ (UFRJ, 2024).

Se a formação superior nos campos da Saúde, da Defesa e da Engenharia de Fortificação estava encaminhada, a realza direcionou-se para as Artes. Em 1816, na Guanabara, criou a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, que só funcionou em 1826 com uma nova denominação, a Academia Imperial de Belas-Artes, que, na atualidade, é a Escola de Belas-Artes da UFRJ (EBA/UFRJ, 2022).

O ano inaugural das escolas dos bacharéis foi 1827. Da lavra de D. Pedro I, Olinda, em Pernambuco, e São Paulo receberam os primeiros cursos de Ciências Jurídicas e Sociais em solo brasileiro. A escola pernambucana, em 1854, foi transferida para Recife e lá permanece como o Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da UFPE (UFPE/CCJ, 2022) e a de São Paulo existe como a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) (USP, 2022). Até que, nos arremates do século XIX, em 1891, Salvador foi contemplada com a Faculdade Livre de Direito da Bahia, hodiernamente Faculdade de Direito da UFBA (UFBA, 2024)

Nas demarcações das realizações educacionais, novamente o olhar foi atraído para a Saúde, com destaque para a formação em Farmácia, comumente atrelada à instrução médica. Em 1832, vinculados aos cursos de Medicina, Salvador recebeu o curso de Farmácia do Colégio Médico Cirúrgico da Bahia, no momento Faculdade de Farmácia da UFBA (UFBA, 2022), e o Rio de Janeiro recebeu o curso de Farmácia da Escola de Medicina, na contemporaneidade Faculdade de Farmácia da UFRJ (UFRJ, 2022). Em 1839, durante o ciclo do ouro, em Minas Gerais, a Escola de Farmácia de Ouro Preto foi concebida, que inovou em toda América Latina, por nascer desvinculada das IES de Medicina, em nosso tempo, permanece como a Escola de Farmácia da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop, 2024).

Em evidência, por ser a moradia dos imigrantes europeus, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no ano de 1895, por iniciativa da classe farmacêutica, conquistou a Faculdade Livre de Medicina e Farmácia, a mais antiga das unidades da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que, posteriormente, foi desmembrada da Medicina e, atualmente, é Faculdade de Farmácia (UFRGS, 2022).

Regressamos aos atrativos exercidos por Ouro Preto como digna do interesse imperial, que validaram a criação de mais uma IES em uma região de riqueza. Em 1876, D. Pedro II, assente em um estudo que identificou a melhor região para a exploração de minerais, criou a Escola de Minas, que é a atual Escola de Minas da Ufop (Ufop, 2022).

Adicionalmente, a formação superior em Agricultura e a pecuária se revestiram de relevo para a manutenção do Brasil agrário. Em São Bento de Lages, Bahia, no ano de 1877, surgiu a Escola Agrícola, contemporânea Escola de Agronomia da UFBA (Agrufba, 2022). Em 1883, em Pelotas, Rio Grande do Sul, criou-se a Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Prática, que, neste momento, é a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) (UFPel, 2022).

Com eloquência, as fontes desvendaram os marcos temporais em que o interesse por certos domínios do ensino superior surgiu e manteve-se presente no Brasil. As IES de Agronomia, em conjunto com Veterinária (n=27), Medicina (n=54), Odontologia (n=34) e Química (n=14), estiveram presentes em todas as demarcações do quadro 3, mas o curso de Direito nos surpreendeu, em sendo uma das formações histórica e simbolicamente mais valorizadas, passou por um vácuo dos anos de 1921 a 1930 sem que fosse criada alguma IES direcionada à formação jurídica. Por outro lado, mesmo tendo um lapso inicial até 1930, houve expressiva ampliação das IES de Filosofia (n=128), que se encaixou no primeiro lugar dentre as demais IES contabilizadas no período em exame.

A partir da década de 1950, surgiram as IES dedicadas à Administração (n=8), à Agrimensura (n=3), à Geologia (n=5) e ao Jornalismo (n=4). O entusiasmo pela Geologia sugere a preocupação com a produção e o gerenciamento dos recursos energéticos necessários ao acelerado processo de desenvolvimento urbano e industrial em curso pelo Brasil a partir de 1950. O curso de Agrimensura, por seu turno, vinculou-se ao processo de modificação urbana e industrial que estava em andamento. A formação em Administração possivelmente se propunha a qualificar pessoas para atuar na burocratização estatal e na iniciativa privada, similarmente em expansão.

Sobre a IES que inaugurou o Jornalismo acadêmico brasileiro, atual Faculdade Cásper Líbero da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), outro documento consultado, o *Cadastro dos estabelecimentos de ensino superior, segundo as unidades da federação e os municípios - 1970*, informa que foi criada em 1947 (Brasi, 1970). Andrade (2015) esclarece que o ensino superior em Jornalismo era uma requisição da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) desde 1919, mas, tão só em 1943, atendendo ao Decreto-Lei n.º 5.480, de 13 de maio de 1943, foi instituído como ensino superior voltado para a formação profissional, tendo a Escola de Jornalismo Cásper Líbero iniciado o funcionamento em 1947, data efetivamente reconhecida pelo MEC como a de criação.

À guisa de encerramento deste subtópico, os dados apresentados remetem às concepções de Florestan Fernandes e de Luiz Antônio Cunha, de que, a partir da década de

1930, as crescentes urbanizações e industrialização e o surgimento das classes médias e de grupos como os imigrantes requisitaram ampliação das oportunidades pelo grau universitário (Fernandes, 1975). Ainda que distorcidas pelo retromencionado dualismo educacional, o governo federal respondeu, principalmente a contar da década de 1950, mediante a criação de universidades, concessão de gratuidade do ensino superior nas IES federais e federalização de várias IES que eram estaduais ou privadas (Cunha, 2003).

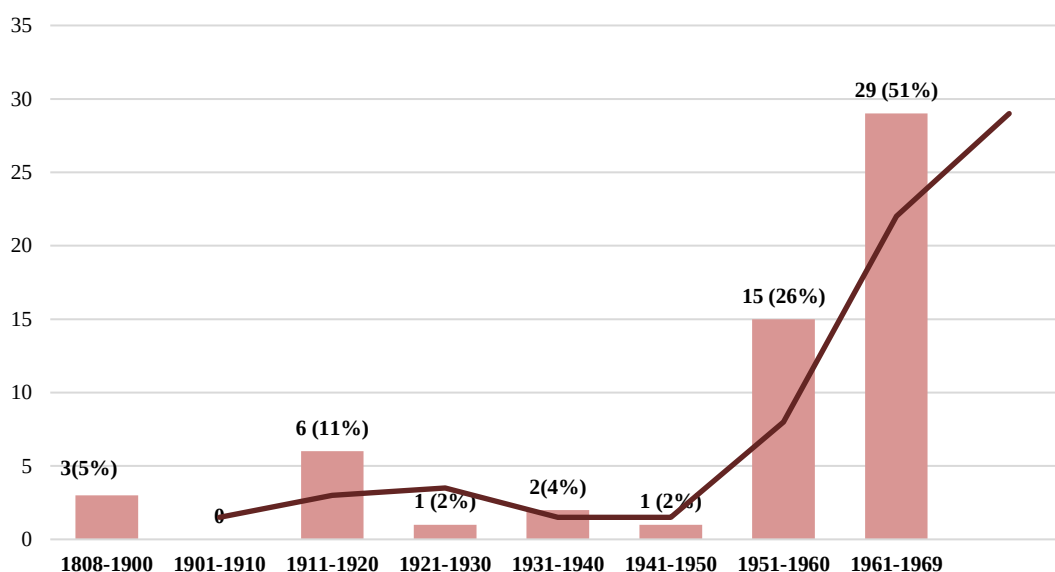
Fornecido este rápido panorama no que concerne à gênese das IES brasileiras, no item seguinte adentraremos à esfera específica do florescimento das IES dedicadas à formação médica.

1.1.2 O crescimento das instituições educativas de Medicina no Brasil

A implantação das IES de Medicina no Brasil foi marcada pela assimetria temporal e espacial. No século XIX, apenas três dessas escolas superiores foram criadas, sendo a terceira localizada em Porto Alegre, a contar de 1898, distante 90 anos das duas primeiras, que, em 1808, foram situadas na Bahia e na Guanabara. Até a década de 1950, mesmo diante da precária condição médico-sanitária populacional, esses berços formadores de médicos eram escassos.

Para tornar o ritmo dessa expansão mais inteligível, no gráfico 3, ordenamos o número das IES de Medicina criadas até 1969.

Gráfico 3 – Distribuição das IES brasileiras destinadas à formação em Medicina por ano de criação (1808-1969)



Fonte: Elaboração própria com base na listagem de IES do Brasil localizada no acervo arquivístico do INEP (Brasil, 1969c, p. 1-6).

Como mencionamos, até 1900 unicamente três IES de Medicina foram constituídas. Nos dez anos sucessivos, nenhuma nova IES desse campo surgiu. Nas décadas de 1911-1920, 1921-1930, 1931-1940 e 1941-1950, poucas foram concebidas; em cada um desses decênios, fundaram-se apenas de uma a seis. Entretanto, a partir de 1951, a curva de tendência ascendeu e se sustentou em crescimento. De tal forma, de 1951 a 1960, 15 novas IES vieram à existência, com ápice nos oito anos compreendidos de 1961 a 1969, que reuniu mais da metade 29 (51%) dessas IES.

No documento localizado no acervo do INEP, datado de 10 de julho de 1969, havia 57 IES brasileiras que ofereciam a formação em Medicina. No quadro 4, apresentamos as obtenções advindas do acervo digital do arquivo histórico do INEP, organizadas por região, cidade e estado de localização; ano de autorização do funcionamento ou de reconhecimento pelo governo federal; nome da instituição; especificação quanto à dependência administrativa – federal, estadual, municipal ou particular – e a forma de organização – universitária ou escola isolada. Assinalamos as lacunas informativas existentes no documento fonte mediante o caractere “?”.

Quadro 4 – IES de Medicina em funcionamento no Brasil em 10 de julho de 1969

(continua)

Região	N	Localização	Data	Instituição	Especificação
Norte	1	Belém/PA	1919	Faculdade de Medicina da UFPA	Universidade Federal
	2	Manaus/AM	1966	Faculdade de Medicina da UFAM	Universidade Federal
Nordeste	1	Salvador/BA	1808	Faculdade de Medicina da UFBA	Universidade Federal
	2	Salvador/BA	1953	Escola de Medicina e Saúde Pública da Universidade Católica de Salvador	Universidade Particular
	3	Recife/PE	1920	Faculdade de Medicina da UFPE	Universidade Federal
	4	Recife/PE	1951	Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco	Isolada Particular
	5	Fortaleza/CE	1948	Faculdade de Medicina da UFC	Universidade Federal
	6	Maceió/AL	1951	Faculdade de Medicina da UFAL	Universidade Federal
	7	João Pessoa/PB	1952	Faculdade de Medicina da UFPB	Universidade Federal
	8	Campina Grande/PB	1968	Faculdade de Medicina de Campina Grande	?
	9	Natal/RN	1955	Faculdade de Medicina da UFRN	Universidade Federal
	10	São Luiz/MA	1958	Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Maranhão	Universidade Particular
	11	Aracaju/SE	1961	Faculdade de Medicina da UFS	Universidade Estadual

Quadro 4 – IES de Medicina em funcionamento no Brasil em 10 de julho de 1969

(continuação)

Região	N		Localização	Data	Instituição	Especificação
Centro-Oeste	1	Goiânia/GO	1960	Faculdade de Medicina da UFG		Universidade Federal
	2	Guanabara/RJ	1808	Faculdade Médica da UFRJ		Universidade Federal
Sudeste	3	Guanabara/RJ	1912	Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro		Isolada Federal
	4	Guanabara/RJ	1936	Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado da Guanabara		Universidade Estadual
	5	Guanabara/RJ	1965	Escola de Medicina do Rio de Janeiro		Isolada Particular
	6	Niterói/RJ	1926	Faculdade de Medicina da UFF		Universidade Federal
	7	Petrópolis/RJ	1967	Faculdade de Medicina de Petrópolis		Isolada Particular
	8	Campos/RJ	1967	Faculdade de Medicina de Campos		Isolada Particular
	9	Vassouras/RJ	1968	Faculdade de Medicina de Vassouras		?
	10	Volta Redonda/RJ	1968	Escola de Ciências Médicas de Volta Redonda		Isolada Particular
	11	São Paulo/SP	1912	Faculdade de Medicina da USP		Universidade Estadual
	12	São Paulo/SP	1933	Escola Paulista de Medicina		Isolada Federal
	13	Ribeirão Preto/SP	1952	Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP)		Universidade Estadual
	14	Sorocaba/PS	1952	Faculdade de Medicina de Sorocaba (PUC-SP)		Universidade Particular
	15	Botucatu/SP	1962	Faculdade de Ciências Médicas e Biologia de Botucatu		?
	16	São Paulo/SP	1963	Faculdade de Medicina do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo		Isolada Particular
	17	Taubaté/SP	1963	Faculdade de Medicina de Taubaté		Isolada Municipal
	18	Marília/SP	1966	Faculdade de Medicina de Marília		Isolada Municipal
	19	Campinas/SP	1966	Faculdade de Medicina da Unicamp		Universidade Estadual
	20	Santos/SP	1967	Faculdade de Ciências Médicas de Santos		Isolada Particular
	21	São José do Rio Preto/SP	1968	Faculdade Regional de Medicina de São do Rio Preto		Isolada Particular
	22	Mogi das Cruzes/SP	1968	Faculdade de Medicina de Mogi das Cruzes		Isolada Particular
	23	Santo André/SP	1969	Faculdade de Medicina do ABC		?
	24	Belo Horizonte/MG	1911	Faculdade Médica da UFMG		Universidade Federal
	25	Belo Horizonte/MG	1951	Faculdade de Ciências Médicas (Agregada à Universidade Católica de MG)		Isolada Particular
	26	Juiz de Fora/MG	1952	Faculdade Médica da UFJF		Universidade Federal
	27	Uberaba/MG	1954	Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro		Isolada Estadual

Quadro 4 – IES de Medicina em funcionamento no Brasil em 10 de julho de 1969

(conclusão)

Região	N	Localização	Data	Instituição	Especificação
Sudeste	28	Uberlândia/MG	1968	Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia	Isolada Particular
	29	Itajubá/MG	1968	Escola de Medicina de Itajubá	Isolada Particular
	30	Pouso Alegre/MG	1968	Faculdade Médica Dr. José Garcia Coutinho	?
	31	Vitória/ES	1961	Faculdade de Medicina da UFES	Universidade Federal
	32	Vitória/ES	1968	Faculdade de Medicina de Vitória	Isolada Particular
Sul	1	Curitiba/PR	1912	Faculdade de Medicina da UFPR	Universidade Federal
	2	Curitiba/PR	1957	Faculdade de Ciências Médicas da PUC/PR	Universidade Particular
	3	Curitiba/PR	1969	Faculdade de Medicina do Paraná	Isolada Particular
	4	Florianópolis/SC	1960	Faculdade de Medicina da UFSC	Universidade Federal
	5	Porto Alegre/RS	1898	Faculdade de Medicina da UFRGS	Universidade Federal
	6	Santa Maria/RS	1954	Faculdade de Medicina de UFSM	Universidade Federal
	7	Porto Alegre/RS	1961	Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre	Isolada Particular
	8	Pelotas/RS	1963	Faculdade de Medicina da Universidade Católica de Pelotas	Universidade Particular
	9	Pelotas/RS	1963	Faculdade de Medicina de Pelotas	Isolada Particular
	10	Caxias do Sul/RS	1967	Faculdade de Medicina da Universidade de Caxias do Sul	Isolada Particular
	11	Rio Grande/RS	1967	Faculdade de Medicina do Rio Grande	Isolada Particular
	12	Passo Fundo/RS	1969	Faculdade de Medicina de Passo Fundo	?

Fonte: Elaboração própria com base na listagem de IES no Brasil em 10 de julho de 1969 localizada no acervo arquivístico do INEP (Brasil, 1969c, p. 1-6).

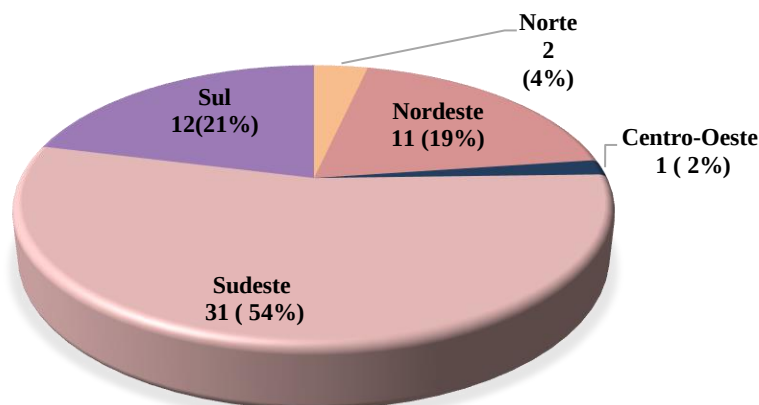
As fontes localizadas silenciaram quanto à dependência administrativa e ao modo de organização institucional de seis IES integrantes do quadro 4. Procuramos preencher essas abstenções, ampliando a busca nos acervos do Inep e do MEC, mas não obtivemos êxito, possivelmente por ser uma procura retroativa à condição dessas IES exatamente no ano 1969.

No entanto, a pesquisa foi fértil ao revelar que, das 51 IES de Medicina com dados completos cadastrados, 20 eram federais, sendo 18 universidades e duas escolas isoladas; 24 eram particulares, com cinco universidades e 19 isoladas; duas eram municipais, ambas isoladas; e cinco eram estaduais, sendo uma isolada e quatro no formato universitário.

Ao atentarmos unicamente para as categorias pública e privada, dentre as 57 IES de Medicina ativas em 1969, tínhamos 27 (47%) na rede pública, 24 (42%) na rede particular e 6 (11%) não informaram, sugerindo que as IES particulares contribuíram numericamente para a comentada expansão. Essa participação, no tempo presente, cresceu muito mais, como

revelam Oliveira *et al.* (2022), das 323 IES de Medicina criadas de 1808 a 2018, 189 (58,5%) eram privadas. Por região, as 57 IES de Medicina criadas até 1969 acomodaram-se da seguinte maneira:

Gráfico 4 – Distribuição das IES de Medicina por região (1808-1969)



Fonte: Elaboração própria com base na listagem de IES no Brasil do acervo arquivístico do Inep (Brasil, 1969c, p. 1-6).

O gráfico 4 notabiliza a dessemelhança regional brasileira na distribuição das IES destinadas à formação médica, porquanto, até 1969, 31 (54%) estavam localizadas na região Sudeste, 12 (21%) na região Sul, 11 (19%) na região Nordeste, duas (4%) na região Norte e uma (2%) na região Centro-Oeste.

Aferimos esses dados com a população presente em cada região no recenseamento de 1972, referente ao ano de 1970 (IBGE, 1972), e obtivemos a seguinte proporção habitantes/IES: região Sudeste, com 40.331.969 habitantes/31 IES (1,3 milhões de habitantes/IES); região Sul, com 16.683.551 habitantes/12 IES (1,39 milhões/IES); região Nordeste, com 28.675.081 habitantes/11 IES (2,6 milhões/IES); região Norte, com 3.650.750 habitantes/2 IES (1,8 milhões/IES); e região Centro-Oeste, com 5.167.203 habitantes/1 IES (5,1 milhões/IES). *Grosso modo*, sem considerar a extensão geográfica, o número de médicos atuantes ou as especificidades de saúde da população, mas apenas o *quantum* populacional, deduzimos que, na década de 1970, as regiões mais desprevenidas de formação médica local eram as regiões Centro-Oeste e a Nordeste.

Com exceção da inversão de posição entre as regiões Norte e Centro-Oeste, o estudo de Oliveira *et al.* (2022) comprova que as desigualdades permanecem. Por intermédio do Sistema Eletrônico do MEC (e-MEC) de instituições e cursos de educação superior, os autores identificaram a recente concentração das IES por região: em primeiro lugar, figura a região Sudeste, com 135 (41,8%) IES; em segundo, a Sul, com 55 (17%); em terceiro, a

Nordeste, com 77 (23,9%); em quarto, a Centro-Oeste, com 34 (10,5%); e, por último, a Norte, com 22 (6,8%).

Os autores foram além, discerniram a razão de 1,16 médicos por habitante na região Norte e 1,41 médicos por habitante na região Nordeste. No entanto, em 2018, a região Sudeste, com 2,81 médico por habitantes, a região Sul, com 2,31 médicos por habitantes, e a região Centro-Oeste, com 2,36 médicos por habitante, ocupava a dianteira. Dentro desse panorama, o estado de São Paulo se destacou individualmente como o maior polo formativo médico do país, concentrando 60 (18,6%) das IES e 6.945 (21,3%) das vagas de todo o Brasil. Minas Gerais ocupou a segunda colocação nesse quesito, com 47 (14,6%) das IES. O terceiro Estado mais participativo foi a Bahia, com 23 (7,1%) das IES. Por outro lado, o Amapá, com uma (0,3%), e o Acre, com duas (0,6%) IES de Medicina, foram os mais desprovidos do país (Oliveira *et al.*, 2022).

No acervo do Inep, em 1969, a Paraíba possuía duas IES de Medicina, uma em João Pessoa e outra em Campina Grande, mas, em 2018, segundo o levantamento de Oliveira *et al.* (2022), esse valor aumentou para nove, o que corresponde a 2,8% das 323 IES de todo o Brasil localizadas via e-MEC. Em fevereiro de 2023, verificamos que, no e-MEC, existem oito IES de Medicina ativas na Paraíba, com a UFCG formando em dois *campi* (e-MEC, 2023).

Ao circunscrevermos a evolução numérica das IES de Medicina por período governamental, observamos que os governos dos trabalhadores foram os mais engajados, sugerindo prioridade para a saúde da população, por aumentar o aporte de IES formativas de médicos. Todavia, essa temática é controvertida e debates movimentam os órgãos de classe e a comunidade médica. Preocupam-se com o eventual desequilíbrio entre o número de graduados e a capacidade de absorção trabalhista do país, bem como com a concentração médica nos maiores centros urbanos e persistência das lacunas na interiorização assistencial, além das questões relacionadas à qualidade da formação, nomeadamente nas IES privadas.

Informaram Oliveira *et al.* (2022) que, desde 1808 até o período anterior ao Regime Civil-Militar (1963), foram criadas 37 (11,5%) IES de Medicina. Durante os governos militares, até a era José Sarney (1964-1988), conceberam 44 (13,6%) instituições. Os governos de Fernando Collor e Itamar Franco (1989-1994) foram responsáveis por apenas duas (0,6%) delas. O período dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) acresceu 45 (13,9%) IES. Os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) estabeleceram 51 (15,8%) escolas superiores médicas. E, por fim, os governos de Dilma Rousseff e Michel Temer (2011-2018) criaram 144 (44,6%) IES.

1.2 O ensino superior na Paraíba: dos primórdios à conjuntura atual

Diferentemente do padrão seguido no Brasil, que inaugurou o ensino superior nas localidades mais populosas e mais destacadas sob os aspectos políticos e econômicos, a exemplo dos estados da Bahia, que iniciou por Salvador em 1808; do Rio de Janeiro, pela Guanabara em 1808; de Pernambuco, por Olinda em 1827; de São Paulo, pela sede da província em 1827, denominada São Paulo; do Rio Grande do Sul, por Porto Alegre em 1889; do Amazonas, por Manaus em 1909, e assim sucessivamente, na Paraíba, em 1934, o ensino superior principiou por Areia, que possuía cerca de 41.851 habitantes, segundo dados do Censo de 1940 (IBGE, 1952)²⁶.

O começo do ensino superior paraibano pela cidade de Areia, localizada a 129 quilômetros de João Pessoa, também postergou a proeminente Campina Grande, que, na ocasião, era a cidade mais populosa da Paraíba, com 126.139 habitantes e bastante influente economicamente (IBGE, 1952), mas que somente principiou o ensino universitário em 1952.

Não faltaram tentativas para inaugurar o ensino superior na Paraíba anteriormente ao ano de 1934, entretanto todas malogradas. Castelo Branco (2004) informa que, na primeira investida para tal propósito, em discurso efusivo proferido em 1823 na Assembleia Geral Constituinte do Império, o pernambucano e deputado pela Paraíba Joaquim Manoel Carneiro da Cunha refutou a fundação de IES em outras províncias e tentou convencer seus pares de que a Paraíba seria o lugar mais apropriado para se institucionalizar o ensino superior naquela oportunidade. As boas condições climáticas, as poucas distrações e a singeleza dos costumes dos paraibanos compuseram os argumentos do parlamentar, todavia não se sagraram exitosos, e a preexistente precariedade da instrução primária sobressaiu-se em meio aos óbices.

Em um segundo esforço para instituírem uma academia ou faculdade de ensino superior paraibana, no ano de 1885, Joaquim José Henrique da Silva²⁷ elaborou o projeto do Instituto Jurídico Paraibano, cuja intenção foi apresentada e defendida em reunião com personalidades reunidas na capital da província (Castelo Branco, 2004). A intenção de iniciar o ensino superior paraibano pelas Ciências Jurídicas não foi pontual, persistiu em outras ocasiões. Documenta Espínola (1980, p. 25) que o *Jornal da Paraíba*, de 22 de maio de 1888, incentivou: “[...] a ideia de fundação de uma academia jurídica livre nesta capital é daquelas que a ninguém

²⁶ Recenseamento Geral do Brasil de 1940 publicado pelo IBGE em 1952.

²⁷ Joaquim José Henrique da Silva (1820-1889) era um areense abolicionista. Sem recursos para cursar o ensino superior, tornou-se autodidata e professor de Francês e de Latim. Elegeu-se deputado da província por várias legislaturas. Fundou uma escola gratuita para crianças flageladas da seca de 1877 e o conceituado Colégio Paraibano (APL, 2022).

é permitido opor-se, tal é a importância que dela emana. Preparemos terrenos para que nossos filhos e sucessores, banhando-se no oceano das luzes, bendigam a nossa memória”.

Na Primeira República, em 1913, constataram-se mobilizações para criar a Universidade Popular, contudo novamente o infortúnio da precariedade da instrução antecedente ao ensino superior manifestou-se como razão impeditiva do feito pretendido (Castelo Branco, 2004).

Em que pese ao argumento de que a Universidade Popular representou uma das tentativas de fundação de uma IES na Paraíba, Machado, Nunes e Vasconcelos (2015) sustentam que, a despeito do ideário da implantação dessa universidade ter decorrido da iniciativa de João Pereira de Castro Pinto, enquanto presidente do estado da Paraíba, precisamente no período de 1912 a 1915, para alavancar a educação e a cultura no âmbito das classes subalternas, seu formato era diverso do das IES.

A Universidade Popular não se corporificou. Entretanto, as iniciativas para a sua implantação incluíram uma série de conferências sobre relevantes temáticas acerca da instrução pública e dos direitos políticos da mulher, das quais participaram diversos intelectuais e personalidades públicas. Nesses fóruns, em uma perspectiva histórico-educacional e de gênero, destacou-se a advogada e professora Catharina Moura, que rompeu paradigmas patriarcais e inovou quanto à inserção feminina em um espaço argumentativo restritamente masculino (Machado; Nunes; Vasconcelos, 2015).

Sobre os requisitos de validade dos pretextos antagônicos à institucionalização do ensino superior na Paraíba oitocentista e do início do novecentista, com base no primeiro Recenseamento do Brasil (IBGE, 1872), situamos que a problemática do analfabetismo era deveras grave. No quadro 6, foram particularizados os nefastos números da frequência escolar das crianças na faixa etária de 6 a 15 na Parahyba do Norte do ano de 1872.

Quadro 5 – Frequência escolar dos 6 aos 15 anos na Parahyba do Norte (1872)

Frequência escolar	Meninos	Meninas
	n (%)	n (%)
Frequenciam a escola	6.630 (13,0)	3.894 (7,8)
Não frequentam a escola	44.061 (87,0)	45.930 (92,2)
Total	50.691 (100,0)	49.724 (100,0)
Total das crianças de ambos os sexos existentes na população: 100.415 (100%) Crianças de ambos os sexos sem receber instrução escolar: 89.991 (89,6%)		

Fonte: Elaboração própria com base no Recenseamento do Brasil em 1872 (IBGE, 1872, p. 115).

Em 1872, unicamente 3.894 (7,8%) das meninas e 6.630 (13%) dos meninos em idade escolar recebiam instrução primária na província da Parahyba do Norte. Contabilizando ambos os sexos, 89.991 (89,6%) dos/as infantes eram alijados/as da escolarização elementar.

Não apenas a escolarização na infância era trágica, os adultos similarmente compunham a profusão de analfabetos. Ao compararmos os dados de 1872, data aproximada das primeiras intenções retóricas da implantação do ensino superior na Paraíba, com os dados de 1950, década em que a instalação das IES adquiriu maior força no estado, apontamos que, em meados do século XX, ainda não tínhamos motivos para celebrar, porque cerca de 75% da população continuava a carregar em si a chaga do analfabetismo. Vejamos o comparativo documentado no quadro 6, em que lançamos os números absolutos e percentuais do nível de instrução dos paraibanos em 1872 e 1950.

Quadro 6 – Nível de instrução dos homens e mulheres na Paraíba (1872 e 1950)

Nível de instrução	1872		1950	
	Homens livres	Mulheres livres	Homens	Mulheres
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
Sabem ler e escrever	29.224 (16,3)	11.988 (6,8)	179.143 (26,0)	181.966 (24,7)
Analfabetos/as	150.209 (87,3)	163.279 (93,2)	507.110 (73,8)	553.068 (75,1)
Não informou	-	-	1.041 (0,15)	1.300 (0,18)
Total	179.433 (100,0)	175.267 (100,0)	687.294 (100,0)	736.334 (100,0)
População	Livre: 354.700 Escrava: 21.526 Total: 376.226*		A partir dos 5 anos: 1.423.628 Total: 1.713.259	

Legenda: (*) O IBGE não contabilizou a população abaixo dos 6 anos.

Fonte: Elaboração própria com base nos recenseamentos de 1972 e 1950 (IBGE, 1872, p. 115; 1950, p. 20).

Em 1872, existiam 150.209 (83,7%) homens livres analfabetos e, em meio às mulheres não escravas, essas cifras eram piores, pois 163.279 (93,2%) não sabiam ler. Nunes, Machado e Sousa (2021) analisaram a educação, escola e docência na Paraíba nas primeiras décadas do século XIX e confirmaram a persistência do cenário preocupante. A despeito das crenças depositadas na educação como propulsora dos avanços desejados, o analfabetismo e a precarização das instituições escolares predominavam, revelando a insuficiência das concepções salvacionistas postas sobre a tríade educação, instituições educativas e professores primários. Para erradicar o analfabetismo do solo paraibano oitocentista, entenderam os autores ser fundamental reformulações profundas, porém o provimento dessa demanda, naquele século, continuou postergado.

No século XX, conforme dados de 1907 a 1912, as instituições educativas na Parahyba do Norte continuaram escassas. Destinavam-se tão somente aos ensinos profissional e secundário estadual, sendo este excludente das mulheres, em conformidade com o quadro 7.

Quadro 7 – Instituições educativas na Parahyba do Norte (1907-1912)

Ensino	Natureza	1907	1908	1909	1910	1911	1912
Profissional	Sacerdotal	2	2	2	2	2	2
	Pedagógico	1	1	1	1	1	1
	Artístico liberal	-	2	2	2	2	3
	Artístico industrial	-	-	-	1	1	1
	Total	3	5	5	6	6	7
Secundário estadual	Para o sexo masculino	1	1	1	1	1	1
	Para o sexo feminino	-	-	-	-	-	-
	Total	1	1	1	1	1	1

Fonte: Elaboração própria com base no 1º Anuário Estatístico do Brasil 1º Anno (1907-1912) (IBGE, 1927).

Nesse levantamento, o ensino sacerdotal contava com duas escolas e o pedagógico com uma. O ensino artístico liberal, implantado a partir de 1908, foi expandido para a terceira instituição educativa, porém o ensino artístico industrial apenas se iniciou a contar de 1910 e permaneceu, no período explorado, em uma única escola. O ensino secundário estadual esteve funcionando por todo o recorte (1907-1912), mas também apenas em uma instituição escolar, destinava-se exclusivamente aos alunos do sexo masculino.

Esclarecem as notas informativas do 1º Anuário (IBGE, 1927) que o ensino artístico industrial compreendia todas as modalidades de ensino industrial em graus elementar ou médio, nos tipos semiespecializado ou especializado. O ensino pedagógico, destinado à formação de professores, possuía os mesmos graus e tipos do ensino industrial.

Criado em 1835, o Lyceu Provincial era a única instituição educativa de ensino secundário paraibano, porém destinava-se às elites. Esse mesmo estabelecimento funcionou brevemente como Escola Normal (1884-1885), mas rapidamente reconquistou sua identidade institucional, tornou-se independente da Escola Normal e passou a se denominar Lyceu Paraibano (Ferronato, 2012).

Anteriormente ao Lyceu, a Parahyba do Norte contava somente com aulas avulsas nas localidades mais desenvolvidas (Ferronato, 2012). Na gravidade da conjuntura, se a escolarização para os homens era dificultosa na província, a de mulheres era bem mais precária. Notícia Mello (1996) que a primeira escola para mulheres somente foi criada em 14 de abril de 1828 na modalidade primeiras letras. Um terceiro colégio para tal gênero, o Nossa Senhora das Neves, foi inaugurado em 1858, agregando ensino de primeiras letras e cursos de Geografia, História, Piano e Indústrias Domésticas. Particularmente, foi bastante questionado pelos contrários à educação feminina e, em 1861, teve o funcionamento interrompido, sendo reaberto em 1895.

Importa, portanto, destacarmos que o degradante quantitativo de analfabetos continuava a questionar a plausibilidade do argumento contrário à instauração do ensino

superior na Paraíba, exclusivamente pela precariedade na instrução primária, porque, em 1950, década de expansão das IES na Paraíba, ao contabilizarmos crianças em idade escolar e adultos, identificamos que unicamente 3,5% (87,3% - 73,8%) dos homens ultrapassaram as fronteiras do alfabetismo e, em relação às mulheres, a promoção da alfabetização cresceu em 18,1% (93,2% - 75,1%).

Delineada a ligeira visão das condições preliminares ao ensino superior paraibano, combinamos diversas fontes para elucidarmos a criação, localização, normatização e destinação das primeiras IES paraibanas. Como já aventado nos traços exordiais desta seção, na Paraíba, o ensino superior não surgiu em uma das cidades mais populosas²⁸, nem de maior distinção política e/ou econômica, nem por algum dos cursos mais requisitados no período, iniciou-se na cidade de Areia, pela formação em Agronomia²⁹.

No período pós-revolução de 1930, no início do governo constitucional de Getúlio Vargas, exatamente em 1934, José Américo de Almeida, na condição de ministro dos Transportes, utilizou-se de seu prestígio junto ao presidente da República em favor da fundação da primeira IES da Paraíba, a Escola de Agronomia do Nordeste, em Areia, sua cidade natalícia. A entrevista concedida pelo próprio José Américo ao NDIHR da UFPB, em agosto de 1979, é bastante esclarecedora quanto às articulações que possibilitaram o nascimento dessa IES inaugural. Afirmou o entrevistado que a Escola de Agronomia do Nordeste foi um ideário dele próprio, diverso dos anseios das habitantes locais, que preferiam uma escola de Direito. Usufruindo de estreitas relações com o então ministro da Agricultura, general Juarez Távora, e com o presidente Getúlio Vargas, combinou a permuta de favores nos seguintes termos: “[...] pedi a Getúlio que nomeasse Juarez Távora para a vaga no Ministério da Agricultura [...]. Autorizado, fiz o convite (a Juarez Távora) dizendo-lhe que só lhe pedia, em paga, a criação da Escola de Agronomia do Nordeste. E assim foi feito” (Almeida, entrevista cedida ao NDIHR/ UFPB, ? ago. 1979).

Essa espécie de acordo corrobora os pressupostos teóricos de Bourdieu, que a valorização do capital social é intrínseca aos recursos e poderes mobilizados para conservá-lo ou aumentá-lo (Bourdieu, 2007). José Américo, em sendo um político, homem público destacado, empregou com perspicácia seus recursos (prestígio) para permutar benesses, representada pela indicação exitosa para o provimento de alto cargo público (ministro da

²⁸ O Censo Demográfico de 1940 informa a população da Paraíba (1.422.282) e das sete cidades mais populosas do que Areia: Campina Grande (126.139), João Pessoa (94.333), Guarabira (75.553), Mamanguape (64.899), Bananeiras (53.664), Monteiro (44.985) e Patos (41.850) (IBGE, 1940).

²⁹ Na Paraíba, alguns autores entendem o Seminário Arquidiocesano como uma IES fundada em 1894 (Mello, 1996), mas, por não ser reconhecido pelo MEC (Araújo; Silva, 2007), não foi especificado neste segmento.

Agricultura) pela viabilização da Escola de Agronomia do Nordeste. No ensejo, concedeu a sua cidade natal a mencionada IES e preservou sua notabilidade perante as autoridades públicas e a sociedade de seu tempo. Entrou para a História da Educação Paraibana devido ao seu pioneirismo na criação da primeira IES da Paraíba em 1934, como também por seu empenho para com a criação da Universidade da Paraíba em 1955.

Para iluminarmos a historicidade das IES paraibanas de vanguarda e nos concentrarmos na FMPB, utilizamos outro construto *bourdieusiano*, o capital simbólico objetivado, que corresponde ao reconhecimento usufruído perante a coletividade proveniente da burocratização regulamentadora do Estado (Bourdieu, 1996), desta feita, representado pelo conjunto de normas legitimadoras da existência, do funcionamento e do conceito social fruído pelas IES paraibanas.

Destarte, os principais marcos legais responsáveis pela concretização da Escola de Agronomia do Nordeste foram: o Decreto n.º 478, de 12 de janeiro de 1934, assinado pelo interventor federal e pelo secretário da Fazenda de Obras Públicas da Paraíba, abrindo crédito especial para a construção, que é institucionalmente considerado o referencial da fundação desta Escola superior; como também o Decreto n.º 696, de 2 de abril de 1936, assinado pelo então governador da Paraíba, Argemiro de Figueiredo, em referência à criação e à regulamentação desta IES (Souza, 2018). A Escola de Agronomia do Nordeste funciona desde 1937 e, atualmente, é o Centro de Ciências Agrárias da UFPB.

Na Paraíba da década de 1940, o interesse pelo ensino superior era um território de ideias irrequieto. Para além da preexistente Escola de Agronomia do Nordeste, diversos grupos defendiam suas pretensões. As classes jurídicas desejavam a formação em Direito; o Clube dos Engenheiros intentava uma escola em Engenharia; e diversos profissionais liberais visavam a escolas superiores na alçada de seus campos (Espínola, 1980; Limeira; Formiga, 1986). Nesse cenário, identificamos uma diferença em relação ao modelo inicial brasileiro, em que maioria das primeiras IES surgiu a partir do interesse dos ocupantes do poder central, julgando pelo fato de os próprios D. João VI e D. Pedro II se empenharem em fundar as escolas superiores, tais quais a da Bahia, do Rio de Janeiro e de Ouro Preto.

Na Paraíba, porém, afora a Escola de Agronomia do Nordeste, de iniciativa de José Américo, de certa forma, divergente do interesse aristocrático local, que pretendia uma Escola de Direito, organizações privadas e representantes profissionais moveram-se arrebanhando personalidades coadjuvantes na materialização das IES correlacionadas a seus interesses profissionais.

Diante das requisições das organizações particulares profissionais, uma comissão de planejamento do ensino superior foi criada (Limeira; Formiga, 1986). A oralidade do engenheiro e general de infantaria José de Oliveira Leite esclareceu como essa comissão, empossada em 15 de outubro de 1948, foi estruturada por representantes da elite intelectual em atividade na Paraíba, conforme testemunhou:

O ensino superior na Paraíba nasceu com a mobilização dos homens de pensamento, constituídos em Comissão de Planejamento do Ensino Superior da Paraíba, cujos membros eram presidentes de associações altamente intelectualizados, ou profissionais liberais de alto nível, inclusive a Associação Comercial da Paraíba, cuja presidência da Comissão foi brilhantemente exercida pelo Desembargador Agripino de Barros, que deu coordenação e somatório às unidades escolares (Leite, entrevista cedida ao NDIHR/UFPB, 16. Jan. 1979).

O discurso acima é paradigmático na validação do argumento de tese deste trabalho, porque remete às forças mobilizadas pelas elites econômicas, políticas e culturais paraibanas na edificação do ensino superior. Na solenidade de posse da citada comissão, o general Leite motivou a implementação do ensino superior por questões econômicas e sentimentais. Os altos custos demandados das famílias para a formação dos filhos fora do estado da Paraíba, a preocupação das mães com a impossibilidade de prosseguirem com o cuidado maternal dos rebentos ausentes e o sofrimento afetivo das noivas separadas dos futuros cônjuges, com risco de esquecimento e de não concretização das núpcias, compuseram as alegações pelas quais a comissão de planejamento deveria se dedicar para tornar factíveis outras IES, além da Escola de Agronomia do Nordeste.

Transcorrida mais de uma década da concepção da Escola de Agronomia do Nordeste, a Paraíba recebeu sua segunda IES, a Faculdade de Ciências Econômicas. Documento do NDIHR, subscrito por Limeira e Formiga (1986), assinala que essa IES é o divisor institucional do ensino superior paraibano, porque foi sucedida por diversas outras escolas isoladas.

Segundo Espínola (1980), o curso de Ciências Econômicas resultou do empenho da Associação dos Empregados do Comércio da Paraíba. Corporificando-se em 1948, ao ser autorizado a funcionar por força do Decreto Federal n.º 24.797, de 13 de abril de 1948, também definidor de sua manutenção a cargo da referida associação (Brasil, 1948). Reconhecido por meio do Decreto Federal n.º 30.236, de 4 de dezembro de 1951, foi agregado à Universidade da Paraíba em 1955 e permanece no Centro de Ciências Sociais aplicadas da UFPB (Brasil, 1960; Paraíba, 1955a).

Na continuidade, a Faculdade de Filosofia e Letras da Paraíba foi prevista na Constituição Estadual de 1947 com o objetivo humanista de capacitar os intelectuais para as

atividades culturais, filosóficas, científicas, literárias e técnicas, principalmente ansiada por padres e bacharéis. Criada pelo Decreto Estadual n.º 146, de 5 de março de 1949, organizada pela Lei Estadual n.º 341, de 1º de setembro de 1949, mantida pelo governo do estado e composta pelos cursos de Pedagogia, Geografia e História – cursos unificados; e Letras Neolatinas - Português, Francês, Espanhol, Italiano e Latim. Seu reconhecimento procedeu pelo Decreto n.º 38.146, de 25 de outubro de 1955, e continua no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPB (Limeira; Formiga, 1986; Paraíba, 1955a).

Em 11 de agosto de 1949, a partir do empenho direto do Instituto da Ordem dos Advogados da Paraíba, floresceu a tencionada Faculdade de Direito da Paraíba. Proporcionando-lhe capital simbólico objetivado, mediante o Decreto Federal n.º 29.398, de 27 de março de 1951, o Estado chancelou suas atividades no mesmo mês em que realizou a aula inaugural e, por intermédio do Decreto Federal n.º 33.404, de 28 de julho de 1953, anunciou o reconhecimento desta IES. Nos dias correntes, é o Centro de Ciências Jurídicas da UFPB (Mello, 1996; Paraíba, 1955a).

De origem confessional, influenciada pelas concepções de restauração social, de controle político e de desenvolvimento econômico varguista, na década de 1950, a Paraíba obteve duas escolas de Serviço Social: uma em João Pessoa e outra em Campina Grande. A de João Pessoa foi criada em 1951 pela Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado e a de Campina Grande foi fundada em 1957 pelas Irmãs de Caridade da Sociedade São Vicente de Paula. A formação dos/as assistentes sociais da Escola de Serviço Social de João Pessoa, em 1955, passou a cargo da Universidade da Paraíba e, desde 1960, está com a UFPB. Em Campina Grande, essa formação era inicialmente incorporada à Universidade Regional do Nordeste (URNe)³⁰, mas posteriormente foi deslocada para a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) (Almeida, 2021; Brasil, 1960; Espínola, 1980; Paraíba, 1955a).

Na Paraíba, a formação em Engenharia se introduziu por Campina Grande. A Escola Politécnica, criada pela Lei Estadual n.º 792, de 6 de outubro de 1952, e autorizada a funcionar por meio do Decreto n.º 32.286, de 14 de julho de 1953, é a primeira IES de Campina Grande, tendo Engenharia Civil como seu curso principiante (Aleixo, 2018; Lima, 2010; Paraíba, 1955a).

³⁰ A URNe, com sede em Campina Grande, foi criada pela Lei Municipal n.º 23, de 15 de março de 1966, agrupando cinco IES. Além da agregação das Faculdades de Filosofia e Serviço Social, três faculdades se originaram para dar corpo a essa universidade: Química Industrial, Ciências da Administração e Direito. As faculdades de Química Industrial e Ciências da Administração foram autorizadas mediante a Lei n.º 55, de 18 de agosto de 1966, e a de Direito, por meio da Lei n.º 7, de 11 de janeiro de 1967 (Aleixo, 2018).

As motivações prévias da Politécnica era possibilitar que as elites políticas e econômicas superassem a crise regional que travava a economia da cidade. Também visava a propiciar a instrução necessária ao desenvolvimento técnico e científico e evitar o deslocamento dos estudantes campinenses para outros estados. Com a Lei n.º 10.419, de 9 de abril de 2002, que desmembrou a UFPB e criou a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), constituída pelos *campus* dos municípios de Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras, a Politécnica permaneceu com a UFCG, transformando-se em Centro de Ciências Tecnológicas (CCT), porém atualmente compreende dois centros: o Centro de Engenharia Elétrica e Informática (CEEI) e o Centro de Tecnologia e Recursos Naturais (CTRN) da UFCG (Aleixo, 2018; Brasil, 2002; Lima, 2010; Mello, 1996).

A Escola de Engenharia da Paraíba foi fundada em 11 de dezembro de 1952, mas apenas iniciou o funcionamento em 1957 (Leite, entrevista cedida ao NDIHR, 16 jan. 1979), após a agregação à Universidade da Paraíba. No momento, faz parte do Centro de Tecnologia da UFPB (Paraíba, 1955a; UFPB, 2022).

Outrossim, em Campina Grande, precisamente em 24 de abril de 1954, a Diocese concebeu a Faculdade Católica de Filosofia, cuja aquiescência para lecionar veio por intermédio do Decreto Federal n.º 37.193, de 18 de abril de 1955, e o reconhecimento pelo Decreto Federal n.º 45.820, de 16 de abril de 1959 (Vieira, 1979).

A Faculdade de Ciências Econômicas campinense foi criada pela Lei Municipal n.º 512, de 1º de julho de 1955, mas apenas funcionou a contar de 1960, quando integrou a UFPB (Vieira, 1979), na atualidade compõe a UFCG.

Além do Serviço Social, que é atuante na área da Saúde e em diversos outros segmentos da sociedade, particularmente a formação em Saúde na década da fertilidade das IES na Paraíba foi contemplada com Enfermagem, Medicina, Odontologia e Farmácia.

Consigna o histórico institucional que o curso de Enfermagem da Paraíba é descendente da Escola de Auxiliares de Enfermagem, criada previamente ao curso superior pelo Decreto n.º 875, de 24 de janeiro de 1953. A Lei Estadual n.º 1.064, de 10 de julho de 1954, institucionalizou a Escola de Enfermagem da Paraíba, porém a anuência para funcionar se deu pela Portaria Ministerial n.º 365, de 9 de junho de 1958. Essa formação segue perseverante no CCS da UFPB (UFPB, 2021).

A Faculdade de Odontologia da Paraíba veio à existência pela Lei Estadual n.º 646, de 5 de dezembro de 1951. Seu funcionamento foi autorizado pelo Decreto Federal n.º 32.051, de 6 de janeiro de 1953, e suas aulas iniciaram em 14 de março de 1953. Foi

reconhecida por meio do Decreto Federal n.º 38.148, de 25 de outubro de 1955 (Mello, 1996; Paraíba, 1951, 1955a), no momento, subsiste no CCS da UFPB.

O curso de Farmácia nasceu a partir das iniciativas da Associação Farmacêutica da Paraíba em 1º de maio de 1956. Por meio da Lei n.º 3.835, de 13 de dezembro de 1960, foi incorporada à UFPB, conservando-se no CCS da UFPB (Limeira; Formiga, 1986; UFPB, 2015r56f).

Na prolífera década de 1950, ainda tivemos a criação de duas outras IES. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Nossa Senhora de Lurdes, em 1953, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 35.290, de 30 de março de 1954, como também a Escola de Enfermagem Santa Emília de Rodar, criada em 1957 (Mello, 1996). Presentemente, a primeira inexistente e a segunda prossegue como a Faculdade Unineves, que é de natureza privada.

A concretização das IES paraibanas adveio de múltiplas frentes, em uma teia de interdependência aos moldes do pensamento de Elias (1994), que envolveu compromissos políticos regionais, campanha desenvolvida pelos grupos profissionais, incluindo a lógica clientelismo-favoritismo, como ocorreu com a Escola de Agronomia. Surgiram em resposta às reivindicações multiprofissionais liberais, desejosos em demarcar seus campos formativos para fazer frente ao mercado de trabalho em expansão e se posicionar em situação não subalterna ante a polarização econômica, cultural e acadêmica de outros estados mais proeminentes que a Paraíba.

Nesse tecido dinâmico, visualizamos os rastros dos impasses e das restrições que dificultaram a expansão do ensino superior na Paraíba, mas também das congruências que engendraram uma nova existência. Após o considerável retardo em sua iniciação, exceto o caso isolado da Escola de Agronomia, a partir da década de 1950, as IES alavancaram-se numericamente. Ao atualizarmos esse incremento para o tempo presente, em 14 de fevereiro de 2023, o e-MEC informou 51 IES em atividade na Paraíba³¹.

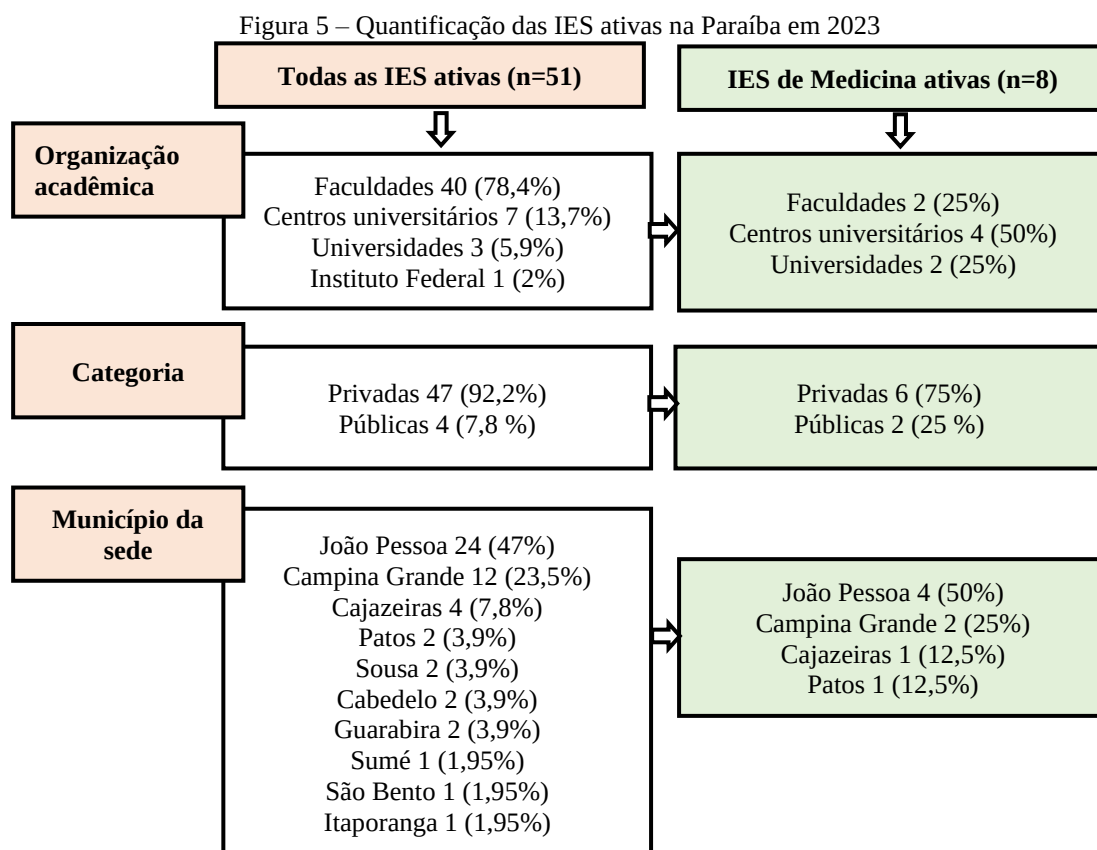
Diferentemente das estatísticas do MEC/Inep em 1968, que considerou cada escola, faculdade ou curso já situados na UFPB como uma instituição educativa individual, ampliando suas estatísticas³², nesta oportunidade, o e-MEC considera cada centro universitário, instituto, faculdade e universidade como IES única. Independentemente do

³¹ Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 14 fev. 2023.

³² Como mencionado, o MEC considerou 20 IES, sendo 11 federais, que já estavam agregadas ou incorporadas à UFPB.

número de cursos, de centros ou de *campus* que possuem em 2023, as IES situadas na Paraíba e ativas no cadastro do MEC somam 51.

Na figura 5, quantificamos as atuais IES da Paraíba quanto à organização acadêmica, categoria e localização da sede, com detalhamento das IES destinadas à formação médica.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados extraídos do e-MEC em 14 de fevereiro de 2023.

Das 51 IES paraibanas com *status* ativo no e-MEC, 47 (92,2%) pertencem à rede privada. Unicamente quatro (7,8%) – UFPB, UFCG, UEPB e o Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB) – estão na rede pública. Todas as faculdades e todos os centros universitários são privados com ou sem fins lucrativos.

Em relação à organização acadêmica, 40 são faculdades; sete, centros universitários; três, universidades; e um, instituto federal.

João Pessoa possui a maior concentração do estado, com 24 IES. Campina Grande, com 12 IES, é o segundo polo formativo paraibano. Os municípios de Cajazeiras, Patos, Sousa, Cabedelo, Guarabira, Sumé, São Bento e Itaporanga também sediam IES.

Não obstante o elevado número de IES privadas (n=47), são perceptíveis a maior estrutura e o alcance das quatro IES públicas. Acessamos o Sistema de Seleção Unificada

(Sisu) de 2023 e identificamos a presença física das IES federais e estaduais além dos limites de suas cidades-sede. O IFPB, *campus* de João Pessoa, alargou-se para Areia, Cajazeiras, Esperança, Cabedelo, Campina Grande, Guarabira, Monteiro, Patos, Picuí, Princesa Isabel e Sousa. A UFCG é oportuna, presencialmente, aos estudantes em Sousa, Sumé, Patos, Cuité, Cajazeiras e Pombal. A UEPB, *campus* de Campina Grande, expandiu-se para João Pessoa, Patos, Catolé do Rocha, Guarabira, Monteiro e Araruna. Os *campi* da UFPB, além da sede, João Pessoa, abarcam Bananeiras, Mamanguape, Areia, Rio Tinto e Santa Rita.

Sobre o panorama da formação Médica, o e-MEC comunicou que, em 15 de fevereiro de 2023, a Paraíba possuía oito IES que formavam em Medicina. João Pessoa sedia três delas na rede privada, que são o Centro Universitário de João Pessoa (Unipê), Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba (FCM-PB) e Faculdade de Medicina Nova Esperança (Famene), e, na rede pública, a UFPB. Campina Grande oferece o curso de Medicina no Centro Universitário Facisa (Unifacisa), que é privado, e na UFCG. Cajazeiras e Patos, cada qual hospeda uma matriz, respectivamente, o Centro Universitário Santa Maria (Unifsm) e o Centro Universitário de Patos, ambos privados. Exclusivamente, a UFCG forma médicos/as no *campus* de Cajazeiras e no de Campina Grande. As demais IES unicamente ofertam o curso em suas cidades centrais.

No segmento consecutivo, centraremos ênfase na fundação e instalação da FMPB, circunscritas aos anos de 1950 a 1952.

2 FUNDAÇÃO E INSTALAÇÃO DA FACULDADE DE MEDICINA DA PARAÍBA (1950-1952)

Para se captar o que é a singularidade de uma instituição, torna-se necessário olhar o universal (a totalidade). Se o singular não existe por si, uma vez que está contido no universal, o universal não se institui sem as contraditórias relações das múltiplas singularidades. Captar o movimento, a tensão entre o singular e o universal é o fundamental da pesquisa (Sanfelice, 2012, p. 198).

2.1 Circunstâncias sociais, políticas e culturais paraibanas antecedentes à Faculdade de Medicina da Paraíba

A anotação em destaque, de Sanfelice (2012), reporta-se aos deslocamentos metodológicos que pactuamos desde o preâmbulo desta pesquisa. Após caminharmos sumariamente pelas circunstâncias mais amplas do ensino superior geral e médico no Brasil, daí para diante convencidos das tensões dialéticas entre as dimensões singular e universal pertinentes à FMPB, com o propósito de problematizar como aconteceram os processos de fundação e consolidação desta IES, tentamos decifrar as configurações que a constituíram no recorte estabelecido. Justificamos, entretanto, que, a despeito da delimitação temporal preestabelecida para este capítulo (1950-1952), ocasionalmente, em primazia à completude da argumentação interpretativa, adentraremos mais adiante na historiografia da FMPB.

Como destacamos nas seções anteriores, o rudimentar nível de escolarização da população paraibana se apresentava como causa da preterição do início do ensino superior no estado. Naquela época, as forças políticas e econômicas mobilizadas não eram suficientes para corporificar as intenções que pelos púlpitos circulavam a contar do final do século XIX, mas, fechando um ciclo e abrindo outros, Espínola (1980, p. 44) transcreveu o discurso do primeiro diretor da FMPB, o médico Newton Nobre de Lacerda, que, durante a solenidade inaugural da IES, com regozijo, expressou: “E desta alegria são igualmente partícipes aqueles ao lado dos quaes [sic] trabalhamos para a realização deste desiderato, que hoje [15 de março de 1952] se concretiza com a emancipação da medicina paraibana”.

Considerando que o termo “emancipação” deveria designar a autossuficiência da recém-faculdade no desempenho de suas finalidades, entendemos que, no tempo daquela formalidade festiva, a autonomia formativa da Medicina na Paraíba estava pendente de efetivação, principalmente porque, segundo Bourdieu (2011), o nível de autonomia de um dado campo é diretamente proporcional ao seu grau de fechamento; quanto mais seus integrantes se relacionam com os pares e menos dependem das relações externas, mais

autonomia possuem. Nessa óptica, ainda que existam certos campos profissionais altamente especializados e com acessibilidade mais dificultosa, há campos, a exemplo do político, em que, pelas próprias características, o fechamento lhe é incompatível, porque sua existência depende dos encadeamentos externos que estabelecem.

Entretanto, o remate parcial ao qual o eloquente orador se referia coroava uma frenética correlação de forças das elites paraibanas, particularmente da elite médica que se notabilizou, aproveitou as oportunidades, suplantou várias adversidades e, no interregno de dois anos (1950-1952), corporificou uma vontade outrora impossibilitada. Tal como teorizou Elias (1994), no espaço social, ao compartilharem as mesmas pretensões, os indivíduos, a maioria médicos e algumas outras personalidades influentes política e socialmente, formaram um nexos, uma configuração, cujos resultados se tornaram mais factíveis quando atuaram coletivamente.

As fontes históricas acessadas atestam que a extensa problemática paraibana impeditiva do ensino superior não se confinava à deficiência de escolarização. Mensagem enviada à Assembleia Legislativa, em 1º de junho de 1951, pelo então governador, José Américo de Almeida, adicionada a outras fontes documentais, são uníssonas em informar as atrocidades da seca, perdas de safra e multidões de flagelados, famintos e desprovidos de meios próprios para a subsistência, a clamarem aos chefes públicos por emprego, renda e alimentos. Na figura 6, quatro telegramas, entre outros localizados no acervo documental dos governadores da Funesc, dão a ver o deficitário quadro da Paraíba da década de 1950.

Figura 6 – A problemática dos “flagelados” e a política de assistencialismo na Paraíba (1951-1956)



Fonte: Acervo dos governos estaduais, arquivo da Funesc, José Américo (1951-1956).

Nos telegramas representativos da situação precária, o comissário de polícia do município de Teixeira noticia a José Américo que, devido à falta de emprego para os flagelados, mais de 100 homens estavam reunidos próximo à cidade e planejavam atacar o comércio local, caso não houvesse providências de trabalho e de fornecimento de alimentos. O cônego de Monteiro suplica ao governador para aplacar a fome e o sofrimento de centenas de trabalhadores que estavam acampados ao relento e famintos. O prefeito de São José dos Cordeiros comunica a José Américo: “População aqui morrendo a fome, estamos vendo mulheres e crianças caindo de fome nas ruas”. E o prefeito de Picuí agradece ao governador o recebimento de gêneros alimentícios distribuídos para os flagelados, demonstrando o assistencialismo político para com a população desprovida de meios para auferir renda e alimentos.

A interlocução remete para fora do discurso, para o que não foi dito nos textos, portanto não compreenderemos o discurso histórico, caso o separemos das instituições em função das quais ele silenciosamente se organiza (Certeau, 1982). Logo, a imprensa periódica não estava alheia às condições de produções históricas mais amplas daquela época. José Américo utilizava proficientemente esse meio de comunicação em massa para enfatizar os elementos de ancoragem do seu governo. Lembrava ao povo quão desafiadora era sua administração, descrevia o nebuloso cenário e prestava contas de suas obras e da assistência aos pobres, que, diante das privações, adquiriam uma significância política e social muito maior, passível de reverberar no aumento do seu capital simbólico.

Sustenta Bourdieu (2011, p. 211): “[...] há uma extraordinária concentração de poder nos meios de difusão”. Por conseguinte, ao que tudo indica, o então governador agia consciente da capacidade dos jornais de influírem sobre a opinião da sociedade, ainda que fosse excludente dos iletrados. Por certo, José Américo esperava que os enunciados circulassem entre todos, inclusive oralmente em meio aos desprovidos de competência leitora, construindo representações aprazíveis de si e de sua administração, mormente porque Le Goff (1990), contrapondo-se à ilusão positivista em conferir o atributo da boa-fé apenas aos documentos oficiais, advoga que quaisquer documentos, tais quais os jornais, ao serem utilizados pelo poder, convertem-se em documento-monumento, por serem parciais, instruídos para certas finalidades, tal como complementa:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (Le Goff, 1990, p. 548).

Essa intencionalidade também pode ser explicada por Chartier (2002), em que as elites adotam a imprensa periódica como reprodutora premeditada das próprias representações e dos interesses dos grupos aos quais pertencem. No âmbito coletivo, tais representações consubstanciam-se em mecanismos de imposição concreta ou potencial de valores e visões de mundo, possibilitando o controle sobre outros sujeitos.

Nas engenhosidades dos interlocutores que se utilizam da imprensa periódica, o jornal *O Norte*, edição de 31 de janeiro de 1952, veiculou em duas páginas, com destaque na capa, uma ampla e emblemática mensagem de José Américo, sintetizada na ementa transcrita da figura 7:

Mensagem aos paraibanos. Uma síntese do primeiro ano de administração [...] - Ano terrível - política financeira - Obras e melhoramentos - Construção de estradas - Os problemas crônicos - Educação e Saúde - Políticas dos pobres - Ao povo de João Pessoa - Novas perspectivas (Almeida, *O Norte*, 31/01/1952, p. 1).

Figura 7 – “Ano terrível” e as ações de governo (1951-1952)



Fonte: *O Norte* (31/01/1952, p. 1).

Os estudos da linguagem do Círculo de Bakhtin enunciam: “A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico, ou vivencial”. Os discursos não são neutros e dialogam com outras vozes, com outras concepções, ensejando interpretações não estanques, em que o sentido da palavra é determinado pelo contexto sócio-histórico de onde flui

(Bakhtin, 2006). À vista disso, as mensagens governamentais de prestação de contas, que, por determinação da Constituição Estadual, também eram encaminhadas à Assembleia Legislativa (Paraíba, 1951, 1952), conseguiam revelar a relação do emissor, o governador, com os receptores, a sociedade paraibana e os parlamentares, e, a despeito de ocasionar diferentes interpretações, sugerem a pretensão de avultar a relevância das realizações do primeiro ano do mandato, mesmo diante das adversidades agudas e crônicas. No âmbito da Casa Legislativa Estadual, se aprovadas as contas, representariam a regularidade da administração e, provavelmente, persuadiriam os deputados a apoiarem o governo.

Do ponto de vista historiográfico educacional, o exame do inteiro teor desses documentos expõe informações relevantes à compreensão do panorama educativo articulado aos cenários sociais da ocasião em que foram produzidos. As mensagens desvendam a situação financeira, os serviços públicos em funcionamento, as condições de saúde, as obras planejadas e realizadas e os investimentos nas instituições educativas, que são de grande valia para o historiador da educação.

No campo das competições, práticas como as sociais, escolares e políticas tendem a legitimar e justificar os projetos de interesse (Chartier, 2002). Assim, no encadeamento discursivo percebido na análise da matéria completa de *O Norte* de 31 de janeiro de 1952, em primeiro, há um posicionamento axiológico de autopromoção, refletido nos enunciados das dificuldades extremas: estiagem, devastação da lavoura por pragas e pela seca, baixa no preço da agave e do algodão, déficit orçamentário, abandono dos prédios escolares e outros, para, só depois, pontuar as realizações.

Independentemente das intenções implícitas e explícitas no discurso de José Américo, os problemas da Paraíba eram factuais e reverberavam no ensino superior paraibano. Na concepção de Mello (1996), José Américo, no cumprimento de seu mandato de 1951 a 1956, enfrentou grandes dificuldades, freneticamente ansioso por saná-las. Conforme a Divisão de Imprensa Oficial (Paraíba, 1951, p. 85), em 1951, o próprio José Américo informou à Assembleia Legislativa: “Atravessou a Escola de Agronomia do Nordeste, o ano passado, uma de suas maiores crises, por não receber subvenção federal”. Para o NDIHR/UFPB, revelou: “Tive de socorrê-la [a Escola de Agronomia] mais de uma vez por conta do Estado, quando era Governador” (Almeida, entrevista cedida ao NDIHR/UFPB, ?/08/1979).

Contudo, a Constituição Federal de 1946 ressoou no ensino paraibano. Tal Norma fundamental, a partir do término da ditadura Vargas (1937-1945), dedicou-se à redemocratização do país e determinou a aplicação de recursos da União na manutenção e no desenvolvimento do ensino, em conformidade com os artigos 169 ao 171:

Artigo 169 - Anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. Artigo 170 - A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios. Parágrafo único - O sistema federal de ensino terá caráter supletivo, estendendo-se a todo o País nos estritos limites das deficiências locais. Artigo 171 - Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino. Parágrafo único - Para o desenvolvimento desses sistemas a União cooperará com auxílio pecuniário, o qual, em relação ao ensino primário, provirá do respectivo Fundo Nacional (Brasil, 1946).

No Texto Constitucional de 1946, observamos que o sistema federal educacional foi organizado em carácter supletivo, para suprir as deficiências locais, devendo se estender para todo o país. Daí em diante, estados e Distrito Federal passaram a contar com o auxílio pecuniário da União para impulsionarem a educação.

A Paraíba recebeu esses influxos federais e os canalizou para a criação de novas IES e para a incorporação do estado à tendência expansionista nacional. Por falar nisso, após o lapso temporal a contar da criação da Escola de Agronomia do Nordeste, em 1934, precisamente na década de 1950, com o advento das verbas federais supletivas, deu-se o clímax da criação das IES paraibanas, de modo igual ao que ocorreu no Brasil, conforme evidenciamos no primeiro capítulo deste estudo. Sobre isso, Nóbrega (1980a) testemunha que a previsão do aporte financeiro federal os fez acreditar na exequibilidade das desejadas faculdades da saúde: Medicina, Odontologia e Farmácia.

O Texto Político de 1946 preceituou para os municípios receberem parte das arrecadações tributárias e as aplicasse em melhorias das condições sanitárias. Então, o setor da Saúde na Paraíba, que era insuficiente para as demandas locorregionais, obteve auxílios para a assistência médico-sanitária. Relembra Nóbrega (1980a) que os pedidos de postos de higiene aumentaram, mas, devido à falta de médicos e de outros profissionais da Saúde, não havia como suprir as lacunas assistenciais.

O contributo da União para o ensino superior e para a atenção à saúde bem como as requisições de profissionais da Saúde, em especial os de Medicina qualificados para preencher as vagas nos novos postos, somaram-se à expectativa afluída em Nóbrega (1980a) advinda das experiências colecionadas em uma viagem técnica que, em 1949, fez às cidades de Fortaleza e Manaus e ao estado do Pará.

Na época, Humberto Nóbrega era diretor-geral do Departamento Estadual de Saúde e, durante a viagem, participou da solenidade de fundação da Faculdade de Medicina do Amazonas, visitou outras faculdades e hospitais, confrontando aquelas realidades com as condições da Paraíba, o que remete aos discernimentos de Amorim, Santos e Pires (2021) de que viagens podem representar condições estratégicas de propagação de ideias, modelos e projetos pedagógicos.

Como resultado, nasceu em Humberto Nóbrega o desejo e a esperança de criar a Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia da Paraíba (Nóbrega, 1980a). Inicialmente, pensada para as três formações, porém, em razão de insuficiência de recursos materiais e de docentes, culminou primeiramente em Medicina. Posteriormente, as faculdades de Odontologia e de Farmácia surgiram em separado, como mencionamos no capítulo antecedente, reiterando, assim, a concepção de Amorim, Santos e Pires (2021) de que a causalidade, incluindo as circunstâncias históricas, podem interferir na educação e distanciar o planejado do vivido.

2.2 As articulações para o funcionamento da Faculdade de Medicina da Paraíba

A produção da historiografia das instituições educativas é árdua, principalmente porque é necessário atender simultaneamente às perspectivas epistemológica e de prática social. Em outros termos, é fundamental examinarmos criticamente o que terceiros produziram sobre o objeto de estudo, sem perder a clareza do processo historiográfico que traçamos (Sanfelice, 2012). Outrossim, apreender a cultura escolar, como categoria de análise ou campo de investigação, pode responder como a escola se relaciona com a sociedade e que efeitos produz uma sobre a outra (Faria Filho *et al.*, 2004). Nessa tarefa, em sintonia com a NHC, procuramos não rebaixar nem exaltar nenhuma fonte, mas sim empregá-las conforme a adequação a cada pergunta e objetivo da pesquisa.

Aqui, em um aparte necessário, lembramos que a cultura escolar, na intelectualidade de Julia (2001, p. 10), é descrita como um “[...] conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas, práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo a época”.

Viñao Frago (2012) advogava pela apropriação do termo “culturas escolares” no plural, pois, dentro das instituições educativas, não existem somente uma cultura “singular”, mas sim diversas culturas – científica, política e empírica (artesanal) – que se congregam e se permeabilizam a outras culturas das mais variadas esferas sociais. Como definiu o autor espanhol, cultura escolar é:

Un conjunto de teorías, ideas, principios, normas, pautas, rituales, inercias, hábitos y prácticas (formas de hacer y de pensar, mentalidades y comportamientos) sedimentadas a lo largo del tiempo en forma de tradiciones, regularidades y reglas de juego no puestas en entredicho, y compartidas por sus actores, en el seno de las instituciones educativas (Viñao Frago, 2002, p. 73).

Vidal (2009), ao fazer um apanhado dos principais aportes sobre a cultura escolar, destaca que, para Chervel, a escola produz uma cultura específica, singular e original, cujos efeitos se projetam para a sociedade. Destarte, quando o pesquisador direciona seu olhar para a instituição educativa sob a perspectiva da cultura escolar, ele clarifica a compreensão do funcionamento escolar interno, bem como das interações externas que ocorrem entre escola, sociedade e cultura.

Sem a pretensão de reformular o que foi dito anteriormente, consideramos esta visão de Bloch (2001, p. 75): “[...] o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e se aperfeiçoa”. Assim sendo, os escritos memorialistas preexistentes e os jornais da época foram fundamentais na elucidação das tratativas alusivas à criação e consolidação da FMPB, assim como de aspectos relacionados à cultura escolar dessa IES.

Em respeito ao percurso metodológico traçado, mantivemos a comunicação em paralelo com a coleção de fontes adquiridas: documentais, bibliográficas, orais e outras. Como Saviani (2004) nos ensina, ao buscarmos compreender um fenômeno, perscrutamos documentos, vestígios e indícios anteriores, que não são fontes por si mesmas, salvo se o historiador lhes conceder essa posição quando são capazes de responder aos questionamentos da pesquisa. Isto é, “[...] o material levantado na pesquisa só se constitui como fonte ao trabalho do historiador quando este formula seu problema de pesquisa, apontando, assim, as delimitações daquilo que busca como resposta” (Machado; Lacet, 2022, p. 158).

Da viagem às regiões Norte e Nordeste em 1949, Nóbrega regressou para a Paraíba convencido da viabilidade da Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia da Paraíba. A princípio, manteve o seu intento resguardado dos sujeitos possivelmente descrentes e contrários à ideia, mas se proveu daqueles hábeis a agregar diligências para a concretização da IES desejada. Recupera Nóbrega (1980a, p. 32): a FMPB “[...] emergiu de surpresa, sem notícias nos jornais, apenas através de convites e convocações pessoais”, por intermédio de um grupo de médicos e outras personalidades prestigiadas³³ que foram

³³ A Ata da Reunião de Fundação da Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia da Paraíba documenta que Humberto Nóbrega presidiu a reunião e contou com as presenças de: 1) Lauro Wanderley (médico e, à época, diretor da Maternidade Cândida Vargas, futuro professor da FMPB); 2) Oscar de Oliveira Castro (médico e futuro professor da FMPB); 3) Newton Nobre Lacerda (médico e futuro professor e diretor da FMPB); 4) João Gonçalves de Medeiros (médico e futuro professor da FMPB); 5) Luiz Gonzaga de Miranda Freire (médico e futuro professor da FMPB); 6) Antônio Dias dos Santos (médico e futuro professor da FMPB); 7) Danilo de Alencar Carvalho Luna (médico e futuro professor da FMPB); 8) Múcio de Carvalho Baptista (médico e futuro professor da FMPB); 9) Luciano Ribeiro de Moraes (médico e futuro professor da FMPB); 10) Aryoswaldo Espínola da Silva (médico e futuro professor da FMPB); 11) Edrise da Costa Vilar (médico e futuro professor da FMPB); 12) Roberto de Brito Granville (médico e futuro professor da FMPB); 13) José Asdrubal Marsiglia de Oliveira (médico e futuro professor da FMPB); 14) Napoleão Rodrigues Laureano (médico, aclamado professor, porém faleceu antes da inauguração da FMPB); 15) Everaldo

arregimentados, a começar por Lauro dos Guimarães Wanderley, para planejar e tomar as medidas oportunas à constituição da FMPB.

Os meses preparatórios para o início das atividades acadêmicas foram assinalados como de intenso trabalho, alianças e rejeições, compelindo Nóbrega (1980a, p. 25) a classificá-los como de “saudação e repulsa”. O primeiro termo aludiu aos sujeitos favoráveis ao propósito e o segundo, aos antagonistas. Os desafeiçoados não se limitavam ao terreno paraibano, mas, nas instâncias decisórias nacionais, havia rivalidades a suprimir. Em várias ocasiões, Nóbrega (1980a, p. 149) demonstra claramente as oposições experimentadas, tais como: “[...] enquanto agíamos na Capital da República [Rio de Janeiro], os daqui [da Paraíba] desdobravam-se em providências para vencer a resistência passiva dos sabotadores”.

Não obstante os contratemplos, com brevidade, em 25 de março de 1950, na sede da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba, situada na rua das Trincheiras, João Pessoa, figura 8, lavrou-se a ata de fundação da IES em exame, assumindo a denominação “Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia da Paraíba”.

Figura 8 – Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Ferreira Soares (diretor da Assistência Municipal de João Pessoa); 16) Hélio Fonseca (médico integrante da Associação Médica Paraibana); 17) Orlando Farias (médico afiliado à Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba); e 18) Coronel José de Oliveira Leite (engenheiro e incentivador do ensino superior paraibano) (Nóbrega, 1980a). A única mulher presente na fundação da FMPB era a esposa do coronel José Leite, cujo nome não é mencionado na Ata de 25 de março de 1950. Na presente nota, utilizamos o termo “professor” para assinalar os médicos aclamados, na mesma reunião, futuros catedráticos da FMPB, mas, como trataremos no segmento próprio, nem todos, de fato, compuseram o quadro docente. Obtivemos as informações sobre profissão e função de Hélio Fonseca no jornal *O Norte* (Associação Médica da Paraíba, *O Norte*, 30/11/1952) e sobre Orlando Farias no jornal *O Norte* (Sociedade de Medicina e Cirurgia... *O Norte*, 23/11/1952).

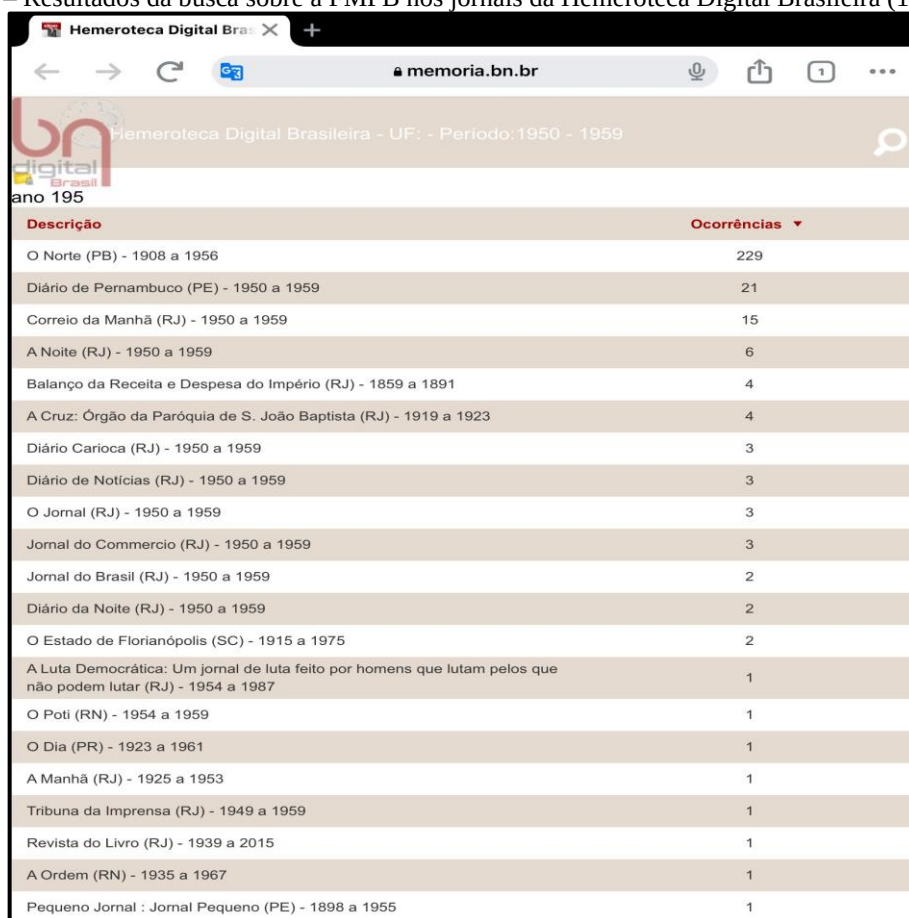
A FMPB germinou no cerne da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba, à qual vários envolvidos na fundação da FMPB eram associados. Os jornais do século XX noticiam que os médicos se reuniam ordinariamente nesta entidade para estudar tratamentos inovadores e casos específicos, como hidrocefalia, cânceres, acidoses e outras doenças. Seus estudos se apoiavam em periódicos científicos daquele período. Nóbrega (1979) adensa que tal entidade foi instalada em 3 de maio de 1924, por iniciativa dos médicos Lourival Moura e José Seixas Maia, na qualidade de associação científica, e que se dedicava aos eventos científicos no estado, como a “Semana Médica” de 1927 e a “Semana Anti-Alcoólico” de 1935.

Na sequência dos acontecimentos instituintes da FMPB, os três cursos inicialmente pretendidos – Medicina, Farmácia e Odontologia – demandavam professores e instalações específicas para as aulas teóricas e práticas. Por isso, providenciaram o diagnóstico situacional da disponibilidade de médicos, odontólogos e farmacêuticos e da rede assistencial no estado, no entanto as deficiências constatadas rapidamente induziram a alteração de planos. Perceberam a inviabilidade de iniciar por Farmácia, porque o *quantum* de farmacêuticos era diminuto. De pronto, reformularam a ordem das instalações pretendidas e iniciar pela formação em Medicina tornou-se prioridade (Nóbrega, 1980a).

A imprensa, que, até o momento da fundação da FMPB, permanecia silente sobre os acontecimentos preparatórios, despertou, com afinco, para acompanhar os principais desfechos, possivelmente informada pelos agentes relacionados à teia de configurações que possibilitou a FMPB. As notícias referiam-se aos políticos e aos demais protagonistas das articulações constituintes da IES, conferiram nitidez autoral às ações promotoras do ensino superior médico e corroboram nossa argumentação anterior, do fabrico da produção de sentidos pretendidos nos receptores dos anúncios em circulação na Paraíba e em outros estados, incluindo a sede do poder central, o Rio de Janeiro.

Em 29 de abril de 2023, levantamos as ocorrências jornalísticas relacionadas ao termo “Faculdade de Medicina da Paraíba” na Hemeroteca Digital Brasileira. Em meio aos 385 acervos disponíveis no período de 1950 a 1959, localizamos 21 diferentes jornais, contendo 305 ocorrências, concorde com a figura 9.

Figura 9 – Resultados da busca sobre a FMPB nos jornais da Hemeroteca Digital Brasileira (1950-1959)



Descrição	Ocorrências
O Norte (PB) - 1908 a 1956	229
Diário de Pernambuco (PE) - 1950 a 1959	21
Correio da Manhã (RJ) - 1950 a 1959	15
A Noite (RJ) - 1950 a 1959	6
Balanço da Receita e Despesa do Império (RJ) - 1859 a 1891	4
A Cruz: Órgão da Paróquia de S. João Baptista (RJ) - 1919 a 1923	4
Diário Carioca (RJ) - 1950 a 1959	3
Diário de Notícias (RJ) - 1950 a 1959	3
O Jornal (RJ) - 1950 a 1959	3
Jornal do Commercio (RJ) - 1950 a 1959	3
Jornal do Brasil (RJ) - 1950 a 1959	2
Diário da Noite (RJ) - 1950 a 1959	2
O Estado de Florianópolis (SC) - 1915 a 1975	2
A Luta Democrática: Um jornal de luta feito por homens que lutam pelos que não podem lutar (RJ) - 1954 a 1987	1
O Poti (RN) - 1954 a 1959	1
O Dia (PR) - 1923 a 1961	1
A Manhã (RJ) - 1925 a 1953	1
Tribuna da Imprensa (RJ) - 1949 a 1959	1
Revista do Livro (RJ) - 1939 a 2015	1
A Ordem (RN) - 1935 a 1967	1
Pequeno Jornal : Jornal Pequeno (PE) - 1898 a 1955	1

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (2023).

Embora seja contraindicada a generalização desses resultados, porque excluíram os jornais em suporte físico de papel ou digitais presumivelmente hospedados em outras plataformas, a procura externou que, nos periódicos da Hemeroteca Digital Brasileira, de 1950 a 1959, a FMPB foi mencionada com maior frequência nos seguintes periódicos: *O Norte* (n=229), da Paraíba; *Diário de Pernambuco* (n=21); e *Correio da Manhã* (n=15), do estado do Rio de Janeiro. Ao totalizarmos esse interesse por estado, tivemos: Paraíba (n=229), Rio de Janeiro (n=49), Pernambuco (n=22), Santa Catarina (n=2), Rio Grande do Norte (n=2) e Paraná (n=1).

Em algumas gazetas, o foco principal não era a FMPB, mas sim os seus diretores, professores e alunos, que, em notícias sobre aniversários, casamentos e propagandas de consultórios, eram identificados como “da Faculdade de Medicina da Paraíba”, o que demonstrava a distinção social e intelectual que, desde o início de sua história, a IES proporcionava aos seus membros. Na opinião de Nóvoa (2009), o prestígio social profissional do professor está intimamente ligado à maneira como ele se comunica com a sociedade. Mesmo enfrentando riscos, a depender do teor dos enunciados midiáticos, que podem ser

prejudiciais à dignidade docente, o silêncio e a perda de visibilidade nos espaços públicos podem dificultar o reconhecimento social essencial para a profissão.

A deferência desfrutada pelos professores da FMPB em outros estados é comprovada no jornal *Diário de Pernambuco*, por noticiar o casamento do médico José Asdrubal Marsiglia de Oliveira, destacando-o como “[...] doutor e professor da Faculdade de Medicina da Paraíba” (Casamentos..., *Diário de Pernambuco*, 29/02/1956, p. 6). Esse achado condiz com a análise de Machado (1997), que afirma: apesar de a origem da Medicina historicamente ser de desprestígio e baixa condição social, a partir dos séculos XIX e XX, a profissão conquistou mundialmente grande dimensão social, tornando-se tradicional e elitizada, muitas vezes, perpetuando-se na linhagem familiar.

Na figura 10, constamos uma pequena parte das menções feitas à FMPB nos jornais indexados na Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 10 – A FMPB nos jornais da Hemeroteca Digital Brasileira (1950-1959)



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

No Rio de Janeiro, o governador José Américo foi representado como fomentador dos meios que permitiram o funcionamento da FMPB, autorizador da aquisição de equipamentos e ofertante de “completas” instalações e outros auxílios para a IES (Funcionará..., *A amanhã*, 22/09/1951, p. 2). Com o mesmo propósito de notabilidade, ao governador é expressamente atribuída a autoria do decreto que concedeu o auxílio de

Cr\$ 1.000.000,00 para a FMPB (Um milhão..., *A Noite*, 24/ 04/1950, p. 3). No outro recorte, novamente José Américo surge como o emissor de um telegrama informativo sobre a autorização do funcionamento da IES pelo Conselho Superior de Ensino (CSE), ao tempo que também ratifica a continuidade do seu empenho junto ao presidente Getúlio Vargas para agilizar o decreto de reconhecimento da FMPB (Faculdade..., *Jornal do Comércio*, 06/11/1951, p. 2). Ainda, na capital do país, uma conferência promovida pela FMPB sobre doenças reumáticas (Vai Pronunciar..., *Diário da Noite*, 10/10/1953, p. 2), a instalação da cátedra de Tisiologia (Estudantes..., *Jornal do Brasil*, 17/08/1957) e o lançamento da pedra fundamental da sede da FMPB a ser construída no Hospital Clementino Fraga, em João Pessoa (Novo Sanatório..., *O Jornal*, 24/07/1959, p. 7) foram propagadas.

Não obstante o reconhecido empenho de José Américo para viabilizar o ensino superior paraibano, pontuamos que existiram tensões na sua relação com os idealizadores da FMPB. Nóbrega (1980a, p. 111) se ressentia da postura de José Américo em enviar um telegrama ao presidente do Conselho de Educação, no Rio de Janeiro, cujo conteúdo era incompatível com o apoio que a FMPB necessitava, o qual expressava que “[...] a Paraíba não tinha condições para o funcionamento de uma Faculdade de Medicina”.

O general Leite, em entrevista ao NDIHR/UFPB (16 jan. 1979, p. 15), confirmou:

Fundada a Faculdade de Medicina da Paraíba, pelo Professor Humberto Nóbrega Carneiro da Cunha [...], o Governador José Américo, no Rio, diz ao Professor Cesário de Andrade, Presidente do Conselho do Ensino Superior³⁴, que a Paraíba não tinha condições para o funcionamento de uma Faculdade de Medicina.

A conduta de José Américo, inicialmente, desanimou os médicos fundadores da FMPB, porém a categoria reagiu e intercedeu ao governador para integrar a “mobilização dos homens de ideia” e retirar seu posicionamento contrário perante o Conselho Nacional de Educação (nomenclatura corrigida). José Américo retrocedeu e enviou um novo telegrama ao destinatário do primeiro com o seguinte conteúdo: “Chegando Estado, colhi informações diretas da possibilidade de funcionamento da Faculdade Medicina pelo preenchimento [dos] requisitos legais” (Nóbrega, 1980a, p.112).

³⁴ Verificamos que a designação dos órgãos consultivos do MEC utilizada nas fontes da pesquisa nem sempre estava atualizada, certamente devido à grande variabilidade da terminologia que lhe foi atribuída ao longo do tempo. Para esclarecer, Leite (1979) empregou o termo “Conselho do Ensino Superior”, mas, na época dos fatos relatados, a nomenclatura do órgão era “Conselho Nacional de Educação”. O CNE foi criado como “Conselho Superior de Ensino” mediante o Decreto n.º 8.659, de 5 de abril de 1911, mas, pelo Decreto n.º 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, foi designado “Conselho Nacional de Ensino”; por meio do Decreto n.º 19.850, de 11 de abril de 1931, passou a “Conselho Nacional de Educação”; a Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, modificou-o para “Conselho Federal de Educação” e, em 1994, pela Lei n.º 9.131, novamente recebeu a nomenclatura de “Conselho Nacional de Educação” (Brasil/MEC, 2023).

No estado de Pernambuco, cuja posição mais avançada do que a da Paraíba no tocante ao ensino superior, conforme assinalamos na introdução deste trabalho, acalorava os debates dos paraibanos questionadores do “atraso” da Paraíba; a FMPB havia atraído o interesse publicitário. O *Diário de Pernambuco*, sob a epígrafe “Notícias de Pernambuco e do Nordeste”, anunciou: “[...] resolveu também o Conselho converter em diligências o julgamento do pedido de autorização para funcionamento da Faculdade de Medicina da Paraíba” (Notícias..., *Diário de Pernambuco*, 21 out. 1950, p. 2). Especificamente, quanto aos enunciados que apontam as representações da fundação da FMPB no ideário das elites paraibanas, no JORNAL *A União*, de 26 de março de 1950, tivemos:

Figura 11 – “Acontecimento de maior relevo na nossa vida cultural” (1950)

ago, 26 de março de 1950

FACULDADE DE MEDICINA DA PARAIBA

Sua fundação. ontem, nesta cidade, na Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba — Presidiu a reunião o dr. Humberto Nóbrega — Discursos dos drs. Lauro Wanderley, Oscar Soares e cel. José de Oliveira Leite

Acontecimento de maior relevo na nossa vida cultural, foi, sem dúvida, a fundação, ontem, nesta Capital, da Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia da Paraíba.

A reunião teve lugar às 15,30 hs., na Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba, à Rua das Trincheiras, comparecendo figuras representativas da classe médica local e pessoas de destaque da nossa sociedade.

O magnífico empreendimento despertou, como era de esperar, o mais vivo contentamento nos nossos meios culturais e científicos, pois, veio concretizar, sob bases sólidas e à luz de elevados propósitos, uma antiga e justa aspiração daquele grêmio e da mocidade de nossa terra.

A criação de um estabelecimento superior dessa natureza era uma necessidade que se impunha, entre nós visto como desfrutando, como desfruta, a Paraíba, lugar de destaque no elenco das Unidades da Federação.

que ficou assim constituído, por aclamação unânime dos presentes Profs. drs. Oscar de Castro, Lauro Wanderley, Humberto Nóbrega, Newton Lacerda, João Gonçalves de Medeiros, Cassiano Nóbrega, Miranda Freire, Adrubal de Oliveira, Higino Brito, José Seixas Maia, Everaldo Soares, Atilio Rota, Múcio Batista, Aryswaldo Espinola, Osório Abath, Giuseppe de Paula Marques, Napoleão Laureano, Edrize Vilar, Antonio Dias, Oswaldo Brayner, Efigênio Barbosa, Lourival Moura, Antonio d'Ávila Lima, Francisco Porto, Danilo Luna, Orlando Farias, Hélio Fonseca, Roberto Granville, Luciano Moraes e Alberto Cartaxo.

Após, o presidente pediu para que todos de pé e por aclamação, considerem fundada a Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia da Paraíba, o que se fez, através de calorosa salva de palmas.

Falou, ainda, o cel. José de Oliveira Leite que agradeceu a honra que lhe foi conferida de

tomar parte nos trabalhos da mesma reunião, tendo discursado com entusiasmo acerca do acontecimento.

Afinal, usou da palavra o dr. Oscar de Castro que, expressando os sentimentos da classe médica da Paraíba, ressaltou a importância e a felicidade da idéia, já vitoriosa. Referiu-se, na sua brilhante alocução às figuras representativas do passado cultural e intelectual da nossa gleba, predizendo o triunfo da nossa Faculdade e assegurando a garantia do seu êxito, em face da solidez de suas bases.

Concluiu afirmando que os seus colegas empenhariam todo o esforço e dedicação, no sentido de destruir as forças negativas que, por ventura, se insurgirem contra a vitalidade daquela agremiação científica.

Por fim, o Presidente congratulou-se com os presentes e deopor encerrada a reunião, deu por encerrada a reunião, blcia para amanhã, às 20 horas, no mesmo local.

Fonte: *A União* (26/03/1950, p. 3).

Nesse discurso publicitário, as expectativas depositadas sobre a FMPB são transparentes, por representarem a nova IES como a grande transição da cultura letrada na Paraíba, que não apenas mudaria os destinos dos jovens das elites, mas posicionaria a Paraíba no seleto rol dos entes federados formadores para o campo da Saúde. As notícias divulgadas reforçam o estudo de Castelo Branco (2004), sobre o “mito do filho doutor”, em que o título acadêmico, ainda que desconexo da realidade brasileira e maculado pelas influências

estrangeiras, é visto como uma espécie de passaporte reverenciado e desejado para a aquisição e manutenção de níveis sociais e culturais mais elevados³⁵.

Devido ao desbotamento da página acima, transcrevemos uma parte da matéria, por ser paradigmática em engrandecer a nova IES perante o público receptor.

Acontecimento de maior relevo na nossa vida cultural foi, sem dúvida, a fundação, ontem, nesta Capital, da Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia da Paraíba. [...] o magnífico empreendimento despertou, como era de se esperar, o mais vivo contentamento nos nossos meios culturais e científicos, pois veio concretizar, sob bases sólidas e à luz de elevados propósitos, antiga e justa aspiração daquele grêmio [a Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba] e da mocidade de nossa terra [os jovens que seriam alunos e futuros médicos]. A criação de um estabelecimento superior dessa natureza era uma necessidade que se impunha entre nós, visto como desfrutando, como desfruta, a Paraíba de lugar de destaque no elenco das Unidades da Federação. Não se compreende continuasse desprovida de um centro de estudos médicos à altura dos justos anseios da classe estudantil, desejosa de maiores triunfos (Faculdade..., *A União*, 26/03/1950, p. 3).

Sobre o assunto do jornal *A União* (26/03/1950), recordamos que a FMPB foi registrada como Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia da Paraíba, mas inaugurada unicamente para a formação em Medicina. Como percebemos, mais uma vez, o discurso publicitário em 1950 exalta a futura IES e justifica a sua criação por atender às expectativas formativas da juventude e conferir equivalência à Paraíba perante os demais estados. Além de tudo, a análise das ocorrências jornalísticas contidas no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira e nos jornais impressos ratifica que a FMPB foi apregoada por motivos como: notabilizar os atos normativos oficiais, os investimentos e demais ações políticas; evidenciar o desempenho dos alunos em concursos de habilitação e outros eventos, como competições esportistas; salientar as capacitações dos professores; e conferir publicidade às notas, informes, convocações e agendas de eventos da FMPB.

O tempo urgia e, dois dias após a reunião inaugural, os líderes da FMPB se reagruparam, conforme a ata do dia 27 de março de 1950, transcrita de Nóbrega (1980a). Dessa vez, com a criteriosa presença dos diretores dos principais hospitais da capital³⁶, pois

³⁵ Para aprofundar esse tema, recomendamos a leitura de Castelo Branco (2004) citada nas referências, cujo trabalho doutoral ancora-se na realidade do acesso ao ensino superior na Paraíba e argumenta que o “sonhado” diploma que confere o “título de doutor” não produz a desejada equalização social, especificamente quanto à cidadania e ao trabalho. Nessa perspectiva, as classes permanecem divididas, de regra, aos filhos das elites, são reservadas às profissões tradicionalmente elitizadas, mas os originários das classes subalternas, ainda que de posse do diploma superior, nem sempre obtêm ascensão social. Todavia, como a própria autora recomenda, novos levantamentos sobre os efeitos das políticas de democratização do acesso ao ensino superior são bem-vindos, para atualizar se o grau universitário já consegue melhores indicadores quanto às demandas das classes subalternas.

³⁶ O Hospital Santa Isabel foi referido na reunião de 25 de março de 1950 mediante sua provedoria, que sinalizou a disponibilização dos hospitais pertencentes à Santa Casa de Misericórdia para a FMPB. Essa participação será abordada adiante, no tópico “Primeiras instalações”.

era necessário ter os estabelecimentos de saúde à disposição das atividades acadêmicas teórico-práticas. Participaram desse ato os administradores do/a: 1) Hospital Arlinda Marques; 2) Hospital Clementino Fraga; 3) Assistência aos Psicopatas; e 4) Maternidade Cândida Vargas. Esta última era dirigida por Lauro Wanderley, que abraçara a causa da criação da FMPB junto a Humberto Nóbrega desde as tratativas iniciais.

Dessa forma, as práticas que fomentavam as condições materiais e processuais essenciais à existência da FMPB se sucederam: os médicos da linha de frente do projeto meticulosamente identificavam os sujeitos coadjuvantes, com fervor, atualizavam esses indivíduos sobre o projeto, conquistavam-lhes e compartilhavam-lhes incumbências, inserindo-os nas diversas comissões e conselhos, tais como: CTA, Comissão do Regimento Interno, Comissão Organizadora do Plano de Funcionamento e outras, que se formavam com o motivo de progredir nas tarefas constitutivas.

Em virtude de o projeto ser grande e dispendioso, a elite médica integrante do frontispício, continuamente, movia-se do campo próprio em busca daqueles investidos de mandatos políticos ou funções com potencialidades colaborativas, para que entrassem no circuito das provisões necessárias à estruturação da FMPB, conformando-se, portanto, com os campos sociológicos pensados por Bourdieu (2011).

Bourdieu (2011) expõe que a realidade do jogo político pode ser construída pela noção de campo político como um microcosmo, que é um pequeno mundo social, com certa autonomia no interior do grande mundo social (macrocosmo), onde as lutas internas continuamente remetem a sujeitos externos capazes de contribuir com a solução das disputas. Exclusivamente para ilustrar, Nóbrega (1980a) pontua que, para o governador do paraíba Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, mandato de 1947 a 1950, pediram genericamente suporte para com as necessidades da IES e, para o presidente do Brasil Eurico Gaspar Dutra, mandato de 1946 a 1951, requereram apoio moral e material. Acionaram diversos parlamentares para viabilizar o trâmite legislativo e a aprovação dos projetos de interesse da FMPB. Similarmente, fizeram o mesmo com ministros da Educação e da Casa Civil da Presidência da República, além de outras pessoas influentes, até mesmo políticos que estavam em campanha para mandatos do porvir foram demandados.

Ao escrutinarmos o conteúdo dos telegramas enviados às autoridades coadjuvantes, percebemos a lógica argumentativa do emissor, destinada a convencer sobre a exequibilidade da FMPB e reunir patrocínio. Preliminarmente, cientificava a respeito da fundação da IES, enfatizando que era resposta aos anseios legítimos em favor da cultura paraibana. A seguir, apresentava as aquisições confirmadas: apoios personalíssimos, docentes

proficientes, hospitais à disposição, doações recebidas e outras. No final, formulava os pedidos aos quais se propunham os telegramas. Esse método, ao lograr muitos êxitos, confirmava o prestígio dos médicos mentores, com destaque para Humberto Nóbrega, que subscreveu diversas correspondências.

No elenco dos esteios públicos, o Legislativo Municipal participou com doações e subvenções. No âmbito estadual, a Lei n.º 470 e o Decreto n.º 224, ambos de 21 de abril de 1950 e da lavra do governador Oswaldo Trigueiro, concederam auxílio e permitiram utilizar os hospitais do estado, incluindo os anfiteatros, para as aulas até a conclusão das obras do prédio sede da IES.

Na figura 12, estão a Lei n.º 470 e o registro jornalístico de Oswaldo Trigueiro assinando o Decreto n.º 224/1950, ladeado pelos médicos que estavam à frente da criação da FMPB.

Figura 12 – “Um milhão de cruzeiros” para a FMPB



Fontes: Jornal *A União* (22/04/1950), integrante da coletânea localizada no arquivo central da UFPB, e a lei que procedeu da Assembleia Legislativa da Paraíba.

No primeiro registro, do jornal *A União*, Oswaldo Trigueiro, sentado, assina o Decreto n.º 224/1950 e, no segundo, ocupa o centro da primeira fila. Não foi possível

especificarmos quem eram os demais agentes presentes na fotografia, mas o artigo jornalístico estampou que participaram do ato: Humberto Nóbrega, Oscar de Castro, Lauro Wanderley, Luiz Gonzaga Buriti, Ednaldo Pedrosa, Newton Lacerda, João Medeiros, Oswaldo Brainer, João Carlos Aires, Arlindo Camboinha, Asdrubal de Oliveira, Gabriel Medeiros, Everaldo Soares, Danilo Luna, Miranda Freire, Átilo Rota, Lourival Moura, Luciano Moraes, Orlando Farias, Ávila Lima, Francisco Porto e Alberto Cartaxo.

A doação de um milhão de cruzeiros foi direcionada para fins didáticos na organização do ensino superior e foi aprovada unanimemente pelas bancadas partidárias da Paraíba (Faculdade..., *A União*, 22 abr. 1950, p.?). No entanto, “[...] o milhão de cruzeiros prometido não foi entregue, porque a Lei n.º 470 de 1950 esqueceu de autorizar a abertura do crédito ou a emissão das apólices a que aludia” (Nóbrega, 1980a, p. 157). Malgrado isso, entendemos que havia consenso na acolhida política da FMPB no estado, porque, mesmo diante do lapso normativo na autorização do crédito, não verificamos oposição dos partidos políticos na aprovação da mencionada norma. Ademais, em busca aplicada à ferramenta da Assembleia Legislativa com o termo “Faculdade de Medicina”, em 1º de maio de 2023, localizamos nove leis, das quais seis faziam concessões à FMPB, a saber:

Quadro 8 – Leis paraibanas favoráveis à FMPB (1950-1972)

Norma/Sanção	Ementa	Objeto
Lei n.º 470, de 21 de abril de 1950. Governador Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo (Paraíba, 1950a).	Concede auxílio à Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia da Paraíba.	Cr\$ 1.000.000,00 em apólices da dívida pública emitidas pelo estado da Paraíba.
Lei n.º 477, de 4 de maio de 1950. Presidente da Assembleia João Fernandes de Lima (Paraíba, 1950b).	Faz doação à Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia da Paraíba.	Prédio do Centro de Saúde em João Pessoa à rua das Trincheiras.
Lei n.º 508, de 22 de janeiro de 1951. Governador José Targino Pereira da Costa (Paraíba, 1951a).	Concede subvenção à Faculdade de Medicina da Paraíba.	Subvenção anual de Cr\$ 240.000,00 a ser paga em duodécimos.
Lei n.º 1.413, de 26 de dezembro de 1955. Governador José Américo de Oliveira (Paraíba, 1955d).	Autoriza o governo do estado a assinar convênio com a Faculdade de Medicina da Paraíba.	Execução do serviço de verificação de óbito. O estado concorrerá com Cr\$ 500.000,00 no primeiro e Cr\$ 350.000,00 nos subsequentes.
Lei n.º 1.347, de 19 de novembro de 1955. Governador José Américo de Oliveira (Paraíba, 1955b).	Concede auxílio para o prosseguimento de construção do edifício do Instituto de Puericultura da Faculdade de Medicina.	Cr\$ 300.000,00 a ser atendido mediante crédito especial.
Lei n.º 1.217, de 5 julho de 1955. Governador José Américo de Oliveira (Paraíba, 1955a).	Autoriza a doação de terreno à Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia da Paraíba.	Terreno do Centro de Reeducação Social para a construção do Instituto de Puericultura e Pediatria da Faculdade.

Fonte: Assembleia Legislativa da Paraíba.

A descoberta acima não incluiu as normas municipais nem os decretos do Executivo Estadual, todavia comprova a vontade política dos governadores, do presidente da

Assembleia e das bancadas da Paraíba para com a materialização da FMPB, por favorecer o incremento patrimonial e financeiro desde a fundação, em 1950, até a agregação à Universidade da Paraíba, em 1955.

Independentemente desse apoio, o memorialista Nóbrega (1980a, p. 27) aludiu a tessituras de diferentes matizes. Em 29 de agosto de 1950, pleiteou assistência à concretização da FMPB ao professor e médico Geraldo de Paula Souza, naquele momento considerado um expoente na Assembleia das Nações Unidas e bastante influente no Brasil, mas essa conduta gerou um entrevero, porque Geraldo Souza “[...] alterou a voz como uma ameaça: iria apresentar, no momento oportuno, uma monção de advertência às autoridades competentes, denunciando a proliferação de Faculdades de Medicina” no Brasil. Em meio aos ânimos exaltados, o professor e médico Samuel Barnsley Pessoa, da USP, advogou pela FMPB, mas não conseguiu convencer Geraldo Souza sobre a importância de apoiar a criação da FMPB.

Embora o antecessor de José Américo no governo, Oswaldo Trigueiro, almejasse dotar o estado de novas IES, não teve forças nem articulações suficientes para superar os entraves ao ensino superior paraibano. Já o governador José Américo, bem mais articulado, com uma vasta carreira pública e pilar na criação da primeira IES da Paraíba em 1934, quando era ministro da Viação e Obras Públicas do governo de Getúlio Vargas, aproveitou o “surto de progresso” e o direcionou para o ensino superior, que se tornou uma das prioridades de sua administração (Mello, 1996), superando, portanto, seu posicionamento contrário à criação da FMPB, quando aventou que o estado não tinha estrutura para concretizar esse projeto. Nóbrega (entrevista cedida ao NDIHR/UFPB, 25 set. 1979, p. 16) testemunha: “O Ministro não via com bons olhos a iniciativa dos médicos conterrâneos. Depois de instalada, o Ministro José Américo foi um baluarte da Faculdade de Medicina. Concedendo-lhe verba para a instalação da Escola e a prestigiou”.

O resumo histórico sobre os governadores da Paraíba realizado por Santos (2022) elucida as condições políticas oportunas à participação exitosa de José Américo na configuração do ensino superior paraibano. Foi empossado no governo do estado em 31 de janeiro de 1951, mas, de 16 de junho de 1953 a 24 de setembro de 1954, afastou-se porque assumiu, pela segunda vez, o Ministério da Viação e Obras. No período em que esteve à frente do Ministério da Viação, a Paraíba foi governada por João Fernandes de Lima. Com a morte do presidente Getúlio Vargas, em agosto de 1954, José Américo deixou a pasta ministerial e retornou para cumprir seu mandato de governador até 31 de janeiro de 1956.

Dessa forma, os cargos que José Américo ocupou e as relações que configurou, em uma temporalidade estratégica para a corporificação da FMPB, contribuíram para o aumento do seu capital simbólico e para a sua mobilização em prol do ensino superior. Assim, reiteram-se as ideias de Bourdieu (2011, p. 204), que os ajustes estabelecidos são vitais para o desempenho dos agentes públicos. A intensidade e a qualidade de suas realizações dependerão da vitalidade das relações que firmam, visto que “[...] há, no campo político, lutas simbólicas nas quais os adversários dispõem de armas desiguais, de capitais desiguais e de poderes simbólicos desiguais”.

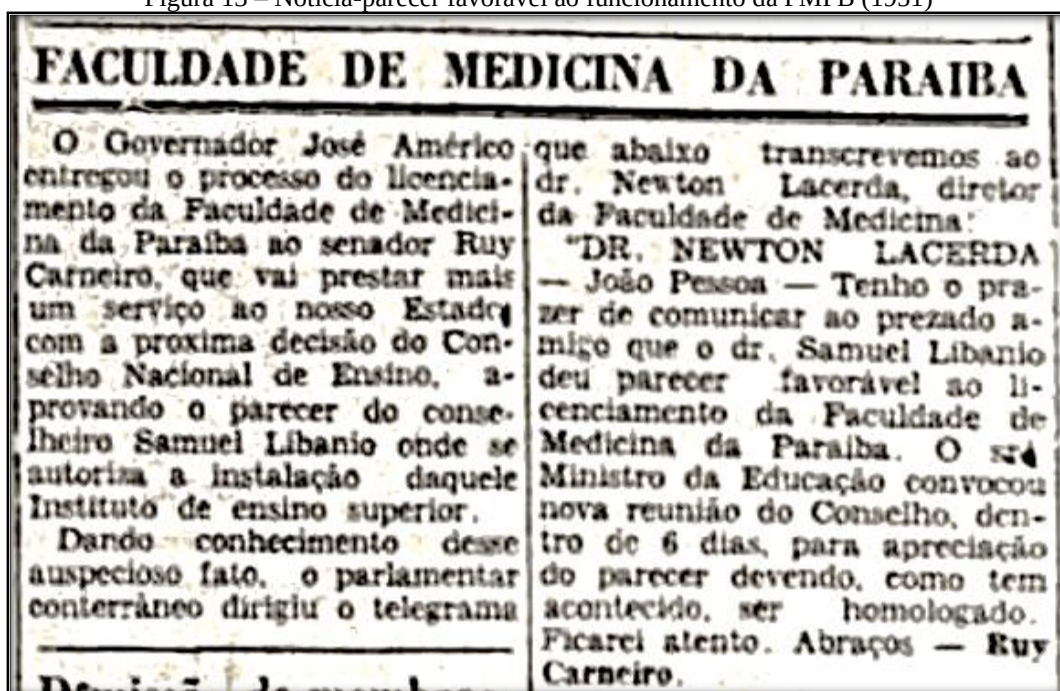
José Américo, ao se dedicar ao ensino superior, direcionava o discurso publicitário para que as pessoas se apropriassem de representações como transformador do ambiente cultural, provedor das necessidades materiais da Paraíba e responsável pela criação e prosperidade das IES, como a Faculdade de Medicina e a de Filosofia (Autorizado..., *O Norte*, 28/05/1951, capa). Suas ações eram propagadas tanto na capital do Brasil quanto em outras localidades. No Rio de Janeiro, o jornal *Correio da Manhã*, de 12 de julho de 1951, divulgou: “Depois de uma reunião realizada no Palácio, o governador José Américo resolveu solicitar ao Legislativo um crédito de 1.000.000 de cruzeiros para a criação do patrimônio da Faculdade de Medicina da Paraíba, a ser instalada em prédio já doado pelo Estado”.

Com o propósito de obter autorização do CNE para o funcionamento da FMPB, foi protocolado o Processo n.º 45.568, de 30 de maio de 1950, instruído com farto conjunto probatório, todavia sequencialmente o deferimento foi protelado, sendo requisitadas retificações e novas diligências. Essa fase foi caracterizada por Nóbrega (1980a, p. 117) como “*via crucis*”. O primeiro parecer não autorizativo foi lavrado em 13 de outubro de 1950; o segundo, em 16 de fevereiro de 1951; e o terceiro, em 19 de março de 1951.

Ao averiguarmos o teor dos pareceres, que protelaram a autorização da FMPB, verificamos que os principais questionamentos da Comissão de Ensino Superior recaíram sobre a capacidade financeira da FMPB em se manter funcionante, a compatibilidade das instalações físicas para a integralidade das disciplinas e as competências de alguns professores.

Após um ano e cinco meses de tramitação do petítório, o parecer favorável foi exarado. Atento, o jornal *A União*, de 19 de outubro de 1951, assinalou que o governador José Américo designou o senador Ruy Carneiro para acompanhar de perto o feito ainda pendente de homologação pelo ministro da Educação, em conformidade com a figura 13.

Figura 13 – Notícia-parecer favorável ao funcionamento da FMPB (1951)



Fonte: *A União* (19/10/1951, p. 5).

Por intermédio do Decreto n.º 30.212, de 27 de novembro de 1951, o presidente da República, Getúlio Vargas, acatou o parecer em comento e autorizou o funcionamento do curso médico da FMPB (Brasil, 1951a; UFPB, 2017). O jornal *A União*, de 12 de dezembro de 1951, trouxe a matéria sobre a autorização federal da seguinte forma:

Figura 14 – Autorização para o funcionamento da FMPB



Fonte: *A União* (12/12/1951, p. 3).

O noticiário a respeito da autorização de funcionamento ainda convocou a Congregação da FMPB para comparecer à sede da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba a fim de se cientificar a respeito do Decreto n.º 30.212/1951 e articular as providências consecutivas para a solidificação da IES.

Interessa-nos esclarecer que a “Congregação da FMPB”, às vezes, denominada “Congregação dos Professores”, a contar de 1950, surgiu diversas vezes nas atas consultadas como o primeiro órgão decisório da FMPB. A presidência da Congregação foi exercida por Humberto e por Newton Lacerda e todos os professores fundadores participavam deste colegiado. Em 11 de janeiro de 1952, a Congregação constituiu o CTA, elegendo cinco professores conselheiros técnico-administrativos: Humberto Nóbrega, Lauro Wanderley, Asdrubal de Oliveira, Miranda Freire e Antônio Dias, para o mandato de dois anos.

A principal finalidade do CTA era promover os atos burocráticos da FMPB e, a partir de 1952, passou a coexistir junto à Congregação em uma posição hierárquica imediatamente inferior, inclusive suas reuniões eram distintas. Certas matérias apreciadas e votadas pelo CTA também eram discutidas e chanceladas pela Congregação.

Consoante ao que expusemos até agora, apesar de compartimentarmos a escrita do presente texto em tópicos para sistematizar o nosso raciocínio sobre os achados do estudo, as relações tocantes à criação da FMPB estão conexas. Destarte, na seção seguinte, abordaremos a estruturação do currículo e do corpo docente, que se apresentaram bastante laboriosas para os condutores da FMPB.

2.3 A composição do quadro docente e a estrutura curricular

Pesquisas históricas interessadas na cultura escolar não prescindem de esquadriñar como os professores foram recrutados e quais saberes e *habitus* foram considerados (Julia, 2001) para a profissionalização docente. É certo que, na fundação da FMPB, em 25 de março de 1950, a constituição do quadro de professores recebeu atenção acurada, o que sugere que seus iniciadores reconheciam os catedráticos como agentes-chave para o triunfo do ensino superior médico na Paraíba. Por sinal, informou Nóbrega (1980a), a ausência de professores específicos para Farmácia e Odontologia, adicionada à escassez de hospitais estruturados, repercutiu no adiamento da criação desses cursos superiores, que haviam sido pensados para surgir juntos ao de Medicina.

Na primeira ata da FMPB, previamente estavam relacionados os docentes, aclamados em 25 de março de 1950, para as disciplinas elencadas com base nos Anais da

Faculdade de Medicina da Bahia (Nóbrega, 1980a). O documento adiante, extraído do relatório apresentado ao inspetor federal em 3 de julho de 1952, explana a primeira ordenação curricular da FMPB.

Figura 15 – Disciplinas do curso médico da FMPB em 1952

FAKULDADE DE MEDICINA DA PARAIBA

RELACÃO DAS DISCIPLINAS COMPONENTES DA SERIE DO CURSO MÉDICO
DA FACULDADE DE MEDICINA DA PARAIBA

Primeiro ano
Anatomia - sistemática
Histologia e embriologia geral.

Segundo ano
Anatomia - topográfica
Física biológica
Química fisiológica
Fisiologia

Terceiro ano
Microbiologia
Parasitologia
Patologia
Farmacologia

Quarto ano
Anatomia e fisiologia patológicas
Técnica operatória e cirurgia experimental
Clínica propedêutica médica
Clínica dermatológica e sifiligráfica
Clínica otorrinolaringológica
Clínica propedêutica cirúrgica
Clínica médica
Clínica cirúrgica

Quinto ano
Higiene
Medicina legal
Clínica de doenças tropicais e infectuosas
Terapêutica Clínica
Clínica cirúrgica
Clínica médica
Clínica urológica
Puericultura

Sexto ano
Clínica médica
Clínica obstétrica
Clínica pediátrica médica
Clínica cirúrgica infantil e ortopédica
Clínica oftalmológica
Clínica ginecológica
Clínica neurológica
Clínica psiquiátrica
Fisiologia

Secretaria da Faculdade de Medicina, em 3 de julho
de 1952.

VISTO:

Inspetor Federal

Fonte: Acervo do arquivo do CCM/UFPB (1952).

O currículo inicial da FMPB era estruturado em seis anos. No primeiro ano, duas cadeiras: (I) Anatomia Sistemática e Histologia e (II) Embriologia Geral. No segundo ano, quatro cadeiras: (I) Anatomia Topográfica, (II) Física Biológica, (III) Química Fisiológica e (IV) Fisiologia. No terceiro ano, quatro cadeiras: (I) Microbiologia, (II) Parasitologia, (III) Patologia e (IV) Farmacologia. No quarto ano, oito cadeiras: (I) Anatomia e Fisiologia Patológica, (II) Técnica Operatória e Cirurgia Experimental, (III) Clínica Propedêutica Médica, (IV) Clínica Dermatológica e Sifiligráfica, (V) Clínica Otorrinolaringologia, (VI) Clínica Propedêutica Cirúrgica, (VII) Clínica Médica (primeira cadeira) e (VIII) Clínica Cirúrgica (primeira cadeira). No quinto ano, oito cadeiras: (I) Higiene, (II) Medicina Legal, (III) Clínica de Doenças Tropicais e Infectuosas, (IV) Terapêutica Clínica, (V) Clínica Cirúrgica (segunda cadeira), (VI) Clínica Médica (segunda cadeira), (VII) Clínica Urológica e (VIII) Puericultura. No sexto ano, nove cadeiras: (I) Clínica Médica (terceira cadeira),

(II) Clínica Obstétrica, (III) Clínica Pediátrica Médica, (IV) Clínica Cirúrgica Infantil e Ortopedia, (V) Clínica Oftalmológica, (VI) Clínica Ginecológica, (VII) Clínica Neurológica, (VIII) Clínica Psiquiátrica e (IX) Tisiologia.

Mas a presteza em antecipar a composição do quadro de professores, em correspondência com as 35 disciplinas exordiais, reservou surpresas e, ao longo do período analisado, precisou de constantes recomposições, a começar pelas indicações iniciais. Por diferentes razões, alguns professores não assumiram as cadeiras para as quais foram aclamados. Morte, interdição regulamentar do MEC e autoavaliação de saberes insuficientes expressam alguns dos óbices, revelando a carência local de professores para o processo formativo pretendido.

A escolha dos professores para a FMPB foi uma tarefa delicada, tanto para seleccionar os “mais qualificados” conforme as especificidades das cadeiras quanto para não contrariar os médicos paraibanos prescindidos do grupo em estruturação. Nóbrega (1980a, p. 23) afirma que Lauro Wanderley, com descortino, doutrinava: “[...] o silêncio é a alma do negócio; devemos agir com absoluta cautela, pois iremos desgostar inúmeros colegas que não podemos contemplar, e que por isto se julgarão preteridos ou injustiçados”. Deveras, no espaço em disputa, o agente que possui maior capital específico para o campo em que está inserido ocupa os polos dominantes, as posições mais destacadas. Em um campo intelectual, o capital cultural – a proficiência do professor na área de sua especialidade médica – pode determinar esse posicionamento (Bourdieu, 1996).

Desde o alvorecer, era inescusável que autoridades e outros membros da sociedade se apropriassem da viabilidade e da qualidade da formação a ser conduzida pela nova IES. Na erudição de Nóvoa (2009), um “bom professor” é caracterizado pelo “[...] conhecimento, cultura profissional, tacto pedagógico, capacidade em trabalhar em equipe e compromisso social” que possui. Com a meditação sobre esses pressupostos, percebemos o entrelaçamento das dimensões subjetivas com as profissionais. O autor condiciona o viés interno (subjetivo) do conhecimento aos efeitos gerados na aprendizagem discente. A cultura profissional alude à postura reflexiva de aprender a profissão com os colegas no cotidiano escolar. O tato pedagógico remete à habilidade nas interações com os alunos, especialmente na comunicação. O trabalho em equipe aponta para as intervenções conjuntas nos espaços tanto internos e quanto externos à instituição educativa. O compromisso social é o ponto de convergência de todos os outros aspectos, pois representa o objetivo maior da educação (Nóvoa, 2009). Dessa maneira, a competência do professor se liga à sua aptidão em mobilizar os conhecimentos que detém e expressá-los na qualidade da formação dos alunos e no retorno social que produz.

Entretanto, a maioria dos catedráticos designados na fundação da FMPB, em tese, qualificados como competentes para a docência médica, por norma, ainda não possuíam os saberes próprios da docência tais como conhecemos atualmente, sendo indicados e selecionados provavelmente ancorados na perícia técnica profissional médica e nas relações de afinidades com os fundadores. Em nossa sondagem, a ressalva fica por conta de dois professores com experiência antecedente em outros níveis formativos. Nóbrega (1979) comunica que Oscar de Oliveira Castro, antes, lecionava História Natural no Liceu paraibano e Ciências Físicas e Naturais no Ginásio Nossa Senhora das Neves. José de Seixas Maia também era professor no Liceu, na Escola Normal e no Colégio Nossa Senhora das Neves, localizados na capital da Paraíba.

No tecido constitutivo da FMPB, alguns docentes indicados se autoavaliaram com conhecimentos insuficientes para as cadeiras que lhes foram atribuídas e renunciaram. Nóbrega (1980a, p. 67) comunica que o indicado para Farmacologia, argumentando “[...] que não poderia aceitar por razões de probidade científica”, prescindiu da nomeação, colocando-se à disposição para a futura regência das cátedras pediátricas, por ser especialista em Pediatria pela Universidade do Rio de Janeiro. O professor indicado para Física Médica também declinou, assim dizendo: “Não posso, não devo [...] assumir uma obrigação que me levaria para longe de minhas cogitações e de meus estudos e para a qual não me sinto capaz” (Nóbrega, 1980a, p. 69). Esses fatos remetem ao posicionamento de Bourdieu (2011) acerca do funcionamento dos campos, no âmbito dos quais os sujeitos que preenchem os requisitos de acesso jogam um jogo particular, mas aqueles que não são qualificados às regras retiram-se, ou mesmo são arremessados para fora.

A incoerência entre o currículo de seis indicados a catedráticos e as disciplinas a serem lecionadas foi expressamente mencionada no segundo Parecer do CNE, em 16 de fevereiro de 1951, como um dos fatores impeditivos da autorização do funcionamento da FMPB. Esse documento, transcrito por Nóbrega (1980a), enumera as incongruências no tocante aos professores de Histologia e Embriologia, Fisiologia, Física Biológica, Química Fisiológica, Farmacologia e Patologia Geral, que não eram especialistas em tais disciplinas, por isso tiveram as indicações interditas pelo CNE.

É imperioso esclarecer que os vestígios sobre a questão da capacitação docente não se traduzem na ausência de investimento por parte da FMPB para com a continuidade da formação dos professores pioneiros, nem que os catedráticos, ainda que existissem exceções, eram despreparados em seus subcampos da Medicina. Ao contrário, está documentada a atenção institucional para com a continuidade formativa de titulares e assistentes, além da dedicação dos docentes às suas disciplinas. Nesse raciocínio, o professor de Anatomia e

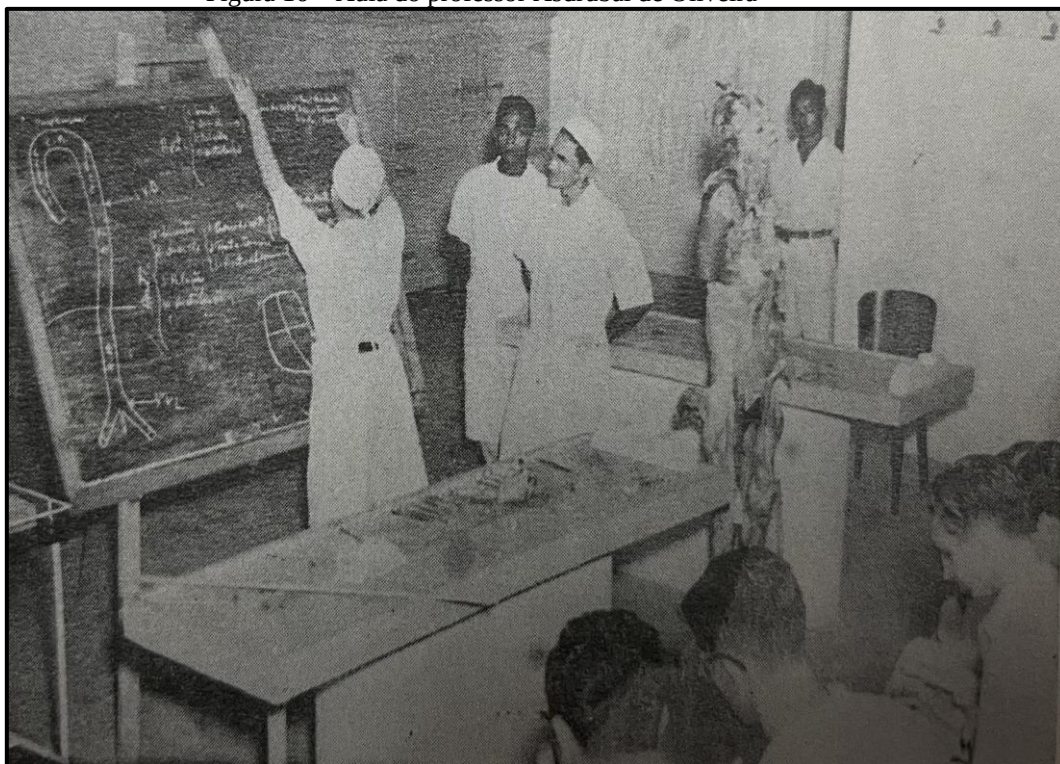
membro do CTA Asdrubal de Oliveira foi modelar, unanimemente representado nos documentos consultados como dedicado, competente e zeloso com as finanças e com a estrutura e o funcionamento da FMPB, principalmente dos laboratórios onde lecionava.

O testemunho oral do médico Adahylson da Costa Silva, aluno da turma pioneira (1952) formada em 15 de dezembro de 1957, concedido ao CRM/PB em 21 de julho de 2012 na série “Memória da Medicina PB” e disponível publicamente no acervo do Museu da Imagem e do Som, é elucidativo:

E os professores. Isso depois nós vimos que **nós ensinávamos aos professores a ensinar** [...], nós influenciámos muito na Medicina daqui da Paraíba, porque professores não precisava. **Aqueles médicos não precisavam estudar, mas aí eles tiveram que estudar para ensinar a gente.** [...] depois analisando que depois, quando eu fui professor, eu vi e me lembro muito, **sei como eles se esforçavam.** Tinha uns que se esforçavam, chegavam, faziam o resumo da aula, coloca no quadro-negro [...]; Asdrubal foi um que, até muitos anos, alcançaram; ele chegava e botava o resumo no quadro-negro, o resumo da aula todinha. Ele chegava, nós entrávamos, já estava o resumo no quadro-negro todo, todo, todo (Silva, entrevista cedida ao CRM/PB, 21 jul. 2012, grifos nossos).

Como disse o entrevistado, o professor de Anatomia, com esmero, escrevia os apontamentos da aula no quadro-negro. Por meio de registro fotográfico (Nóbrega, 1980a), essa evidência é reafirmada na figura 16.

Figura 16 – Aula do professor Asdrubal de Oliveira³⁷



Fonte: Nóbrega (1980a).

³⁷ Fotografia sem data.

Na fotografia, o professor Asdrubal de Oliveira, nas dependências da primeira sede da FMPB, no Laboratório de Anatomia, escreve e desenha o roteiro para seus alunos, que compõem a imagem sentados à frente do quadro-negro. O olhar para a cena retrata aspectos interessantes da cultura escolar daquele período. As práticas escolares e o funcionamento interno da FMPB estão bem representados na habilidade do professor em suprir a inexistência dos recursos didáticos contemporâneos através dos desenhos das peças anatômicas. A indumentária do professor e de seu provável assistente, que estão de vestes e gorro brancos, a disposição dos balcões de exames cadavéricos e um possível cadáver de estudo na posição vertical ao lado do balcão frontal são observados no ambiente fotografado.

Com essas fontes, apreendemos que os professores dos anos iniciais da FMPB, inobstante estivessem despidos dos saberes da docência, aprendiam a ensinar em comunhão com os alunos. Outrora, não eram professores³⁸, tão somente tratavam os doentes e enfrentavam as doenças, porém foi indispensável que se guiassem pela vontade de se tornarem professores quando já estavam em sala de aula. Isso se deve ao fato de que, em regra, no ensino superior, não se formava para a docência, o que, de certa maneira, indicava uma subestimação das competências pedagógicas no ensino universitário.

Esse achado pode ser reflexionado à luz do debate suscitado por Tardif (2014) acerca da epistemologia da prática profissional docente, entendida como o estudo do conjunto de saberes efetivamente mobilizados no espaço cotidiano em que as tarefas professorais são executadas. Para esse autor, ser docente requisita saberes heterogêneos, tais como: saberes pedagógicos adquiridos mediante a compreensão das doutrinas, concepções e ideologias oriundas das reflexões sobre a prática educativa; saberes disciplinares peculiares aos vários campos do conhecimento, que se expressam no formato de disciplinas, como Anatomia, Fisiologia e Patologia; saberes curriculares resultantes da cultura erudita amoldada aos programas universitários e escolares; e saberes experienciais derivados das aulas cotidianas. Nesse rol, os saberes experienciais não são estanques, mas se articulam com outros saberes circulantes na sociedade, justamente porque a experiência é o núcleo vital dos saberes docentes, que agrega os demais saberes e proporciona a convicção da capacidade para a docência (Tardif, 2014).

Sem embargo, diante dos desafios laborais no ambiente acadêmico, ainda que certos momentos exijam saberes específicos de forma mais intensa, a transversalidade, que incorpora saberes científicos e populares, revela-se fundamental para a práxis pedagógica

³⁸ Como evidenciamos anteriormente, apenas dois professores fundadores possuíam experiência prévia com a docência no ensino secundário.

(Fialho; França; Nascimento, 2023). A práxis, concebida como ação e reflexão articuladas e contínuas, é factível de promover a efetividade do processo de ensino e aprendizagem (Brandenburg; Pereira; Fialho, 2019). Isso acontece quando é estabelecida uma conexão dialética “prática-teoria-prática” entre formação e profissionalização, perpetuando uma atitude de aprendizado (Oliveira; Amorim, 2022) referenciada pelo trabalho escolar (Nóvoa, 2009).

Nessa condição, quando os professores adquirem novos saberes e aprimoram suas práticas, a escola e as universidades se modificam e se enriquecem, mas devemos ter em mente que essas aquisições não se limitam à alçada dos professores. No passado e no presente, é indispensável que as políticas educacionais e instituições educativas favoreçam o desenvolvimento do professorado mediante processos coletivos de trabalho capazes de superar as individualidades (Nóvoa, 2019).

Em se tratando do ensino superior médico, uma considerável parcela de responsabilidade é atribuída aos professores. Eles são um modelo para os estudantes, com os quais se espera que aprendam habilidades práticas firmadas nas melhores evidências científicas. Esse aprendizado, adensado pela educação continuada, orientará a tomada de decisão durante o exercício profissional, que comumente ocorre em momentos de tensão, já que escolhas clínicas ou cirúrgicas equivocadas podem causar danos irreversíveis, passíveis de responsabilização ética, administrativa, cível ou mesmo penal.

Outra informação significativa no provimento do quadro de docentes da FMPB é que certos alunos recém-formados se convertiam em professores da instituição. Galvani Marinho Muribeca, que se graduou na turma de 1957, imediatamente após a colação de grau, em 1958, passou a lecionar na FMPB. Vejamos o seu relato pessoal:

A parte inicial para a vida docente eu fui **motivado pelo professor Múcio Batista. Sempre foi um grande amigo e ele me convidou para ser assistente dele.** E eu comecei a ensinar já no mês de março de 1958; passei ao término do curso quando me formei; **dei uma estudada de quase 24 horas por dia para me atualizar** na parte do curso da parte prática, da parte teórica, do curso de iniciação ao exame clínico. [...] **Fiquei como assistente de Múcio Batista até em uma fase de reforma** em que foi dividida a disciplina em duas partes: Iniciação ao Exame Clínico 1 e 2 e eu fiquei com a direção [professor titular] da n.º 2 (Muribeca, entrevista cedida ao CRM/PB, 26 nov. 2013, grifos nossos).

A narrativa de Muribeca emana que alguns dos ex-alunos da FMPB enveredavam pela docência na mesma IES, motivados pelos professores com os quais tinham afinidade. A princípio, tornavam-se assistentes e, a depender das oportunidades, posteriormente, assumiam a titularidade das cadeiras.

Na verdade, ao estudarmos os termos de contratos dos professores que localizamos no acervo do arquivo do CCS/UFPB correspondentes ao período de 1952 a 1959, identificamos, em vários contratos, uma cláusula determinando ao contratado capacitar assistentes para as disciplinas.

Segundo Vidal (2009), o entrecruzamento das fontes revela práticas educativas, conhecimentos construídos e circulantes no interior da escola, problemas enfrentados e as condições objetivas do trabalho docente, elucidando, portanto, a cultura escolar. Isso posto, na acareação das oralidades de Adahylson Silva e Galvani Muribeca, notamos a ratificação mútua. O primeiro entrevistado informa que os professores não eram preparados para a docência médica, mas se esforçavam para superar essa fragilidade. O segundo entrevistado confirma que estudou 24 horas por dia para se atualizar acerca da prática e da teoria da cadeira para a qual foi nominado.

O médico paraibano Aníbal Victor de Lima e Moura Filho, formado pela Faculdade de Medicina do Recife em 1953, declarou que se tornou professor na FMPB, em 1955, por convite do professor Asdrubal de Oliveira, por quem nutria afeição.

Eu posso dizer que me tornei professor de Anatomia por amizade e gratidão ao professor de quem eu já falei [Asdrubal de Oliveira] em 1955. O professor Asdrubal me convidou para ser assistente dele. Eu relutei muito, devido à minha timidez. Talvez devido às dificuldades de me expressar, eu não tinha pretensão nenhuma de ser professor. [...] a última coisa na vida que eu desejava era ser professor. Ele insistiu [...], inclusive falando para ele que eu não tinha conhecimento suficiente para ser professor. [...] que ele me prepararia para ser professor. Foi quando eu aceitei o convite dele. Passei dois anos trabalhando juntamente com ele [assistente da disciplina]. [...] e ele me orientando, me instruindo. Depois de dois anos foi que eu tive coragem de começar a dar aulas, aulas práticas primeiramente. [...]. Eu jamais fui ministrar uma aula teórica sem que antes lesse, relese, preparasse bem o assunto. [...] minha esposa me ajudou, preparou os esquemas, me ajudou a fazer os desenhos em cartolina e, no dia determinado, eu fui ministrar a aula, mas voltei da porta da faculdade. Não tive coragem de dar a aula [...] quando cheguei em casa, a minha esposa perguntou: ‘Já terminou a aula?’. Eu disse: ‘Não. Não tive coragem’. Ela disse: ‘Não é possível! Amanhã você tem que dar essa aula!’ (Moura Filho, entrevista cedida ao CRM/PB, 15 maio 2010).

Com seu depoimento, Aníbal Moura Filho expressa outra forma de provimento de docentes para a FMPB. Além de instruir seus alunos à docência, os professores da FMPB capacitavam médicos atuantes na Paraíba e formados em outras IES. A fonte oral ainda revela que, reconhecendo a insuficiência de saberes docentes, o declarante buscou se capacitar com o auxílio e incentivo da esposa. Dessa forma, percebemos a função reservada às mulheres, coadjuvantes, à sombra da projeção proporcionada aos homens.

Apesar do esforço em indicar os professores mais qualificados, o ex-aluno conluente na turma de 1961, João de Brito Athayde de Moura, entrevistado pelo CRM/PB em

7 de janeiro de 2016, relata a experiência do próprio pai, Lourival Gouveia de Moura, indicado para a cadeira de Terapêutica Clínica, mas que, na visão do entrevistado, seu genitor era mais capacitado para lecionar Tisiologia, de acordo com o trecho abaixo:

Os professores foram feitos de uma maneira corajosa a ser professores naquela época [...]. Meu pai, por exemplo, [...] foi escolhido como professor de Terapêutica, ele não reagiu a ser de Terapêutica [...] que não deveria ter sido, porque era da Tisiologia [...]. Era Tisiologista, estava no Hospital Clementino Fraga, que fundou [...]. Então, eu acho que ele deixou porque era um encargo que deveria ser de outra pessoa (Moura, entrevista cedida ao CRM/PB, 7 jan. 2017).

Essa interlocução ressalta a bravura com que os professores foram indicados e aceitaram a docência. Entretanto, pontuamos que, a despeito de Humberto Nóbrega e Lauro Wanderley se esforçarem para convidarem os médicos julgados mais capacitados para assumir as cadeiras dos anos inaugurais da FMPB, nem sempre o enquadramento foi acertado. Alguns não conciliaram a experiência da prática médica com as especificidades das disciplinas, por isso renunciaram, como informou Moura (2017), com sustentação na vivência do próprio pai.

As disciplinas escolares são imanentes aos objetivos educativos (Chervel 1988 *apud* Julia, 2001). Em tal caso, para uma interpretação mais acurada da estrutura curricular em conexão com o provimento dos professores da FMPB, tomamos a matriz existente por ocasião da federalização da UFPB em 1961 e a comparamos com aquela delimitada na fundação e com as posteriores reformulações. Desse deslocamento fluíu o quadro 9, composto por disciplinas, professores, ano de nascimento e um certo número de modificações na titularidade das cadeiras.

Quadro 9 – Disciplinas, professores, ano de nascimento e alterações no provimento curricular da FMPB (1950-1961)
(continua)

Nº	Cadeira	Professores/Ano de nascimento	Modificações
1	Anatomia Topográfica e Anatomia Descritiva	José Asdrubal Marsiglia de Oliveira (1915)	Aclamado na fundação e lecionou na mesma cadeira.
2	Histologia e Embriologia Geral	Vitorino Ramos da Silva Maia (1915)	Na fundação, foi aclamado Oscar de Oliveira Castro, que não aceitou. Arnaldo Tavares de Melo lecionou na cadeira. Na sequência, Geraldine Barba foi contratado e lecionou por mais de um ano. A seguir, Vitorino Maia assumiu a titularidade.
3	Química Fisiológica	Eugênio Carvalho Júnior (1914)	Na fundação, foi aclamado para Química Fisiológica José de Seixas Maia, nascido em 1887, que posteriormente assumiu a segunda cadeira de Oftalmologia.
4	Física Biológica	Manoel Antônio de Paiva Sobrinho (1908)	Na fundação, foi aclamado para Física Biológica Higino da Costa Brito, mas renunciou. Manoel sobrinho foi admitido para a regência da segunda série.

Quadro 9 – Disciplinas, professores, ano de nascimento e alterações no provimento curricular da FMPB (1950-1961)
(continuação)

Nº	Cadeira	Professores/Ano de nascimento	Modificações
5	Fisiologia	Emanuel de Miranda Henriques (1909)	Não estava da ata de fundação, substituiu Everaldo Ferreira Soares, aclamado em 25 de maio de 1950, mas não foi aprovado pelo CNE, por isso não assumiu.
6	Microbiologia	Attilio Luiz Rotta (1910)	Aclamado na fundação e lecionou na mesma cadeira.
7	Farmacologia	Guilardo Martins Alves (1919)	Na fundação, o indicado para Farmacologia foi Giuseppe Orlando de Paulo Marques, mas renunciou antes de assumir. Com a renúncia de Lourival Moura da cadeira Terapêutica Clínica, Guilardo Alves foi transferido para Terapêutica. Na sequência, Clóvis Beltrão de Albuquerque, que era assistente de Guilardo Alves, assumiu a titularidade na cadeira de Farmacologia.
8	Parasitologia	Osmar Vergara de Mendonça (1913)	Na fundação, foi aclamado para Parasitologia Múcio Batista, porém remanejado para a cadeira de Propedêutica Médica. Para Parasitologia, foram inicialmente contratados Samuel Barnsley Pessoa e, a seguir, Luiz Hildebrando.
9	Patologia Geral	Arnaldo Tavares de Melo (1917)	Na fundação, foi aclamado para Patologia Arioswaldo Espínola da Silva, mas não foi aprovado pelo CNE. Indicaram José Janduy Carneiro, que não exerceu, porque assumiu mandato de deputado federal. Então, Arnaldo Tavares de Melo tornou-se o professor titular.
10	Anatomia e Fisiologia Patológica	Maurilio Augusto de Almeida (1926)	Na fundação, foi aclamado Napoleão Rodrigues Laureano, mas faleceu em 1951, antes de exercer.
11	Técnica Operatória e Cirurgia Experimental	Herul Holanda de Sá (1928)	Na fundação, foi aclamado Edrise da Costa Vilar, que lecionou por seis meses, mas faleceu em 5 de julho de 1956. Herul de Sá era o assistente de Edrise Vilar e assumiu a cadeira com a morte do titular.
12	Clínica Propedêutica Médica	Múcio de Carvalho Batista (1914)	Na fundação, o aclamado para Propedêutica Médica foi Antônio Dias dos Santos. Múcio de Carvalho Batista havia sido aclamado para Parasitologia, mas foi transferido para Propedêutica.
13	Clínica Dermatológica e Sifiligráfica	Alberto Fernandes Cartaxo (1911)	Aclamado na fundação e lecionou na mesma cadeira.
14	Clínica Otorrinolaringológica	Cassiano Carneiro da Cunha Nóbrega (1900)	Na fundação, foi aclamado Cassiano Carneiro da Cunha Nóbrega, mas, após a aula inaugural, afastou-se. Isaías Silva assumiu por dois anos. Depois, Manoel Sobrinho Antônio de Paiva Sobrinho assumiu por três anos. Em 20/02/1957, o titular era novamente Cassiano Nóbrega.
15	Clínica Propedêutica Cirúrgica	Francisco Mendonça Filho (1908)	Aclamado na fundação e lecionou na mesma cadeira.
16	Higiene	Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega (1912)	Aclamado na fundação e lecionou na mesma cadeira.

Quadro 9 – Disciplinas, professores, ano de nascimento e alterações no provimento curricular da FMPB (1950-1961)
(conclusão)

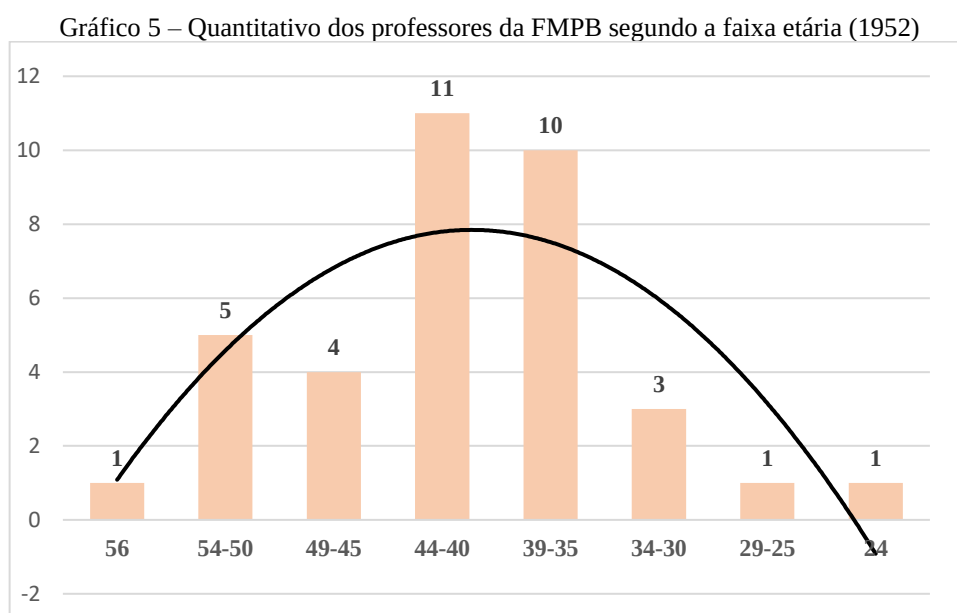
Nº	Cadeira	Professores/Ano de nascimento	Modificações
17	Medicina Legal	Oscar de Oliveira Castro (1899)	Na fundação, para Medicina Legal, foi aclamado Oswaldo de Arruda Brayner. Oscar de Oliveira Castro foi indicado, na fundação, para Histologia e Embriologia, porém remanejado para Medicina Legal.
18	Clínica de Doenças Tropicais e Infectuosas	Efigênio Barbosa da Silva (1911)	Aclamado na fundação e lecionou na mesma cadeira.
19	Terapêutica Clínica	Lourival de Gouveia Moura (1896)	Aclamado na fundação e lecionou na mesma cadeira, porém renunciou à docência.
20	Clínica Urológica	Osório Lopes Abath (1906)	Aclamado na fundação e lecionou na mesma cadeira.
21	Puericultura	João Soares da Costa Filho (1904)	Aclamado na fundação e exerceu a docência. Inicialmente, foi indicado para Farmacologia, mas o CNE não aprovou. Quando a cadeira de Pediatria e Higiene Infantil foi desdobrada em Puericultura e Pediatria, João Soares assumiu a docência dessa última.
22	Clínica Ginecológica	Lauro dos Guimarães Wanderley (1900)	Aclamado na fundação e lecionou na mesma cadeira.
23	Clínica Psiquiátrica	Luciano Ribeiro de Moraes (1908)	Aclamado na fundação e lecionou na mesma cadeira.
24	Tisiologia	José Clementino de Oliveira Júnior (1912)	Aclamado na fundação e lecionou na mesma cadeira.
25	Clínica Obstétrica	Danilo de Alencar Carvalho Luna (1915)	Aclamado na fundação e lecionou na mesma cadeira.
26	Clínica Pediátrica Médica	João Toscano Gonçalves de Medeiros (1902)	Aclamado na fundação e exerceu a docência. Na fundação, a cadeira era denominada Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil, para a qual foi aclamado.
27	Clínica Cirúrgica Infantil e Ortopédica	Orlando Cavalcanti de Farias (1922)	Aclamado na fundação e lecionou na mesma cadeira.
28	Clínica Oftalmológica	Roberto de Brito Granville da Costa (1918)	Aclamado na fundação e lecionou na mesma cadeira.
29	Clínica Neurológica	Newton Nobre de Lacerda (1898)	Aclamado na fundação e lecionou na mesma cadeira.
30	Clínica Médica 1ª cadeira	Luiz Gonzaga de Miranda Freire (1911)	Aclamado na fundação e lecionou na mesma cadeira.
31	Clínica Médica 2ª cadeira	Antônio Dias Santos (1914)	Aclamado na fundação e lecionou na mesma cadeira.
32	Clínica Médica 3ª cadeira	Severino Bezerra de Carvalho (1914)	Aclamado na fundação e lecionou na mesma cadeira.
33	Clínica Cirúrgica 1ª cadeira	Antônio d'Ávila Lins (1903)	Aclamado na fundação e lecionou na mesma cadeira.
34	Clínica Cirúrgica 2ª cadeira	Francisco Porto (1910)	Aclamado na fundação e lecionou na mesma cadeira.
35	Clínica Cirúrgica 3ª cadeira	Heróphilo Ramos Maciel (1917)	Aclamado na fundação e lecionou na mesma cadeira.

Fonte: Elaborado com base na triangulação das fontes Espínola (1980), Medeiros (2017), Mello (1996), Nóbrega (1979, 1980a, 1981) e acervo do arquivo do CCM/UFPB³⁹.

³⁹ A relação nominal dos professores da FMPB em 20 de fevereiro de 1957 consta no Anexo C.

Disciplinas como Farmacologia, Patologia Geral, Parasitologia e Otorrinolaringologia exigiram diversas adequações na titularidade dos professores. Dentre os aclamados, 21 se efetivaram nas mesmas cadeiras para as quais foram indicados, porém 14 disciplinas receberam novos docentes, algumas com várias movimentações. Na ata de fundação, havia 29 cadeiras, mas, com as alterações em Clínica Pediátrica Médica e em Higiene Infantil e com as subdivisões em Clínica Médica e Clínica Cirúrgica, a matriz curricular incluiu 35 disciplinas.

Tendo como norte a data da inauguração da FMPB em 1952, a distribuição dos professores por faixa etária foi a seguinte: 56 anos, um professor; de 54 a 50 anos, cinco professores; de 49 a 45 anos, quatro professores; de 44 a 40 anos, 11 professores; de 39 a 35 anos, dez professores; de 34 a 30 anos, três professores; de 29 a 25 anos, um professor. Para maior nitidez desse padrão etário, adicionamos uma linha de tendência ao gráfico correspondente.



Fonte: Elaborado com base no acervo do arquivo do CCM/UFPB.

No gráfico 5, observamos que a linha de tendência salienta a maioria dos professores (58%), em 1952, na faixa etária de 35 a 44 anos. Uma pequena parte deles se enquadrava nos extremos. Lourival de Gouveia Moura, nascido em 1896, Newton Nobre de Lacerda, nascido em 1898, e Oscar de Oliveira Castro, nascido em 1899, eram os mais idosos, respectivamente, com 56, 54 e 53 anos.

Curiosamente, os dois professores mais jovens assumiram vagas decorrentes de óbitos dos titulares. Maurílio Augusto de Almeida, nascido em 1926, no quarto ano de

funcionamento da FMPB (1955), com 29 anos, assumiu a cadeira Anatomia e Fisiologia Patológica, que originalmente era designada a Napoleão Laureano, falecido em 1951. Já Herul Holanda de Sá, nascido em 1928, assumiu a cadeira Técnica Operatória e Cirurgia Experimental em 1956, com 28 anos, na vaga decorrente do óbito de Edrise Vilar, do qual já era assistente.

Não foi possível obter informações sobre o íterim formação médica e início da docência de todos os professores, no entanto obtivemos uma representação de 12 professores de mais idade⁴⁰. Calculamos o tempo decorrido entre a formação médica e o início de suas disciplinas na FMPB. Tal operação revelou uma trajetória extensa no exercício médico antes da docência na IES estudada.

Entre os professores nascidos de 1896 a 1912, ou seja, que em 1952 tinham de 56 a 40 anos, o menor intervalo entre a formação e o professorado na FMPB foi de 19 anos, enquanto o maior foi de 35 anos, com uma média de 28 anos. Esses resultados, contudo, além de se referirem unicamente a 12 professores, não puderam contemplar os professores mais jovens, portanto não recomendamos generalizá-los. Não obstante, foi manifesto que muitos dos professores fundadores, os mais longevos, eram médicos experientes.

No fluxo dos professores para a FMPB, um caso impactante foi o do jovem médico Napoleão Rodrigues Laureano, oncologista paraibano escolhido para a cadeira de Anatomia e Fisiologia Patológica, o qual, em 31 de maio de 1951, com apenas 37 anos, faleceu, vítima de um câncer agressivo. Sobre essa trágica e precoce perda, o médico Lauro Wanderley, na inauguração da Faculdade de Medicina, emocionado, discursou:

Por quem os sinos dobram... Há uma poltrona vaga, na Congregação da Faculdade de Medicina. Alguém que desertou, muito cedo, da vida. Foi ele um exemplo de dinamismo, de vocação profissional, de estudioso e de lutador. Partiu, também, conosco na madrugada do nosso ideal, mas não pode galgar as escarpas da montanha, porque se foi em plena alvorada... Ausentou-se, não como um vencido, porém, como um herói. Deixou de ser um lutador a nos encorajar, para se transformar em uma legenda de vitória. Do altar da nossa afetividade, colhamos uma braçada de flores para deixar cair, uma a uma, sobre a memória querida, de quem, na vida, foi um lutador e, na morte, um mártir. Silêncio, Silêncio. Por quem os sinos dobram? Napoleão Rodrigues Laureano (Discurso de Lauro Wanderley, 1952 *apud* Espínola, 1980, p. 52).

Ao que parece, Lauro Wanderley baseou a homenagem a Napoleão Laureano no romance *Por quem os sinos dobram*, cujo enredo foi ambientado na Primeira Guerra Mundial,

⁴⁰ Compreende as datas em que se graduaram médicos os professores Antônio D'Ávila Lins, Cassiano da Cunha Nóbrega, Edrise da Costa Vilar, Humberto Nóbrega, João Soares da Costa Filho, João Toscano Gonçalves de Medeiros, José de Seixas Maia, Lauro dos G. Wanderley, Lourival Gouveia, Moura Newton Lacerda, Oscar de Oliveira Castro e Osório Lopes Abath, informadas por Nóbrega (1979).

provavelmente em analogia à batalha travada pelo futuro professor ante a nefasta doença que, apesar de ser alvo de sua atuação médica, insidiosamente o ceifou e impossibilitou o relevante trabalho que prestava à sociedade e que propiciaria à FMPB⁴¹.

Apesar dos metódicos preparativos, o discurso do primeiro diretor da FMPB, Newton Lacerda, durante as festividades inaugurais, transcrito por Espínola (1980), confirma que a FMPB iniciou as atividades somente guarnecida para a primeira série, mas com a esperança em futuras provisões. Por assim pronunciar:

Instalado o nosso primeiro ano com auxílios que nos promete o eminente Governador José Américo, em subsequentes exercícios financeiros, iguais ou maiores aos já concedidos, e com subvenções federais, fontes às quais ainda não recorreremos, prepararemos as demais séries do curso médico e, ao cabo de pouco tempo, a Escola de Medicina da Paraíba será uma grande realidade (Espínola, 1980, p. 49).

Newton Lacerda, ao fornecer o panorama financeiro e funcional da faculdade, reafirmou a confiança em novas angariações para dispor as demais séries do curso e, muito provavelmente, intentava persuadir os ouvintes acerca da factibilidade da recém-IES que estava predestinada para ser uma insigne instituição educativa e emancipar a Medicina paraibana.

A grade curricular inicial da FMPB continha o menor número possível de cadeiras (Nóbrega, 1980a). O CTA assegura que as séries foram implantadas gradativamente, à medida que designavam e regularizavam os respectivos professores e estruturavam a ambiência das salas de aula e dos laboratórios (CTA/FMPB, 23/08/1952). A composição e a manutenção curricular foram difíceis e as disciplinas da primeira série eram somente duas: Histologia e Embriologia Geral, cujas aulas aconteciam às terças e quintas-feiras e aos sábados (CTA/FMPB, 02/03/1952).

A discussão sobre a regência da segunda série entrou na pauta do CTA em 28 de maio de 1952, em particular quanto ao posicionamento da Diretoria do Ensino Superior sobre

⁴¹ Em 17 de março de 1951, Napoleão Laureano, consciente da irreversibilidade do prognóstico sombrio do câncer que lhe acometia, na sede do jornal *Diário Carioca*, no Rio de Janeiro, onde estava em tratamento, fez o seguinte apelo: “Ilustres Senhores, ninguém poderá duvidar das minhas intenções, pois condenado como estou pela medicina, nada pretendo para mim. Profissionalmente me faltarão as forças necessárias para qualquer iniciativa. Assim, não peço para mim, mas para meus patrícios, para milhares de brasileiros que, pelo interior, são vítimas do mesmo mal que me acometeu. Sinto forças morais para pedir, porque conheço a sensação de ser presa dessa moléstia terrível, pedir ao povo e ao Governo que me auxiliem a morrer tranquilo, com o conforto de haver feito algo, ao menos pela Paraíba, neste setor que abracei como especialidade, a luta contra o câncer. Quero, portanto, ver fundado pelo menos um centro de combate ao câncer, em João Pessoa, na Paraíba, ainda antes de morrer, se a sorte me permitir”. Em 31 de maio de 1951, Napoleão Laureano, faleceu no Rio de Janeiro, mas da semente que semeou gerou a Fundação Laureano, que, em João Pessoa, conta com o Hospital Napoleão Laureano, de combate ao câncer, principal bandeira de luta do intitulado “médico dos pobres” (Hospital Napoleão Laureano, 2023).

a obrigatoriedade da cadeira Anatomia Topográfica, elucidando que tal Diretoria sanava as dúvidas eventualmente suscitadas na Paraíba (CTA/FMPB, 28/05/1952).

Nas reuniões subsequentes do CTA, enquanto transcorriam as aulas da série corrente, debatiam a série posterior quanto à contratação e remuneração de professores e assistentes e às instalações dos laboratórios e hospitais para as aulas.

Na constituição da cultura escolar, ao lado do espaço físico escolar e dos cursos que implementam, o corpo profissional é essencial (Julia, 2001). A esse respeito, as fontes exprimiram que a maioria dos professores pertencia ao alto estrato da sociedade médica atuante na Paraíba, entretanto alguns procederam de outros estados e de Portugal, como os professores Samuel Pessoa, da USP, que manteve uma relação solidária com os médicos paraibanos fundadores da FMPB, e Geraldês Barba, de Lisboa, bastante notabilizado nos jornais da época.

Nas representações da FMPB disseminadas para outros estados, os professores procedentes de outras localidades eram ostentados como “marca” de avanço e qualidade do ensino médico iniciado na Paraíba. Na esfera interna, desde as primeiras reuniões do Conselho Técnico, discutiam-se as nuances da renomada “importação” do professor português, preanunciado antes da inauguração da Faculdade, em fevereiro de 1952, que chegou a Paraíba em 3 de agosto de 1952, e sua aula inaugural transformou-se em uma solenidade (CTA/FMPB, 28/05/1952; 30/07/1952).

No jornal *Diário de Pernambuco*, de 17 de agosto de 1952 (p. 3), as notícias da Paraíba continham: “Espera-se nesta capital [João Pessoa], o professor Francisco de Paulo Santos Geraldês Barba, da Universidade de Lisboa. Vem reger a cátedra de Histologia e Embriologia Humana da Faculdade de Medicina da Paraíba”. No Rio de Janeiro, o jornal *A Noite*, de 15 de fevereiro de 1952 (p. 11), divulgava: “Virá o cientista português - João Pessoa - Anuncia-se a vinda para esta cidade do cientista português Geraldês Barba, a fim de lecionar uma das cadeiras da Faculdade de Medicina da Paraíba, contratado pelo governo do Estado”. Inclusive, o currículo desse catedrático foi disseminado no jornal *A União* antecipadamente à sua chegada a Paraíba (Professor..., *A União*, 14/02/1952).

Essas iniciativas institucionais eram difundidas na imprensa periódica, posto que a sociedade deveria perceber as práticas da FMPB e se apropriar de representações respeitáveis, conforme as determinações dos seus idealizadores. Afinal, de acordo com Chartier (2002, p. 17):

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Atualmente, o histórico do CCM taxativamente reconhece o prestígio dos professores estrangeiros e de outros estados que lecionaram nos anos inaugurais da FMPB.

A nova faculdade contou com a ajuda de renomados professores brasileiros, como o professor Samuel B. Pessoa, de São Paulo, que empenhou o peso de seu nome para dobrar resistências oficiais à aprovação da Faculdade de Medicina. Contou também com professores experientes em seu corpo docente, como o professor Francisco de Paulo Santos Geraldês Barba, doutor em Medicina, vindo do Instituto de Histologia e Embriologia da Faculdade de Medicina de Lisboa para reger a cátedra de Histologia e Embriologia Geral (UFPB, 2017).

O excerto do histórico do CCM destaca a importância de a FMPB contar com a presença do professor vindo de Lisboa e pereniza o empenho do professor Samuel Pessoa, da USP, para a superação dos óbices que foram levantados contra a criação da FMPB em meio às instâncias oficiais decisórias.

Do livro de termos de contrato dos professores (1952-1959), organizamos o quadro 10, por ordem cronológica de contratação.

Quadro 10 – Professores contratados pela FMPB (1952-1959)

(continua)

Data	Contratado	Procedência	Deveres contratuais	Salário (Cr\$)	Observações
01/05/1952	Arnaldo Tavares de Melo	Paraíba	Reger a cadeira Histologia e Embriologia Geral.	?	Na fundação, foi aclamado Oscar de Oliveira Castro, que não aceitou. Arnaldo Tavares de Melo lecionou na cadeira. Na sequência, Geraldês Barba foi contratado e lecionou por mais de um ano. A seguir, Vitorino Maia assumiu a cadeira.
03/08/1952	Francisco de Paula Santos Geraldês Barba	Portugal	Reger a cadeira de Histologia e Embriologia Geral.	10.000,00/mês	Contratado por dois anos, conforme autorização do governo Português.
04/08/1953	Eugênio Carvalho Júnior	Rio de Janeiro	Organizar e reger a cadeira Química Biológica, no primeiro contrato, e, nos outros contratos, a cadeira de Química Fisiológica. Nas férias escolares, colaborar com o Instituto de Pesquisas Nutrológicas e ministrar cursos de extensão universitária.	10.000,00/mês	Contratado por um ano em 04/08/1953. A seguir, realizou sucessivas renovações (04/02/1955, 30/12/1955, 02/01/1956 e 31/12/1957).

Quadro 10 – Professores contratados pela FMPB (1952-1959)

(continuação)

Data	Contratado	Procedência	Deveres contratuais	Salário (Cr\$)	Observações
25/01/1955	Luiz Hidelbrando Pereira da Silva	São Paulo	Reger a cadeira de Parasitologia e preparar os assistentes de ensino.	10.000,00/mês	Contratado por um ano.
11/04/1955	Aggeu de Godoy Magalhães Filho	Pernambuco	Organizar e reger a cadeira de Anatomia e Fisiologia Patológica. Preparar os assistentes de ensino.	12.000,00/mês	Contratado até 30/12/1955.
01/03/1956	Nestor Piva	Bahia	Reger a cadeira de Anatomia e Fisiologia Patológica. Preparar os assistentes de ensino. Dirigir a seção de Anatomia Patológica do Laboratório Central do Departamento Estadual de Saúde. Executar, gratuitamente, pesquisas anatomopatológicas.	15.000,00/mês	Contratado até 31/12/1956.
01/09/1956	Herul Holanda de Sá	Paraíba	Reger a cadeira de Técnica Operatória e Cirurgia Experimental.	?	Contratado até 31/12/1956.
26/08/1957	João Paulo Aché de Freitas	São Paulo	Idênticas às do seu antecessor, Nestor Piva.	15.000,00/mês	Contratado até 31/12/1960.
01/04/1959	José Simões e Silva Júnior	Bahia	Ministrar curso intensivo de Tisiologia. Instalar o laboratório de Fisiologia com material cedido pela Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia. Apresentar plano definitivo de instalação do Laboratório de Tisiologia. Supervisionar a instalação de um biotério. Ministrar cursos teóricos e práticos de Tisiologia e de Farmacologia. Preparar assistentes de ensino.	30.000,00 por todo o período contratual	Contratado até 31/05/1959.

Quadro 10 – Professores contratados pela FMPB (1952-1959)

(conclusão)

Data	Contratado	Procedência	Deveres contratuais	Salário (Cr\$)	Observações
30/04/1959	Guilherme Montenegro Abath	Pernambuco	Reger a cadeira de Anatomia e Fisiologia Patológica. Preparar assistentes de ensino.	20.000,00/mês	Contratado até 01/12/1959.

Fonte: Livro de termos de contrato localizado no arquivo do CCS/UFPB.

A leitura atenta dos termos de contrato e das atas revelou que, quanto ao vínculo laboral com a FMPB, os primeiros professores se diferenciavam em duas categorias: aclamados e seus substitutos; e contratados. Entre esses, o regime salarial era completamente distinto.

De 1952 a 1959, dez professores foram contratados diretamente pela FMPB, sendo de Portugal (n=1), Rio de Janeiro (n=1), São Paulo (n=2), Pernambuco (n=2), Bahia (n=2) e Paraíba (n=2). As contratações eram apreciadas e aprovadas pelos dois colegiados da FMPB e condicionadas ao crivo do CNE, que avaliava se os títulos apresentados eram compatíveis com as cátedras a lecionar.

Os aclamados eram os intitulados “fundadores”, que, desde a reunião de fundação da FMPB, em 1950, afora as renúncias informadas, persistiram no projeto da IES. Estes realizaram uma integralização bancária no importe de Cr\$ 10.000,00 para o sustento da Faculdade e, como documenta a ata da Congregação de 11 de janeiro de 1952, durante o primeiro ano de funcionamento de suas cadeiras na turma pioneira, lecionaram sem receber nenhuma contraprestação pecuniária⁴². Nóbrega (entrevista cedida ao NDIHR, 25/09/1979, p. 8) explicita:

Preciso dizer que os médicos, para atenderem ao convite, teriam que pagar dez mil cruzeiros e ainda se comprometiam a ensinar a turma pioneira, do 1º ao 6º ano, grátis. [...] os médicos indígenas [residentes na Paraíba] ensinavam de graça e, no ano seguinte, tinham um salário simbólico de hum mil e quinhentos cruzeiros por mês.

O documento da figura 17, ao apresentar os vencimentos dos professores da FMPB em 31 de dezembro de 1955, valida o depoimento de Nóbrega. A nota no final do mapa de remuneração contém que “[...] os professores das demais cadeiras da 4ª série, nos termos da Resolução da Congregação em de 11 de janeiro de 1952, não perceberão remuneração no primeiro ano de atividade didática”.

⁴² Consoante Relatório da FMPB em 1952 existente no acervo do arquivo do CCS/UFPB.

Figura 17 – Remuneração mensal dos professores da FMPB em 1955

43

MAPA DE REMUNERAÇÃO MENSAL DOS PROFESSORES, DURANTE O ANO LETIVO DE 1955

1a. Série:

ANATOMIA SISTEMÁTICA:
 Prof. José Asdrúbal Marsiglia de Oliveira 1.500,00

HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA GERAL:
 Prof. Vitorino Ramos da Silva Maia 1.500,00

2a. Série:

ANATOMIA TOPOGRÁFICA:
 Prof. José Asdrúbal Marsiglia de Oliveira 1.500,00

FISIOLOGIA:
 Prof. Emmanuel de Miranda Henriques 1.500,00

FÍSICA BIOLÓGICA:
 Prof. Manoel Antônio de Paiva Sobrinho 1.500,00

QUÍMICA FISIOLÓGICA:
 Prof. Contratado Eugênio Carvalho Júnior 10.000,00

3a. Série

PATOLOGIA GERAL:
 Prof. Arnaldo Tavares de Melo 1.500,00

MICROBIOLOGIA:
 Prof. Atílio Luiz Rotta 1.500,00

FARMACOLOGIA:
 Prof. Guillard Martins Alves 1.500,00

PARASITOLOGIA:
 Prof. Contratado Luiz Hildebrando Pereira da Silva 10.000,00

CLÍNICA PROPEDEÚTICA MÉDICA:
 Prof. Múcio de Carvalho Baptista 1.500,00

4a. Série

ANATOMIA E FISIOLOGIA PATOLÓGICAS:
 Prof. Contratado Aggeu de Godoy Magalhães Filho 12.000,00

N O T A: Os professores das demais Cadeiras da 4a. Série nos termos da Resolução da Congregação em sessão de 11 de janeiro de 1952, não perceberão remuneração no primeiro ano de atividade didática.

João Pessoa, em 31 de dezembro de 1955.

Rebson Duarte Espínola
SECRETÁRIO

Fonte: Acervo do arquivo do CCM/UFPB (1955).

Como visualizamos na figura 17, exceto o professor José Simões e Silva Júnior, da Bahia, que formalizou um contrato por prazo curto, de 01/04/1959 a 31/05/1959, no valor de 30 mil cruzeiros, os demais contratados recebiam 10, 12, 15 ou 20 mil cruzeiros mensalmente. Se literalmente os professores fundadores “pagavam para ensinar”, mormente no primeiro ano de atividade, os contratados eram assalariados, porém não obedeciam a um parâmetro correspondente carga horária/pagamento, dada a variabilidade remuneratória de seus contratos.

Os recursos para cobrir a folha de pagamento procediam dos auxílios e subvenções que a FMPB recebia dos poderes públicos, assim como dos demais aportes privados, como as mensalidades e taxas cobradas dos alunos. Contudo, pelo menos em relação ao pagamento do professor Lisboa, há controvérsias. Embora o jornal *A União* de 14 de fevereiro de 1952 propague que Geraldês Barba foi contratado pelo Governo da Paraíba, Espínola (1980), secretário da FMPB que redigiu o contrato firmado por tal professor, discorda e elucida que os professores foram contratados sem quaisquer vínculos com o poder

público. Para auxiliar no pagamento dos que eram contratados, Humberto Nóbrega peregrinava pelo Rio de Janeiro em contato com suas relações pessoais e, por vezes, recorria ao Conselho Nacional de Pesquisa, que contribuía minimamente.

Da análise dos deveres contratuais depreendeu-se que havia uma diversidade de funções para os contratados. A regra era reger as cadeiras e preparar os assistentes de ensino, e alguns organizavam e gerenciavam os ambientes em que atuavam, ministravam cursos de férias e desenvolviam pesquisas. A preparação dos assistentes de ensino indicou a preocupação precoce para com a estabilização futura de um quadro docente próprio.

Até 30 de abril de 1959, os professores de Anatomia Patológica acumulavam a regência da cadeira com a direção técnica do Serviço de Anatomia Patológica e Verificação de Óbitos, em cumprimento a um convênio entre o estado da Paraíba e a FMPB, porém seus salários eram pagos pela FMPB, e não pelo governo.

Salvo pelo contrato do professor José Silva Júnior, que foi limitado a um curso intensivo com duração de 60 dias, e pelo professor Eugênio de Carvalho, do Rio de Janeiro, que renovou seu contrato diversas vezes, os demais contratos, geralmente, compreendiam um ou dois anos letivos. Espínola (1980) esclarece que, vencidos os contratos, os catedráticos de outras localidades regressaram às suas origens; unicamente Eugênio de Carvalho, por ter contraído matrimônio com uma paraibana, estabeleceu moradia em João Pessoa e permaneceu na FMPB.

Ainda que a maioria dos professores tenha procedido das elevadas camadas sociais e culturais, o acervo do Museu da Imagem e do Som do CRM/PB revela a inspiradora trajetória do médico paraibano Clóvis Beltrão de Albuquerque, que, formado pela Faculdade de Medicina de Recife, experienciou muitas privações materiais para se especializar e assumir a docência na FMPB:

Então ele [Robson Espínola - secretário do CTA da FMPB] me disse que havia chegado para a faculdade uma bolsa de estudos para Anestesiologia em São Paulo, Hospital das Clínicas [...]. Não tenho condições financeiras para isso. Ele [Reinaldo Figueiredo – professor da USP, chefe de Anestesiologia] disse: ‘Não. Então vamos fazer. Eu lhe arrango comida e você pode alugar um quarto’. [...] Saiu comigo do hospital [USP], atravessou a avenida Rebouças [...] e alugou um quarto sob a responsabilidade dele. Então, eu comecei a frequentar o Hospital das Clínicas de São Paulo, fazer Anestesia às manhãs e, à tarde, eu ia frequentar o curso de Farmacologia [...] e fiz um curso de Farmacologia e passei um ano e meio, praticamente, no Hospital das Clínicas fazendo Anestesia. Terminado esse curso, recebi o título de especialista por concurso do Hospital das Clínicas de São Paulo e voltei para a minha terra [Paraíba] [...], isso no ano de 1954. Guilardo Martins Alves me convidou para ser seu assistente na cadeira de Farmacologia [...]. [A moeda brasileira] não tinha valor nenhum na Alemanha e praticamente era desconhecida. Aí fui através de uma bolsa da universidade. Uma bolsa que me sustentou e tive, depois de muita luta e muito sacrifício, a permissão para sair do Brasil, que era na época da ditadura. Havia limites para tudo, inclusive do dinheiro que eu teria, podia levar para a manutenção, complementação da Alemanha. Para você ter uma ideia, o

dinheiro que eu levei em dólar para a Alemanha foi escondido dentro de um livro [...]. Em novembro de 1968, saiu a autorização para eu fazer a bolsa na Alemanha (Albuquerque, entrevista cedida ao CRM/PB, 11 fev. 2012).

A autorização de afastamento do professor Clóvis de Albuquerque por um período de seis meses, em 1968, para realizar aperfeiçoamento em Neuroanestesia na Universidade de Mainz, na República Federal Alemã, possibilitado por uma bolsa de estudos recebida daquela IES, sem perda de seus vencimentos, está oficializada no Boletim de Pessoal de 30 de novembro de 1968 (UFPB, 1968d). Seu testemunho, além de revelar o nível formativo e as metodologias de capacitação dos professores da FMPB, mostra os reveses que o entrevistado vivenciou para se tornar médico especialista pela USP, com estágio na Alemanha, e se reporta aos influxos do Regime Civil-Militar sobre os professores. No caso em tela, são perceptíveis a luta e o suplício para o professor obter a permissão para se capacitar na Alemanha, obrigando-o a contornar a repressão e vigilância que lhe foram impostas e a sair do país com uma quantia em dólar oculta em um livro a fim de complementar o próprio sustento.

A figura 18, sem precisão da data, mostra o professor Clóvis de Albuquerque e seus alunos em uma provável aula prática de Anestesiologia.

Figura 18 – Aula do professor Clóvis Beltrão de Albuquerque



Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som do CRM/PB.

Na figura 18, é possível perceber o professor Clóvis Beltrão de Albuquerque rodeado por jovens, possivelmente seus estudantes. Em uma mesa, há um animal sugestivo de um cão contido e sedado em decúbito dorsal. A imagem se completa com um equipamento de oxigenoterapia na lateral do animal, que é utilizado nos procedimentos anestésicos.

Quanto aos demais professores vanguardistas, resgatamos a representatividade expressa na figura 19.

Figura 19 – Professores pioneiros da FMPB



Fonte: Elaboração com base na placa de formatura da turma pioneira e no acervo do Museu da Imagem e do Som do CRM/PB.

Observamos os professores na imagem, seguindo da esquerda para a direita e de cima para baixo: Aggeu Magalhães Filho, Antônio Dias dos Santos, Antônio d'Ávila Lins, Danilo de Alencar Luna, Edrize da Costa Vilar, Eugênio Carvalho Júnior, Francisco Porto, Francisco de Paula S. G. Barba, Guilardo Martins Alves, José Asdrubal M. de Oliveira, Lauro Wanderley, Manoel Antônio de P. Sobrinho, Samuel Barnsley Pessoa e Severino Bezerra de Carvalho.

Ao observarmos a lista de professores, concluímos que não havia mulheres no corpo docente inicial. Sobre a alusão feita pelo CTA/FMPB (18/12/1954) de que a médica Luzia Di Lorenzo seria convidada a realizar um curso de Histologia na Faculdade de Medicina da USP, com a perspectiva de assumir uma docência na FMPB como assistente, essa participação não foi confirmada. Nas fontes subsequentes, não há menção acerca da médica e seu nome não consta na relação dos professores de 1957, conforme o Anexo C.

No entanto, uma análise cuidadosa dos documentos institucionais revelou a presença de quatro médicas professoras. Simplesmente a contar de 1968, as professoras surgiram nas fontes perquiridas, sendo elas: Maria de Lourdes Brito Pessoa, auxiliar de ensino (UFPB, 1968b); Maria das Neves Rolim Carneiro, professora assistente (UFPB, 1968a);

Maria Marluce de Melo Vasconcelos Castro⁴³, auxiliar de ensino (UFPB, 1968c); e Maria José de Lima Maroja, professora assistente (Relatório de atividades, 1972). No capítulo quatro, ao analisarmos os influxos sobre a profissionalização docente, retomaremos as reflexões acerca das professoras.

Acerca do relacionamento FMPB com os jornais, é significativo dizer que, ao lado dos médicos, professores e políticos interessados na FMPB que se mantiveram próximos à mídia impressa, os futuros médicos também, precocemente, estreitavam os laços com os meios de comunicação. Como testemunho disso, *A União* de 04 de maio de 1957 gravou que a primeira turma de médicos paraibanos visitou a redação desse jornal e manteve cordial interlocução com o então diretor do jornal, cujo conteúdo notabilizou as personalidades homenageadas pelos concluintes, as mesmas da placa de formatura, como evidencia a figura 20.

Figura 20 – “Paraninfos e homenageados” escolhidos em 1957

PARANINFO E HOMENAGEADOS
Da primeira turma de médicos paraibanos — Visita à A UNIÃO — Palestra com o dr. Sabiniano Maia, diretor desta fôlha

Em sessão realizada ontem, às 9 horas, os doutorandos de 1957 da Faculdade de Medicina da Universidade da Paraíba escolheram o paraninfo e os homenageados da primeira turma de médicos diplomados em nosso Estado.

Sob a presidência do acadêmico, Jacinto Medeiros, a reunião decorreu normalmente, tendo sido escolhido para paraninfo os concluintes de 1957, do curso médico, o dr. João Gonçalves de Medeiros, professor daquela escola de ensino superior e

Magnífico Rector de nossa Universidade. Foram também escolhidos os diversos homenageados, que são os seguintes:

Honra ao Mérito: professor Humberto Nóbrega.
Homenagem de Honra: Governador Flávio Ribeiro Coutinho.
Diretor Fundador: professor Newton Lacerda.

Homenageados:

- 1.º ano — professor Asdrubal Oliveira.
- 2.º ano — professor Manuel Palva.
- 3.º ano — professor Guilherme Martins.
- 4.º ano — professor Avila Lima.
- 5.º ano — professor Antonio Dias.
- 6.º ano — professor Danilo Lima.

Homenagem de Gratidão:
Professores: Francisco de

Paulo, Geraldes Barba, Eugênio de Carvalho Júnior, Samuel Balseley Pessoa, Aguiar Magalhães Filho, Francisco Porto e Severino Bezerra.

Foi escolhido orador da turma, o doutorando José Galberto Fernandes e decidiu-se também prestar uma homenagem de gratidão ao boiadeiro Severino Januário da Silva.

Visita à A UNIÃO

A seguir, uma comissão de concluintes do curso médico, visitou a redação desta fôlha onde se deu uma cordial palestra com o nosso diretor, dr. Sabiniano Maia. A comissão que nos visitou era composta dos acadêmicos Jacinto Medeiros (Presidente), Mazureik Morais, José Nabor de Assis, Evandro César e Ivan Régis.

A comissão, em apreço comunicou ao nosso Diretor a escolha do Paraninfo e homenageados da turma.



SEXTANISTAS DE MEDICINA EM VISITA À A UNIÃO — Na foto acima vemos o dr. Sabiniano Maia, diretor desta fôlha, quando palestrava com os doutorandos Evandro César, Ivan Régis, Mazureik Morais, Jacinto Londres de Medeiros e José Nabor de Assis, por ocasião da visita que nos foi feita ontem, à tarde, pelos referidos acadêmicos

Fonte: *A União* (04/05/1957, p. 3).

Na figura 20, o então diretor da folha *A União*, posicionado individualmente à esquerda da captura fotográfica, conversa com os cinco formandos: Evandro César, Ivan Régis, Mazureik Morais, Jacinto Londres de Medeiros e José Nabor de Assis, que estão à sua direita.

Honras ao mérito foram distribuídas para professores fundadores, governador do estado e muitos outros. Cada uma das seis turmas em andamento em 1957 brindou a professores específicos. O primeiro ano prestou deferência a José Asdrubal de Oliveira; o

⁴³ No Boletim de Pessoal, consta como Maria Marluce de Melo Vasconcelos (UFPB, 1968c), atualizamos para o nome atual, após casamento.

segundo ano, a Manoel Antônio de Paiva Sobrinho; o terceiro ano, a Guilardo Martins Alves; o quarto ano, a Antônio d'Ávila Lins; o quinto ano, a Antônio Dias dos Santos; e o sexto ano, a Danilo Alencar Luna. O professor Edrise Vilar, que faleceu em julho de 1956 (Edrise... O Norte, 11/07/1956), foi homenageado postumamente.

2.4 A inauguração

Após o primeiro biênio de intenso trabalho e muitas articulações que tornaram exequível o início das atividades letivas, em 15 de março de 1952, o Teatro Santa Rosa, situado na capital João Pessoa, em uma solenidade concorrida, recebeu membros do elevado escalão da sociedade paraibana e outros célebres convidados⁴⁴ para a inauguração da FMPB. Nas figuras 21 e 22, constam os registros do evento pelo jornal *A União*.

Figuras 21 – “O expressivo acontecimento” (1952)



Fonte: *A União* (16/03/1952, p. 3; 6).

⁴⁴ Compunham a mesa solene da instalação da FMPB: o professor Joaquim Costa Carvalho, representando o diretor da Faculdade de Medicina do Recife; Samuel Pessoa; Monteiro de Moraes, representante do reitor da Universidade Federal de Pernambuco; José Américo, governador do estado; Newton Lacerda; dom Moyses Coelho, arcebispo metropolitano; Severino Montenegro, diretor da Faculdade de Direito da Paraíba; Janduí Carneiro, deputado federal; Humberto Nóbrega; Waldemir Miranda, diretor da Faculdade de Ciências Médicas; general José de Oliveira Leite; Luciano Moraes; José de Seixas Maia; Attilio Rotta; Efigênio Barbosa; Emanuel Miranda; Oscar de Castro; Bezerra de Carvalho; Antônio Dias; Antônio Lins; João Soares; Danilo Luna; José Clementino Júnior; Osório Abath; Múcio Batista; Edrise Vilar; Alberto Cartaxo; Mendonça Filho; Asdrubal de Oliveira; Osmar Mendonça; Asdrubal Montenegro, representante da Faculdade de Odontologia da Paraíba; Herófilo Maciel; Manoel Paiva Sobrinho; Miranda Freire; e Orlando Farias (Nóbrega, 1980a).

A ampla cobertura do jornal *A União*, de 16 de março de 1952, em duas páginas, as de número 3 e 6, mencionou as personalidades presentes, o preletor da aula inaugural, a entrega do primeiro título “Doutor *Honoris Causa*” da FMPB ao professor da USP Samuel Pessoa, cuja participação, conforme discurremos anteriormente, foi reconhecida pelos médicos fundadores da FMPB como essencial à transposição das barreiras no Sudeste do país contrárias à criação da IES.

O adjetivado “expressivo acontecimento” continuou a atrair a atenção da imprensa periódica em 18 de março 1952, quando o jornal *A União* cobriu a inauguração do Instituto Anatômico Napoleão Laureano, tributado ao médico indicado ao quadro docente da FMPB, mas falecido antes da inauguração devido ao mencionado câncer.

Figura 22 – A instalação da FMPB (1952)



Fonte: *A União* (18/03/1952, p. 5).

Durante a instalação da FMPB, no plano superior da figura 23, percebemos o governador José Américo (identificamos na cor amarela) e, no plano inferior, um numeroso público ladeou uma bancada do Instituto Anatômico Napoleão Laureano, dando a ver a estima dos acontecimentos. De modo semelhante, o Teatro Santa Rosa repleto enfatizou o prestígio da inauguração, conforme a figura 23.

Figura 23 – A solenidade inaugural da FMPB no Teatro Santa Rosa (1952)



Fonte: Nóbrega (1980a).

Em Espínola (1980), localizamos os discursos proferidos na inauguração solene por Newton Lacerda, então diretor da FMPB, por Lauro Wanderley, que, além de professor-fundador, era presidente da Associação de Medicina da Paraíba, e por José Galberto, representante dos discentes. De posse dessas fontes, submetemo-las à análise do conteúdo, segundo a técnica de Bardin (2016), especificada na seção introdutória, o que evidenciou quatro categorias temáticas: “sentimentos e expectativas depositadas sobre a FMPB”; “reconhecimento dos apoiadores do ensino superior na Paraíba”; “influência da FMPB na ‘vida’ cultural do estado da Paraíba”; e “importância das conquistas materiais da FMPB”.

A categoria “sentimentos e expectativas depositadas sobre a FMPB”, ao estar presente no discurso de todos os oradores, indicou que o desejo pelo triunfo da FMPB e a satisfação por sua materialização eram compartilhados pelos alunos recém-matriculados e demais agentes responsáveis pelo feito.

Nesta primeira categoria temática, citações como: “É esta a esperança que repousa em nosso coração. Para que tenhamos, assim, uma Paraíba grande, uma Paraíba culta, uma Paraíba digna da própria Paraíba” (Discurso de José Galberto, 1952 *apud* Espínola, 1980, p. 55); “[...] a nossa Faculdade, das quaes sairá vitoriosa” (Discurso de Newton Lacerda, 1952 *apud* Espínola, 1980, p. 45); e “Das eminências aonde nos conduziu a nossa conquista, divisamos agora toda a Paraíba, harmoniosa no seu conjunto, inteiriça nas suas formas, de pé, marchando resoluta e forte, rumando a caminho da sua vocação [...]” (Discurso de Lauro Wanderley, 1952 *apud* Espínola, 1980, p. 49-50) ratificam as representações informadas pelas

demais fontes de que a FMPB estava designada para melhor posicionar a Paraíba na esfera da cultura erudita, especificamente, conferir acúmulo de capital cultural pelos destinatários do ensino superior médico.

Entretanto, é justo lembrarmos que, a despeito da exaltação à FMPB como a transformadora do clima cultural da Paraíba, a expansão do ensino superior na Paraíba já estava em curso. A dianteira da cronologia de criação das IES, como refletimos no capítulo I, afora o Seminário Arquidiocesano, era ocupada por quatro IES: Escola de Agronomia do Nordeste (criada em 1934), Faculdade de Ciências Econômicas (criada em 1947), Faculdade de Filosofia e Letras (criada em 1949) e Faculdade de Direito (criada em 1949).

A categoria “reconhecimento dos apoiadores do ensino superior na Paraíba”. tanto no passado mais remoto como naquele momento, salienta os homens públicos e intelectuais envolvidos com a causa do ensino superior paraibano. Essas manifestações foram verificadas, sobretudo, na oratória de Newton Lacerda, por assim falar:

General Oliveira Leite, que já foi classificado por nós mesmos, em justa homenagem que lhe tributamos de general do ensino superior. [...] Na mesma época em que a Paraíba se agitava por um ideal de alta cultura, sobe ao poder um intelectual do quilate do governador José Américo e sua ascensão ao governo da Paraíba marca uma nova era do ensino superior em nossa terra (Discurso de Newton Lacerda, 1952 *apud* Espínola, 1980, p. 45).

Sobre os impulsionadores mais antigos, Newton Lacerda lembrou: “Manoel Joaquim Carneiro da Cunha, em 1822⁴⁵, sonhava com uma universidade na sua querida Paraíba” e correlacionou o empenho infrutífero anterior com o feito de 1952, enaltecendo o papel de Humberto Nóbrega: “130 anos depois um seu desceite, o dinâmico e competente professor Humberto Nóbrega funda uma escola de Medicina entre nós” (Discurso de Newton Lacerda, 1952 *apud* Espínola, 1980, p. 46).

José Américo foi reverenciado pelos três oradores, insinuando a superação das controvérsias sobre o posicionamento do governador inicialmente desencorajador da criação da FMPB, mas que tempestivamente retificou seu parecer perante o CNE. Inclusivamente, no conjunto analisado, o termo “José Américo” foi pronunciado 13 vezes e o vocábulo “governo” nove vezes. “Lauro Wanderley” alcançou quatro frequências e “Humberto Nóbrega” três ocorrências. Outro destaque foi para o “general Leite”, citado três vezes, por ser dedicado ao ensino superior paraibano, em geral, e singularmente aos de Engenharia e Medicina.

⁴⁵ Castelo Branco (2004) informa que o ano era 1823.

A categoria “influência da FMPB na ‘vida’ cultural do estado da Paraíba”, como sugere sua designação, especifica as modificações pretendidas por intermédio da FMPB em relação ao capital cultural.

Os recortes textuais: “[...] uma etapa singular e brilhante na história da vida cultural de nossa terra. [...] Ela [a FMPB] já viveu, já tem escrito um capítulo de sua vida” (Discurso de José Galberto, 1952 *apud* Espínola, 1980, p. 54) e “[...] conquistas da inteligência, o que representa a supremacia do espírito sobre a força material. Há dois anos passados, uma nova aura agitava na Paraíba os espíritos sequiosos do saber” (Discurso de Newton Lacerda, 1952 *apud* Espínola, 1980, p. 45) remeteram aos embates que os fundadores da FMPB travaram nos dois anos anteriores à inauguração (1950-1952), cujo vigor para prosseguir procedeu do desejo íntimo de propiciar à Paraíba níveis mais elevados de escolarização universitária.

Nas palavras de Newton Lacerda e de Lauro Wanderley, os altos propósitos da FMPB eram redimir a Paraíba do deserto de inteligência por intermédio da ação do seletivo grupo de homens geniais⁴⁶, que não somente protagonizaram a criação da FMPB, mas também de outras escolas superiores paraibanas. Em conformidade, a transcrição representativa:

[...] os homens de pensamento se mobilizaram e a ideia da criação de uma escola de Direito se concretizou entre nós em uma exuberante realidade. Seria impossível que tivessem esterilizado as entranhas da Paraíba fecunda em grandes homens [...]. Confabulava com os meios responsáveis pelo alto pensamento da inteligência paraibana, vencida resistências (Discurso de Newton Lacerda, 1952 *apud* Espínola, 1980, p. 45).

Acrescentou Lauro Wanderley: “[...] amaldiçoados por Deus pela seca de inteligência e de cultura. Mas, por um destino providencial, nos [*sic*] reabilitamos desse julgamento tão injusto” (Discurso de Lauro Wanderley, 1952 *apud* Espínola, 1980, p. 51), sugerindo que, com o florescer do ensino superior mais intensamente na década de 1950, quando surgiu a FMPB junto a outras IES, o fardo da estiagem de inteligência e de cultura era superado pela ação desses “grandes” homens.

A categoria “importância das conquistas materiais da FMPB” sinaliza o paradoxo das presumidas modestas aquisições da FMPB, as quais, apesar de consideradas pequenas, eram revestidas de grande significância para a classe médica. Essa avaliação foi confrontada com a situação IES brasileiras semelhantes, como se observa na dicção de Newton Lacerda (1952 *apud* Espínola, 1980, p. 48):

⁴⁶ Não localizamos referências acerca de mulheres envolvidas na criação da FMPB. A única menção participativa feminina nas ações preliminares da FMPB consta na ata do CTA de 20 de setembro de 1952, que documenta a admissão de Luiza Silvestre da Silva para a função de preparadora do Laboratório de Histologia e Embriologia Geral. Sobre as alunas da FMPB, dissertaremos no capítulo IV deste trabalho.

A Faculdade [de Medicina do Rio de Janeiro] aparecia como um convento antiquado, degradado pelo tempo [...]. As salas de aulas, com mobília pouca e quebrada, não tinha ar. [...] nossa escola pequena, mas muito alegre e arejada como um dia luminosa de sol, com seus dez microscópios estendidos em um longo e elegante balcão. [...] Não obstante pequeno [o gabinete do professor de Anatomia], o [sic] permite trabalhar confortavelmente.

No recurso linguístico utilizado por Newton Lacerda, notamos a oposição em dizer que a FMPB era pequena, mas com dez microscópios em um longo e elegante balcão. Ao tempo que descrevia o factual estado da FMPB, tentava sobrelevar o valor dos meios de que dispunha. Na sequência, este orador, de modo semelhante aos demais, enalteceu aos “homens generosos”: professores, governador e diversos outros, que contribuíram para a criação da celebrada IES.

Segundo o dialogismo cunhado pelo Círculo de Bakhtin, é fundamental respeitarmos a pluralidade de vozes que continuamente interage no processo de comunicação do eu com o outro, ensejando compreensões abertas (Bakhtin, 1997). Não obstante os discursos possuírem uma carga ideológica meticulosamente pensada para produzir determinados efeitos nos destinatários, o fato de acessar e averiguar sistematicamente essas fontes orais trasladou-nos do presente para o passado e desnudou algumas das representações da FMPB em vigor em meio àqueles que construíram a IES em estudo, os quais não estão mais entre os vivos, no sentido biológico, mas coexistem com a história e a memória institucional.

Em resumo, os discursos avultaram a mudança de conjuntura do estado da Paraíba, que não mais estaria na retaguarda da cultura universitária. Essa nova condição para a Paraíba, na visão dos tribunos, consubstanciada na inauguração da FMPB, representou um grande passo cultural.

As representações identificadas na fala dos oradores em relação aos homens responsáveis pela implementação do ensino superior, intelectuais diferenciados pela inteligência e cultura fomentadoras de um novo tempo, confirmam a exclusão das mulheres, que até então integraram aquela solenidade simplesmente na condição de alunas e espectadoras.

2.5 As primeiras instalações

A despeito de o jornal *A União* de 5 de agosto de 1950 veicular a entrevista concedida pelo inspetor de ensino superior do MEC quando examinou as condições para o funcionamento da FMPB à luz do Decreto Lei n.º 421, de 11 de maio de 1938, que regula as atividades das IES brasileiras, e antecipar parte do seu parecer, posicionando-se que a “Paraíba está [estava] em condições ideais de possuir a sua Faculdade de Medicina”, porque

cumpria os requisitos: condições culturais; capacidade financeira do estabelecimento; aparelhamento administrativo; e capacidade moral e técnica do corpo docente” (Funcionará..., *A União*, 5 ago. 1950, p. 8), bem como de os fundadores da FMPB endossarem essa opinião, a análise conjunta das fontes revelou que a instalação foi laboriosa e, nos anos iniciais, havia muitas necessidades estruturais e funcionais a suprir.

Recapitulando, a FMPB iniciou unicamente preparada para a primeira série. Como prova, Espínola (1980) transcreveu o discurso de Newton Lacerda em 1952, durante a inauguração, o qual revisita a maneira como a FMPB surgiu, cultua os agentes-chave e lista as concretizações, porém expressamente classifica como “uma solução parcial” para não mais protelar a formação médica na Paraíba.

Apreciamos, ainda, que o provimento de professores influenciou a oferta de vagas e o calendário acadêmico. Imediatamente em 1950, os mentores da FMPB apresentaram o currículo e aclamaram os respectivos docentes, mas alguns deles declinaram da docência, ou não puderam assumi-la, pelas várias razões previamente explicitadas neste trabalho.

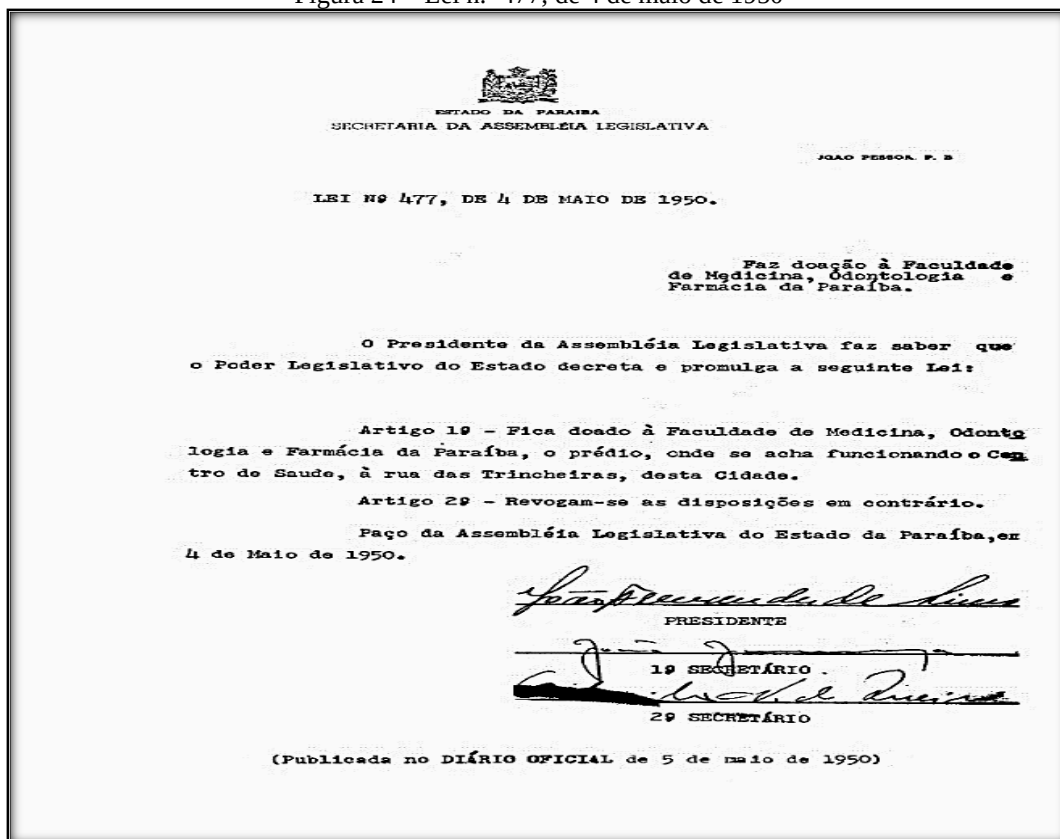
Desde os acertos para a gênese da FMPB, a preocupação com as instalações prediais e com todo o aparato para as aulas era incontestável. A contar da reunião preambular de 25 de março de 1950, as agendas incorporaram essa temática, que continuou no âmbito do CTA e da Congregação, por vezes, confrontada com outra questão não menos crucial: o aporte financeiro substancial à viabilidade da FMPB.

As instalações da FMPB constantemente preocupavam o CTA. No curso do primeiro ano, em 20 de setembro de 1952, o Conselho documentou o petítório do professor Asdrubal de Oliveira por mais um tanque de formol para cadáveres. Prestes ao início do segundo ano letivo, Asdrubal de Oliveira continuava a solicitar a construção de laboratório para a segunda série e os conselheiros cogitaram procurar doações de parte do material para esse propósito. Na reunião de 02 de dezembro de 1953, discutiram sobre a ampliação da sede da FMPB, em cooperação com o estado, a fim de recepcionar os alunos da segunda série. A conclusão dessa reforma foi relatada na ata de 02 de maio de 1953. Entretanto, em 06 de junho de 1953, novamente Asdrubal de Oliveira argumentou sobre a urgência de novas adequações prediais para a terceira série a ser admitida em 1954. Na reunião de 05 de setembro de 1953, decidiram requerer à fábrica Matarazzo a doação de um de seus terrenos, que era anexo à primeira sede da FMPB, para ampliar as instalações da IES. Dois meses à frente, o desejado terreno havia sido doado à FMPB e o CTA se apressava para viabilizar o acréscimo do prédio da Faculdade (CTA/FMPB, 20/09/1952, p. 18; 02/12/1952, p. 23; 02/12/1952, p. 24; 02/05/1953, p. 41; 06/06/1953, p. 45; 05/09/1953, p. 51; 07/11/1953, p. 57).

Conforme as atas da Fundação da FMPB e da Primeira Reunião da Congregação⁴⁷, citadas por Nóbrega (1980a), para o funcionamento da IES, contavam com a efetivação de vários compromissos. O governador Oswaldo Trigueiro disporia o Instituto de Anatomia Patológica, o Hospital Clementino Fraga e a Colônia Juliano Moreira. A Provedoria da Santa Casa de Misericórdia concederia os hospitais funcionantes em João Pessoa; igualmente, a presidência da Legião Brasileira de Assistência (LBA) daria acesso aos serviços que lhe pertenciam. Contudo, como afirmamos, desde a reunião preliminar para a organização da FMPB as fontes compiladas mostraram que essa matéria foi atravessada por muitos embaraços.

O registro da FMPB se deu como Sociedade Civil Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia da Paraíba. Essa sociedade era presidida por Humberto Nóbrega e era a mantenedora da FMPB (Nóbrega, 1980a), isto é, possuía natureza jurídica de direito privado. Desde o ano de fundação, teoricamente, a FMPB já contava com uma sede própria por força da Lei n.º 477, de 4 de maio de 1950, que lhe doou o prédio no qual funcionava o Centro de Saúde localizado na rua das Trincheiras, em João Pessoa (Paraíba, 1950).

Figura 24 – Lei n.º 477, de 4 de maio de 1950



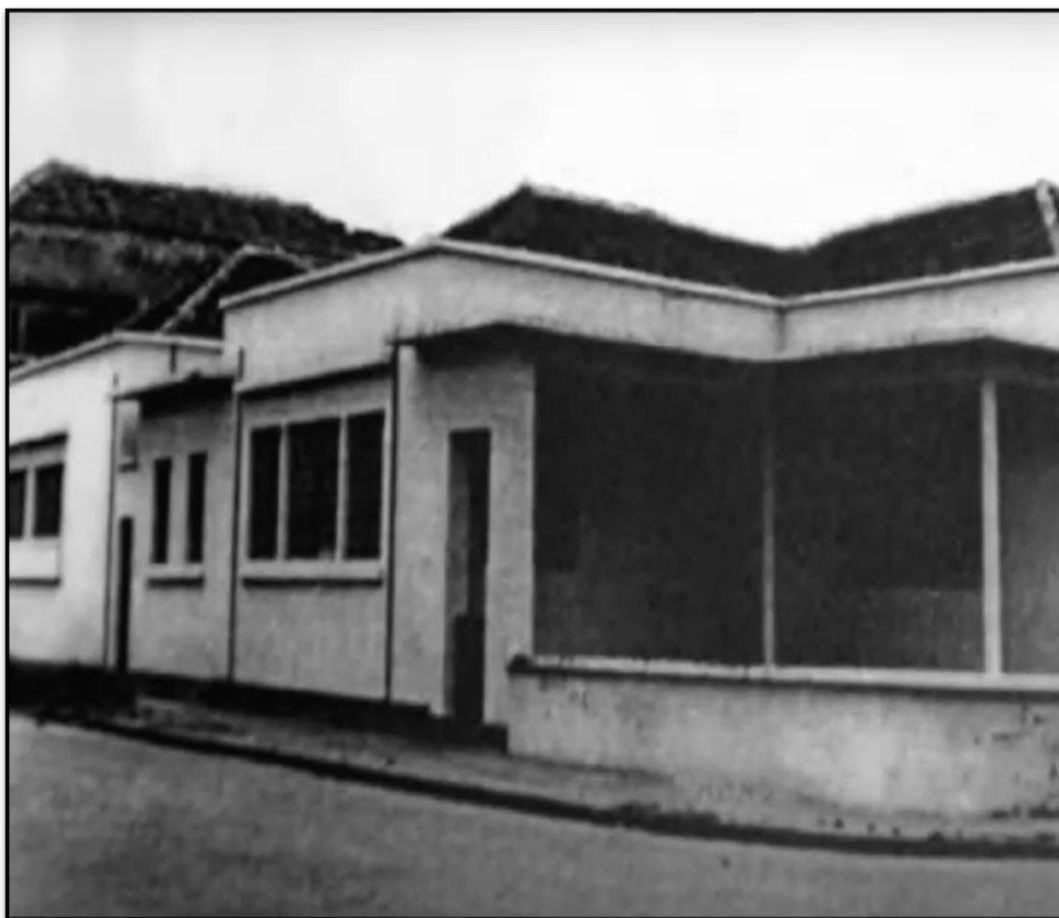
Fonte: Assembleia Legislativa da Paraíba.

⁴⁷ A ata de 25 de março de 1950 é alusiva à primeira vez em que os médicos fundadores se reuniram e foi denominada “Ata de Fundação”. Agora, a ata de 27 de março de 1950, concernente à segunda sessão, foi nomeada de “Ata da Primeira Reunião”.

A efetivação da posse do Centro de Saúde, porém, não foi possível de imediato, porque o local continuava em funcionamento com atividades da saúde. Por falta de ambiente para as aulas, Nóbrega (1980a) solicitou ao diretor da Faculdade de Ciências Econômicas a concessão daquela IES para ministrar a parte teórica do curso médico, porquanto as aulas de Economia aconteciam à noite e as de Medicina seriam diurnas. Esse pedido foi deferido, entretanto, até agora, não encontramos evidências de que as aulas de Medicina realmente foram ministradas na IES de Economia.

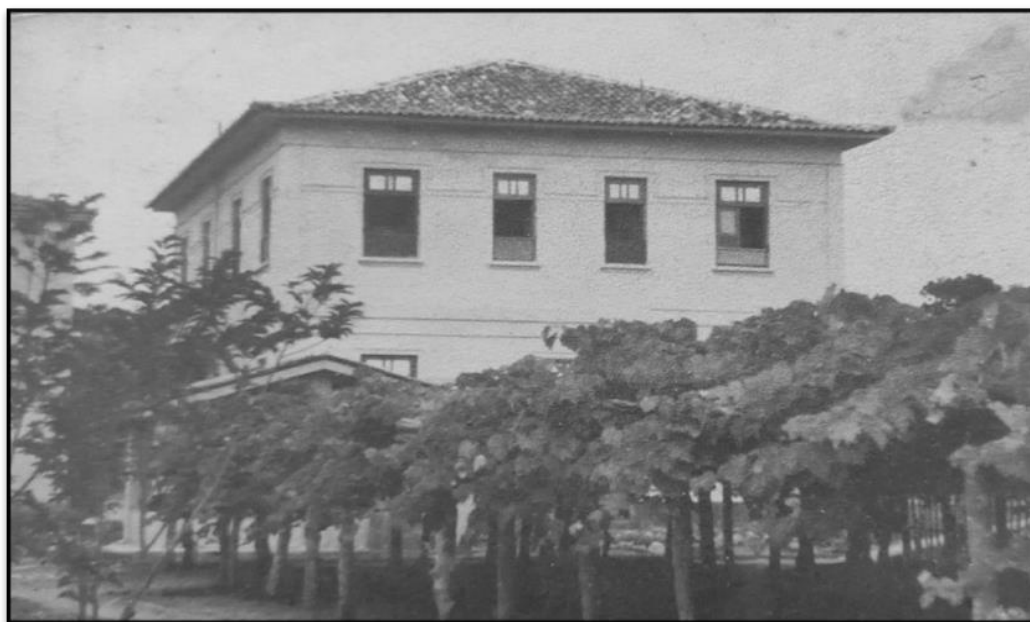
Da consulta acurada às atas do CTA, depreendemos que, da inauguração, em 1952, a 1960, a FMPB foi sediada no Instituto de Anatomia Patológica e Verificação de Óbitos, na rua Visconde de Itaparica, bairro Varadouro, figura 25. Em 1960, foi transferida parcialmente para a segunda sede, na avenida Alberto de Brito, bairro Jaguaribe, figura 26. Além disso, as aulas práticas aconteciam em vários serviços de saúde de João Pessoa.

Figura 25 – Primeira sede da FMPB – “Visconde de Taparica”



Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som CRM/PB.

Figura 26 – Segunda sede da FMPB – “Alberto de Brito”



Fonte: Nóbrega (1981, capa).

Em 31 de agosto de 2023, visitamos as antigas sedes da FMPB, para descobrirmos quais as suas destinações atuais. O edifício em que a FMPB foi fundada é o anexo da Câmara Municipal de João Pessoa e está em excelente estado de conservação, conforme a figura 8, mas da primeira sede, “Visconde de Taparica”, restam apenas os escombros mostrados na figura 27 e do segundo local de funcionamento, “Alberto de Brito”, embora nele funcione uma espécie de depósito do serviço de manutenção do Centro de Atendimento Médico Especializado do Estado da Paraíba, as instalações estão bastante deterioradas, como apresentamos na figura 28.

Figura 27 – Situação atual da primeira sede da FMPB



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Figura 28 – Condições atuais da segunda sede da FMPB



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

A corrosão das matrizes da FMPB, assim como a deterioração dos documentos arquivísticos, remete-nos ao valor de preservar a memória institucional. Como bem colocado por Nora (2012, p. 9), a memória “[...] é um elo entre o vivido no eterno presente”, que se baseia no vestígio, na imagem visível e no registro concreto. Ela é uma necessidade premente de referências tangíveis que resguarde o passado no presente. Apesar da polissemia do termo, a memória coletiva, social ou individual tem a propriedade de nos conectar com o passado e revigorar o fenômeno que investigamos (Machado; Nunes; Nascimento, 2021), contudo a degradação das fontes, em grande medida, dificulta a elucidação das diferentes categorias da cultura escolar e interfere na historiografia das instituições educativas.

A FMPB se originou tendo a seu favor a Lei n.º 477, de 1950, que lhe concedia os edifícios do Centro de Saúde de João Pessoa, mas, por não tomar posse desses imóveis, foi compelida a se improvisar no Instituto de Anatomia Patológica e Verificação de Óbitos, que requisitou sucessivas readequações estruturais, à medida que as séries avançavam e novos alunos ingressavam. Moura Filho (2010) confirma: “Em 1950, o prédio foi cedido para a instalação da FMPB e, posteriormente, sofreu várias intervenções, várias ampliações”. Leitão Filho (1963), em um longo destaque de capa do jornal *O Norte*, enunciou de acordo com a figura 29:

Figura 29 – “Para o alto da ladeira”



Fonte: Leitão Filho (*O Norte*, 06/05/1963, capa).

O texto jornalístico se introduziu enaltecendo a confiabilidade na formação científica médica conduzida pela FMPB e convocando os estudantes para se mobiliarem ante a precariedade das instalações provisórias da IES. Evidenciou a carência de avanços na mudança da sede instalada no Instituto Anatômico, adjetivou a localização como um “recanto da cidade baixa”, próximo ao cemitério, e destacou a urgência em transferi-la para um ambiente apropriado, no qual coubesse todos e “ainda sobrasse espaço” (Leitão Filho, *O Norte*, 06/05/1963, capa).

Na figura 30, assinalamos os principais pontos de referência mencionados por Leitão Filho (1963) e em outros documentos acerca da localização da primeira sede da FMPB.

Figura 30 – Localização da primeira sede da FMPB na rua Visconde de Taparica, bairro Varadouro, João Pessoa



Fonte: Dados da pesquisa elaborados sobre imagem do Google Maps (2023).

As alusões “para o alto da ladeira”, “que saía da cidade baixa”, “naftalina e formol na sala de visita” e “vizinhança dos cadáveres” remetem ao anelo de obter adesão social e política favorável à nova sede que era aguardada pela FMPB como um anexo ao Hospital Clementino Fraga.

Nesse enunciado, identificamos que o comunicador tenta produzir sentidos de urgência e relevância à questão da mudança de endereço da FMPB. O termo “cidade baixa” corresponde à antiga e popular denominação do bairro Varadouro, em João Pessoa, porque está encravado em um terreno acidentado. O prédio tencionado para a matriz da FMPB foi adjetivado como mais amplo, distante do cemitério Senhor da Boa Sentença e fora do Instituto de Anatomia Patológica e Verificação de Óbitos, por isso, além da vizinhança dos cadáveres e com uma sala de visitas isenta do aroma dos produtos utilizados na conservação dos cadáveres.

Desde o ano de 1953, esperavam a solução da problemática das instalações da FMPB. Os encarregados da FMPB já haviam requerido ao governador João Fernandes de Lima a permuta do Centro de Saúde pelo Hospital Clementino Fraga. O pedido foi atendido, mas sem efetivação fática, porque dependia de outras iniciativas político-administrativas. Para que a FMPB recebesse o hospital, antes, era preciso construir um sanatório para atender aos portadores de tuberculose que, naquele momento, eram tratados no prédio requerido, mas a conclusão dessa providência se protelou por vários anos. Nóbrega (1980b) comenta, mesmo diante da busca incessante para que as obras do novo sanatório avançassem, a construção foi suspensa por nove vezes. Aliás, a ata do CTA de 29 de agosto de 1957 revelou que os conselheiros decidiram oferecer, por empréstimo, ao estado o valor de Cr\$ 1.800.000,00 para a conclusão imediata das obras do sanatório, para não mais atrasar o recebimento do Hospital Clementino Fraga (CTA/FMPB, 29/08/1957).

O empréstimo foi aceito pelo estado para acelerar o término do sanatório, porém, apenas em 25 de julho de 1959, o novo serviço, com 200 leitos, para acolher os pacientes diagnosticados com tuberculose foi inaugurado. Na sessão de 07 de agosto de 1959, os conselheiros da FMPB discutiram o recebimento do Hospital Clementino Fraga. A partir de 07 outubro de 1960, as atas do CTA passaram a informar a nova localização da sede na rua Alberto de Brito, porém, como revelaram Leitão Filho (*O Norte*, 06/05/1963) e Moura Filho (CRM/PB, 2010), até 1963, determinadas aulas permaneceram na primeira sede.

No Rio de Janeiro, o jornal *Correio da Manhã* de 28 de julho de 1959 divulgou que o ministro da Saúde, Mário Pinotti, esteve na inauguração do sanatório juntamente com Pedro Moreno Gondim, governador da Paraíba.

Figura 31 – “Funciona em João Pessoa novo Sanatório para tuberculosos” (1959)



Fonte: *Correio da Manhã* (28/07/1959, p. 4).

Na solenidade de inauguração do sanatório, realizada no Teatro Santa Rosa e presidida pelo governador Pedro Gondim, o ministro da Saúde foi agraciado com o título “Professor *Honoris Causa*” concedido pela FMPB. A chegada à Paraíba e a agenda cumprida pelo ministro compõem o acervo do arquivo central da UFPB em recorte do jornal *A União* de 25 de julho de 1959, que incluiu o lançamento da pedra fundamental da construção da sede da FMPB no Hospital Clementino Fraga.

Santos (2022) clarifica que essa foi a primeira gestão de Pedro Gondim no cargo de chefe do Executivo Estadual, assumida em decorrência do adocimento do titular, entre 04 de janeiro de 1958 e 18 de março de 1960. Após essa primeira administração substitutiva, Pedro Gondim foi eleito para um novo governo, entre 31 de janeiro de 1961 e 31 de janeiro de 1966.

A FMPB pretendia organizar uma cidade universitária no terreno do Hospital Clementino Fraga (CTA/FMPB, 10/05/1957). No jornal *A União* de 26 de junho de 1959, obtido do acervo do arquivo central da UFPB, os fundadores da FMPB apresentam a planta da futura sede da IES ao governador Pedro Gondim.

Figura 32 – “Ampliação da Faculdade de Medicina” (1959)



Fonte: Acervo do Arquivo Central da UFPB (1959).

No periódico acima, Pedro Gondim, que destacamos na cor amarela, junto a Humberto Nóbrega, realçado na cor branca, e outros/as inspecionam a planta da nova sede da FMPB a ser construída em três pavilhões anexos ao Hospital Clementino Fraga. O original desta planta faz parte do acervo do arquivo central da UFPB.

Segundo Mendonça (2004), as aulas e a administração da FMPB se instalaram no Hospital Clementino Fraga até se transferirem para a UFPB. No entanto, assevera o professor Moura Filho (CRM/PB, 2010), “[...] a disciplina de Anatomia bem como a de Histologia funcionaram nas dependências lá da Praça 2 de Novembro [onde se localizava o Instituto de Anatomia Patológica e Verificação de Óbitos] até 1979 quando nós passamos para a cidade universitária [atual *campus* I da UFPB]”.

As fontes são harmônicas quanto à ocorrência das aulas teórico-práticas em diferentes hospitais de João Pessoa. Jornais, atas do CTA e da Congregação, Nóbrega (1980a), Mendonça (2004), Medeiros (2017) e o acervo do CRM/PB citam a utilização dos hospitais consoante as especificidades das cadeiras. A saber: Colônia Juliano Moreira e Assistência a Psicopatas para aulas de Psiquiatria; Hospital Clementino Fraga para Doenças Infectocontagiosas; Maternidade Cândida Vargas e Hospital Arlinda Marques dos Reis, respectivamente, para Obstetrícia, Ginecologia e Pediatria; e Hospital Santa Isabel para as

Clínicas Médicas e Cirurgias. Em conformidade com a entrevista concedida pelo médico Wilberto Silva Trigueiro ao CRM/PB (23 maio 2017, grifos nossos), é ratificado que:

A Faculdade de Medicina funcionava em várias instituições. O Hospital Santa Isabel, o local onde hoje funciona o PAM [posto de atendimento médico] de Jaguaribe, o hospital Guedes Pereira. A antiga Faculdade de Medicina, próxima ao cemitério Boa Sentença. **Com a inauguração do Hospital Universitário, as atividades da universidade, da Faculdade de Medicina, foram transferidas para o Hospital Universitário Lauro Vanderley.**

Como observamos na fala do médico entrevistado, a fragmentação das aulas em vários hospitais da capital perdurou até a conclusão da atual cidade universitária e seu hospital, o HULW. A despeito da presença dos diretores dos hospitais de João Pessoa nos atos vestibulares da FMPB e da disponibilização dos referidos serviços para as aulas, essa acessibilidade não era graciosa. O CTA atestou o repasse de Cr\$ 40.000,00 para o Hospital Santa Isabel em contrapartida pela cadeira de Clínica que lá funcionava (CTA/FMPB, 12/12/1953).

Nóbrega (1980b, p. 194) prestou contas: “[...] pagamos aos hospitais da Santa Casa um aluguel de Cr\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil cruzeiros) para neles funcionarem as nossas clínicas e serviços de ambulatório”. Na reunião de 26 de junho de 1957, o CTA tratou sobre uma sala de aula na Maternidade Cândida Vargas equipada pela FMPB (CTA/FMPB, 26/06/1957).

Abrigar adequadamente toda a estrutura da FMPB, que anualmente tornava-se mais complexa em termos numéricos e qualitativos em razão das novas turmas e da progressão das séries, simultaneamente à produção de representações convenientes à capacidade didática e científica, foi excruciante.

Em 1963, quando a FMPB já era federalizada, mas ainda não tinha à sua disposição as instalações do *campus* I da UFPB, alunos insatisfeitos, organizados no Centro Acadêmico, desencadearam uma greve emblemática, particularmente contra a administração da FMPB, a qual Nóbrega (1981, p. 59) designou de “a maior crise” da FMPB. Em linhas gerais, os estudantes prepararam um extenso dossiê atribuindo à administração e aos professores supostas irregularidades de diversas ordens. No ensejo, exigiram a renúncia da diretoria da FMPB e elencaram precariedades nas instalações prediais tanto na segunda sede, situada na rua Alberto de Brito, como na primeira sede, no Departamento de Anatomia, estabelecida na rua Visconde Itaparica.

Embora a FMPB houvesse recebido o Hospital Clementino Fraga em 1960, certas aulas práticas permaneceram em distintos hospitais de João Pessoa. Obviamente, um único hospital, de médio porte, como o Clementino Fraga, não era suficiente para todas as disciplinas

do curso médico. Para suprir essa carência, as deliberações do CTA analisadas atestam que, a cada introdução de uma nova cadeira, catedráticos específicos eram encarregados das articulações necessárias à prática das disciplinas implantadas nos hospitais especializados em vários pontos da cidade. De tal modo, alunos de Pediatria se dirigiam aos hospitais pediátricos; os de ginecologia e obstetrícia se direcionavam às maternidades, e assim por diante.

Essa fragmentação dos locais para as aulas integrou os problemas listados pelo movimento paredista. Além do descontentamento com a ambiência da FMPB, os alunos estavam insatisfeitos com a dificuldade de deslocamento e o tempo exíguo para se apresentarem em um e outro hospital, ocasionalmente no mesmo turno.

O professor fundador da FMPB, Guilardo Martins Alves, que também foi nomeado interventor e reitor da UFPB de 1964 a 1971, em entrevista concedida ao NDIHR/UFPB⁴⁸, afirmou que, em seu reitorado, um dos maiores problemas enfrentados foi a crise entre Humberto Nóbrega e os estudantes de Medicina. Para o entrevistado, os movimentos estudantis da década de 1960, que eclodiram na Paraíba e em outras regiões do Brasil, questionavam o acesso ao ensino superior, a qualidade do ensino, o autoritarismo estatal e as injustiças sociais. Na oportunidade de 1980, o ex-reitor verbalizou reconhecer o equívoco com que a pauta dos estudantes havia sido interpretada, como subversão, sem que atentassem para os aspectos políticos e educacionais que perpassavam o movimento.

Para acalmar os ânimos dos estudantes, Guilardo Martins informou que mediu as tratativas entre reivindicantes e FMPB. Ao final, entendeu que obteve êxito, porque em 1968 foi escolhido paraninfo dos formados como comprovação da inexistência de hostilidades (Alves, entrevista cedida ao NDIHR, ano?). O andamento dessa querela foi propagado na imprensa periódica local e na capital do país. No Rio de Janeiro, o jornal *Diário de Notícias* (04/06/1963) noticiou: “Medicina Paraíba. Os estudantes da Paraíba acabam de obter significativa vitória, depois de uma greve de 50 dias contra a corrupção da Escola, o reitor nomeou comissão de inquérito”.

Após percorrermos o primeiro biênio da FMPB, da ideia da fundação à concretização, algumas vezes, é claro, indo mais além, para preservarmos a coerência argumentativa, no capítulo seguinte, encadearemos as urdiduras desveladas aos marcos normativos e administrativos da IES perscrutada: o reconhecimento do curso pelos órgãos oficiais, a agregação à Universidade da Paraíba e as reverberações da federalização e da reforma cêntrica sobre a FMPB.

⁴⁸ A entrevista transcrita faz parte do acervo do NDIHR/UFPB, porém não localizamos a data em que foi concedida, possivelmente seja na década de 1980, porque integra o “Projeto História da Universidade”, desenvolvido em tal década.

3 MARCOS NORMATIVO-ADMINISTRATIVOS DA FACULDADE DE MEDICINA DA PARAÍBA (1953-1974)

Que a reconstrução da universidade se processe sem retrocessos e sem destruir conquistas anteriores – quer quanto à expansão do sistema de ensino público superior, quer quanto à valorização da nacionalização, como técnica administrativa e política, e da democratização das oportunidades educacionais e de participação da cultura, como requisito intelectual de um estilo de vida social democrático (Fernandes, 1975, p. 149).

3.1 O reconhecimento do curso de Medicina pelo Governo Federal

Na vigência do Regime Civil-Militar Ditatorial, Fernandes (1975) acautelava-nos sobre os impactos da reforma universitária ancorada na Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, especificamente, para não esmaecer as conquistas educacionais pregressas e alargar o acesso das classes menos favorecidas ao grau universitário, por compor esses os requisitos essenciais ao engendramento das sociedades democráticas. Assim sendo, os traços que, neste capítulo, delineamos, com o escopo de concatenar as modificações ocorridas na FMPB aos marcos normativo-administrativos em vigor no período de 1953 a 1974, não se apartam dos ecos históricos educacionais projetados sobre essa IES ao longo do tempo, inclusive aqueles relacionados aos governos civil-militares a partir de 1964.

Após a criação e autorização para o funcionamento, a FMPB tem no reconhecimento pelo governo central um relevante passo para a sua transmutação de sociedade civil de natureza privada à integração a uma autarquia federal, a UFPB. *Grosso modo*, as repercussões abrangidas pelo intervalo total da pesquisa (1950-1974) gradativamente solidificaram e expandiram a capacidade formativa da FMPB, validaram jurídica e administrativamente sua função social e, em última instância, corresponderam à transição da formação médica paraibana da seara privada para a pública. Todavia, não significaram democratização do acesso ao ensino médico, haja vista o caráter dos vestibulares para Medicina muito dificultoso aos estudantes oriundos das classes populares, bem como a necessidade de dedicação diurna integral, que, por norma, impossibilitava combinar trabalho e estudo.

Está devidamente documentado que alunos de escolas públicas, mais pauperizados e negros são sub-representados nos cursos de Medicina. No Brasil, somente mais recentemente, a partir das políticas de ampliação ao acesso ao ensino superior, a situação foi um pouco mais equilibrada, ainda assim dificuldades são constatadas, porque estudantes trabalhadores dificilmente conseguem conciliar estudos e trabalho, além disso, o

financiamento estudantil permanece oneroso para os de baixa renda (Figueiredo *et al.*, 2022). Logo, acessar e permanecer em uma formação que requer dedicação integral tornam o desafio mais complexo para as classes populares.

De acordo com o estudo de Oliveira (2019), com base no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), dentre os concluintes de Medicina no Brasil, no período de 2004 a 2016, 80,46% procederam de escolas privadas e 32,4% de famílias com renda mensal acima de dez salários mínimos. Em meio ao total de graduandos médicos, 75,26% eram brancos, 19% pardos e 1,9% negros.

No curso de Medicina da UFPB, no mesmo interregno, 87,9% dos concluintes vieram das escolas privadas e 47,3% de família com renda mensal superior a dez salários mínimos. Desses novos médicos, 58,34% eram brancos, 37,3% pardos e 2,44% negros (Oliveira, 2019). Embora o número de médicos pardos formados na UFPB superar a média nacional em 18,3% e a faixa salarial familiar tomada por referência suplantar a do país em 14,9%, os concluintes de Medicina, no período analisado (2004-2016), refletiram o padrão elitista formativo brasileiro, principalmente porque é possível que a maior proporção de médicos pardos formados pela UFPB decorra da melhor condição salarial de suas famílias e da maior proporção populacional paraibana de pardos quando comparada ao quantitativo nacional, haja vista que, consoante os dados do IBGE (2011) mais próximos ao período abarcado pelo estudo de Oliveira (2019), o Censo Demográfico de 2010, a população geral brasileira possuía 43,1% autodeclarados pardos; mas, na Paraíba, 52,7% autodeclararam-se pardos, isto é, 9,6% maior que no Brasil.

Acerca do processo de autorização do curso médico paraibano, diferentemente do ocorrido com o trâmite da anuência do funcionamento iniciado em 30 de maio de 1950, mas que somente obteve a conclusão favorável, expressa no Decreto n.º 30.212/1951, após o atendimento de sucessivas diligências complementares, o reconhecimento de tal curso foi menos laborioso.

Cumprido o interstício de dois anos de funcionamento da FMPB, nos termos do Decreto Lei n.º 421, de 11 de maio de 1938, em 1954, seus fundadores pleitearam perante o CNE o reconhecimento, tendo nos anexos uma farta documentação probatória do cumprimento dos mesmos requisitos aferidos por ocasião da autorização do funcionamento, porém adensada com novos comprovantes sobre os discentes, a estrutura e o funcionamento da IES no primeiro biênio (1952-1954). Nilton Lacerda, na condição de diretor da FMPB, providenciou a documentação necessária (CTA/FMPB, 05/06/1954). Nóbrega (1980b) dá ciência que 560 folhas abrangentes das atas das reuniões, do regimento interno, da legislação,

do orçamento, dos processos seletivos, das matrículas, dos históricos escolares, das condições das instalações prediais e de outros aspectos compuseram três cadernos processuais.

Em 05 de outubro de 1955, no artigo único do Decreto n.º 38.011, o presidente da República, João Café Filho, lavrou: “É concedido o reconhecimento ao curso médico da Faculdade de Medicina da Paraíba, mantida pela sociedade civil Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia da Paraíba e com sede em João Pessoa, capital do Estado da Paraíba” (Brasil, 1955a). Na ata de 18 de novembro de 1955, folha 83, os membros do CTA comemoraram e classificaram o reconhecimento como uma “grande vitória”.

Não obstante a obtenção do reconhecimento da FMPB tenha sido menos fatigante do que a autorização para o funcionamento, com a leitura atenta do parecer favorável, colhemos que novas informações foram requeridas pelo CNE sobre certos professores e suas cadeiras, corroborando a relevância dos docentes na validação da capacidade didática institucional. O parecer concluiu que a FMPB satisfazia os critérios legais para o funcionamento e para a emissão de diplomas válidos, classificou os professores como interinos ou contratados até a realização de concurso de provas e títulos, aprovou o regimento interno e fixou em 40 o número de vagas por série, portanto, manteve a mesma oferta de vagas inicial, que assim permaneceu até 1964.

Quanto ao provimento das cátedras por meio de provas e títulos, “[...] na prática, isso nem sempre ocorreu” (Fávero, 2000, p. 2). Embora a Reforma Francisco Campos, implementada pelo Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931, tenha ratificado a cátedra, que ganhou força com as Constituições de 1934 e de 1946, existiam várias permissões legais para a dispensa do concurso, a saber: candidato destacado em virtude de invento ou descoberta relevante, ou autor de publicação de valor excepcional. Nesses casos, prevalecia as indicações da Congregação e do CTA de cada IES (Fávero, 2000). Na Paraíba, por falar nisso, o reitor na época da federalização testemunhou que todos os funcionários da Universidade da Paraíba foram aproveitados (Porto, entrevista cedida ao NDIRH/UFPB, 16 out. 1979). Ademais, na documentação que averiguamos, não há menção a concursos para os professores de Medicina.

Ao tempo que a FMPB era privada, os professores foram escolhidos na forma que discutimos, por aclamação na Congregação e posterior aceite do aclamado. No primeiro relatório da FMPB está consignado: “Todas as cátedras do curso médico têm como regentes professores fundadores do estabelecimento, exceto a de Histologia e Embriologia Geral, que, como foi exposto acima, foi provida por contrato” (Diretoria do Ensino Superior; Inspeção Federal; Relatório do primeiro período letivo do ano de 1952, 25/08/1952, p. 4). Os relatórios de 1953, 1954, 1955 e 1958 que analisamos são unânimes em afirmar que não houve

concurso para professores. As atas escrutinadas de 1952 a 1963 permaneceram silentes em relação à ocorrência de concursos para o provimento de quadro docente. O que verificamos foram relações encaminhadas com comprovantes de títulos, mas não identificamos a realização de certames.

3.2 A agregação à Universidade da Paraíba

Nas seções precedentes deste trabalho, vimos que a FMPB foi criada por iniciativa da classe médica paraibana e dotada de personalidade jurídica de direito privado. Entretanto, desde os anos exordiais, recebia diversos aportes públicos contributivos do seu fortalecimento. Após uma visão transversal dos documentos concernentes às finanças e realizações estruturais e funcionais da FMPB, percebemos que, paulatinamente, o CTA procurava equilíbrio nesses âmbitos, malgrado isso, esse terreno era delicado. Não raramente, buscavam contributos públicos, doações até mesmo de particulares, restringiam novas despesas, como as derivadas de aumento de salários dos funcionários, e indeferiam pedidos estudantis de isenção de certos valores regularmente cobrados.

Com as diligências para a fundação da Universidade da Paraíba, a pauta da inclusão da FMPB à nova universidade movimentou veementemente o CTA, em que as perspectivas se confrontavam: desejavam sanidade financeira e funcional, mas repeliam o possível cerceamento da autonomia que possuíam na qualidade de IES administrada por uma sociedade privada presidida por eles próprios. A ata de 16 de junho de 1955, folha 43, tratou acerca da resposta devida pelo CTA ao expediente do secretário da Educação e Saúde da Paraíba quanto a aceitar, ou não, a agregação. Essa decisão foi classificada pelos conselheiros como “delicada”, por isso, merecedora do aprofundamento do debate e do posicionamento de todos os membros do Conselho.

No cerne das preocupações, estavam a nova situação jurídica da FMPB e as possíveis reverberações na imprensa periódica, na classe estudantil e no meio governamental em caso de não acolherem a agregação. Afirma Medeiros (2017, p. 53), inicialmente, que a direção da FMPB “[...] não concordou com a inclusão da sua escola na Universidade, alegando, entre outros motivos, a perda da autonomia e do seu patrimônio”.

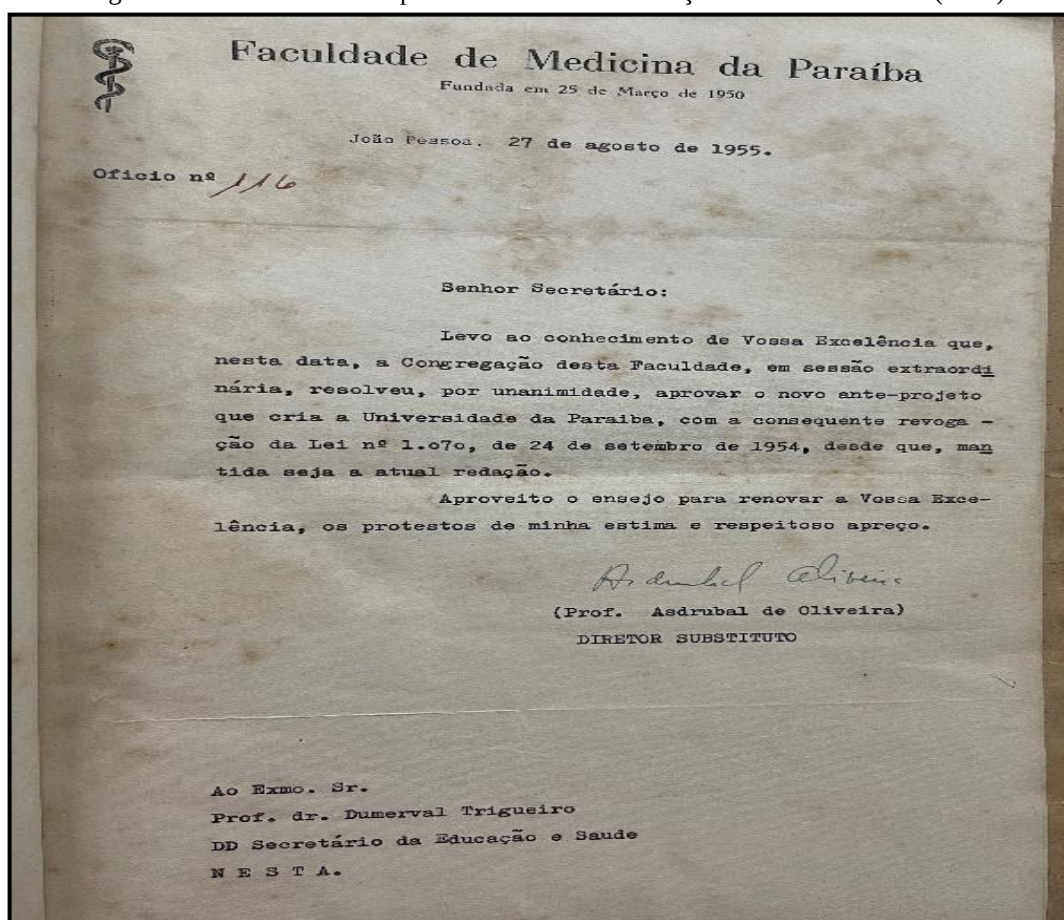
Nas sessões consecutivas, o CTA retomou esse debate e designou uma comissão para tratar, com o governador José Américo e com os demais agentes promotores do ensino superior na Paraíba, sobre o anteprojeto da lei que trouxe a Universidade da Paraíba à existência. A ata do CTA, de 17 de agosto de 1955, deu ciência do resultado da articulação do

então diretor da FMPB com o procurador-geral do estado e com o secretário de Educação, desse modo:

Falando, finalmente, o professor Humberto Nóbrega, [...], deu conhecimento à casa do resultado da mesa-redonda realizada com o fim de debater controvérsias relacionadas com a agregação da Faculdade à Universidade da Paraíba, na qual participaram o Secretário da Educação e Ângelo Amorim [procurador-geral do estado], salientando a vitória do seu ponto de vista, o que representou, tão somente, uma conquista da própria Faculdade. Disse, em seguida, que o resultado positivo já estava à vista, pois havia sido procurado pelo professor Ângelo Amorim, o qual lhe havia inteirado de nova orientação do Chefe do Governo, inclusive mostrando-lhe um esboço do projeto de lei que virá dar nova feição jurídica à Universidade, principalmente, em relação às escolas agregadas (CTA/FMPB, 17/08/1955, p. 64).

As contestações sobre a maneira pela qual a FMPB integraria a Universidade da Paraíba foram dirimidas após a reformulação do anteprojeto da lei, que recebeu nova redação em relação às IES que foram agregadas. O ofício encaminhado pelo diretor em exercício da FMPB em 27 de agosto de 1955 atesta a primazia dos interesses dos fundadores da FMPB na conformação da recém-Universidade, concorde a figura 33.

Figura 33 – Ofício da FMPB para o secretário de Educação e Saúde da Paraíba (1955)



Fonte: Acervo do Arquivo Central da UFPB.

Expondo o prestígio da classe médica idealizadora da FMPB no formato da Universidade da Paraíba, a literalidade do texto acima é incisiva: “[...] a Congregação dessa Faculdade resolveu, por unanimidade, aprovar o novo anteprojeto que cria a Universidade da Paraíba”. Na continuidade, mostra o Ofício n.º 116/1955, em que os fundadores da FMPB provocaram a revogação da norma anterior e condicionaram a concordância com a lei de criação da Universidade da Paraíba ao cumprimento dos novos ajustes.

Decerto, na origem da Universidade da Paraíba, sobressaíram-se as IES mais elitizadas e de maior capacidade patrimonial e didática, como era a FMPB. Melhor explicando, nos termos da Lei n.º 1.366, de 02 de dezembro de 1955, apreciada e aprovada pelo CTA da FMPB e subscrita pelo governador José Américo, o empenho “pela formação e difusão de uma cultura superior” e a contribuição para a “formação das elites dirigentes do estado e do país” caberia à Universidade da Paraíba, constituída pela junção de duas categorias de IES: as incorporadas e as agregadas. No rol das incorporadas, estavam: Faculdade de Filosofia, Faculdade de Odontologia, Escola Politécnica e Escola de Enfermagem. No patamar superior, na condição de agregadas, estavam: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Faculdade de Ciências Econômicas, Escola de Engenharia e Escola de Serviço Social (Paraíba, 1955a). Dessa maneira, jurídica e administrativamente, havia um grande distanciamento entre ambas as categorias de IES, porque, ainda que a Lei n.º 1.366/1955 não tenha se dedicado a especificar a nova posição das escolas e faculdades incorporadas, expressamente, pormenorizou, em seis artigos, matizes da futura relação entre a Universidade e as IES agregadas.

Por força do artigo 9º da Lei que criou a Universidade da Paraíba, as IES agregadas conservaram suas personalidades jurídicas, além de outras competências peculiares às pessoas jurídicas de direito privado, podendo, por conseguinte, sem interferência da nova Universidade, gerir seus recursos financeiros e patrimoniais, bem como o próprio quadro docente e de pessoal administrativo. Também eram consentidas a pleitear a federalização, ou a desagregação, mediante o mínimo de 2/3 dos votos de seus professores. Garantiu a lei que a agregação visava, tão somente, a fortalecer o vínculo universitário e não representava a obrigação do estado para com a manutenção das agregadas, mas, se lhes fossem consignadas dotações orçamentárias, não haveria a exclusão das subvenções e auxílios porventura prestados pelo governo da Paraíba (Paraíba, 1955a).

Os aspectos administrativos e legais da Universidade da Paraíba foram estabelecidos pelo Decreto n.º 40.160, de 16 de outubro de 1956, assinado pelo presidente Juscelino Kubitschek, que esclareceu as finalidades, a constituição e a organização administrativa da Universidade (Brasil, 1956b).

A Universidade da Paraíba organizava-se em três órgãos administrativos: Assembleia Universitária, Conselho Universitário e Reitoria. Na Assembleia Universitária, assentavam-se todos os professores e um aluno de cada IES. O Conselho Universitário era presidido pelo reitor com a participação dos diretores das IES e um representante de cada Congregação escolhido por seus pares (Brasil, 1956b).

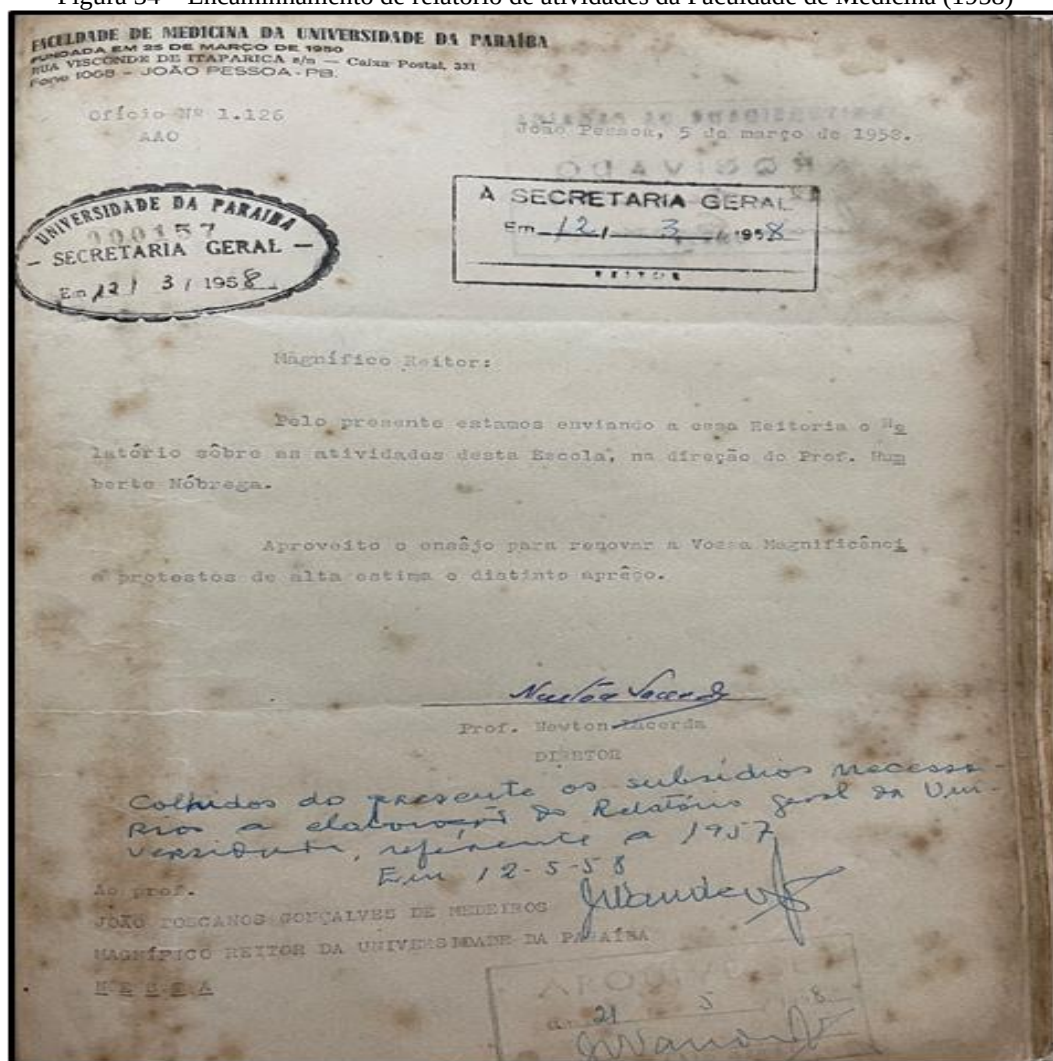
O Decreto n.º 40.160/1956 definiu a ordem econômica e financeira – compreendida em patrimônio, recursos e regime financeiro –, a situação das IES agregadas e o regime disciplinar. De mais, ratificou que as IES incorporadas seriam mantidas pelo estado da Paraíba e as agregadas mantidas por entidades diversas, incluindo as pessoas jurídicas de direito privado (Brasil, 1956b).

Com a agregação, a denominada “Faculdade de Medicina da Paraíba”, conforme o emblema da figura 33, adquiriu a designação de “Faculdade de Medicina da Universidade da Paraíba”, perceptível na epígrafe da figura 34.

Com efeito, por meio dos combinados formalizados na Lei n.º 1.366/1955, de interferência mínima sobre as IES agregadas, a Congregação médica preservou sua autonomia administrativa. As atas do CTA posteriores à agregação indicaram permanências na maneira de gerenciamento e subsistência da Faculdade de Medicina. Os membros do CTA continuaram a conceder licenças aos professores, a empreender esforços para angariar recursos públicos para benefícios prediais (CTA/FMPB, 19/05/1956) e a decidir acerca da recondução do diretor, das ofertas de vagas para o concurso de habilitação e do orçamento anual (CTA/FMPB, 21/12/1956), mas essa autonomia não era à revelia da Universidade. Regularmente, o diretor e o CTA da FMPB comunicavam aos órgãos específicos da Universidade sobre suas demandas e encaminhamentos. A depender da matéria, em primeiro, o CTA e a Congregação decidiam para então remeterem aos órgãos universitários.

Na figura 34, a diretoria da Faculdade de Medicina, em 1958, envia o relatório de suas atividades ao reitor da Universidade da Paraíba.

Figura 34 – Encaminhamento de relatório de atividades da Faculdade de Medicina (1958)



Fonte: Acervo do Arquivo Central da UFPB.

A Faculdade de Medicina continuou com a personalidade de direito privado e com as prerrogativas mencionadas. Seu vínculo com a Universidade aduzia litude e urbanidade, mantendo-a ciente de suas rotinas institucionais. Os documentos que remetia para as instâncias universitárias, no tempo em que esteve agregada, incluíram planos de trabalhos, relatórios circunstanciados de suas atividades científicas e comprovantes diversos sobre modificações no corpo docente, desdobramentos e/ou implementações de novas cadeiras, reformas prediais, aquisições de equipamentos, reajustes de salários e finanças.

No compromisso da não interferência lavrado na Lei n.º 1.366/1955, embora a FMPB regularmente mantivesse a Universidade da Paraíba ciente de sua administração, alguns recursos públicos que alcançou eram diretamente enviados para ela própria. No acervo do Arquivo Central da UFPB, na coletânea de jornal não identificado, com data de 06 de

fevereiro de 1957, menciona-se o discurso proferido por José Targino⁴⁹ durante a inauguração de melhoramentos da Faculdade de Medicina:

A Faculdade de Medicina da Paraíba continuará a receber do Governador Flávio Ribeiro⁵⁰ a mais firme e pronta colaboração. Podeis estar tranquilos que sua excelência, o governador do Estado, como médico que é, tem suas atenções sempre voltadas para esta Casa (Jornal? 6/12/1957, acervo do arquivo central da UFPB).

No entanto, os recursos angariados eram aquém das carências da Faculdade de Medicina, porque, à proporção que lhe foi conservada a autogestão, também se perpetuaram as limitações financeiras, conforme consignado na sessão do CTA de 19 de maio de 1956:

Ao ensejo das apresentações do presente item [retardo na ampliação de prédio da FMPB], o senhor Diretor fez um ligeiro retrospecto a respeito das finanças da Faculdade, alongando-se na parte que se relaciona com o recebimento de subvenções. Ponderou, em seguida, a grave situação do momento, quando arrecadado o grosso das contribuições dos alunos, só restava conseguir-se o pagamento, ao menos da subvenção estadual – 1955 e 1956 – com o fim de evitar a total paralização dos serviços do estabelecimento, inclusive suspensão do pagamento dos funcionários e professores (CTA/FMPB, 19/05/1956, p. 149).

O transcrito acima elucida que, cinco meses após a instalação da Universidade da Paraíba, o sustento da FMPB procedia das fontes anteriores, tais quais os haveres dos alunos e subvenções públicas, por sinal, a menor que as concretas necessidades da IES. Testemunhos orais daquele tempo, do general Leite e de Humberto Nóbrega, foram incisivos em relação à assistência recebida do estado durante a fase da agregação. “Na Universidade Estadual, o Governo da Paraíba apenas se preocupou com a manutenção do aparelho governamental, ou seja, a reitoria, continuando as faculdades e escolas a viver as mesmas carências e deficiências” (J. Leite, entrevista cedida ao NDIHR/UFPB, 16 jan. 1979, p. 22). As faculdades particulares, agregadas, viviam às suas próprias expensas, a Universidade da Paraíba não interferia nas finanças, diferentemente das IES incorporadas, que recebiam dotações do Estado (Nóbrega, entrevista cedida ao NDIHR/UFPB, 25 set. 1979).

No término de dezembro de 1955, quando já estavam agregados, o CTA, ao especificar a forma do pagamento dos alunos, revalida essas fontes orais. Anuidade da primeira série, Cr\$ 4.800,00, sendo Cr\$ 1.650,00 no ato da matrícula e o restante em prestações mensais de Cr\$ 350,00. Anuidades das segunda e quarta séries, Cr\$ 4.200,00,

⁴⁹ José Targino Pereira da Costa, durante o governo de Flávio Ribeiro Coutinho (1956-1958), era o secretário de Viação e Obras Públicas (Targino, 2023).

⁵⁰ Flávio Ribeiro Coutinho era um médico formado na Faculdade de Medicina da Bahia em 1907, político, industrial da cana-de-açúcar, além de banqueiro (fundou o Banco do Comércio e Indústria em 1947). Eleito em 1955, foi empossado como governador da Paraíba em 31 de janeiro de 1956 e esteve no cargo até 04 de dezembro de 1957, quando se afastou para tratamento da própria saúde no Rio de Janeiro. Não mais retornou ao governo e faleceu em 26 de janeiro de 1963 na capital federal (Coutinho, 2023).

sendo Cr\$ 1.500,00 no momento da matrícula e o remanescente em parcelas mensais de Cr\$ 300,00. Anuidade da quinta série, Cr\$ 3.600,00, sendo Cr\$ 1.350,00 no instante da matrícula e o saldo em cotas mensais de Cr\$ 250,00 (CTA/FMPB, 30/12/1955).

Dois anos após a estadualização, conforme ofício enviado pelo diretor da FMPB em 17 de abril de 1958, as anuidades pagas pelos alunos durante o ano de 1957 foram as seguintes: primeira e segunda séries pagavam Cr\$ 4.800,00. Dos matriculados nos terceiro, quarto e quinto anos eram cobrados Cr\$ 4.200,00. Já os alunos do sexto ano arcavam com a despesa de Cr\$ 3.600,00.

Figura 35 – Custo das anuidades estudantis na FMPB em 1957

FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DA PARAÍBA
FUNDADA EM 25 DE MARÇO DE 1950
RUA VISCONDE DE ITAPARICA s/n - Caixa Postal, 331
Fones 1068 - JOÃO PESSOA - PB.

Ofício nº 1.139
AAO

João Pessoa, 17 de abril de 1958.

UNIVERSIDADE DA PARAÍBA
SECRETARIA GERAL
Em 19/4/1958

A SECRETARIA GERAL
Em 19/4/1958
João Wanderley
REITOR

Senhor Secretário:

Conforme solicitação dessa Reitoria no ofício nº 18 de 23 de janeiro do corrente, venho esclarecer a V. S. que as prêços / das anuidades desta Faculdade, no exercício de 1957 foram as abaixo discriminadas:

1º e 2º ano	Cr\$ 4.800,00
3º, 4º e 5º ano	4.200,00
6º ano	3.600,00

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. S. protestos de estima e consideração

Newton Lacerda
Prof. Newton Lacerda
DIRETOR

Ilmo. Sr.
João Wanderley
Secretaria Geral da Reitoria da Paraíba
N E S T A

Já tendo sido feita a de-
monstração das anuidades
e Reitoria de COAR com
ofício de 14 de maio de 1958,

ARQUIVE-SE
Em 20/4/1958
João Wanderley
SECRETARIO GERAL

Fonte: Acervo do Arquivo do CCS/UFPB.

O salário mínimo vigente na Paraíba, nos termos do Decreto n.º 39.604, de 14 de julho de 1956, era de Cr\$ 2.200,00 em João Pessoa, Cr\$ 2.000,00 em Campina Grande e

Cr\$ 1.800,00 nos demais municípios (Brasil, 1956a)⁵¹. Por conseguinte, com referência ao salário válido em João Pessoa, inferimos que as anuidades dos alunos variavam de 2,18 a 0,81 salários mínimos.

Newton Leite, um engenheiro e ex-aluno de Odontologia, testa que o acesso ao ensino superior na Paraíba, como em outros estados, exigia uma adequada base educativa anterior possibilitada apenas nos melhores colégios desde que houvesse dedicação aos estudos.

No período de 1958 a 1961, nós verificamos que alguns privilegiados tinham acesso à universidade. [...] eu me lembro do vestibular que foi feito em 1958, onde de Engenharia houve aproximadamente 100 candidatos e somente dois aprovados. O curso funcionou com dois alunos. Era um elitismo que existia, [...] mas um elitismo intelectual. É o mesmo no meu vestibular de Odontologia, era uma cúpula, de mais de uns 200 candidatos e só passaram, se não me falha a memória, 14. [...] aqueles alunos que eram de colégios melhores, que tinham chance de adquirir bons livros e que podiam dedicar tempo integral ao estudo. Isso quer dizer que havia até uma seleção natural da camada social, porque só a pessoa que tivesse suporte financeiro podia se dedicar exclusivamente ao estudo (Newton Leite, entrevista cedida ao NDIRH, em 17 jul. 1980, p. 3).

Na visão do entrevistado, em meio aqueles que acessavam às vagas nas IES, o elitismo ainda se diferenciava do social para o intelectual. Em outros termos, proceder de classes sociais abastadas economicamente, por si só, não garantia o acesso. Era necessário ser intelectualmente superior e possuir bons materiais didáticos, do contrário, estariam alijados. Por isso, as aprovações eram diminutas e os alunos pauperizados, sem alicerce no ensino secundário, dificilmente acessariam o nível universitário.

Após quatro anos de existência da Universidade da Paraíba (1955-1959), no bojo da qual a FMPB funcionava na qualidade de agregada em uma relação semelhante à de faculdade isolada, adequando-se à tendência nacional, deu-se a sua mais significativa mudança, a federalização, discutida no item adiante.

3.3 Os reflexos da federalização da Universidade da Paraíba sobre a Faculdade de Medicina da Paraíba

Tanto Julia como Chervel reconhecem que a cultura escolar é formada por elementos estruturantes (perenes), mas também é permeável, ainda que sutilmente, aos deslocamentos (Vidal, 2009). Se com a concepção da Universidade da Paraíba de iniciativa estadual, o autogoverno da FMPB sofreu tênues modificações, a federalização trouxe nova

⁵¹ Em 1957, o maior salário mínimo do Brasil era Cr\$ 3.800,00 e o menor era Cr\$ 1.250,00 (Brasil, 1956a).

atmosfera, porque o ensino superior passou a ser sistematizado pelo poder central e, em meio aos vários efeitos desse advento, deu-se a gratuidade do acesso ao grau universitário. Efetivamente, recapitula Saviani (2010), não obstante os cursos ou faculdades isoladas criadas por D. João VI fossem mantidos pelo poder público, nas primeiras décadas da República, a iniciativa oficial deu abertura à particular, que criou as IES livres, não oficiais, que recebiam subsídios públicos, sem perder a natureza privada. Até que, a partir de 1930, o estado retornou à dianteira da expansão do ensino superior e, em 1960, atingiu o ápice por intermédio da federalização das existentes IES estaduais e privadas e da criação das universidades federais.

No entendimento das transformações jurídico-administrativas experienciadas pelas IES federalizadas, vale sabermos que, para cumprir suas atividades, a Administração Federal compreende duas espécies administrativas: direta e indireta. A Administração Direta atrela-se a serviços próprios da estrutura presidencial e dos diferentes ministérios, posto que a Administração Indireta dota certas entidades de personalidade jurídica própria das autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações públicas e as integra ao ministério de competência de suas atividades principais (Alexandrino; Paulo, 2008), tal como ocorreu com o ensino superior, que passou a ser executado pelas autarquias denominadas universidades federais vinculadas ao MEC.

No Brasil, o sistema federal de ensino se desenvolveu graças à propagação da concepção de que aos estados faziam jus ao menos uma universidade federal (Sampaio, 1991). Inclusivamente, como ventilamos no capítulo I deste trabalho, a Constituição Federal de 1946 tratou sobre a organização do sistema de ensino da União, dos territórios, dos estados e do Distrito Federal, cuja incrementação ao nível estadual e distrital passou a contar com a cooperação pecuniária do governo central (Brasil, 1946). No começo, duas leis regulamentaram o sistema federal de ensino: a Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, e a Lei n.º 1.523, de 26 de dezembro de 1951.

A Lei n.º 1.254/1950, sancionada pelo presidente da República Eurico Gaspar Dutra, dispôs sobre o sistema educativo supletivo aos sistemas estaduais, integrado por estabelecimentos mantidos pela União e pelos poderes públicos locais, ou por entidades privadas, com economia própria, subvencionadas pelo Governo Federal. Na sequência, elencou uma série de IES, que passaram a ser mantidas diretamente pela União, englobando a Universidade do Recife (Brasil, 1950), muitas vezes utilizada como parâmetro pelos defensores do ensino médico paraibano, que questionavam o atraso da Paraíba ante o avanço de Pernambuco nesse domínio.

Tratou a Lei n.º 1.254/1950 sobre o desmembramento de determinados cursos para constituir faculdades específicas, sobre a incorporação ao patrimônio nacional de todos os bens e direitos das IES federalizadas e sobre o aproveitamento, no serviço público federal, dos professores, que passaram ao quadro permanente do Ministério da Educação e da Saúde. O tempo de serviço anteriormente prestado pelos professores às IES de origem foi considerado para os fins de aposentadoria, gratificação e disponibilidade e aqueles que não foram admitidos na forma da legislação federal puderam ser aproveitados na condição de interinos. Os demais empregados foram aproveitados como extranumerários, com os respectivos tempos de serviço prévios contabilizados para efeito de disponibilidade e aposentadoria (Brasil, 1950).

Para um elenco de IES mencionadas na Lei n.º 1.254/1950, definiram-se dotações orçamentárias para o pessoal permanente, funções gratificadas e pessoal extranumerário. No quadro permanente do Ministério da Educação e da Saúde, especificaram-se o número de vagas e os padrões de vencimentos para os catedráticos, bem como as gratificações para reitores e demais pessoal (Brasil, 1950). Outrossim, detalharam-se as subvenções anuais, com valores diferenciados, a depender dos cursos mantidos pelas IES, em que as maiores cifras obedeciam às seguintes ofertas formativas: em primeiro lugar, IES com cursos de Medicina, Engenharia ou Agronomia e Veterinária; em segundo, IES com Arquitetura ou Farmácia e Odontologia; em terceiro, IES com Ciências Políticas e Econômicas, Filosofia, Ciências e Letras, Agronomia, Veterinária, Química ou Direito; em quarto, IES com Farmácia, Odontologia ou Sociologia e Política; em quinto, IES com Serviço Social, Enfermagem, Educação Física, Belas-Artes, Higiene e Saúde Pública, Administração Pública e de Empresa ou Agrimensura; e, por derradeiro no montante a receber, estavam às IES que formavam em Música, Canto Orfeônico, Administração Pública ou Administração de Empresa. Em 1959, essa mesma lei recebeu atualizações que ampliaram as subvenções, notadamente as escolas de Medicina e de Direito passaram a receber mais Cr\$ 1.000.000,00 anuais, se porventura ministrassem cursos de pós-graduação ou de doutorado (Brasil, 1950).

A Lei n.º 1.523/1951, unicamente, autorizou o Ministério da Educação e da Saúde a abrir crédito especial, no exercício corrente, para despesa com pessoal das IES federalizadas citadas na Lei n.º 1.254/1950 (Brasil, 1951b). Nomeadamente, esses impactos aconteciam no mundo pós-guerra bipolarizado, em que o ensino superior brasileiro incorporava marcas norte-americanas traduzidas nos propósitos conservadores das elites, que direcionavam a educação para atender aos interesses formativos de mão de obra para o mercado capitalista em expansão.

No cenário nacional, tensões sobre a pertinência, ou não, das federalizações movimentaram políticos e intelectuais envolvidos com o ensino superior. O Boletim Informativo da então Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) clarificaram os embates de ideias a esse respeito, a ponto de o presidente da República Jânio Quadros requerer ao Congresso Nacional para revogar o artigo 12 da Lei n.º 3.835, de 13 de dezembro de 1960, sancionada pelo presidente anterior, Juscelino Kubitschek, que, dentre outros, tratava sobre a federalização da Escola de Engenharia de São Carlos, em São Paulo. Constou na matéria, igualmente disseminada no jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro:

Ainda não pode o Presidente da República conhecer igualmente bem a situação nos outros Estados. Mas, a esse respeito, está à sua disposição informação maciça, desaconselhando tôdas as federalizações de Faculdades e escolas superiores locais. A opinião pública já estava desesperada por causa dessa verdadeira conspiração contra a incipiente vida universitária brasileira, conspiração urdida pela aliança da politicagem com a ignorância. Estávamos desesperados, sobretudo, porque parecia tratar-se de fatos consumados, de leis votadas pelo Congresso e sancionadas por Presidente da República. Mas o que vale para São Carlos também vale para Bauru, Feira de Sant'Ana e Petrolina. O bilhete citado do [Sr. Presidente da República] inspira a grande esperança de mais outras revogações de federalizações (Capes, Boletim n.º 100, março de 1961, p. 8, grafia original).

O presidente da República, em 1961, informou desconhecer a realidade das IES dos demais estados, salvo a de São Paulo, mas, por recomendações que obtivera, tentava evitar todas as federalizações locais. É notório que o governo de Jânio Quadros foi breve, apenas sete meses após a posse, tendo culminado em renúncia em meio a um cenário político e econômico desafiador, porquanto vivenciávamos alta inflacionária e desequilíbrio na balança comercial. Diante disso, indagamos a razão da discordância presidencial com as federalizações, a propósito contrária à Constituição Federal de 1946, em vigor, que determinava verbas da União para o ensino superior. A resposta procedeu do próprio Boletim Informativo, que veiculou mensagem do presidente ao Congresso Nacional nos seguintes termos: “[...] a criação indiscriminada de novas universidades e a incorporação ao sistema federal de ensino de outras instituições desse tipo, com pesados encargos de ordem financeira, não redundaram em qualquer vantagem de caráter pedagógico” (Capes, 1961, p. 1-2, grafia original). Essa postura, de certa forma, refutava considerações que o presidente fizera acerca do papel da educação como a redentora do país, como também equivocadamente prognosticava a ausência de benefícios educacionais advindos dos investimentos públicos federais.

Em meio a essa conjuntura desfavorável, propriamente a Lei n.º 3.835/1960, em que o artigo 12 foi objeto de requerimento do Chefe do Executivo nacional para o Congresso bloquear as federalizações, dedicou-se à federalização da Universidade da

Paraíba. Desse jeito, nossa curiosidade foi atraída para deslindar a correlação de forças que possibilitou a criação da UFPB, ou seja, a federalização da Universidade da Paraíba.

A discussão com a documentação do NDIHR/UFPB foi seminal para a compreensão dessas configurações. Em 1959, o deputado federal Abelardo Jurema assumiu compromisso com o então reitor da Universidade da Paraíba, Mário Moacyr Porto, com os professores e com o general José de Oliveira Leite para viabilizar a federalização, mas, naquela época, não teve forças políticas para esse propósito, até que, em 1960, na condição de líder do governo na Câmara Federal, “[...] já tinha prestígio perante o Presidente da República [Juscelino Kubitschek]”. Elucidou o entrevistado:

Um dia, no Palácio da Alvorada, em Brasília, num almoço de várias autoridades, Ministros de Estados e empresários, **só tinha uma mulher presente, Teresa de Sousa Campos, figura de projeção, decoradora**. E a conversa foi generalizada até que a Teresa de Sousa Campos perguntou ao Presidente Juscelino Kubitschek o que achava do meu trabalho na Câmara. O Presidente me elogiou e disse que eu era um líder barato, porque nunca cobrava pelos serviços que prestava ao seu governo e ao povo em si. Ai a Teresa disse: ‘Quer dizer que o que ele pedir o senhor faz’. Ele disse: ‘Claro’. Ela virou-se para mim e disse: ‘Olha, Jurema, chegou a sua oportunidade de pedir o que você quiser’. Eu disse: ‘Presidente, a federalização da Universidade da Paraíba’ (Jurema, entrevista cedida ao NDIHR/UFPB, 27 dez. 1979, p. 1, grifo nosso).

Em atendimento, o presidente escreveu a ordem para a ministro da Educação providenciar a federalização da Universidade da Paraíba em um cardápio do restaurante do Palácio da Alvorada (Jurema, entrevista cedida ao NDIHR/UFPB, 27 dez. 1979). No modo teorizado por Elias (1994, p. 250), as configurações, grandes ou pequenas, modificam-se de acordo com a “[...] multiplicidades de indivíduos reciprocamente orientados e dependentes”, consequentemente a proposta de federalização da Universidade da Paraíba foi apresentada à Câmara Federal em 07 de maio de 1958 e fracassou por falta de quórum. Em 1959, Abelardo Jurema ainda não possuía prestígio político suficiente, mas, na oportunidade de 1960, a tramitação foi célere e o projeto acatado. Três meses depois da ordem escrita pelo presidente da República em um cardápio de restaurante, a Paraíba já contava com a UFPB. Ainda mais, bancadas de outros estados, desejosas de também federalizar suas IES – Maceió (Alagoas), Natal (Rio Grande do Norte) e São Carlos (São Paulo) –, articularam-se com Abelardo Jurema e permutaram apoio. Devido a esse feito, com regozijo e uma certa discrição, o entrevistado verbalizou: “A nossa universidade puxou três. Isso foi um acontecimento espetacular. José Américo tem uma grande frase: ‘Eu vos dei raízes; outros vos darão asas’. Ele [José Américo] me disse: ‘foi você quem botou as asas’. Todavia, quem iniciou foi o general Leite e os professores” (Jurema, entrevista cedida ao NDIHR/UFPB, 27 dez. 1979, p. 2; 6). Isto é, ligados por redes de interdependência complexas e flexíveis quanto ao equilíbrio na distribuição de

poder (Elias, 1994, 1980), as configurações se modificaram conforme as chances que surgiram na relação de liderança do deputado Aberlado Jurema com o presidente Juscelino Kubitschek e demais parlamentares, que adotaram a causa da federalização da Universidade da Paraíba.

A celeridade na tramitação, conforme estampou o jornal *Diário de Pernambuco* de 1960, foi possível graças a acordos entre os parlamentares para não apresentarem emendas protelatórias (Federalização... *Diário de Pernambuco*, 02/07/1960). É justo, porém, consignarmos que a federalização do ensino superior paraibano aparentemente acessível e de curso rápido foi interposta por uma mulher influente junto ao presidente Juscelino Kubitschek e simpática ao deputado Abelardo Jurema. Até o presente, ao que tudo indica, reconhecida por tal realização apenas no testemunho oral prestado por Abelardo Jurema ao NDIHR/UFPB, porque não localizamos referências outras sobre essa valiosa mediação.

Com base no nome e nos vestígios do perfil profissional e social da mediadora do fértil diálogo entre o presidente Juscelino Kubitschek e Abelardo Jurema em prol da origem da UFPB, a única mulher presente naquele ambiente, Teresa de Sousa Campos, figura de projeção e decoradora, pesquisamos na Hemeroteca Digital e no Google para descobrir quem era essa mulher. Localizamos “Thereza de Souza Campos”, nascida em 1929 e falecida em 2020, aos 91 anos, também conhecida como Thereza de Orleans e Bragança, em virtude do seu matrimônio, em 1980, com um neto da princesa Isabel⁵². Segundo Hildegard (2020), Thereza era assídua nos círculos sociais e políticos mais elevados nas décadas de 1950 a 1970. Celebridade de capas de revistas nacionais e internacionais, uma *influencer* de sua época, destacada pela beleza e elegância, tendo se dedicado “profissionalmente, e com sucesso, à decoração”.

Desta vez, caminhando no mote desta seção, ao confrontarmos a estadualização do ensino superior na Paraíba com a federalização, uma das distinções bem marcantes foi quanto à volição dos idealizadores da FMPB. Não verificamos um desejo prévio de estarem presentes na Universidade da Paraíba, pelo contrário, em sendo instados pelo secretário da Educação e Saúde, como discutimos no tópico anterior, com cautela levantaram os pontos de vista de todos os membros do CTA, analisaram meticulosamente as garantias e as possíveis interferências sobre a FMPB, articularam os termos legais da agregação e, na Universidade da Paraíba, conservaram a personalidade jurídica de direito privado. Entretanto, a federalização foi veementemente ansiada pela Congregação da FMPB e representou uma radical remodelação institucional.

⁵² Outras informações sobre Teresa podem ser encontradas em *G1* do Rio de Janeiro (2020), ou digitando seu nome nas ferramentas da Hemeroteca Digital e do Google. Na Hemeroteca Digital, a busca no endereço <https://memoria.bn.br/>, com o termo “Teresa de Sousa Campos”, na década de 1960, mostra vários enunciados com Teresa junto a Sarah Kubitschek, esposa do presidente da República Juscelino Kubitschek.

No depoimento de Luís Lindbergh de Farias prestado ao NDIHR/UFPB em 14 de fevereiro de 1980, à época da federalização estudante de Medicina e liderança no Diretório Central dos Estudantes (DCE) e na União Estadual dos Estudantes da Paraíba (UEEP), o ideário da federalização nasceu a partir do general Leite, que, devido à envergadura do feito pretendido, foi taxado de “louco” por alguns ainda céticos quanto ao êxito da campanha pela federalização. O entrevistado cita que o reitor João Medeiros se negou a comparecer ao ato público de instalação das diligências em prol da federalização, argumentando “[...] que não sabia como uma pessoa de bom senso como eu [Lindbergh de Farias] ia atrás das loucuras do General, que a federalização era coisa para 50 anos” à frente (Farias, entrevista cedida ao NDIHR/UFPB, 14 fev. 1980, p. 15).

“As estruturas de personalidades dos seres humanos mudam também em conjunto com [...]” as transmutações das configurações (Elias, 1994, p. 25), portanto, na mobilização inaugural, por não acreditarem no êxito, poucos professores compareceram, todavia, a seguir, todos se motivaram. O dínamo dos estudantes era retirar a Universidade da Paraíba da situação de pobreza e o dos professores eram a valorização da carreira docente, melhores salários e posição social superior (Farias, entrevista cedida ao NDIHR/UFPB, 14 fev. 1980). Além de tudo, o compilado de fontes revelou que a gratuidade do ensino universitário se somava aos principais motivos da classe estudantil.

Aberlado Jurema rememorou que o general Leite e os professores iniciaram o movimento pela federalização e os estudantes deram cobertura (Jurema, entrevista cedida ao NDIHR/UFPB, 27 dez. 1979). Newton Leite (entrevista cedida ao NDIHR, p. 23) concorda: “[...] essa campanha partiu de um visionário, o general Leite, que era dirigente da Escola de Engenharia. Ele acreditava piamente na federalização, [...] as diretorias das Escolas, o DCE e a UEEP participaram ativamente”.

O general Leite (entrevista cedida ao NDIHR/UFPB, 16 jan. 1979) acrescentou que, devido às carências que a Universidade da Paraíba sofria, o apoio à federalização foi total. O reitor Mário Moacyr Porto confirmou: não houve discordância nem a oposição política foi contrária, “clero, nobreza e povo apoiaram”, principalmente os diretórios das faculdades de Direito, de Medicina e de Engenharia se empenharam. Na campanha pela federalização, houve muito esforço dos estudantes, que telegrafavam para deputados e senadores a fim de viabilizarem a causa (Porto, entrevista cedida ao NDIHR/UFPB, 16 out. 1979). Medeiros (2017, p. 59) reproduz essas alegações:

A nível local, diversos segmentos da sociedade se manifestaram exercendo pressão junto às autoridades, reivindicando a federalização. A imprensa, em particular, os

estudantes, tiveram uma atuação marcante, através dos diretórios acadêmicos, principalmente os da faculdade de Medicina, Engenharia e Direito, coordenados pela União Estadual dos Estudantes da Paraíba.

Nas forças compulsivas da dinâmica própria das configurações, esforços se agregaram para aumentar o potencial de poder (Elias, 1980), por conseguinte, centenas de estudantes de João Pessoa e de Campina Grande estiveram no Distrito Federal para acompanhar a assinatura da Lei n.º 3.835, de 13 de dezembro de 1960 (JK Cria Hoje... *O Jornal*, 13/12/1960) e, na sessão do CTA de 14 de dezembro de 1960, leu-se um telegrama de Abelardo Jurema na condição de autor do projeto transformado na lei da descrita federalização, sendo aprovado unanimemente um voto de louvor da Congregação da FMPB em reconhecimento à essencialidade da atitude do parlamentar para com a conquista (CTA/FMPB, 14/12/1960).

A Lei n.º 3.835/1960, alinhada à Lei n.º 1.254/1950, integrou a Universidade da Paraíba à Diretoria de Ensino Superior do MEC na categoria de estabelecimento diretamente mantido pela União. Com isso, a dicotomia institucional agregada e incorporada presente na Universidade da Paraíba foi superada. Na federalização, as IES listadas na Lei n.º 1.366/1955, acrescidas da Faculdade de Farmácia e da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande, compuseram a UFPB em um mesmo patamar, salvo a Escola de Enfermagem, que se manteve anexa à Faculdade de Medicina, consoante o artigo 2º e respectivas alíneas, transcritas:

A Universidade compor-se-á dos seguintes estabelecimentos de ensino superior: Faculdade de Filosofia da Paraíba, Faculdade de Odontologia da Paraíba, Escola Politécnica da Paraíba, Faculdade de Direito da Paraíba, Faculdade de Medicina da Paraíba e Escola Anexa de Enfermagem, Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba, Escola de Engenharia da Paraíba, Escola de Serviço Social da Paraíba, Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande e Faculdade de Farmácia da Universidade da Paraíba (Brasil, 1960).

Todas as Faculdades e Escolas transferiram os direitos e bens móveis e imóveis para a UFPB. Ao pessoal administrativo, auxiliar técnico e professores, foi assegurado o aproveitamento em quadro permanente do MEC, que estabelecia diferentes gratificações para os titulares (Brasil, 1960).

As repercussões da federalização sobre a FMPB foram muitas, ainda que algumas delas não se apresentaram de imediato, a exemplo da reestruturação dos espaços das aulas teóricas e práticas. Até a última ata do CTA consultada, a de 24 de janeiro de 1963, a sede da FMPB ainda se situava na avenida Alberto Brito, no bairro Jaguaribe, João Pessoa. Igualmente, até a construção do HULW, os alunos de Medicina se deslocavam para

os vários serviços de saúde da capital a fim de cumprirem a formação prática. A propósito, a insatisfação com essas condições contribuiu para a greve estudantil deflagrada em 1963 e para o requerimento de destituição de todo o grupo condutor da FMPB, segundo discorremos no segundo capítulo desta tese. Sem embargo, a construção da cidade universitária em João Pessoa, incluindo o HULW com suas múltiplas especialidades, resolveu o problema da pulverização dos locais das práticas.

O Diário Oficial de 13 de dezembro de 1960 publicou a Lei da federalização da UFPB, mas, pelo visto, nos primeiros dias após a nova conjuntura, o CTA não estava completamente cômico dos efeitos desse processo para as finanças da FMPB, visto que, após a federalização, na reunião de 01º de janeiro de 1961, os conselheiros ainda aprovaram a majoração das anuidades dos alunos em 30% a vigorar naquele mesmo ano. Na dita reunião, uma aluna peticionou gratuidade da anuidade, cuja decisão foi postergada, devido à indefinição da situação financeira da FMPB (CTA/UFPB, 30/01/1961).

Ao ser esclarecida a questão financeira, na classe estudantil, o respiro mais rápido e notabilizado foi a liberação das mensalidades. Salvo poucas exceções, os estudantes de Medicina procediam das camadas mais privilegiadas econômica e intelectualmente, mas alguns alunos se ressentiam dos custos educativos a ponto de intentar a isenção de certos valores cobrados pela FMPB, o que geralmente não era atendido, sob o fundamento da imprescindibilidade das quotas para a sustentabilidade institucional.

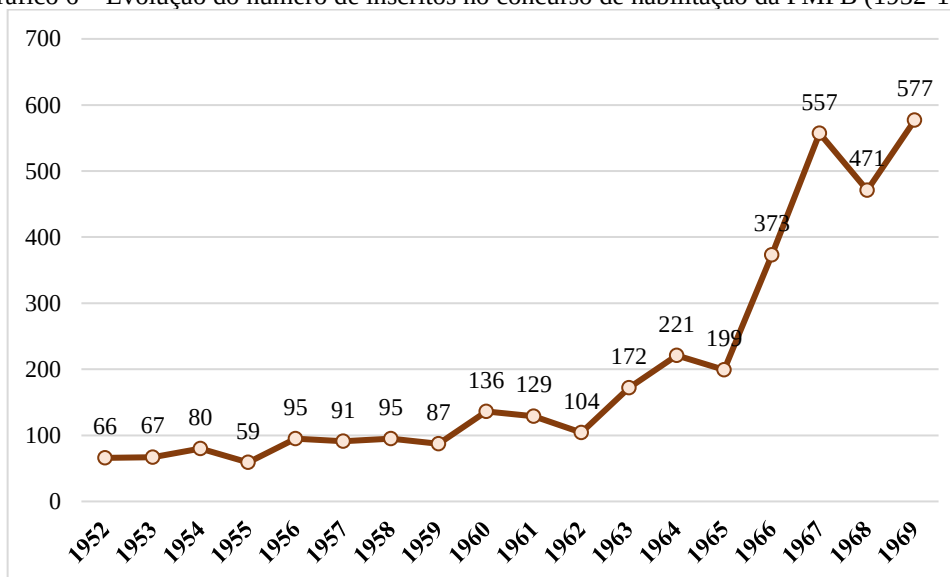
No mês de agosto do primeiro ano de validade da federalização, o CTA decidiu restituir as anuidades dos alunos, conforme trecho adiante da ata de 10 de agosto de 1961:

Tratou-se da questão do pagamento de taxas pelos alunos, esclarecendo o Sr. Presidente que, em vista da nova situação, resolveu suspender a cobrança de anuidades, adiantando, porém, que alguns alunos já haviam pago as taxas, razão por que consultasse o CTA se deveria devolver as importâncias recebidas pelo tesouro da Escola num total de Cr\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos cruzeiros). Decidiu o CTA pela devolução (CTA/FMPB, 10/08/1961, p. 147).

Embora o CTA tenha suspenso a cobrança das anuidades, outros recolhimentos continuaram em 1961, mas, igualmente, retornaram aos pagadores. Em face da federalização, em 1962, Josimar Meireles da Cunha, aluno do segundo ano, requereu a devolução da importância de Cr\$ 1.000,00 alusiva ao pagamento do primeiro semestre da cadeira Anatomia Sistemática, em dependência, cujo despacho foi: “Restitua-se” (CTA/FMPB, 04/01/1962, p. 159).

Com a federalização, o interesse estudantil pelo ingresso em Medicina na UFPB se intensificou. Do livro de inscrições para o concurso de habilitação localizado no arquivo do CCS/UFPB, somamos o número de inscritos de 1952 a 1959, no gráfico 6.

Gráfico 6 – Evolução do número de inscritos no concurso de habilitação da FMPB (1952-1959)



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa.

No período em que a FMPB era de natureza particular, a procura pelas vagas ofertadas oscilou de 59 (concurso de 1955) a 95 (concursos de 1956 e 1958). A partir de 1960, a curva de tendência apresentou-se ascendente. Ainda que tenha variado para menos em 1962, com 104 inscrições, a contar do ano de 1963, com 172 inscritos, ascendeu significativamente. Cunha (2003) atribui o aumento da demanda estudantil pelo grau universitário à expansão da escolarização secundária, à qual os governos responderam por meio da criação de novas IES e das federalizações. Certifica, desse modo, a convicção de Newton Leite (1980) de que a deficiência no ensino secundário obstruía o ingresso nas IES paraibanas até mesmo dos estudantes mais prósperos.

A federalização dignificou o salário dos professores (J. Leite, entrevista cedida ao NDIHR/UFPB, 16 jan. 1979) e concedeu mais recursos para estruturar a Faculdade de Medicina. Para citar, em janeiro de 1961, o Conselho Superior da UFPB comunicou a remessa de um Cr\$ 1.000.000,00 destinados a equipar a biblioteca (CTA/FMPB, 30/01/1961) e, em maio de 1961, a reitoria se comprometeu a reformar o prédio do Departamento de Biomorfologia (CTA/FMPB, 30/05/1961).

O ex-reitor mário Moacyr Porto, evocando o argumento de autoridade oriundo de seu lugar de fala, asseverou que, em sendo reitor da Universidade Estadual e da Universidade Federal no período de 04/1960 a 04/1964, testemunhou amplas melhorias, incluindo o aproveitamento dos funcionários e professores da Universidade da Paraíba, ainda que a contragosto do gerenciamento de despesas do presidente da República Jânio Quadros.

Com a federalização, tudo melhorou, mais dinheiro, funcionários, possibilidades de construção, professores melhores *[sic]* remunerados, etc. [...]. O Presidente Jânio Quadros, com aquele exagero. Recebi um telefonema do Chefe do Gabinete do Presidente, dizendo que estava informado que eu estava nomeando um número excessivo de funcionários para a UFPB, que aquilo era contrário à filosofia de seu governo que era de contenção das despesas (Porto, entrevista cedida ao NDIRH/UFPB, 16 out. 1979, p. 19-20).

O CTA esteve diretamente envolvido com a organização do quadro de professores e servidores federais. No plenário de 02 de maio de 1962, discutiram-se os encaminhamentos em atenção ao ofício do reitor para que a Congregação da FMPB encaminhasse a lista de professores a serem efetivados, em que a prioridade incidiu sobre os fundadores, ou na hipótese de não serem fundadores, efetivamente colecionassem um histórico de dedicação à docência na FMPB.

Para atender à Lei n.º 3.935/1960, a relação de pessoal a ser efetivado na UFPB foi instruída com currículo preparado pelas Faculdades e Escolas e apresentado à Diretoria de Ensino Superior (Brasil, 1960). Entretanto, como em outras circunstâncias, para a FMPB, essa tarefa foi melindrosa, porque havia mais professores que atendiam aos critérios de elegibilidade do que a disponibilidade de vagas no quadro em organização.

O artigo 8º da Lei n.º 3.835/1960 limitou em 31 o número de professores catedráticos⁵³ de Medicina, mas existiam 38 professores em atividade. Por conta disso, fusões e extinções de cadeiras foram necessárias, ainda assim restaram 32 professores (Nóbrega, 1981). O reitor foi oficiado para contribuir com a solução desse imbróglio e um professor declinou de sua disciplina (CTA/FMPB, 07/11/1961). Adahylson da Costa Silva, que, todas as manhãs, lecionava na FMPB, “[...] atendendo à situação financeira da Faculdade, nada recebia pelos serviços prestados”, foi contratado como assistente de Clínica Médica cumulativamente com a obrigação de ensinar Química Biológica (CTA/FMPB, 17/11/1961).

Outro revérbero da federalização, na FMPB, está contido na ata do CTA de 08 de fevereiro de 1962, que aprovou a departamentalização das disciplinas em seis agrupamentos, conforme a maior afinidade entre elas:

1) Anatomia, Histologia e Medicina Legal; 2) Química Fisiológica, Física Biológica, Fisiologia e Farmacologia; 3) Parasitologia, Microbiologia, Anatomia e Fisiologia Patológica e Higiene; 4) Clínica Propedêutica Médica; 3ª Cadeira de Clínica Médica; Terapêutica Clínica, Neurologia, Psiquiatria, Tisiologia, Dermatologia e Clínica Tropical; 5) Clínica Propedêutica Cirúrgica; 2ª Clínica Cirúrgica, Urologia, Otorrinolaringologia, Oftalmologia, Ortopedia e Técnica Operatória; 6) Pediatria, Puericultura, Ginecologia e Obstetrícia (CTA/FMPB, 08/02/1962, p. 165-166).

⁵³ Determinou a Lei n.º 3.935/1960, no artigo 9º, que os cargos de professores catedráticos de Medicina da UFPB seriam, progressivamente, reduzidos a 18 à medida que fossem sendo extintas as cátedras.

Apontando para a tentativa de conferir coerência didática à departamentalização, disciplinas correlatas foram encaixadas no mesmo conjunto. Assim como as próprias da saúde da criança, da mulher e ciclo grávido-puerperal abrangentes do binômio mãe-filho ficaram no mesmo departamento, identicamente técnica operatória, cirúrgicas e especialidades que podem requerer intervenções cirúrgicas, como é otorrinolaringologia e ortopedia, reuniram-se.

A respeito das oportunidades de gestão nas universidades, em qualquer campo, os agentes determinam suas condutas de acordo com as posições que ocupam na distribuição da relação de forças próprias do campo, no qual os limites de pertencimento ou não pertencimento qualificam ou desqualificam alguns para preencherem certas posições (Bourdieu, 2011). Dos aclamados professores da FMPB por ocasião da fundação em 1950, três se tornaram reitores da Universidade da Paraíba, enquanto estadual e federal: João Toscano Gonçalves de Medeiros (1957-1960), Guilardo Martins Alves (1964-1971) e Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega (1971-1974) (UFPB, 2019).

Figura 36 – Fundadores da FMPB que assumiram reitorado



Fonte: Adaptado de UFPB (2019).

O primeiro reitor foi João Toscano Gonçalves de Medeiros, médico diplomado pela Faculdade de Medicina da Bahia e professor fundador da cadeira Medicina Pediátrica (1952-1961), vice-reitor (1956-1957) e reitor (1957-1960) da Universidade da Paraíba. Sua nomeação foi bastante festejada pela Congregação de professores da FMPB (Espínola, 1980; UFPB, 2019). Um segmento de jornal de 14 de abril de 1957, localizado no arquivo central da UFPB, ilustrou essas manifestações nos seguintes termos:

Homenagem ao magnífico Reitor. ‘[...] o professor João Medeiros é particularmente benquisto entre os que compõem a Faculdade de Medicina, tendo em vista sua condição de catedrático do referido estabelecimento. [...] a diretoria da Faculdade de Medicina convidou pessoalmente várias autoridades e figuras públicas de projeção nos círculos sociais e administrativos a fim de comparecer à cerimônia’ (Acervo do arquivo central da UFPB, 14/04/1957).

Como aponta o CTA, João Medeiros era “amigo particular do governador do estado” e intercessor da FMPB perante o governador Flávio Ribeiro Coutinho. O diretor da FMPB Newton Lacerda utilizou essa conexão para João Medeiros comunicar ao governador sobre “[...] a grave situação do momento” referente às finanças da FMPB (CTA/FMPB, 19/05/1956, p. 149). Nessa deferência, o reitor João Medeiros foi escolhido paraninfo dos médicos formados em 1957 (Medeiros, 2017).

O segundo fundador da FMPB nomeado reitor foi Guilardo Martins Alves, médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, oficial do Exército e, como apreciamos, também professor de Farmacologia e de Terapêutica Clínica. Em 14 de junho de 1964, foi designado interventor e, em 12 de agosto de 1964, reitor da UFPB, permanecendo no cargo até 07 de julho de 1971, por recondução (UFPB, 2019).

O exame das relações conflituosas ou pacíficas que a cultura escolar mantém com outras culturas – política, popular e outras – é imperativo para a sua compreensão (Julia, 2001). Sendo assim, a presença de Guilardo Martins na reitoria da UFPB foi singular, por ser fruto da Ditadura Civil-Militar que destituiu o seu antecessor, o jurista e professor fundador da Faculdade de Direito Mário Moacyr Porto. Para o NDHIR/UFPB, o reitor destituído pelo Golpe Civil-Militar verbalizou que, em 1964, apresentou-se ao comandante do Grupamento de Engenharia e Construção na qualidade de reitor e de reservista, ocasião em que o comandante informou que o MEC vivenciava uma “[...] infiltração muito grande de subversivos”, portanto todos os reitores do Brasil, assim como ele, seriam substituídos (Porto, entrevista cedida ao NDIHR/UFPB, 16 out. 1979, p. 21).

A despeito de o comandante do Grupamento de Engenharia da Paraíba frisar não ser pessoal a destituição de Mário Moacyr Porto, os desfechos consecutivos provaram o contrário. Após a transmissão do cargo para o interventor Guilardo Martins, Mário Porto prestou contas do seu reitorado e comprovou a total regularidade, mas padeceu “muitos aborrecimentos naquela primeira fase de muito excesso”. Apartado do reitorado da UFPB, seguiu lecionando na “Faculdade de Direito, meio constrangido, porque tudo que fazia, havia mal-entendido [...]”. Complementou o entrevistado:

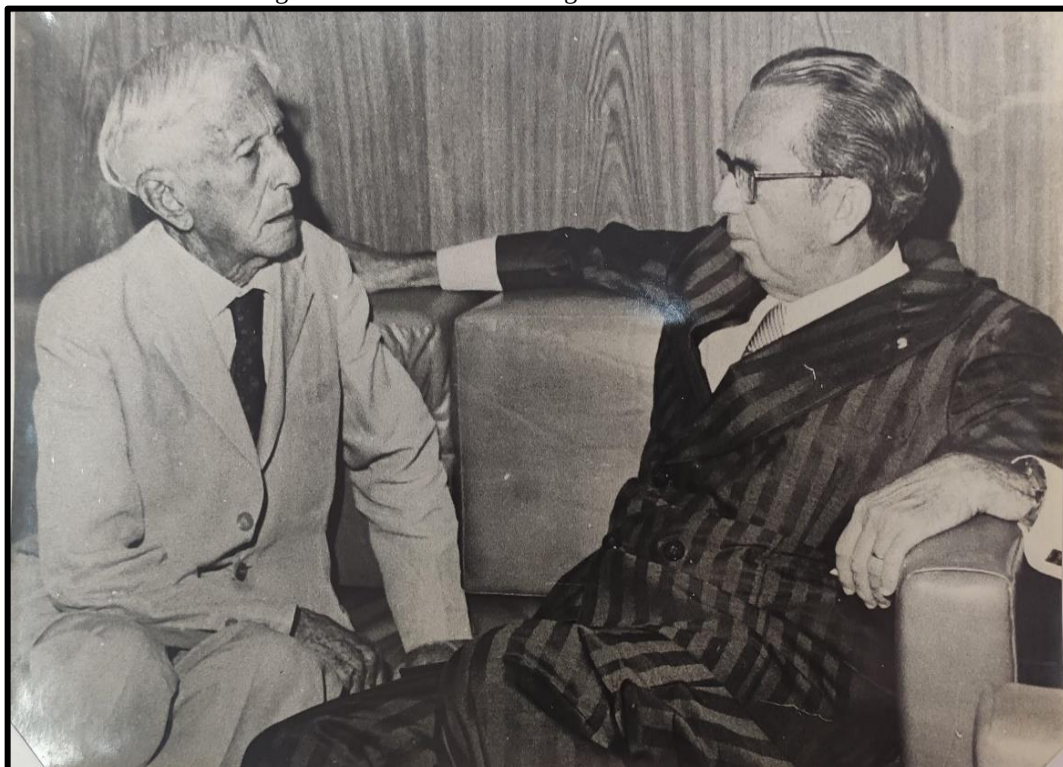
O ambiente era intolerante. Eu ia receber meus vencimentos e o pagador informou-me que tinha ordens para não me pagar (como professor). A ordem é oficial. Então fiz um

ofício ao Reitor, dizendo que estava exercendo a cátedra e todos os professores estavam recebendo menos eu. [...], então mandaram dizer, de acordo com o ‘relatório secreto’, que tinha sido enviado ao MEC, não podia pagar meus vencimentos. [...] em 1966, pretendi assistir uma formatura [...], pois um filho meu que se formava. Então, um irmão meu mandou dizer que o Exército não permitia que assistisse a formatura [...]. E tudo isso foi acumulando, eu não tinha direito a nada, então eu resolvi ir embora (Porto, entrevista cedida ao NDIHR/UFPB, 16 out. 1979, p. 22-23).

Revelou Mário Porto que o clima intransigente que experienciou – do qual o excerto acima é uma amostragem parcial – o conduziu a se estabelecer no Rio Grande do Norte. Ao concluir seu depoimento, assegurou, inobstante sua afinidade para com o povo paraibano, que não mais regressaria para residir na Paraíba, sua terra natal.

Considerando que as configurações, enquanto estrutura de um jogo repleto de tensões entre alinhados e adversários, podem mudar no decurso de uma vida, assim como são mutáveis as pessoas (Elias, 1980), malgrado Humberto Nóbrega ter se afastado da direção da FMPB em decorrência da greve estudantil e ter figurado no polo passivo de inquérito administrativo, tornou-se o terceiro professor fundador da FMPB a ocupar o reitorado da UFPB de 1971 a 1975 (UFPB, 2019). A fotografia 37 apresenta Humberto Nóbrega em expediente como reitor dialogando com o escritor paraibano Celso Mariz.

Figura 37 – Humberto Nóbrega como reitor da UFPB



Fonte: Acervo do IHGER (197?).

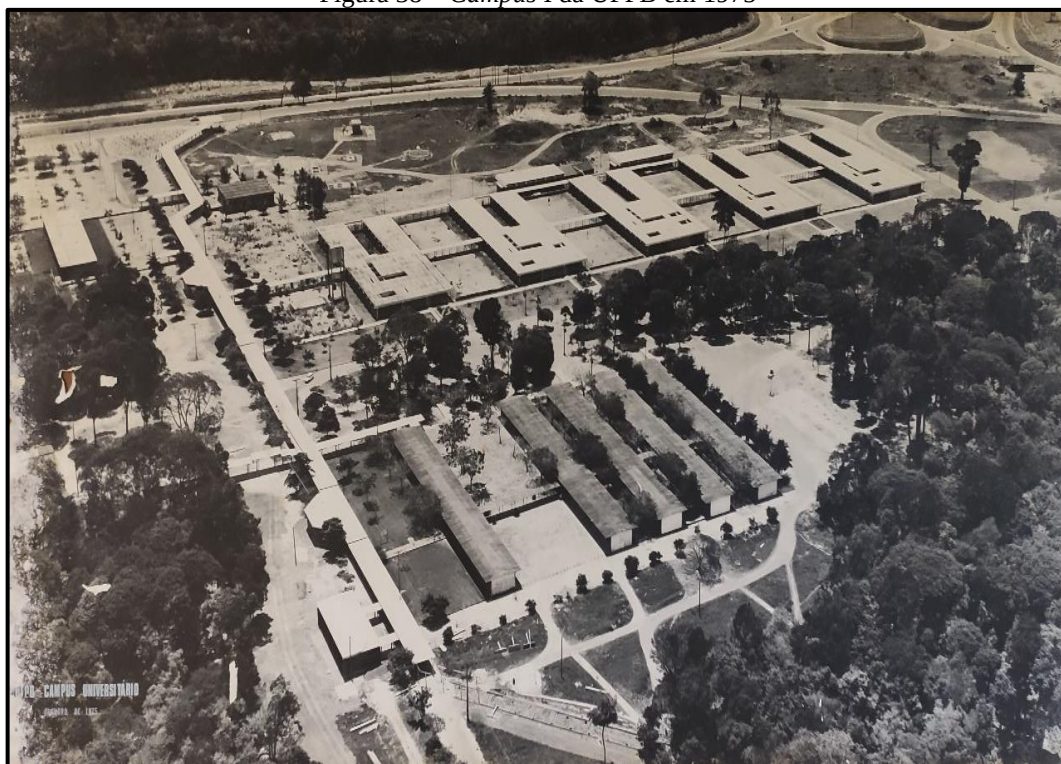
De acordo com os registros institucionais, Humberto Nóbrega assumiu o reitorado por força do Decreto n.º 6, assinado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici e pelo ministro

Jarbas Passarinho, publicado no Diário Oficial de 07 de outubro de 1971 (UFPB, 1971). Na sua trajetória, Nóbrega, além de ser o principal nome da fundação da FMPB, foi eleito diretor da Faculdade de Medicina da UFPB em 1961, mas, em 09 de março de 1963, no auge da crise com os estudantes, afastou-se, deixando a direção a cargo do Lauro Wanderley, que era o vice-diretor da citada IES. Após o inquérito instaurado pelo reitor Mário Moacyr Porto, Nóbrega reassumiu a direção da Faculdade de Medicina em 27 de fevereiro de 1964 e, como informado, a contar de 1971, tornou-se reitor da UFPB (Medeiros, 2017).

Sem deixar de enfrentar criticamente a situação, Cunha (2003) amplia a visão acerca do período de 1964 a 1982, argumentando que, sob o abrigo político-ideológico ditatorial, reitores, professores e estudantes foram violentados, mas também o período em menção correspondeu à estruturação do ensino superior brasileiro, em que mais recursos foram direcionados para agências de fomento, as IES federalizadas foram equipadas, a carreira docente foi institucionalizada, as cátedras extintas e o regime de dedicação exclusiva implementado.

A federalização se frutificou na construção da cidade universitária, que acomodou o principal *campus* da UFPB, conforme a fotografia correspondente ao ano de 1975.

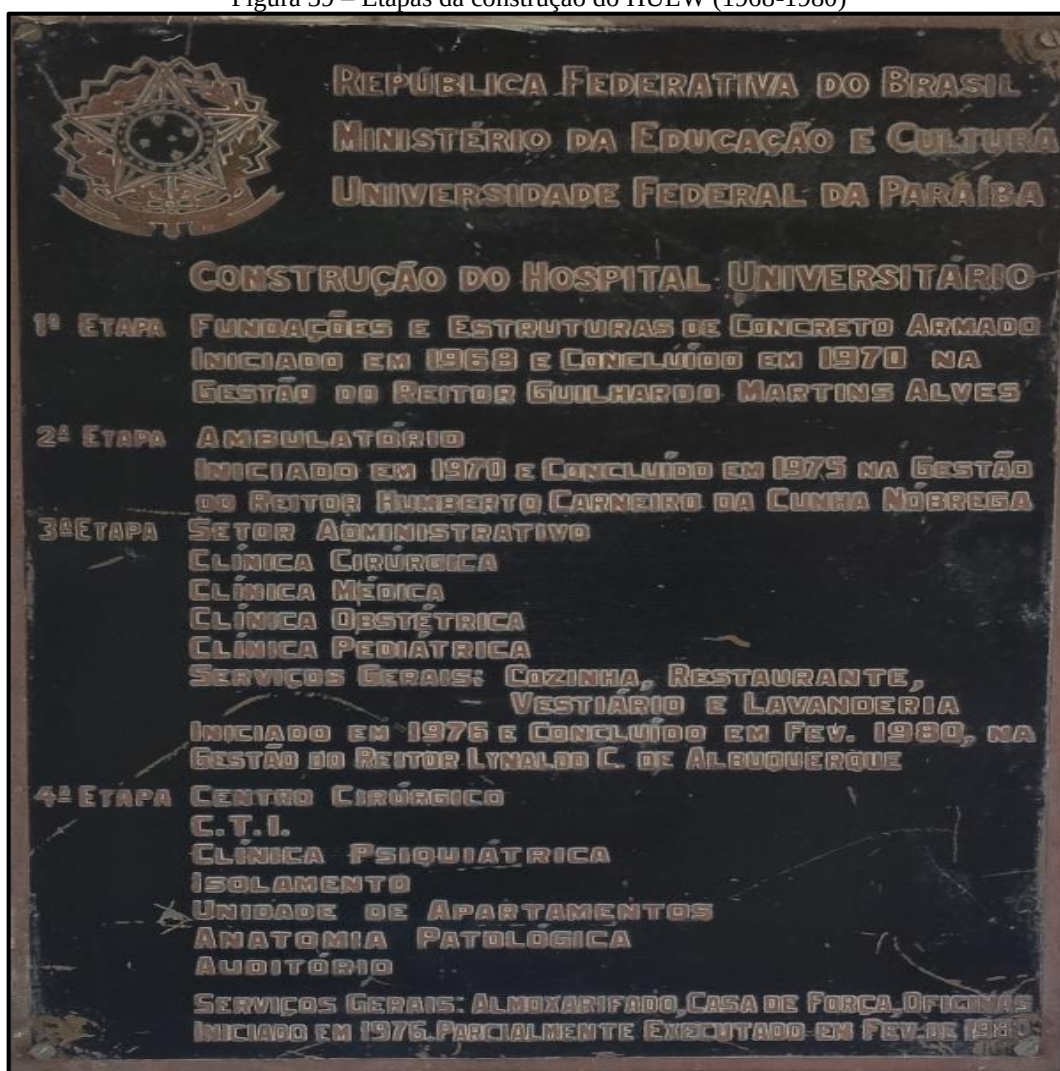
Figura 38 – *Campus I* da UFPB em 1975



Fonte: Fotografia existente em parede do HULW (2023).

Além da construção do *campus* universitário em João Pessoa, que agregou no mesmo terreno as diversas faculdades que funcionavam afastadas, a formação médica federal paraibana contou com um amplo hospital-escola, o HULW, nomeado em reconhecimento a Lauro dos Guimarães Wanderley, que foi o firme companheiro de Humberto Nóbrega desde a época que a FMPB era unicamente uma ideia. As etapas da construção do HULW estão na figura 39.

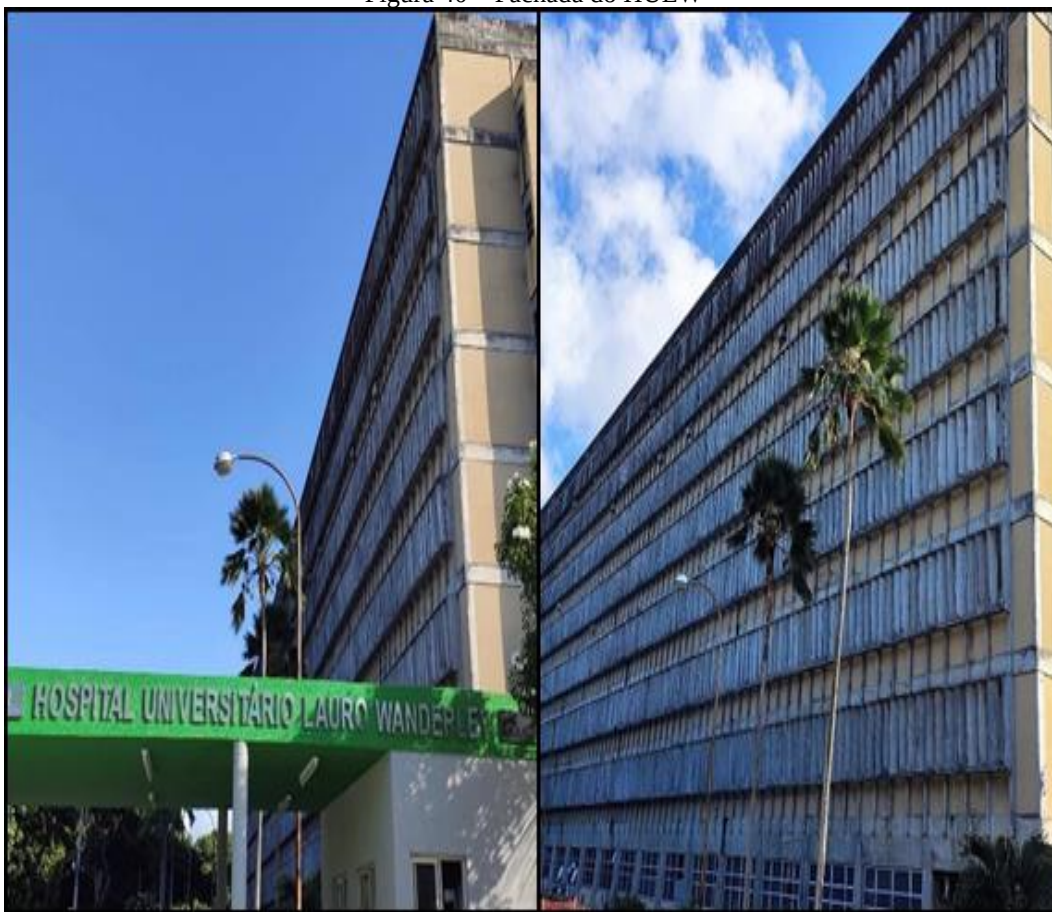
Figura 39 – Etapas da construção do HULW (1968-1980)



Fonte: Placa existente no ambulatório do HULW (2023).

O HULW é um órgão suplementar da UFPB resolutivo do problema da fragmentação hospitalar da prática formativa em saúde. Seu conjunto arquitetônico abrange 44 mil metros quadrados (Ebserh, 2023). A figura 40 mostra a frente externa do HULW em 2021.

Figura 40 – Fachada do HULW



Fonte: Acervo da pesquisadora (2021).

A construção do hospital-escola da UFPB foi compartimentada em quatro etapas no transcurso de 12 anos, de 1968 a 1980. Iniciadas por Guilardo Martins em 1968, atravessaram a gestão de Humberto Nóbrega e foram oficialmente inauguradas em 12 de fevereiro de 1980, quando o reitor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque terminou o seu mandato. Atualmente, é um hospital universitário de alta e média complexidade, com 201 leitos e 15 diferentes linhas de cuidado, que recebe cerca de 1.250 estudantes e 300 professores da saúde e áreas afins por semestre (Ebserh, 2023; UFPB, 2019).

3.4 As repercussões da reforma cêntrica da UFPB sobre a Faculdade de Medicina

Amparado pelo Decreto n.º 73.701, de 28 de fevereiro de 1974, assinado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici e pelo ministro da Educação Jarbas Passarinho, foi aprovado o Plano de Reestruturação da UFPB, composto pelos seguintes órgãos: 1) Órgãos Deliberativos Superiores: Conselho Universitário, Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e

Extensão e Conselho de Curadores Reitoria; e 2) Órgãos Executivos: Reitoria, Centros e Órgãos Suplementares, conforme os artigos 5º ao 7º fizeram constar:

Artigo 5º - São órgãos de Coordenadoria Didática a nível intermediário de Administração os Centros: I) de pesquisa e ensino básico; II) de pesquisa aplicada e ensino profissional. Artigo 6º - Os Centros do sistema comum de ensino e pesquisa básicos correspondem às áreas fundamentais dos conhecimentos humanos estudados em si mesmos ou em vista de ulteriores aplicações e são inicialmente os seguintes: a) Centro de Ciências Exatas e da Natureza; b) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Artigo 7º - Aos Centros do sistema de ensino profissional e pesquisa aplicada cabe ministrar integralmente com seus programas de estudo e pesquisa nos respectivos campos de aplicação científica tecnológica e cultural, o ensino e treinamento profissional em nível de graduação e pós-graduação, sendo inicialmente os seguintes: a) Centro de Ciências da Saúde; b) Centro de Ciências Sociais Aplicadas; c) Centro de Tecnologia; d) Centro de Ciências e Tecnologia. Parágrafo único. O Centro de Ciências e Tecnologia localiza-se na cidade de Campina Grande e os demais na cidade de João Pessoa (Brasil, 1974 *apud* UFPB, 1974, p. 2-3).

A reforma cêntrica ocorreu no reitorado de Humberto Nóbrega, quando as faculdades e escolas pertencentes à UFPB foram unificadas nos centros, segundo o campo do conhecimento. O CCS foi formado pelas Faculdades/Escolas de Medicina, Odontologia, Farmácia e Enfermagem, contendo os departamentos de: 1) Medicina Interna, chefiado pelo professor Múcio de Carvalho Batista; 2) Cirurgia, chefiado pelo professor Isaías da Silva; 3) Promoção da Saúde, chefiado pelo professor Efigênio Barbosa da Silva; 4) Obstetrícia e Ginecologia, chefiado pelo professor Danilo de Alencar Carvalho Luna; 5) Odontologia Restauradora, chefiado pelo professor José Ribeiro de Moraes; 6) Odontologia, chefiado pelo professor Odísio Barbosa Duarte; 7) Ciências Farmacêuticas, chefiado pelo professor Edilauo Luna de Carvalho; e 8) Enfermagem, chefiado pelo professor Elionor Aarão Gonçalves de Oliveira. Em particular, a Faculdade de Medicina tornou-se no curso de Medicina do CCS (Medeiros, 2017). Dentre os departamentos do CCS, quatro deles, em 1974, eram chefiados pelos médicos pioneiros da FMPB: Múcio Batista, Isaías da Silva, Efigênio Silva e Danilo Luna.

O Regimento do CCS, aprovado pela Resolução n.º 284, de setembro de 1979, estabeleceu que o CCS é um órgão executivo intermediário com função de promover o ensino em Saúde, desenvolver pesquisas e oferecer serviços à comunidade na forma de extensão (UFPB, 1979). No presente, a FMPB não mais está inserida no CCS, e sim no CCM da UFPB. Dos departamentos existentes por ocasião da reforma cêntrica, Odontologia, Odontologia Restauradora, Ciências Farmacêuticas e Enfermagem continuam no CCS, mas os

departamentos privativos de Medicina estão na estrutura do CCM (UFPB/CCM, 2019; UFPB/CCS, 2019).

Pontuamos que essa não foi a primeira vez que a FMPB foi organizada em departamentos. No ano de 1957, em comum acordo com os catedráticos, originaram o Departamento de Clínicas, que reuniu as 1^a, 2^a e 3^a cadeiras de Clínicas, a cadeira de Propedêutica e a cadeira de Terapêutica (CTA/FMPB, 26/06/1957). Além disso, em 1962, conforme mencionamos, as disciplinas das FMPB foram agrupadas em seis departamentos (CTA/FMPB, 08/02/1962).

A departamentalização e a transmutação do sistema seriado para o de créditos ocorridas em íntima conexão com a Reforma Universitária e com o período ditatorial de 1964, no entendimento de Fávero (2006), visavam à maior eficiência e produtividade, mas houve resistências a essa reestruturação. O professor José Eymard de Medeiros, ao se autodeclarar testemunha ocular das implicações da Reforma Universitária na UFPB, incluindo a reforma cêntrica, entendeu que o motivo da mudança do ano letivo seriado para a matrícula por disciplina foi desagregar os estudantes, eliminar a reação e a liderança estudantil, como afirmou:

Ao chegar, numa sala de aula, para iniciar um período da disciplina de Gastroenterologia, perguntei a um aluno que estava sentado ao lado de uma jovem se sabia o nome da mesma, e ele me respondeu que não conhecia, pois ele era do nono período, e ela deveria ser do quinto (Medeiros, 2017, p. 75).

O docente da UFPB referendou sua interpretação relatando que, devido aos equívocos na constituição das novas turmas não seriadas, havia salas de aula com mais de 150 estudantes. Acrescenta: *grosso modo*, as medidas implementadas nas IES foi “[...] uma reforma política”, que, além de “[...] exterminar os focos de resistências ao governo militar”, enfraqueceu as universidades e dispersou do Brasil os intelectuais que não se coadunavam com a vontade ditatorial (Medeiros, 2017, p. 75).

A FMPB, sob a denominação de curso de Medicina da UFPB, esteve no âmbito do CCS desde 1974 até a Resolução n.º 21, de 02 de agosto de 2007, do Conselho Universitário (Consuni), quando o CCS foi desmembrado e o CCM criado. Em 2012, o CCM foi instalado em um novo edifício de 4.300 m², situado no *Campus* 1 da UFPB, ao lado do HULW (Consuni, 2007; Medeiros, 2017), aproximando, assim, os ambientes teóricos e práticos das disciplinas profissionalizantes da formação em Medicina. A figura 41 apresenta o aspecto atual do CCM.

Figura 41 – O CCM da UFPB



Fonte: Acervo do professor doutor Eduardo Sérgio Soares Sousa cedido à pesquisadora (2024).

A Resolução n.º 21/2007 remodelou os departamentos exclusivos da formação médica, divididos em quatro: 1) Medicina Interna, 2) Cirurgia, 3) Obstetrícia e Ginecologia e 4) Promoção da Saúde. Todas as disciplinas de Medicina estão categorizadas em dois grupos: as básicas e as profissionalizantes. As básicas estão direcionadas para os diferentes cursos da Saúde e seus departamentos integram o CCS, tais como: Departamento de Morfologia, de Biologia Celular e de Fisiologia e Patologia, mas as profissionalizantes são específicas do CCM, portanto operacionalizadas pelos departamentos mencionados na Resolução n.º 21/2007 (Consuni, 2007; UFPB/CCM, 2019; UFPB/CCS, 2019).

Sem deixar de lado o alicerce precedente construído pelos líderes da FMPB em um terreno árido, a federalização produziu muitos resultados na FMPB. Do começo da travessia ao encontro da emancipação (1950-1974), inobstante a vontade pulsante dos idealizadores da FMPB e do destaque usufruído por essa IES, ainda imperava o raquitismo formativo e estrutural. Contudo, ao cotejarmos o antes e o depois, percebemos o vigor refletido na formação, pesquisa e assistência médico-sanitária à população paraibana, conforme veremos no capítulo IV deste trabalho.

4 A ENVERGADURA SOCIAL DA FACULDADE DE MEDICINA DA PARAÍBA

Essa relação interna ou expressiva entre universidade e sociedade é o que explica, aliás, o fato de que, desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela (Chauí, 2003, p. 5).

4.1 A função social das IES médicas e a Faculdade de Medicina da Paraíba

Ao examinarmos as repercussões da FMPB ao longo do período alcançado pelo estudo, com o escopo de interpretar o impacto histórico, educacional e médico-sanitário que a FMPB projetou no estado da Paraíba e, de certo modo, no Brasil, argumentaremos de forma concisa o papel das instituições educativas em relação às demandas da sociedade. Para tal, ancoramo-nos na opinião de Chauí (2003), porque, no cerne das críticas às transformações impostas sobre as IES públicas brasileiras, ela nos alerta para a essencialidade de se evitar a transmutação dessas instituições, de instituição social para simplesmente organização social. A autora distingue as IES a partir da determinação que as move, se são designadas para o alcance de objetivos particulares, são consideradas organizações sociais, mas, se são comprometidas com a vida e desejam a universalidade de direitos, são reputadas instituições sociais (Chauí, 2003). Por conseguinte, as nossas ponderações a respeito da historicidade educativa da FMPB com a sociedade de seu tempo são firmadas na consciência de que, apesar de ter surgido a partir do interesse de um grupo profissional específico, a vontade que a guiou não foi exclusivamente particular, tendo como destinatários imediatos do seu agir alunos, professores e comunidade.

Dada a relação entre as ações que ocorrem nas IES como instituições sociais, nas quais os sujeitos que as compõem estão em configuração interdependente (Elias, 1980), o modo como a formação médica é planejada e implementada produz práticas sociais diferenciadas (Garcia, 2022), portanto, para elucidar sua cultura escolar, é inescusável assimilar o modo como a FMPB se manifestou dentro de si mesma e para fora (Vidal, 2009), em meio à sociedade destinatária de seu agir formativo.

São justamente as modificações inseridas no cotidiano universitário decorrentes de iniciativas políticas e dos demais sujeitos que constituem e consolidam a IES como instituição social (Vidal, 2009). A título de referência, Sousa *et al.* (2022), ao analisarem os efeitos do Módulo Integrativo Saúde Coletiva, Vulnerabilidade e Cuidado do curso de

graduação em Medicina da UFPB, constataram que a formação médica pautada no reconhecimento das interferências de diferentes suscetibilidades sociais sobre a saúde é possível de capacitar os futuros médicos para um exercício profissional alinhado à dignidade humana.

Sendo assim, as IES de Medicina têm efeito significativo na organização dos serviços de saúde e, conseqüentemente, nas condições de saúde da população, porque as respostas aos problemas de saúde vinculam-se à atuação médica fluente (Perim *et al.*, 2009), que, por sua vez, está relacionada aos saberes docentes mobilizados na atividade pedagógica, bem como ao nível de formação dos alunos.

O estudo de Garcia sobre a educação médica na América Latina, originalmente publicado em 1972, traduzido e relançado pela editora da UFBA, esclarece que, anteriormente às universidades do medievo, os médicos eram produzidos mediante a intrínseca relação trabalho-formação, isto é, os discípulos-ajudante seguiam os passos dos seus mestres, auxiliando-os e aprendendo com eles. Da Idade Média ao século XVIII, essa educação se separou do cenário laboral. O trabalho manual foi apartado do intelectual, mas a prática médica educativa não foi aniquilada, pelo contrário, adquiriu o padrão de experiência pedagógica indispensável à completude do processo de ensino-aprendizagem, permanecendo dessa forma até os dias atuais (Garcia, 2022).

As IES uniram a teoria à prática de forma escalonada a fim de conferir aos estudantes as bases teóricas necessárias ao subsequente manejo dos casos reais localizados no campo prático. Tal como ocorreu na FMPB, onde a alocação das disciplinas do primeiro ao terceiro ano privilegiou os fundamentos da Medicina por meio de aulas teóricas e laboratoriais. Do quarto ao sexto ano, prestou aulas teóricas e práticas hospitalares nas especialidades médicas com o escopo de capacitar o futuro médico ao mundo do trabalho⁵⁴. Todas essas questões tornam a função social das IES médicas mais complexas, porquanto é esperado que retornem à sociedade os benefícios de sua atividade precípua, que, atualmente, consiste no ensino, na pesquisa e na extensão.

O esteio universitário ensino, pesquisa e extensão, embora seja reconhecido como um princípio indissociável a partir da Constituição Federal de 1988, artigo 207, que prescreve: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988), desde os anos inaugurais da FMPB, as fontes históricas

⁵⁴ Inferências com arrimo no Relatório da Inspeção Federal de Ensino de 1954, localizado no acervo do arquivo do CCM/UFPB.

sondadas vociferam que seus agentes se dedicaram a construir representações sedimentadas nesse tripé funcional.

No Brasil, as primeiras atividades denominadas de extensão iniciaram entre 1911 e 1917 na Universidade Livre de São Paulo, através de experiências como conferências abertas ao público sobre temas não vinculados aos problemas sociais (Carbonari; Pereira, 2007). Sem embargo, o Decreto-Lei n.º 19.851, de 11 de abril de 1931, é a primeira lei brasileira a tratar da extensão universitária. Essa norma inseriu a extensão na “vida social universitária”, com o objetivo de difundir conhecimentos em prol do aperfeiçoamento individual e coletivo, a ser corporificada por meio de cursos intra e extrauniversitários, conferências e demonstrações práticas. A lei entendia a vida social universitária como a permanente interação social mediada por reuniões coletivas, nas quais professores e alunos dispusessem de um ambiente adequado aos ideais universitários, devendo, portanto, manter um vínculo com a sociedade para a qual se dirigiam as ações universitárias (Brasil, 1931).

A extensão foi mencionada uma única vez na LDBEN de 1961 (Lei n.º 4.024), no capítulo Ensino Superior, na mesma alínea dos cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão (Brasil, 1961). Na década de 1960, o clamor popular por reformas sociais contribuiu para que as atividades de extensão se concentrassem no contexto social, econômico, cultural e político, direcionando, dessa forma, as IES para as transformações ansiadas pela sociedade (Carbonari; Pereira, 2007). No entanto, somente em 1975, o Brasil teve a sua primeira Política de Extensão Universitária, no instante em que professores e alunos, inspirados nas diretrizes da educação popular, expandiram as atividades para a comunidade, propagando cursos, resultados de pesquisa e diferentes ações comunitárias. Assim, no seio comunitário, a permuta de saberes emancipatórios das camadas populares tornou-se real (Gadotti, 2017).

Evidentemente, as primeiras experiências denominadas de extensão pelos professores da FMPB não se referiam às ações extensionistas em formato hodierno. De todo modo, a inadequação conceitual não revoga a intenção social presente nas ações da FMPB, já que elas também objetivavam resolver problemas de Saúde Pública.

Para elucidar o modo como a FMPB se esforçou para qualificar a formação médica, capacitar seus professores e retornar à sociedade ações médico-sanitárias efetivas, desenvolvemos uma busca metódica nas fontes produzidas pela própria FMPB e na imprensa periódica, coligindo essas iniciativas quanto aos principais destinatários. No compilado das evidências, por vezes, as efetivações quanto aos destinatários imediatos não estavam claras, porque seus desdobramentos se alargaram para diferentes sujeitos. Entretanto, para representar esses influxos, excluímos as repetições e compilamos, no quadro 11, os

resultados, por ordem cronológica, correspondentes aos seis primeiros anos de funcionamento da FMPB (1952-1957). Delimitamos o intervalo para os seis primeiros anos de funcionamento da FMPB, porque, com a defluência do tempo, as realizações tomaram maior proporção. Outrossim, acreditamos que os dados apresentados são aptos a demonstrar a dimensão da atuação histórica, educativa e médico-sanitária da FMPB no âmbito social.

Quadro 11 – Iniciativas da FMPB direcionadas aos alunos, aos professores e à população (1952-1957)
(continua)

Ano	Iniciativas	Fonte
1952	Concedeu licença de dois meses para o catedrático Arnaldo Tavares participar do 1º Congresso Nacional de Medicina Tropical em Lisboa e de estágios no Hospital Sant Luís em Paris e em Madri como representante da Divisão da Organização Sanitária do Departamento Nacional de Saúde.	CTA/FMPB, 26/04/1952, p. 6
1952	Obteve da Faculdade de Medicina da USP uma bolsa para estágio de dez meses na Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil para o professor ou assistente da cadeira Anatomia.	CTA/FMPB, 20/09/1952, p. 16-17
1953	Registrou no Conselho Nacional de Pesquisa o processo para a criação de um Centro de Pesquisas Nutrológicas e obteve dotação anual de 400 mil cruzeiros para o inquérito nutrológico a ser conduzido por pesquisador do Serviço Especial de Saúde, graças ao empenho do deputado João Agripino.	CTA/FMPB, 06/06/1953, p. 43-44
1953	Planejou cursos de Bioestatística, Reumatologia e Endocrinologia.	CTA/FMPB, 06/06/1953, p. 45
1953	Decidiu ministrar gratuitamente curso de Química para os alunos.	CTA/FMPB, 05/09/1953, p. 56
1954	Concedeu ajuda de custo de 20 mil cruzeiros ao professor de Anatomia Sistemática Asdrubal de Oliveira, que estagiou em São Paulo. No retorno, o professor apresentou relatório e sugestões para aplicar os novos conhecimentos na FMPB.	CTA/FMPB, 13/03/1954, p. 73
1954	Concedeu ajuda de custo ao professor Vitorino Maia e seu assistente para realizar um curso de Histoquímica, por três semanas, com um professor de Chicago na Faculdade de Medicina de Recife.	CTA/FMPB, 24/05/1954, p. 81
1954	Liberou o professor Manuel Paiva para participar do 19º Congresso de Otorrinolaringologia em São Paulo.	CTA/FMPB, 05/06/1954, p. 91
1954	Concedeu auxílio de 2.000 cruzeiros a quatro estudantes para excursão científica em São Paulo.	CTA/FMPB, 05/06/1954, p. 94
1954	Concedeu à UNE auxílio de 500 cruzeiros para o III Congresso dos Estudantes em João Pessoa e indicou professor representante da FMPB para participar do evento.	CTA/FMPB, 05/06/1954, p. 95
1954	Firmou acordo de cooperação com o MS para organizar e aparelhar laboratório de sorologia. No acordo, o MS contribuía com 300 mil cruzeiros e a FMPB realizava testes para diagnosticar boubas e doenças venéreas e controlar essas doenças na Paraíba.	CTA/FMPB, 05/06/1954, p. 95-96
1954	Obteve da Universidade de Recife uma bolsa de estudos para o assistente de Anatomia realizar um curso intensivo na Faculdade de Medicina do Recife.	CTA/FMPB, 31/07/1954, p. 2
1954	Tentou acordo de cooperação com os Serviços Nacionais da Peste, Lepra e Febre Amarela e, com isso, equipar a FMPB.	CTA/FMPB, 31/07/1954, p. 4
1954	Obteve do Serviço Nacional de Tuberculose 100 mil cruzeiros para equipar laboratório de microbiologia.	CTA/FMPB, 31/07/1954, p. 5
1954	Por indicação do professor Asdrubal de Oliveira, o CTA autorizou designação por meio de portaria dos alunos Jesus Leal Rodrigues e Ivan Regis Bezerra como monitores de Anatomia.	CTA/FMPB, 31/07/1954, p. 5
1954	Realizou curso de extensão, durante as férias, sobre Anatomia, Fisiologia e Bioquímica do sistema nervoso com duração de 15 dias, ministrado pelos professores da FMPB Asdrubal de Oliveira e Eugênio Carvalho.	CTA/FMPB, 30/08/1954, p. 7-8
1954	Realizou o curso de extensão universitária “Temas de Parasitologia Clínica”, ministrado pelo professor Samuel Pessoa, da USP, mediante o pagamento da inscrição no valor de 100 cruzeiros. A FMPB colocou à disposição das Faculdades de Medicina do Ceará, Alagoas e Recife uma bolsa para cada uma dessas IES.	CTA/FMPB, 06/10/1954, p. 14

Quadro 11 – Iniciativas da FMPB direcionadas aos alunos, aos professores e à população (1952-1957)
(continuação)

Ano	Iniciativas	Fonte
1954	Recebeu 300 mil cruzeiros do Departamento Nacional da Criança para construir um centro de puericultura.	CTA/FMPB, 06/10/1954, p. 15
1954	Concedeu ajuda de custo mensal de 10 mil cruzeiros para o professor Maurílio de Almeida realizar estágio em Patologia em São Paulo.	CTA/FMPB, 06/10/1954, p. 16
1954	Por indicação do professor Eugênio de Carvalho, nomeou a aluna Maria Lírida Mendes de Figueiredo para exercer as funções de monitora da cadeira de Química Fisiológica.	CTA/FMPB, 18/12/1954, p. 20
1954	Obteve uma bolsa de estudos em Histologia na Faculdade de Medicina da USP. Em face da impossibilidade do titular da cadeira, indicou a médica Luzia Di Lorenzo para participar do curso, com a responsabilidade de, ao finalizar o curso, tornar-se assistente.	CTA/FMPB, 18/12/1954, p. 20
1955	Nomeou alunos monitores: João Gonçalves da Silva para Anatomia; Maria das Neves Rolim Carneiro e Adahylson da Costa Silva para Parasitologia; Ivan Lins Modesto e Antônio Lopes para Histologia e Embriologia Geral. Propôs dispensa de anuidade dos monitores, mas, devido aos pesados encargos da FMPB, não pôde conceder.	CTA/FMPB, 06/04/1955, p. 28
1955	Concedeu uma bolsa de estudos para um professor por um laboratório denominado Pravaz S/A.	CTA/FMPB, 10/05/1955, p. 34
1955	Concedeu ajuda de custo de 500 cruzeiros para o professor Luiz Hidelbrando viajar ao interior da Paraíba para levantar a incidência de doença de Chagas.	CTA/FMPB, 16/06/1955, p. 44
1955	Realizou curso de extensão universitária, durante as férias escolares de julho, sobre microbiologia, ministrado pelo professor Attilio Luiz Rotta, para médicos e alunos do 3º e 4º anos mediante a cobrança de 30 cruzeiros. Curso com certificação para o mínimo de 2/3 de frequência.	CTA/FMPB, 16/06/1955, p. 44-45
1955	Realizou curso de Estatística Aplicada à Clínica mediante a taxa de 300 cruzeiros para participantes externos e 100 cruzeiros para professores e alunos da FMPB, a cargo de Achilles Scorzelli Júnior, professor de Higiene da Faculdade Fluminense de Medicina, de Bioestatística da Escola de Saúde Pública do Rio de Janeiro e membro do Departamento de Estatística do MS.	CTA/FMPB, 16/06/1955, p. 46 CTA/FMPB, 14/07/1955, p. 52 Relatório Geral das Atividades, 1958, p. 2
1955	Realizou curso de extensão em Dermatologia ministrado pelo professor Jair Fontes, do Serviço Nacional de Leprologia, com o objetivo de ensinar médicos a diagnosticar a lepra.	CTA/FMPB, 16/06/1955, p. 47
1955	Concedeu uma passagem para um aluno da UEEP participar do Congresso Nacional dos Estudantes em Belém, estado do Pará.	CTA/FMPB, 14/07/1955, p. 52
1955	Obteve da Fundação Rockefeller um estágio em São Paulo para o assistente da cadeira de Anatomia, Pedro Solidônio Palitot. A FMPB concedeu ajuda mensal de dois mil cruzeiros e manteve a remuneração do professor.	CTA/FMPB, 14/07/1955, p. 58 CTA/FMPB, 21/09/1955, p?
1955	Favoreceu a viagem de Newton Lacerda e de Humberto Nóbrega ao Chile como representantes da FMPB no Seminário sobre Ensino de Medicina Preventiva promovido pela OMS. No retorno, os conhecimentos obtidos foram apresentados ao CTA.	CTA/FMPB, 21/09/1955, p. 74 CTA/FMPB, 18/11/1955, p. 83 e 85
1955	Nomeou o aluno Ely Chaves monitor da cadeira de Anatomia e Fisiologia Patológicas.	CTA/FMPB, 18/11/1955, p. 81
1955	Conveniu com o Governo do Estado a execução do serviço de verificação de óbitos ocorridos sem assistência médica, ou que as autoridades sanitárias necessitassem de elucidação diagnóstica. O serviço funcionou com a cátedra de Anatomia Patológica sob a direção do professor titular. O estado concorria com 500 mil cruzeiros no primeiro ano e 350 mil cruzeiros nos anos subsequentes.	CTA/FMPB, 30/12/1955, p. 99-100
1955	Obteve da Fundação Gonçalo Mariz, da Bahia, curso equiparado de Anatomia Patológica para o professor Nestor Piva.	CTA/FMPB, 30/12/1955, p. 100

Quadro 11 – Iniciativas da FMPB direcionadas aos alunos, aos professores e à população (1952-1957)

(continuação)

Ano	Iniciativas	Fonte
1956	Propôs, por ofício circular, aos prefeitos do interior do estado, um plano, no qual os prefeitos concederiam à FMPB uma subvenção anual, que lhes asseguraria indicar um ou mais acadêmicos que ficariam isentos, por um ano, da anuidade universitária. Após a formatura, o acadêmico prestaria serviços aos indigentes locais em práticas de Saúde Pública.	CTA/FMPB, 26/01/1956, p. 107 e 168
1956	Manteve entendimento com o Departamento de Endemias Rurais para firmar um acordo com a finalidade de executar um inquérito sobre helmintos.	CTA/FMPB, 11/04/1956, p. 140
1956	Realizou curso de extensão universitária sobre História da Medicina a cargo do professor Ordival Cassiano Gomes, secretário geral do Instituto Brasileiro de História da Medicina e catedrático da Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro, de novembro a dezembro, com 15 aulas e custo de inscrição de 300 cruzeiros.	CTA/FMPB, 14/07/1956, p. 156 Relatório Geral das Atividades, 1958, p. 2
1956	Discutiu a participação no Seminário sobre a reforma do ensino médico a ser realizado no Recife em 1957.	CTA/FMPB, 01/09/1956, p. 168
1956	Articulou com o deputado federal João Agripino para que o professor Carlos Chagas enviasse um professor de Física para lecionar na FMPB no ano de 1957.	CTA/FMPB, 02/10/1956, p. 183
1956	Autorizou o Diretório Acadêmico realizar curso prático de Química sob a direção do aluno João Eugênio Carvalho e supervisão do professor Eugênio Carvalho, mediante taxa única de 1.000 cruzeiros pelo curso de dois meses, onde 50% seriam para a FMPB, 40% para despesas de materiais e 10% para o Diretório Acadêmico.	CTA/FMPB, 04/12/1956, p. 187
1956	Participou, por meio de Humberto Nóbrega, de congressos médicos no Sul do país. Em Salvador, participou, com o professor Orlando Farias, do VIII Congresso Brasileiro de Gastroenterologia e conseguiu filiar a Paraíba à Federação Brasileira de Gastroenterologia. Em Ribeirão Preto, participou com Lauro Wanderley e Attilio Rotta do Seminário de Ensino Médico.	CTA/FMPB, 04/12/1956, p. 197
1957	Realizou os cursos de extensão universitária “Diagnóstico e Terapêutica da Lepra” a cargo do professor Nelson de Souza Campos, consultor científico da OMS sobre lepra para a América Latina, e “Bioestatística”, sob a responsabilidade do professor Achilles Scarzelli Júnior, da Escola de Saúde Pública do MS.	CTA/FMPB, 16/01/1957, p. 2. Relatório Geral das Atividades, 1958, p. 2. <i>A União</i> (09/02/1957, p. 3)
1957	Elaborou um plano de pesquisa a ser executado com a Diretoria do Departamento Nacional de Endemias do MS.	CTA/FMPB, ata 09/02/1957, p. 6
1957	Viabilizou a participação do professor Vitorino Maia em estágio de um ano no Departamento de Histologia, Embriologia e Fisiologia da USP.	CTA/FMPB, 28/03/1957, p. 23-24
1957	Nomeou como monitores: Luiz Carlos Ramalho Clerot e Esmael Jorge de Oliveira, ambos para Histologia e Embriologia Geral.	CTA/FMPB, 28/03/1957, p. 24
1957	Nomeou para as funções de internos de Clínica Obstétrica: Maria Dalva Machado Ramalho, Romero Rangel, Mazureik Miguel Moraes e Maria José de Brito Silva.	CTA/FMPB, 28/03/1957, p. 24
1957	Indicou o assistente de Física Biológica Pedro José Matos como bolsista de curso no Instituto de Biofísica da Universidade do Brasil.	CTA/FMPB, 07/06/1957, p. 45
1957	Expediu títulos de monitores acadêmicos para Ismael Jorge de Oliveira e Ivan Lins Modesto.	CTA/FMPB, 26/06/1957, p. 52
1957	Articulou com o Departamento de Endemias Rurais a realização do Seminário de Doença de Chagas na Paraíba.	CTA/FMPB, 08/08/1957, p. 54
1957	Realizou curso de extensão universitária em Epidemiologia mediante o professor Bichat de Almeida Rodrigues, titular da disciplina de Epidemiologia nas Escolas de Saúde Pública do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte.	Relatório Geral das Atividades, 1958, p. 2
1957	Realizou curso de Microscopia, privativo para estudantes, incumbido ao professor Gustavo de Oliveira Castro, assistente do Instituto de Biofísica da Universidade do Brasil.	Relatório Geral das Atividades, 1958, p. 2

Quadro 11 – Iniciativas da FMPB direcionadas aos alunos, aos professores e à população (1952-1957)
(conclusão)

Ano	Iniciativas	Fonte
1957	Realizou curso de Aperfeiçoamento Médico em Gastroenterologia, para os concluintes da FMPB, encarregado ao professor Geraldo Siffert, da Universidade Católica do Rio de Janeiro.	Relatório Geral das Atividades, 1958, p. 2
1957	Iniciou a campanha contra a gripe asiática por iniciativa do Centro de Estudos Newton Lacerda e do Diretório Acadêmico da FMPB.	Jornal <i>A União</i> , 24/08/1957, p. 3 e 5

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Imediatamente no primeiro ano de atividades da FMPB (1952), identificamos duas ações voltadas para a capacitação docente. No segundo ano acadêmico (1953), três realizações foram localizadas, agora com a inclusão dos discentes como alvo de cursos complementares ao currículo de base e inserção da comunidade como beneficiária de projeto de pesquisa nutricional. O terceiro ano da FMPB (1954) foi bastante fértil, com 16 diferentes implementações que envolveram professores, estudantes, órgãos públicos e outras IES, incluídas as primeiras designações de alunos monitores. O quarto ano de atividades (1955) respondeu por 12 feitos semelhantes aos anteriores. No quinto ano de funcionamento (1956), sete empreendimentos foram localizados. No sexto ano (1957), as fontes relataram 12 realizações, abrangentes de professores, estudantes e comunidade em geral, que se tornaram beneficiários de um plano de pesquisa e da campanha conjunta contra a epidemia de *influenza* de 1957.

Conquanto haja probabilidade da subnotificação nesses achados, eles oferecem uma visão de que, desde o ano prefacial da FMPB, havia uma preocupação com a formação continuada dos professores. A partir do segundo ano de funcionamento, a aprendizagem discente e a saúde da população receberam implementações. Nos anos consecutivos, a FMPB dedicou-se ao fortalecimento das ações relacionadas a esses três focos: competências dos professores, formação dos alunos e atenção à Saúde Pública.

Nas seções subsequentes, para compreendermos como os mentores da FMPB se mobilizaram e que configurações teceram, exploraremos de maneira mais aprofundada essas evidências, delimitando-as por destinatários.

4.1.1 Reverberações na profissionalização docente

A profissionalização docente é um processo complexo que envolve uma miríade de fatores políticos, culturais, sociais, econômicos, identitários e de outras ordens que não estão dissociados da formação inicial e continuada (Oliveira; Amorim, 2022). Entretanto,

como meditamos no segundo capítulo deste trabalho, quando a FMPB se iniciou não existiam professores de Medicina na Paraíba. Os médicos denominados fundadores (não contratados) foram comissionados para lecionar sem receber nenhuma contraprestação pecuniária pelas aulas ministradas no primeiro ano de atividade e ainda contribuíram financeiramente para a exequibilidade da FMPB.

Mesmo que a maioria dos primeiros professores tenha sido recrutada entre os residentes na Paraíba, foi essencial complementar o quadro inaugural com médicos de outras localidades. Entre os principais critérios de elegibilidade dos professores contratados, estavam o reconhecimento de possuírem perícia técnica em Medicina e o vínculo de amizade com os mentores da FMPB. Em certa medida, dada a escassez de médicos na Paraíba e a inexperiência para lecionar no ensino superior, essas indicações foram custosas.

Desistências e embargos ocorreram, mas as fontes pronunciaram que os agentes que abraçaram a docência na FMPB procuraram se capacitar através de esforço pessoal, recursos institucionais e conexões sociais e políticas. Essas investidas tiveram um impacto positivo na profissionalização dos docentes, pois a maior parte daqueles aclamados na fundação da FMPB e que permaneceram coesos durante os anos mais árduos, em que a IES tentava superar as adversidades em sua consolidação, foram aproveitados no serviço público federal por ocasião da criação da UFPB.

O testemunho de Humberto Nóbrega prestado ao NDIHR/UFPB, em 1979, foi elucidativo quanto à valorização remuneratória para os professores: “O professor de Medicina tinha um salário de Cr\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos cruzeiros) e passou para Cr\$ 42.000,00 (quarente e dois mil cruzeiros) ou Cr\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil cruzeiros) [...]. Depois disso, vierem novas verbas”.

O salário de Cr\$ 4.200,00 era válido para o ano de 1960, contudo, quando a FMPB foi inaugurada, a situação era mais precária. Durante o ano de 1952, os professores desbravadores lecionaram de forma voluntária. Apenas a partir de 1953, o diretor começou a receber uma representação mensal de Cr\$ 2.000,00, enquanto os professores passaram a receber Cr\$ 1.500,00 por mês, mas era aplicado um desconto de Cr\$ 100,00 por cada falta. Os assistentes recebiam uma remuneração mensal de Cr\$ 500,00 (CTA/FMPB, 30/12/1952; 03/01/1953; 24/05/1954).

Antes das melhorias remuneratórias e da estabilidade na carreira docente, a FMPB já contribuía para o aprimoramento dos professores. Tanto os titulares quanto seus assistentes eram beneficiados com bolsas de estudos, algumas vezes provenientes de organismos internacionais, que, junto às outras contribuições, auxiliavam nas capacitações realizadas em

diferentes IES e hospitais. Similarmente, eram incentivados a participar de eventos relacionados à Medicina e à Educação Médica no Brasil e no exterior.

A primeira menção localizada a esse respeito já constou na 4ª reunião do CTA, a de 26 de abril de 1952, na qual deliberaram sobre a participação do professor Arnaldo Tavares em Congresso Nacional de Medicina Tropical em Lisboa e em estágios em hospitais de Paris e de Madri. Mais adiante, em setembro de 1952, discutiram a disponibilização de uma bolsa pela Faculdade de Medicina da USP para um professor assistente (CTA/FMPB 26/04/1952; 20/09/1952).

No estado de Pernambuco, o jornal noticiou o regresso do professor Arnaldo Tavares (Paraíba, *Diário de Pernambuco*, 08/06/1952), o que confirma a intenção de demonstrar, na Paraíba e em outros estados, representações positivas acerca da qualificação dos professores e da capacidade didática da FMPB. Aliás, essas iniciativas eram extensivamente difundidas nos meios de comunicações periódicas, como evidenciamos no item 2.2, pregresso.

O ano de 1954 foi caracterizado por uma intensa mobilização dos professores em busca de mais saberes. Entre os incentivos, estavam as ajudas de custo para os professores de Anatomia Sistemática e de Patologia estagiarem em São Paulo, para o professor e o assistente de Histologia e Embriologia Geral realizarem um curso em Recife e para uma médica cursar Histologia em fruição de uma bolsa concedida pela USP (CTA/FMPB, 13/03/1954; 24/05/1954; 06/10/1954; 18/12/1954).

Em 1955, uma fundação da Bahia ofereceu um curso de Anatomia Patológica para o professor de Anatomia e Fisiologia (CTA/FMPB, 39/12/1955); o diretor da FMPB com o presidente da sociedade mantenedora foram comissionados para participar de um seminário promovido pela OMS no Chile (CTA/FMPB, 21/09/1955; 21/09/1955) e a Fundação Rockefeller, que é norte-americana, concedeu um estágio em São Paulo para o assistente da cadeira de Anatomia. Essa participação em São Paulo tornou-se exequível mediante uma ajuda mensal fornecida pela FMPB (CTA/FMPB, 14/07/1955; 21/09/1955).

No encadeamento da teoria à prática na formação médica, os professores que viajavam em busca de mais saberes por meio de estágios e cursos realizados em IES e hospitais mais desenvolvidos, ao retornar, compartilhavam os conhecimentos recém-adquiridos com os que permaneciam na Paraíba.

Os estágios eram, e permanecem, motivados pelo fato de a formação médica não se limitar aos estudos acadêmicos durante a graduação. A Medicina está em constante evolução, nomeadamente em razão dos novos problemas que desafiam por respostas científicas cabíveis, inclusivamente compatíveis com as questões sociais de diversas ordens,

sendo impreterível manter a aprendizagem ao longo da vida. Como argumentam Oliveira e Amorim (2022), as sociedades são frequentemente confrontadas com mudanças dinâmicas e processos complexos que demandam envolvimento ativo com as questões sociais.

A formação médica é um processo inter-relacionado com a instituição educativa e o trabalho. Dessa forma, médicos adquirem maturidade estudando e praticando a profissão com outros médicos mais experientes e assim devem continuar quando inseridos na labuta cotidiana (Garcia, 2022). Apropriadamente, Nóvoa (2009, p. 6), ao reafirmar que “[...] é preciso passar a formação de professores para dentro da profissão”, faz uso proficiente do paradigma relacional formativo entre médicos e hospitais, projetando-o como uma fonte de inspiração para os professores. Com esse parecer, aponta para a maneira como os novos médicos são preparados em serviço desde a fase inicial da formação, por enunciar que pode ser uma metodologia interessante para tornar os professores mais receptíveis e alinhados com as mudanças necessárias à prática docente. Isso faz referência aos processos que ocorrem nas interconexões formação-trabalho, entre os médicos mais avançados e médicos aprendentes, através dos estudos de casos, reflexões e tomada de decisões terapêuticas conjuntas.

Romanowisk (2007) aponta que o professor, no dia a dia, está em constante interação com as tensões sociais que permeiam as instituições educativas. Por isso, esse engajamento é essencial no campo da educação, onde a profissionalização não é uma conquista estática, mas é um processo permanente de construção. Não é uma aquisição, e sim uma conduta que visa ao reconhecimento social e institucional. Dada a natureza da ação pedagógica, que também é social, política e repleta das responsabilidades, o professor tem a intencionalidade de promover aprendizagem significativa, portanto é um – ou ao menos deve ser – participante ativo na esfera social.

Nos estímulos que a FMPB viabilizava aos seus professores, observamos diversos direcionamentos para São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Bahia, sugerindo que esses estados polarizavam a formação médica e a atenção à saúde no Brasil, justificando, assim, a busca formativa em tais locais. Nessa lógica, o Anuário Estatístico do IBGE (1955), dados correspondentes ao ano de 1953, documenta a organização hospitalar da seguinte maneira: Paraíba com 112 estabelecimentos e João Pessoa com 30; Pernambuco com 225 e Recife com 59; Bahia com 327 e Salvador com 67; o estado de São Paulo com 1.374 e a capital com 202; e o estado do Rio de Janeiro com 395, o então Distrito Federal com 408 e Niterói com 44. Esses números se referiam ao somatório dos serviços oficiais e particulares exclusivos para diagnóstico ou para tratamento, internamento e atendimento ambulatorial.

A polarização médico-hospitalar de Recife foi estudada por Lago (2010), que detectou, desde o século XIX, grandes hospitais em Recife, mas, a partir de 1920, com o início do funcionamento da Faculdade de Medicina do Recife, houve maior desenvolvimento daquele sistema hospitalar derivado da influência daquela IES, corroborando que as IES de Medicina contribuem fortemente para a compleição dos sistemas de saúde e da assistência à saúde na população.

Ainda na linha do raciocínio versado no item 2.3, acerca da escassez feminina na composição do quadro docente, as fontes nos autorizam a afirmar que não havia professoras no primeiro decênio de funcionamento da FMPB. Em 1954, o CTA sinalizou a possibilidade de contratação da médica Luzia Di Lorenzo, porém não encontramos confirmação dessa admissão. Ulteriormente à federalização, quatro professoras surgiram, entre as quais as trajetórias de Maria de Lourdes Britto Pessoa e Maria Marluce de Melo Vasconcelos Castro despertaram a atenção investigativa.

Por intermédio da Portaria n.º 942, de 14 de setembro de 1967, a médica Maria de Lourdes Britto Pessoa ingressou na FMPB como auxiliar de ensino, o que ocorreu 15 anos após a inauguração da FMPB. No ano seguinte, em 1968, ela passou a reger provisoriamente a disciplina de Psicologia (UFPB, 1968b).

Nascida em 1923 em João Pessoa, Maria de Lourdes se formou na Faculdade de Medicina de Recife em 1948. Após sua graduação, retornou para João Pessoa, onde iniciou suas atividades médicas. Em João Pessoa, já trabalhavam as médicas Eudésia Viera e Neusa de Andrade⁵⁵. Mais tarde, Otonieta Paiva Granville⁵⁶ se agrupou às três primeiras (Medeiros Filho, 2020; Pessoa, entrevista cedida ao CRM/PB em 27/03/2009).

O depoimento de Maria de Lourdes é emblemático em descrever sua experiência como desbravadora:

Vim para João Pessoa em 1948, eu [...] **despertava a curiosidade das pessoas** que faziam a imagem de uma médica mais forte, [...] mais poderosa. Comecei a trabalhar no ambulatório do Hospital Santa Isabel [...]. **Eu fazia questão de ser médica, lutei muito para ser médica**. Para fazer um curso de pós-graduação, um curso de especialização em Psiquiatria e Saúde Mental. Eu fui contra muitas contenções da família. Eu era bem novinha, com vinte e poucos anos de idade e saí daqui há mais de 60 anos passados. Veja bem como era difícil: tudo aqui [em João Pessoa] **era muito difícil, mas vencemos**. [...] Tive cinco filhos, só tirei licença gestante para um filho, os outros eu tive passando dois a três dias em casa. Antes da universidade, eu fui inspetora federal de saúde mental [...] (Britto, entrevista cedida ao CRM/PB, 27 mar. 2009, grifos nossos).

⁵⁵ Como informado pelo Cremepe (2022), Eudésia e Neuma são paraibanas e as pioneiras a se formarem na Faculdade de Medicina do Recife.

⁵⁶ Procuramos nos jornais da Hemeroteca Digital Brasileira e no buscador Google mais informações sobre Otonieta Paiva Granville, mas não localizamos.

Os percalços vivenciados pelas primeiras médicas paraibanas para conciliar seus diferentes papéis: formação, profissionalização e responsabilidades familiares são vividamente retratados por Maria de Lourdes. Em sua situação, embora as dificuldades, entre os elementos atenuadores, estavam inclusos o apoio que recebeu de seu pai, que a incentivava e lhe escrevia frequentemente enquanto ela estudava fora de João Pessoa; o desfrute de um relacionamento de afeto e companheirismo com o marido, um médico a quem conheceu enquanto era estudante no Recife; o apoio de médicos vinculados a seu pai, que, em alguma medida, concederam aberturas para o exercício profissional e a continuidade na formação. De mais, ela se descreveu como uma estudante dedicada, assídua às aulas e bem relacionada com os professores. Segue o registro imagético da professora Maria de Lourdes realizado pelo CRM/PB em 2009.

Figura 42 – A professora Maria de Lourdes Britto Pessoa



Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som CRM/PB (2009).

Maria de Lourdes especializou-se em Psiquiatria e Higiene Mental por meio de uma bolsa de estudos concedida pelo Departamento Nacional de Saúde, mas, somente em um momento subsequente, ingressou na UFPB, inicialmente, como auxiliar de Ensino de Psiquiatria e, posteriormente, ascendeu para a posição de titular da disciplina Psicologia Médica (Medeiros Filho, 2020; Pessoa, entrevista cedida ao CRM/PB, 27/03/2009).

Ao longo de seus 35 anos de docência, Maria de Lourdes foi reconhecida por seus alunos. Uma prova dessa estima é o fato de ter sido a escolhida para a “aula da saudade” de 20 turmas concluintes. Outra notoriedade dela é que, em 1987, tomou posse na Academia Paraibana de Medicina, da qual foi presidente, sendo considerada a primeira mulher

presidente de uma Academia Médica Brasileira, vindo a falecer em 2014, após 65 anos dedicados à Medicina e mais de três décadas à docência (Fernandes, 2023; Medeiros Filho, 2020).

Outro caso exemplar é o de Maria Marluce de Melo Vasconcelos Castro, uma ex-aluna da FMPB conluente em 1963. Reconhecendo-se privilegiada em razão de ser a única mulher de sua turma, aprovada em quarto lugar em um concorrido vestibular que selecionou unicamente oito estudantes de um universo de 95 concorrentes, Marluce Vasconcelos, como é conhecida, expressou:

Mais de 100 vestibulandos⁵⁷ e tivemos somente oito aprovados. [...] eu era a única mulher. [...] o professor Humberto Nóbrega também nos dava aulas. Eles [os professores] foram pessoas importantes no crescimento da universidade. [...] Terminado o curso, comecei fazendo residência médica em Salvador, na UFBA, [...] me encantei com a Microbiologia. [...] Terminado o curso, eu fui convidada pelo professor Antônio Dias para entrar na Universidade [UFPB]. [...] Mas eu fui para São Paulo para melhorar meus conhecimentos em Microbiologia. Passei alguns meses lá e voltei para João Pessoa. [...] comecei a trabalhar na Universidade [...], ensinava na cadeira de Microbiologia. [...] Consegui uma bolsa da Capes. [...] Depois fui fazer mestrado, fiz um curso da USP. [...] continuava na Universidade e havia um convênio entre a UFPB e a USP. [...] fui selecionada como representante da Paraíba e passei dois meses nos Estados Unidos no CDC [Centro de Controle e Prevenção de Doenças] [...] (Castro, entrevista cedida ao CRM/PB, 12 out. 2013).

Marluce Vasconcelos enalteceu a atitude dos fundadores da FMPB tanto como professores quanto como impulsionadores da IES, além de elucidar os contornos da própria profissionalização na Docência e na Medicina.

A despeito da ausência de professoras na década inicial da FMPB, após a federalização, os professores fundadores começaram a incentivar algumas médicas para integrar o corpo docente. Após a colação de grau, Marluce Vasconcelos realizou uma residência médica na UFBA. Ao término da residência, recebeu um convite para lecionar na FMPB, porém optou por priorizar a continuidade de sua formação. Foi para a USP; somente ao regressar de São Paulo, tornou-se professora assistente na disciplina Parasitologia.

A entrevistada aditou que, como professora da UFPB, cumpria uma jornada semanal de 20 horas, o que lhe permitiu, com a cooperação financeira de seus pais, fundar o laboratório de análises denominado “Marluce Vasconcelos”, que se expandiu em João Pessoa e Campina Grande. Atualmente, ela é professora aposentada da UFPB⁵⁸.

A figura 43 revela Marluce Vasconcelos quando concluiu a graduação médica em 1958 e durante a entrevista que concedeu ao CRM/PB em 2013.

⁵⁷ O número correto é 95, de acordo com os documentos institucionais.

⁵⁸ Segundo dados abertos do Portal da Transparência, Marluce Vasconcelos ingressou na UFPB em 01º de janeiro de 1965 e, desde 14 de maio de 1990, está aposentada do magistério superior.

Figura 43 – A professora Maria Marluce de Melo Vasconcelos



Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som CRM/PB (2013).

Como professora, em fruição de uma bolsa concedida pela Capes, realizou uma pós-graduação na USP e um treinamento no CDC, que é o centro de referência mundial nos estudos de controle e prevenção de doenças infectocontagiosas, comprovando, portanto, a permanência dos investimentos institucionais na qualificação de seus docentes.

Além de Marluce Vasconcelos, outra ex-aluna da FMPB, Maria das Neves Rolim Carneiro, concludente em 1957, assumiu a docência da UFPB (UFPB, 1968a).

4.1.2 Ressonâncias na formação discente

Apesar do risco de a esperança depositada no diploma universitário não produzir os efeitos desejados, de melhor posicionamento social, para quem o obtém, principalmente se é oriundo de classes vulneráveis, como recomenda Castelo Branco (2004), não podemos ignorar que as famílias tradicionais confiam no diploma emitido por IES prestigiadas para situar seus filhos em lugares diferenciados ou mesmo perpetuar suas linhagens profissionais e de poder.

Corroborando os apontamentos de Castelo Branco (2004), os recém-formados pela FMPB foram ostentados por suas famílias com júbilo, ao ponto de ocuparem as primeiras páginas do jornal. Para ilustrar, segue a capa do jornal *A União* com destaques de formados na turma de 1960.

Figura 44 – Os “doutores” formados na FMPB em 1960



Fonte: *A União* (10/12/1960, capa).

No jornal, o “doutorando Antônio Augusto Araruna Filho” é divulgado como o filho de uma família tradicional do alto sertão paraibano (Doutorando Antônio... *A União*, 10/12/1960, capa). De modo similar, o novo médico Mario Formiga Maciel é enunciado:

Colou grau, anteontem, pela Faculdade da Universidade da Paraíba, o doutorando Mário Formiga Maciel, elemento bem-conceituado em nossos meios sociais e muito bem relacionado em sua escola, onde se houve durante todo o curso médico com inteligência e apurmo. **Filho de família tradicional radicada na cidade de Souza, sertão da Paraíba** (Médico Mário... *A União*, 10/12/1960, capa, grifo nosso).

Essas comunicações contribuem para a validade do argumento de tese no tocante à elitização do ensino superior médico. Em última análise, a conquista de um diploma universitário emitido pela FMPB, tal como apresentado nos jornais, manifestava o capital simbólico dos alunos e de seus familiares, consubstanciado na influência familiar e no reconhecimento do mérito acadêmico do recém-formado.

Mais edições reiteram essas conjecturas, julgando pelos trechos que reforçavam a *performance* acadêmica em conexão com a elogiosa reputação da FMPB, exaltavam suas famílias e propagandeavam os serviços dos novos “doutores”. Nessa perspectiva, no entrelaçamento como pensado por Bourdieu (2007), o capital simbólico se ligava com os capitais cultural, econômico e social, fortalecendo-se reciprocamente.

Figura 45 – Outros “doutores e doutoras” formados na FMPB

Dr. Ely Chaves  Dr. Ely Chaves Domingo último, colou grau pela Faculdade de Medicina da Universidade da Paraíba, o dr. Ely Chaves, filho do comerciante Alfredo Chaves e de sua esposa, sra. Naida Freire Chaves, residentes nesta Capital. O novo médico contrarrâneo foi distinguido com o primeiro prêmio “Napoleão Laureano” conferido pelo Governo do Estado, em face de ter sido o melhor aluno de sua turma. Também, foi detentor dos prêmios instituídos pela “Editora Médico-Científica” e “Dental Lopes”. Especializou-se o dr. Ely Chaves em anatomia patológica e, nesta cidade, instalará seu consultório.	Dr. Djair da Silva Pinto  Dr. Djair Pinto Integrando a primeira turma de médicos da Faculdade de Medicina da Universidade da Paraíba, colou grau, anteontem, em solenidade realizada no Teatro Santa Rosa, o dr. Djair da Silva Pinto. Pelo evento, o novo médico vem sendo alvo de homenagens por parte de seus parentes e amigos.	Dr. Galvani Muriheca  Dr. Galvani Muriheca Colou grau, anteontem, pela Faculdade de Medicina da Universidade da Paraíba, o dr. Galvani Muriheca, figura de destaque nos meios sociais e culturais pessoenses. O novo médico contrarrâneo, que durante todo o período em que frequentou as diversas séries daquela escola superior destacou-se pelos seus dotes de inteligência e espírito de dedicação, está sendo, pelo motivo, muito felicitado pelos parentes, amigos e demais pessoas que formam seu vasto círculo de relações de amizade.	Dra. Maria José de Brito Silva  Dra. Maria José de Brito Silva Integrando a primeira turma da Faculdade de Medicina da Universidade da Paraíba, colou grau, em solenidade realizada domingo passado, no Teatro Santa Rosa a dra. Maria José de Brito Silva, filha do sr. Genésio Silva e de sua esposa, sra. Maria Julieta de Brito Silva. A recém-formada, que fará instalar, brevemente, nesta Capital, (Parque Solon de Lucena 74 — 1.º andar) o seu consultório médico, vem recebendo as felicitações das pessoas de seu círculo de relações de amizade.	Dra. Walquíria Medeiros  Dra. Walquíria Medeiros Colou grau com a primeira turma da Faculdade de Medicina da Paraíba, em solenidade realizada, domingo último, no Teatro Santa Rosa a dra. Walquíria Aranha Medeiros, filha do sr. Venâncio Viana de Medeiros, alto funcionário do Departamento dos Correios e Telégrafos, nesta Capital, e de sua esposa sra. Crismilde Aranha de Medeiros. A nova médica contrarrânea, que durante o curso destacou-se pelos seus dotes de inteligência e aplicação nos estudos, deverá, dentro de pouco, dispor de um consultório nesta Capital com clínica especializada. Pelo auspicioso acontecimento, a dra. Walquíria Aranha de Medeiros vem sendo bastante cumprimentada pelos seus parentes e amigos.
 MEDICO ANTONIO GONÇALVES RIBEIRO — Colou grau em medicina, quinta-feira última, em solenidade realizada no Teatro Santa Rosa, o doutorando Antônio Gonçalves Ribeiro, de tradicional família do município de Souza, neste Estado. Amigos, parentes e admiradores do jovem médico, tributaram-lhe significativas homenagens ao ensejo da sua colação de grau, sendo de destacar as inúmeras mensagens de felicitações que recebeu de sua terra natal, firmadas por pessoas das mais diversas classes sociais.	 MÉDICO LINDONOR PIRES — Colou grau, no dia 8 do corrente, pela Faculdade de Medicina da Universidade da Paraíba, o doutorando Lindonor Pires de Almeida, elemento bem conceituado em nossos meios sociais. O médico Lindonor Pires é filho de tradicional família radicada no município de Pombal.	 MEDICO WALDECI AUGUSTO DE ALMEIDA — Pela Faculdade de Medicina da Universidade da Paraíba, colou grau anteontem, dia oito, o doutorando Waldeci Augusto de Almeida. Estudante pobre, mas de rara inteligência e dedicação, o novo médico contrarrâneo fez os cursos ginásial e colegial no Liceu Paraibano, integrando a seguir, na Faculdade de Medicina, onde sempre se destacou como aluno das mais aplicações. Amigos e admiradores do jovem médico Waldeci Augusto de Almeida, regozijados com a sua colação de grau, tributaram-lhe expressivas demonstrações de apreço e admiração pelo merecimento que alcançou.		

Fonte: Jornal A União (18/12/1957, p. 2-4; 19/12/1957, p. 2; 20/12/1957, p. 2; 22/12/1957, p. 2; 10/12/1960, p. 2; 11/12/1960, p. 3; 13/12/1960, p. 3).

Mesmo que parcialmente, a percepção direta do discurso mostra diferentes aspectos da cultura escolar, tais quais: quem eram os estudantes da FMPB, em quais contextos sociais transitavam e onde pretendiam atuar como médicos.

Da turma finalista em 1957, os jornais veicularam que Ely Chaves residia em João Pessoa. Era filho de comerciante e, desde a graduação, havia decidido instalar um consultório em João Pessoa na especialidade de Anatomia Patológica. Galvani Muribeca foi apresentado como uma pessoa social e culturalmente diferenciada, inteligente e dedicado aos estudos. Maria José de Brito Silva instalaria o consultório no valorizado Parque Solon de Lucena, em João Pessoa. Walquíria Aranha de Medeiros, uma médica inteligente e aplicada aos estudos, era filha de um alto funcionário dos Correios e Telégrafos, cujo consultório funcionaria em João Pessoa.

Na esfera dos concluintes em 1960, o sertão da Paraíba foi favorecido por meio dos filhos das famílias tradicionais: Antônio Gonçalves Ribeiro, do município de Souza, e Lindonor Pires de Almeida, da cidade de Pombal.

O anúncio sobre Waldeci Augusto de Almeida, residente em João Pessoa, atrelou o sucesso do médico recém-formado à notoriedade do ensino no Liceu Paraibano.

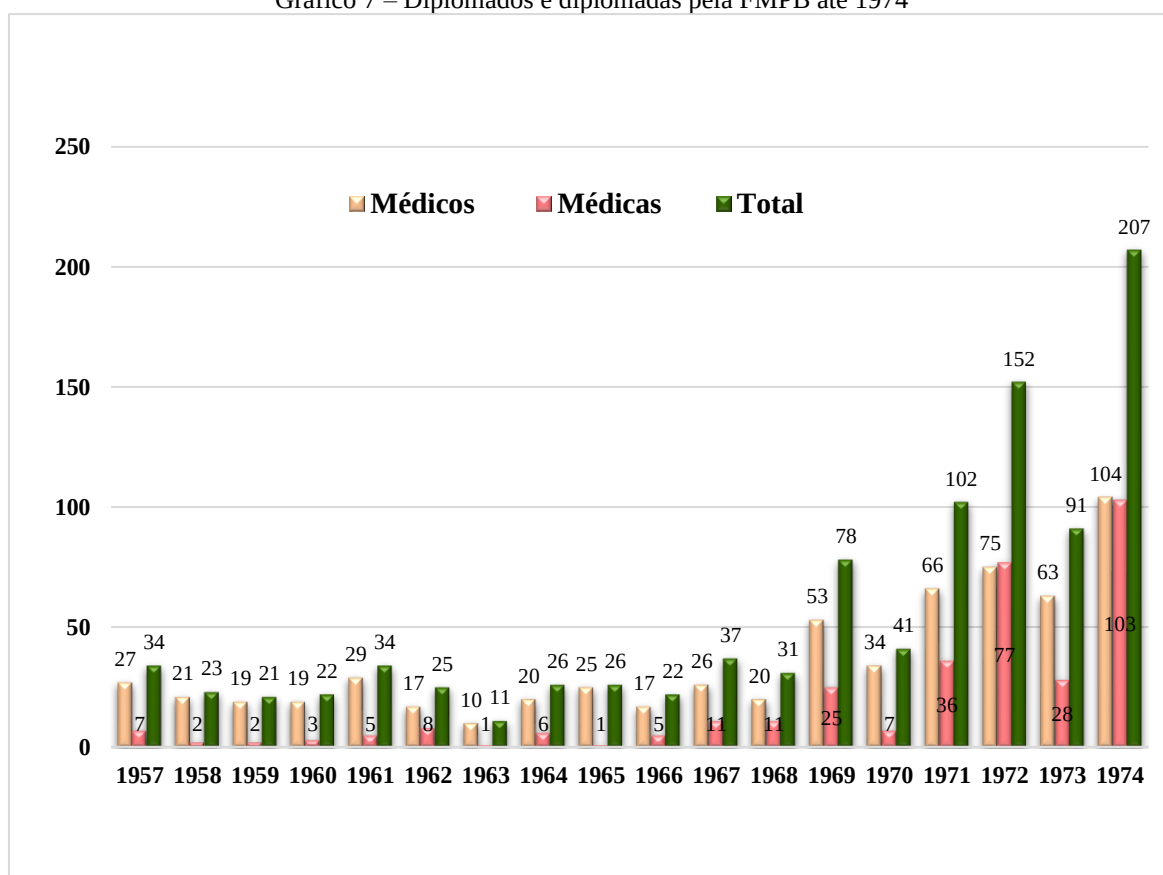
Consequentemente, os jornais pesquisados comprovaram que a FMPB formou os filhos da elite paraibana, em sua maioria homens procedentes dos colégios mais qualificados, que, após a formação, direcionaram os serviços para toda a Paraíba, sendo mais concentrado em João Pessoa.

No tocante à presença feminina nas Ciências Médicas, é substancial evocar que mundialmente a Medicina se originou como uma profissão predominantemente masculina. No Brasil, tão somente a partir da década de 1970, as mulheres se tornaram mais presentes nesse campo, e esse acréscimo tem se sustentado até os dias atuais. Todavia, o aumento do número de diplomadas não se traduziu em equidade de gênero, porque os estereótipos sexistas, nas especialidades e no trabalho médico, ainda imperam. Estudos revelam que, em determinados subcampos (especialidades) da Medicina, as mulheres são a maioria, mas outros permanecem pouco permeáveis à participação delas. A Ginecologia e a Pediatria apresentam uma maior proporção de mulheres. Os homens, porém, predominam nas cirurgias mais tecnológicas. Esse fato é consequência das tentativas das mulheres em conciliar estudos, profissão, família e maternidade, o que as leva, geralmente, a escolher especialidades mais compatíveis com os diversos papéis sociais que exercem (Ávila, 2014).

A atualização desse cenário para o tempo presente revelou a constância na destinação das especialidades médicas. As mulheres permanecem sendo a maioria na Ginecologia/Obstetrícia (60,9%) e na Pediatria (75,6%), enquanto os homens continuam mais concentrados nas áreas cirúrgicas, como neurológicas (97,1%), cardiovasculares (88,8%) e do aparelho digestivo (87,6%) (Scheffer *et al.*, 2023).

Na contemporaneidade, a demografia médica revela uma pequena maioria de homens na Medicina brasileira. Em 2022, dos 535.869 médicos/as, 260.372 (48,6%) eram mulheres e 275.497 (51,4%) homens. A projeção para os próximos anos é de o número de médicas superar o de médicos. Para 2024, estão previstos 299.749 (50,2%) médicas e 297.678 (49,8%) médicos. Para 2023, a estimativa é de 568.720 (56,0%) médicas e 447.401 (44,0%) médicos (Scheffer *et al.*, 2023). Essa constatação nos conduziu a conferir se a FMPB seguiu o modelo nacional no que se refere à evolução temporal numérica dos diplomados quanto ao sexo, em conformidade com o gráfico 7.

Gráfico 7 – Diplomados e diplomadas pela FMPB até 1974



Fonte: Elaboração própria com base no acervo do CCM/UFPB, Medeiros (2017) e Nóbrega (1983).

Para efeito de esclarecimento, considerando que a duração do curso médico na FMPB era de seis anos, os 34 concluintes de 1957 foram admitidos na turma pioneira em 1952. Dos que ingressaram na segunda turma, a de 1953, 23 se graduaram em 1958, e assim sucessivamente, até a turma que colou grau em 1974, formada pelos alunos que se incorporaram à FMPB em 1969.

De acordo com o que discutimos, desde o início do funcionamento, em 1952, até o ano de 1964, a FMPB ofertava 40 vagas para o ingresso anual. Tendo em mente que a

formação durava seis anos, essa disponibilidade de vagas influenciou o número de formados/as até o ano de 1968, com turmas variáveis de 11 a, no máximo, 31 concluintes. Contudo, como percebemos no gráfico 6, em 1969, 78 alunos concluíram o curso na FMPB, quando unicamente foram oferecidas 40 vagas para o ingresso em 1964. Nóbrega (1983) lembra que, em 1964, o ministro da Educação e Cultura determinou à FMPB aproveitar 42 alunos excedentes, o que justifica a quantidade de 78 concluintes no ano de 1969.

Nóbrega (1983) rememora que, em 1964, a FMPB foi instada para aumentar as admissões a fim de cumprir com a política de expansão do ensino superior do Governo Federal. Essa determinação gerou muitas discussões devido à falta de estrutura para acolher turmas numerosas. Por fim, a UFPB firmou convênio com o MEC, que destinou mais recursos para a ampliação das vagas e, em 1966, ofertou 80 vagas para o ingresso na graduação médica, a despeito disso existiram aprovados por notas, mas fora das vagas.

A relutância da FMPB em não acolher os estudantes excedentes é justificada por Nóbrega (1983, p. 25): “A nossa Faculdade, em face de carência de pessoal, de equipamentos e até mesmo de material, tudo envidou para não absorvê-los [sic]”.

Atentando que a FMPB foi federalizada em 13 de dezembro de 1960 e que a FMPB exclusivamente pode ampliar a oferta de vagas após a obtenção de mais recursos, deduzimos que os aportes em seguida à federalização eram insuficientes para suprir integralmente a crescente demanda pela formação médica no início da década de 1960, apesar da criação da UFPB haver melhorado consideravelmente o ensino superior paraibano, maiormente o de Medicina.

No arquivo do CCM/UFPB, localizamos vários históricos de alunos matriculados na condição de excedente, porém, nos anos iniciais da FMPB, não havia candidatos suficientemente qualificados à seleção para as 40 vagas disponibilizadas, ainda que, para a aprovação no concurso de habilitação, unicamente composto por provas escritas, práticas e orais de Biologia, Química e Física, considerassem a nota mínima de três pontos nas disciplinas, desde que, na média, alcançassem, ao menos, cinco pontos. Ilustramos esses requisitos de acesso ao curso de graduação médica da FMPB por meio da figura 46, que apresenta as notas e as médias por disciplina, como também a média geral de um dos candidatos aprovados na quarta seleção da FMPB, a que foi realizada em 1955.

Figura 46 – Disciplinas, notas e média de aprovação no concurso de habilitação para o ano letivo de 1955

FACULDADE DE MEDICINA DA PARAIBA - INSPETORIA FEDERAL
CONCURSO DE HABILITACAO DE 1955
MAPA INDIVIDUAL -
NOTAS OBTIDAS POR JOSÉ PINHEIRO ROCHA

DISCIPLINAS	Escrita	Oral	Soms	Média
Biologia	3,6	7,0	10,6	5,3
Química	5,5	3,0	8,5	4,2
Física	4,1	7,0	11,1	5,5

Média Final 5,0
Classificação 282
Obs. _____

Secretário

Fonte: Acervo do arquivo setorial do CCM/UFPB, assentamentos individuais dos alunos.

O mapa individual, contendo notas e médias obtidas pelo candidato aprovado no exame de 1955, elucida a pequena exigência quantitativa para o ingresso na FMPB. O documento mostra uma aprovação com média final limítrofe (5,0 pontos), não obstante a média 4,2 em Química e as notas 3,6 na prova escrita de Biologia, 4,1 na avaliação escrita de Física e 3,0 no teste oral de Química.

No concurso de habilitação para a constituição da turma pioneira em 1952, foram inscritos 66 candidatos, mas somente 37 deles lograram aprovação. No segundo certame, em 1953, 67 pessoas⁵⁹ se candidataram e 35 foram selecionados. Na terceira seleção, em 1954, havia 80 concorrentes, mas somente 34 foram selecionados. No conagraamento dos membros do CTA, a baixa aprovação era fruto da lisura do processo seletivo e o crescente número de concorrentes, vários procedentes de outros estados, legitimava a influência cultural da FMPB no Nordeste, sobretudo quando analisados conjuntamente aos pedidos de transferência de alunos de outras faculdades para a da Paraíba, como verificamos na ata de 13 de março de 1954, quando aportou à FMPB o pedido de transferência de dois estudantes: um da Faculdade de Medicina do Recife e outro do Ceará (CTA/FMPB, 02/03/1952; 03/03/1953; 13/03/1954).

O MEC extinguiu as provas orais mediante a Portaria n.º 453, de 21 de dezembro de 1956 (CTA/FMPB, 21/12/1956). Adicionalmente, em cumprimento ao Decreto-Lei

⁵⁹ Na ata de 3 de março de 1953, página 33, constam 68 candidatos inscritos no concurso de habilitação realizado em 1953, mas o livro correspondente consigna apenas 67 inscrições. Nóbrega (1983) ratifica que, realmente, 67 concorreram a uma das vagas ofertadas pela FMPB em 1953.

n.º 9.154, de 08 de abril de 1946, em 1957, determinou-se à FMPB que realizasse um segundo exame para preencher as vagas quando os aprovados no concurso de habilitação não atingissem o limite de vagas (CTA/FMPB, 11/03/1957). Nos anos de 1960 e 1961, realizaram exames de segunda época (Nóbrega, 1983).

Dentre os concluintes da turma pioneira, havia sete mulheres e 27 homens. A desigualdade numérica entre os sexos permaneceu. Em 1958, formaram-se duas mulheres e 21 homens; em 1959, duas médicas e 19 médicos colaram grau; em 1960, três mulheres e 19 homens concluíram o curso. A pouca representatividade feminina se manteve oscilante de uma (ano 1963) a 11 (ano 1968). Em 1969, 25 mulheres concluíram o curso, mas, em 1970, apenas sete. Mesmo nas turmas mais numerosas, a irregularidade quantitativa de formados e formadas era bastante perceptível. Tão somente em 1972, a FMPB formou mais médicas (n=77) do que médicos (n=75). Todavia, em 1974, esses números, teoricamente, equivaleram-se com 103 médicas e 104 médicos concluintes.

No período de 1957 a 1974, a FMPB formou 983 profissionais, sendo 338 (34%) médicas e 645 (66%) médicos. Assim, a feminização na FMPB reproduziu modelo similar ao nacional. A figura 47 exibe a primeira turma formada pela FMPB.

Figura 47 – Placa de formatura da turma pioneira da FMPB (1952-1957)



Fonte: Hall do CCS/UFPB (2023).

Na placa de formatura de 1957, estão sublinhados em amarelo: o paraninfo da turma, o então reitor da Universidade da Paraíba, João Toscano G. de Medeiros, em trajes brancos; Humberto Nóbrega, ao centro, destacado por honra ao mérito; e, ao seu lado, o

diretor da FMPB, Newton Nobre Lacerda. Na parte superior, em destaque verde, estão políticos e professores que foram homenageados: o governador Flávio Ribeiro Coutinho, o prefeito Apolônio Sales de Miranda, o ex-governador José Américo de Almeida e outros. A placa se completa com 27 novos médicos e sete médicas. As médicas pioneiras da FMPB são apresentadas na figura 48.

Figura 48 – As primeiras mulheres formadas pela FMPB (1957)



Fonte: Elaborada com base na placa de formatura de 1957.

Na figura 48, quando vista da esquerda para a direita, observamos as primeiras mulheres que se graduaram médicas na FMPB: Emília Paiva, Maria Dalva Machado, Maria das Neves Rolim Carneiro, Maria Estela⁶⁰ Ferreira da Silva, Maria José de Brito Silva, Simone Guedes de Seixas Maia e Walquíria Aranha de Medeiros.

Dentre as médicas pioneiras, a trajetória de Maria Estela Ferreira da Silva retrata os percalços experimentados pelas mulheres que decidiam ascender à formação superior. Nascida em 23 de julho de 1928 na cidade de Areia, Paraíba, em 1945, concluiu o primeiro ciclo do curso secundário no Ginásio Nossa Senhora das Neves e, em 1948, finalizou o segundo ciclo no Colégio Estadual da Paraíba.

⁶⁰ Na placa está escrito Maria Estrela, mas a grafia correta é Maria Estela, em conformidade com o acervo do Arquivo do CCM/UFPB.

Em 1949, com 21 anos, Maria Estela ingressou na Faculdade de Medicina do Recife. Entretanto, nesse mesmo ano, foi inabilitada em duas provas; em 1950, não se inscreveu para o exame final e, nos anos de 1951 e 1952, não se matriculou, até que, em 1953, se transferiu para a FMPB, onde concluiu sua formação médica com a turma de 1957. Na divulgação do CRM/PB (2023), quando reuniu os representantes da turma de 1957, Maria Estela já era falecida.

A despeito do menor número de mulheres na FMPB, desde o início, elas se destacaram no desempenho acadêmico. Na segunda turma, admissão em 1953 e conclusão em 1958, Maria Lírida Mendes de Figueiredo foi a mais bem posicionada e, por esse motivo, agraciada com o prêmio “Napoleão Laureano”, conferido pelo governador do estado por meio do Decreto n.º 944, de 26 de outubro de 1953, em conformidade com o jornal *A União*.

Figura 49 – “O primeiro lugar no curso médico” em 1958



Fonte: *A União* (13/12/1958, p. 3).

Fundado em 1893, *A União* é o jornal mais antigo da Paraíba em circulação. Em seu compromisso com a difusão das concepções das elites no poder e dada a herança

patriarcal, o espaço que dedicava à mulher era praticamente inexistente. Em regra, quando se referia a elas, associava-as a propagandas de produtos e serviços, ou como estudantes angelicais, normalistas, professoras dedicadas e esposas exemplares (Machado *et al.*, 2023).

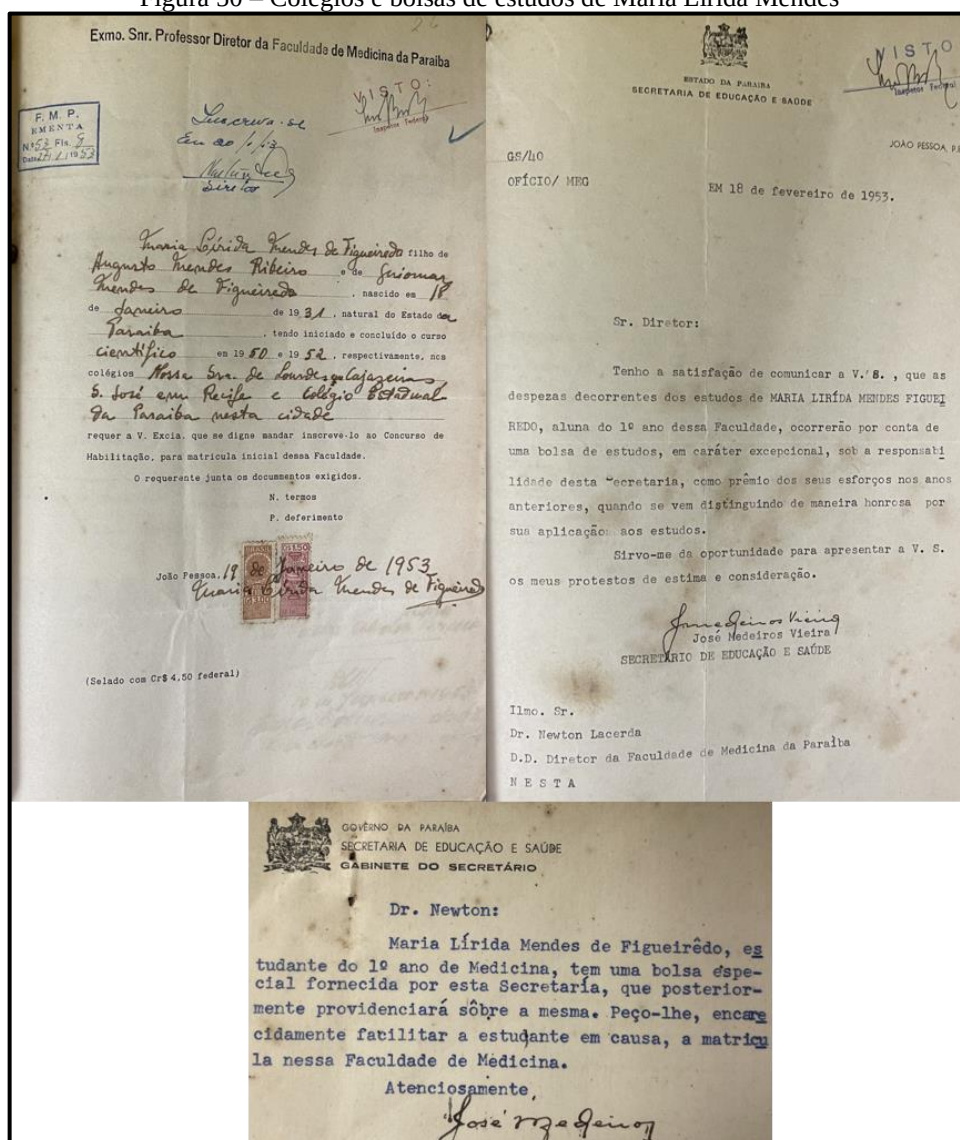
Na Paraíba do século XX, os jornais paraibanos, via de regra, não exibiam realizações de mulheres, haja vista a superioridade masculina nas implementações culturais, acadêmicas, políticas e sociais que circulavam nas gazetas. A limitada abertura concedida às mulheres nos espaços de circulação masculina geralmente era na condição de auxiliares ou acompanhantes dos maridos (Sabino; Machado; Neves, 2021). Todavia, Maria Lírida, nascida em Cajazeiras no dia 18 de janeiro de 1931, rompeu com esse padrão de pouca visibilidade na imprensa, sendo apresentada no jornal devido ao seu brilhantismo estudantil desde os tempos do curso científico.

Ao ingressar na FMPB em 1953, com idade de 22 anos, o jornal em apreço associou o êxito intelectual de Maria Lírida ao Colégio Estadual da Paraíba. Entretanto, conferimos nos assentamentos universitários que a aluna cursou os dois ciclos do ginásio em três colégios: Nossa Senhora de Lourdes, em Cajazeiras, no sertão paraibano; São José, em Recife, Pernambuco; e Estadual da Paraíba, na capital da Paraíba, onde concluiu o segundo ciclo. Todas as fontes mostraram que ela consistentemente ocupava o primeiro lugar nas notas escolares. Essa mesma excelência se manifestou no exame de admissão para a FMPB, resultando na concessão de uma bolsa de estudos pelo Governo da Paraíba que perdurou por toda a sua graduação. Ainda mais, já no segundo ano de faculdade, em 1954, Maria Lírida foi nomeada monitora de Química Fisiológica. Consoante as fontes compiladas no quadro 11, tornou-se a primeira mulher monitora da FMPB.

Maria Lírida não se casou nem teve filhos, estabeleceu-se como médica em Campina Grande e assumiu uma postura feminista. Comprometida com a igualdade de gênero, em 1971, alistou um grupo de mulheres socioeconomicamente privilegiadas e realizou o I Encontro Regional do Movimento de Integração da Mulher no Desenvolvimento de Campina Grande, cujo escopo era a emancipação feminina. Faleceu em 12 de janeiro de 2009, aos 77 anos, vitimada por uma leucemia (Silva, 2015).

Os documentos confirmatórios dos colégios nos quais estudou o ensino secundário e a bolsa de estudos estão na figura 50.

Figura 50 – Colégios e bolsas de estudos de Maria Lírida Mendes



Fonte: Acervo do Arquivo do CCM/UFPB (1953).

No documento à esquerda da imagem, a própria aluna, em requerimento protocolado na FMPB, declarou em quais colégios havia cursado o ensino secundário. No documento à direita e na parte inferior, o secretário de Educação e Saúde cientificou o diretor da FMPB acerca da bolsa para Maria Lírida e solicitou a viabilização da matrícula da aluna no primeiro ano do curso de Medicina. Em 18 de fevereiro de 1953, o secretário oficializou o que caracterizou como uma excepcional bolsa de estudos, justificando o benefício como um prêmio pela aplicação de Maria Lírida nos anos de estudos anteriores ao ingresso na FMPB.

O secretário, ao qualificar a bolsa concedida como de carácter excepcional, precisa que não era rotineiro esse tipo de incentivo por parte do Governo da Paraíba, ou melhor, não detectamos outras concessões dessa espécie para os estudantes da FMPB.

Existiram algumas isenções, como das cobranças de valores de matrículas ou a título de assistência de ensino obtidas diretamente na FMPB. Independentemente disso, essas eram em número reduzido devido às limitações financeiras da FMPB. Nesses casos, ao postulante cabia instruir o requerimento com atestado fornecido pelo Delegado Especial de Ordem Política Social e Econômica de que era “pessoa miserável”, como evidencia a fonte a seguir:

Figura 51 – Atestado de miserabilidade fornecido a estudante da FMPB em 1955

Ilmo. Sr. Dr. Delegado Especial de Ordem Política, Social e Econômica.

Em face das informações *atento que*
um.
 João Pessoa, 15 de março de 1955.
 Del. Esp. Ordem Política, Social e Econômica

AMAURY VICENTE DA SILVA, natural deste Estado, solteiro, estudante, com 25 anos de idade, residente nesta Capital, á rua da Areia, 567, para fins de obter assistência de ensino gratuito na Faculdade de Medicina da Paraíba, onde cursa a 3ª série do curso de medicina, requer a V. S. que se digne atestar se o mesmo é pessoa miserável, na forma da lei.

N. termos,

p. deferimento.

João Pessoa, 15 de março de 1955

Amaury Vicente da Silva

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL
 Registrado Ao 65v. Livro 19
 15-3-55
Frederico de Almeida
 Secretario da Policia

Fonte: Acervo do Arquivo do CCS/UFPB (1955)

O estudante Amaury Vicente da Silva ingressou na FMPB em 1953 e concluiu o curso de Medicina em 1958. Natural de Princesa Isabel, sertão da Paraíba, a despeito de pertencer à elite intelectual, haja vista sua aptidão para acessar ao restrito terreno do ensino superior, provavelmente era uma das exceções à regra da elite econômica, porquanto nos anos subsequentes reiterou o pedido de gratuidade na FMPB e, enquanto aluno, residia na casa dos estudantes situada na rua da Areia, em João Pessoa.

Voltando nosso foco para a turma pioneira, os médicos formados pela FMPB em 1957 estão representados na figura 52.

Figura 52 – Médicos formados pela FMPB em 1957



Fonte: Elaborada com base na placa de formatura da primeira turma da FMPB (1957).

Da parte superior e da esquerda para a direita, são observáveis os concluintes: Adahylson da Costa Silva, Antônio Macedo da França Filho, Antônio Fialho Moreira, Danilo de Lira Maciel, Djair da Silva Pinto, Eli Chaves, Evandro Vieira César, Galvani Marinho Muribeca, Ivan Regis Bezerra, Ivo Borges da Fonseca, Jacinto Londres Gonçalves de Medeiros, Jarbas Marimbondo Vinagre, João Augusto Maia da Silva, João Crisóstomo Ribeiro Coutinho, João Gonçalves da Silva, José de Jesus Leal Rodrigues, José Galberto Fernandes de Carvalho, José Nabor de Assis, José Pereira de Oliveira, Marcílio Coutinho Sobrinho, Mazureik Miguel de Moraes, Newton Jorge dos Santos, Paulo Firmino Gayoso de Sousa, Renaldo Romero Rangel, Rodrigo Romero Rangel, Ronil Vilarin Teixeira e Ronaldo Rangel Travassos.

A figura 53 apresenta o documento fotográfico capturado pelo CRM/PB durante a celebração do 65º aniversário da turma pioneira em janeiro de 2023 com quatro membros.

Figura 53 – Médicos da turma pioneira da FMPB em festividade no ano de 2023



Fonte: Informativo do CRM/PB, ano II, n. 78, 1º a 15 de janeiro de 2023.

Na imagem, podemos identificar Adahylson da Costa Silva (posicionado à direita, vestindo uma camisa azul), Maria José de Brito Silva, Jacinto Londres Gonçalves de Medeiros (que está sentado) e Galvani Marinho Muribeca (posicionado à esquerda, em pé, usando uma camisa xadrez).

Os diplomados na FMPB não se limitaram ao estado da Paraíba, alguns se dirigiram para outras partes do Brasil e do mundo. Como o recém-formado Ely Chaves, muitos se deslocaram da Paraíba para prosseguir com os estudos, mas, ao final, regressaram à sua terra natal e inovaram na instalação de serviços pioneiros.

Ely Chaves foi o melhor colocado tanto no concurso de habilitação de 1952 quanto na conclusão da graduação em 1957, por isso foi o primeiro agraciado por mérito intelectual com o “Prêmio Napoleão Laureano”. Seja dito de passagem que, ainda como aluno de graduação, Ely Chaves se sobressaía como pesquisador do objeto ao qual se dedicou durante a vida médica, a citopalogia. O jornal *A União*, na coluna Educação, enobreceu o “Trabalho sobre [sic] ‘doenças de Hodgkin’ apresentado, ontem, no Centro de Estudos Médicos ‘Newton Lacerda’ pelo doutorando Ely Chaves – catedráticos presentes”. O enfoque do caso incluiu a raridade do câncer em uma criança de 11 anos e o profundo conhecimento de Ely Chaves, notadamente por apresentar os resultados de seus estudos para os professores,

dentre eles o renomado professor da Faculdade Paulista de Medicina, Archer Marques (Trabalhos... *A União*, 30/08/1957).

Após a formatura, Ely Chaves se direcionou para Salvador, São Paulo, Londres, Inglaterra e Estados Unidos para estudar, pesquisar e estagiar. Ao regressar, implantou a Anatomia Patológica e a Citopatologia na Paraíba, tornando-se o primeiro a fazer diagnóstico de linfoma de Burkitt no Norte e Nordeste do Brasil. Com uma vasta produção de livros e artigos em circulação em diversos países, foi membro do Comitê Internacional para Classificação Histológica dos Tumores Renais e do Comitê Brasileiro para a Classificação de Linfomas, além de professor da UFPB no período de 1961 a 1995. Na atualidade, é reconhecido como cientista e por se dedicar à Medicina como uma causa social (CRM/PB, ?/10/2009)⁶¹.

Conforme discorremos, quando a FMPB foi fundada, segundo dados alusivos a 1950, existiam 196 médicos/as para uma população de 1.713.259 habitantes (IBGE, 1955), mas, em 1974, havia 994 médicos/as para uma população de 2.675.085 (IBGE, 1977). Não temos informação precisa sobre quantos/as dos/as 983 médicos/as formados/as pela FMPB optaram por permanecer no estado. Isso se deve a um intercâmbio formativo em que estudantes de outros estados também frequentaram a FMPB, e os residentes da Paraíba podem ter feito sua formação em outras IES. No entanto, a pesquisa atesta que houve uma significativa transformação no panorama da atenção à saúde na Paraíba quando confrontamos a conjuntura paraibana antes e durante o funcionamento da FMPB.

No que concerne às ações direcionadas à classe estudantil, a FMPB concedia auxílios para estudantes participarem de excursão científica e congressos em outros estados (CTA/FMPB, 05/06/1954; 14/07/1955) e na Paraíba (CTA/FMPB, 05/06/1954). Realizava cursos de “extensão universitária” aos moldes do que explicamos, ou seja, cursos extracurriculares e cursos de aperfeiçoamento principalmente durante as férias universitárias.

No elenco dos cursos, podemos referenciar: “Anatomia, Fisiologia e Bioquímica do Sistema Nervoso” e “Microbiologia, a cargo dos professores da própria IES (CTA/FMPB, 30/08/1954, p. 7-8); “Temas de Parasitologia Clínica”, sob responsabilidade do professor da USP que estava à disposição da FMPB (CTA/FMPB, 06/10/1954, p. 14); “Diagnóstico e Terapêutica de Lepra”, a encargo de um professor da OMS; “História da Medicina”, na responsabilidade de um professor da Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro (CTA/FMPB, 14/07/1956, p. 2); “Dermatologia”, incumbido um professor do Serviço

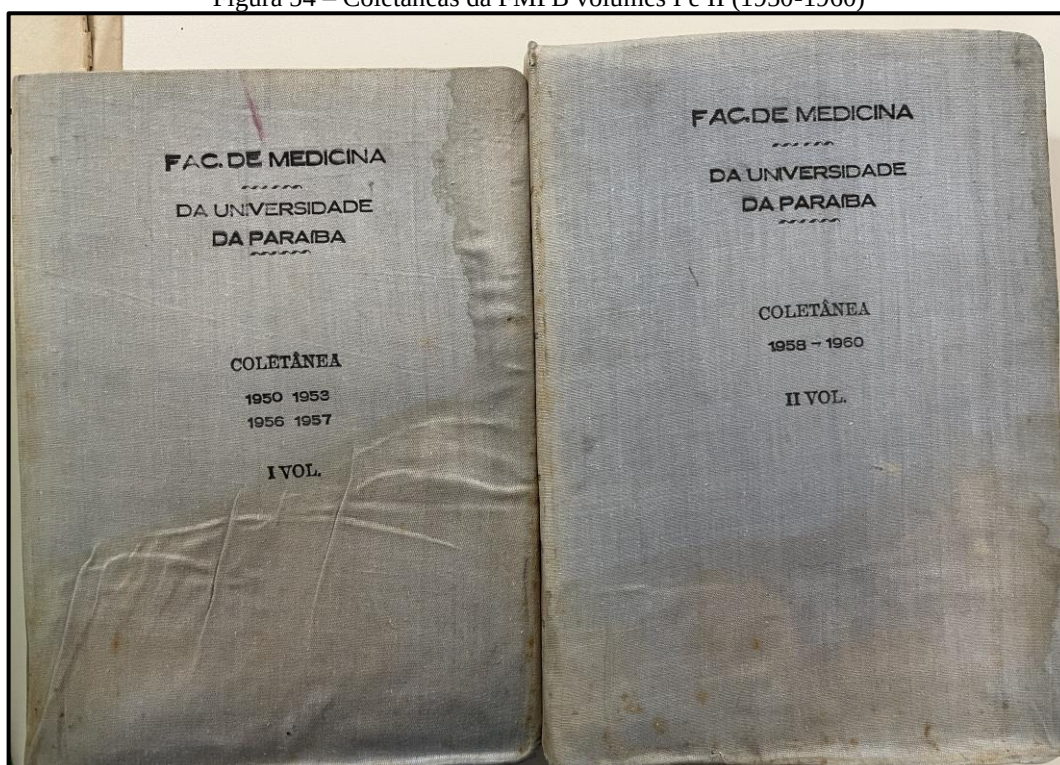
⁶¹ Diferindo dos demais vídeos do Museu da Imagem do Som, em relação ao médico Ely Chaves, não se trata de uma entrevista com ele próprio, mas sim de aspectos de sua trajetória testemunhados por outros médicos seus contemporâneos. Ely Chaves faleceu em agosto de 2010.

Nacional de Leprologia (CTA/FMPB, 16/06/1955, p. 47); “Microscopia”, atribuído a um professor da Universidade do Brasil; “Aperfeiçoamento Médico em Gastroenterologia”, para alunos concluintes, designado a um professor do Rio de Janeiro; e “Epidemiologia”, comissionado a um professor da Escola de Saúde Pública do Rio de Janeiro (FMPB/Relatório de Atividades, 1957, p. 2).

Por meio da triangulação das fontes, atestamos a realização do curso de História de Medicina e a entrega dos certificados correspondentes (FMPB/Coletânea I, 6/12/1957; 18/12/1956); as inscrições para o curso de Química mediante o valor de Cr\$ 1.000,00; as aulas do curso de Leprologia (FMPB/Coletânea I, 23/01/1957); a ministração dos cursos de Endocrinologia e de Bioestatística (FMPB/Coletânea I, 03/02/1957; 09/02/1957; 12/02/1957; 13/02/1957; 14/02/1957; 16/02/1957; 19/02/1957; 20/02/1957; 01/03/1957; 14/03/1957); o retorno dos alunos após realizar o curso de Gastroenterologia no Rio de Janeiro (FMPB/Coletânea I, 15/03/1957) e o encerramento do curso de Microscopia (FMPB/Coletânea I, 14/04/1957).

Chamou-nos a atenção o fato de todas essas datas assinalarem enunciados na imprensa periódica, que estão nas coletâneas da figura 54, aventando que o uso intensivo publicitário verificado no início do funcionamento da FMPB para propiciar representações adequadas ao conceito da IES se perpetuou na vida institucional.

Figura 54 – Coletâneas da FMPB volumes I e II (1950-1960)



Fonte: Acervo do Arquivo Central da UFPB.

As publicações nos jornais, com diagramação chamativa em negrito, determinavam ao público saber o esforço da FMPB para qualificar a formação médica paraibana. A maior parte dos cursos realizados pela FMPB era voltada para os estudantes, mas os cursos “Estatística Aplicada à Clínica” e “Microbiologia” direcionaram-se a alunos, professores, incluindo sujeitos que não pertenciam FMPB.

Normalmente, um valor em dinheiro era exigido dos participantes, sendo mais elevado para aqueles que não eram afiliados à FMPB. Os pagamentos se destinavam a cobrir despesas com material didático e uma parte repassada ao ministrante dos cursos e à FMPB. Carbonari e Pereira (2007) indicam que essa prática era comum a outras IES brasileiras, em que cada uma delas buscava sustentabilidade por meio da remuneração pelos cursos que ofereciam.

No campo formativo, outros aspectos a serem considerados são as atividades de monitoria. No período analisado, a partir do terceiro ano de funcionamento da FMPB (1954), instituíram alunos e alunas monitores. Inicialmente, o CTA cogitou estabelecer alguma forma de remuneração ou isenção das anuidades para os monitores, mas a parcimônia orçamentária interditou essa pretensão. As monitorias eram certificadas e destinavam-se a auxiliar os catedráticos titulares, especialmente quando não havia professores assistentes disponíveis (CTA/FMPB, 10/05/1955), caracterizando, desse modo, uma maneira de suprir didaticamente os vácuos no corpo docente.

4.1.3 Interfaces com a Saúde Pública

Nas junções das IES médicas com a saúde da população, dois reverbérios principais são esperados: formação e atenção. Ambos estão imbricados, uma vez que a formação se consubstancia no incremento de médicos/as e serviços comprometidos com os problemas de saúde em todos os níveis: preventivo, curativo e reabilitação.

É certo que, do início em 1950 ao término do período estudado, nessa seara, a Paraíba avançou. Em 1975, o estado contava com 366 estabelecimentos hospitalares, com ou sem internamento, e com 32 de especialidades médicas: Cancerologia (n=1), Cardiologia (n=1), Leprologia (n=1), Obstetrícia (n=8) Psiquiatria (n=8), Tisiologia (n=4), Traumatologia, Ortopedia (n=1) e outras (n=8) (IBGE, 1977). Tudo sugere que nem todos os médicos atuantes na Paraíba foram formados pela FMPB, porém as fontes informam que o cômputo médico triplicou de 1950 a 1974, visto que a razão médico/habitante informada

na introdução do estudo passou de 0,11 em 1950 para 0,37 em 1974 (994 médicos/2.675.085 habitantes)⁶².

Para que a FMPB atravessasse os percalços e se destacasse no cumprimento de suas responsabilidades sociais, dentre as metodologias que empregou, sobressaíram os acordos com órgãos públicos, o apoio político, as parcerias privadas nacionais e internacionais e o intercâmbio com outras IES. A contar de 1953, seus protagonistas se empenharam veementemente para se inserir em pesquisas oficiais e em acordos de cooperação. Essas condutas estavam centradas na interseção com a Saúde Pública e com a sustentabilidade institucional, pois resultavam em dotações utilizadas para equipar a IES, ou mesmo adimplir os salários dos professores contratados, mas também se refletiam em estudos, diagnósticos e tratamentos aos agravos padecidos pela população paraibana.

Em 1953, a FMPB se registrou no Conselho Nacional de Pesquisa e obteve Cr\$ 400.000,00 para conduzir um inquérito nutrológico graças ao empenho do deputado João Agripino (CTA/FMPB, 06/06/1953).

Em 1954, firmou acordo com o MS para aparelhar e organizar o laboratório de sorologia, cujas obrigações das partes consistiam em o MS contribuir com Cr\$ 300.000,00 e a FMPB realizar testes para diagnosticar boubas e outras doenças sexualmente transmissíveis, além de adotar medidas de controles dessas doenças (CTA/FMPB, 05/06/1954). Naquele mesmo ano de 1954, Humberto Nóbrega procurou celebrar acordo de cooperação com os Serviços Nacionais da Peste, Lepre e Febre Amarela e, com isso, obter recursos para equipar a FMPB (CTA/FMPB, 31/07/1954). O Serviço Nacional de Tuberculose concedeu Cr\$ 100.000, 00 para aparelhar o laboratório de microbiologia (CTA/FMPB, 31/07/1954) e o Departamento Nacional da Criança forneceu Cr\$ 30.000,00 para a construção do Centro de Puericultura (CTA/FMPB, 06/10/1954).

Em 1955, a FMPB conveniou com o Governo da Paraíba para executar o serviço de verificação de óbitos ocorridos sem assistência médica e de óbitos pendentes de elucidação diagnóstica. Tal serviço funcionou em conjunto com a cátedra de Anatomia Patológica sob a direção do professor da cadeira. O estado concorria com Cr\$ 500.000,00 no primeiro ano e Cr\$ 350.000,00 nos anos subsequentes (CTA/FMPB, 30/12/1955). A instalação e o funcionamento desse serviço são copiosamente mencionados nas fontes (FMPB/Coletânea I, 02/02/1957). Na figura 55, o jornal *A União* divulga os melhoramentos no serviço de verificação de óbitos como parte da reforma e ampliação da FMPB.

⁶² Total de médicos/população multiplicado por 1.000.

Figura 55 – Reforma e ampliação na FMPB (1957)



Fonte: *A União* (27/01/1957, p.?).

O jornal ratifica o funcionamento da cadeira de Anatomia Patológica no prédio em questão e atribui os avanços à administração do governador Flávio Ribeiro, com haveres da Secretaria de Viação e Obras. Identicamente procedia nos governos anteriores; a relevância das realizações notabilizava o então Governo, malgrado agora sabemos que a jornada dos médicos de vanguarda para fazer prosperar a FMPB foi intensa.

Na tentativa de angariar recursos por meio do desenvolvimento de pesquisas e serviços especializados, a FMPB propôs um plano aos prefeitos do interior da Paraíba, fazendo uso de um ofício circular, em que os chefes do Executivo Municipal concederiam uma subvenção anual para a FMPB. Em contrapartida, indicariam um ou mais acadêmicos que ficariam isentos da anuidade universitária pelo período de um ano. Após a formatura, o acadêmico beneficiado prestaria serviços aos indigentes locais em práticas de Saúde Pública CTA/FMPB, 26/01/1956). Vasculhamos todas as atas disponíveis até 1963 e não encontramos vestígios de que esse pacto se corporificou, não obstante, entendemos ser importante mencioná-lo, pois indica o empenho da FMPB para suprir sua carência

financeira, ao tempo que era agregada à Universidade da Paraíba, para o alcance de melhores indicadores médico-sanitários.

Em 1956, a FMPB procurou lavrar um acordo com o Departamento de Endemias Rurais do MS e executar uma pesquisa sobre helmintos (CTA/FMPB, 11/04/1956). Esse plano foi elaborado por Humberto Nóbrega em 1957 (CTA/FMPB, 09/02/1957) e, em seu contexto, foi articulada a realização do Seminário de Doença de Chagas na Paraíba (CTA/FMPB, 08/08/1957). A instalação da campanha de prevenção da cegueira operacionalizada pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais em conjunto com a FMPB e a Secretaria de Saúde e Assistência Social da Paraíba está comprovada (FMPB/Coletânea I, 25/09/1957).

Inegavelmente, a Paraíba recebeu novos serviços e técnicas terapêuticas e cirúrgicas implantados e aprimoradas pelos médicos formados na FMPB e seus professores.

Deslomar Domingos de Mendonça testemunha que, desde a graduação, sentiu-se vocacionado pela Obstetrícia. Concluente em 1961, após realizar estágio no Rio de Janeiro, retornou a João Pessoa e, com um semblante de satisfação, para o CRM/PB falou: “Eu fui quem executou a primeira cesariana na Paraíba, [...] passei a executar a cesariana com a incisão transversal chamada *Pfannenstiel*”. A partir da leitura de um trabalho em uma revista da Inglaterra, em conjunto com o professor José Clementino, iniciaram a administração de corticoide para promover a maturidade pulmonar fetal, como também executaram uma cesariana de gestação abdominal, na qual o feto foi retirado com vida, o que gerou uma publicação científica no Brasil e no exterior (Mendonça, entrevista concedida ao CRM/PB, 11/07/2009).

Deslomar Mendonça ingressou na docência federal como auxiliar de ensino e continuou se capacitando na especialidade na qual se enquadrava, a Ginecologia e Obstetrícia (UFPB, 1968e).

As figuras 56 e 57 estampam alguns dos enunciados publicitários sobre as realizações da FMPB no compartilhamento com a Saúde Pública.

Figura 56 – “Instalada a cátedra de Tisiologia”



Fonte: *A União* (08/08/1957, p. 3).

No interior da matéria disseminada no jornal *A União* de 08 de agosto de 1957, a ênfase ficou por conta da repercussão social em alunos e professores estudarem, diagnosticarem e tratarem a tuberculose no contexto da cátedra instalada capaz de responder às necessidades dos paraibanos quanto à redução do estigma e das incapacidades geradas pela doença em questão. A menção dada à instalação da cadeira de Pediatria na reportagem de capa não foi diferente, como mostra a figura 57.

Figura 57 – Instalação da cadeira de Pediatria da FMPB (1957)



Fonte: *A União* (26/03/1957, capa).

Na sessão solene da instalação da cátedra pediátrica, o reitor da Universidade da Paraíba, João Medeiros, historiou a atenção infantil na Paraíba. Seu discurso correlacionou a assistência antecedente com as expectativas de progressos alcançados por meio da atuação da FMPB. Assim, a Faculdade edificava uma imagem pública de que era versada para formar com excelência e oferecer respostas às demandas de Saúde Pública dos paraibanos, doravante preparando os novos médicos para assistir aos infantes.

Os jornais atentaram para a participação do cientista Josué de Castro⁶³ na Paraíba, anunciada na Rádio Tabajara e no Jornal *A União* de 09 de agosto de 1957 como resultado do empenho da FMPB e da Sociedade de Medicina.

Figura 58 – A “Geografia da Fome” (1957)



Fonte: *A União* (10/08/1957, capa).

Nas interseções multidisciplinares da Sociologia, Geografia e Medicina, o conferencista pronunciou-se sobre as deficiências alimentares e doenças correlatas (Chega hoje... *A União*, 09/08/1957). A edição posterior, com chamada de capa, trouxe em duas

⁶³ Josué de Castro foi um médico formado pela Universidade do Brasil em 1929, autor do clássico *Geografia da fome*, lançado em 1946, fruto de suas pesquisas sobre o perfil epidemiológico das carências nutricionais do Brasil mapeado nas cinco regiões. No Nordeste, a fome, as carências alimentares e as doenças estavam sob a égide da seca (Vasconcelos, 2008).

páginas parte considerável do encontro, com enfoque no numeroso público audiente (O sol é o alimento... *A União*, 09/08/1957).

O interesse contínuo da imprensa jornalística pelo cotidiano da FMPB foi evidenciado no jornal *A União*, que relatou o início da campanha para prevenir o contágio pelo vírus da pandemia da *influenza*, conhecida como gripe asiática⁶⁴, que afetou o Brasil em 1957. Com o Centro de Estudos Newton Lacerda na liderança e o Diretório Acadêmico da FMPB na participação, o professor Bichat Rodrigues, membro da OMS, veio à Paraíba e palestrou sobre os aspectos históricos, epidemiológicos e sanitários da pandemia em comento. A cerimônia foi presidida por um dos alunos de Medicina e contou com a presença de várias personalidades proeminentes da Paraíba, tais quais representantes do Governo da Paraíba, da Arquidiocese e do Judiciário (Início da Campanha... *A União*, 24/08/1957). Na figura 59, segue o assentamento jornalístico explanado.

Figura 59 – “Início da Campanha contra a ‘asiática’”



Fonte: *A União* (24/08/1957, p. 3; 5).

⁶⁴ Embora o termo usual na época fosse “gripe asiática” em alusão ao epicentro dos primeiros casos, atualmente, preconiza-se substituir a expressão “gripe asiática” por *influenza*, em razão das possíveis remissões à discriminação dos povos asiáticos. O mesmo ocorre para as demais epidemias.

A participação destacada da representação estudantil em eventos como o noticiado pelo jornal *A União*, no qual atuou como organizadora, ressalta o prestígio do Diretório Acadêmico e o interesse compartilhado entre alunos e professores em relação à Saúde Pública. Já o auditório repleto, no que lhe concerne, reporta-se ao maior interesse pelo problema sanitário em foco e à credibilidade depositada sobre o palestrante e os organizadores do evento. Por sinal, senão o desencontro entre estudantes e administração da FMPB que influenciou na instauração da apuração das supostas irregularidades e no afastamento temporário de Humberto Nóbrega da diretoria, de acordo com o que discorreremos no capítulo dois, a coesão entre discentes e docentes era factual.

Para culminar os contributos discentes, a uma certa altura do funcionamento da FMPB, os estudantes, a começar pelos pioneiros, protagonizaram diferentes iniciativas na interface formação e cuidado em saúde. A coluna educação do *A União* comunicou: “Várias conferências nesta capital [João Pessoa] no Centro de Estudos Médicos Científicos [...] o acadêmico Dirceu Monteiro abordou o tema ‘Problemas Sociais da Personalidade Psicopática’, em sessão presidida pela psiquiatra paraibano Luciano Moraes” (Várias Conferências... *A União*, 26/04/1957, p. 4). É interessante destacar que Dirceu Monteiro Pontes pertencia à terceira turma, entrada em 1954 e concluinte em 1959 (Medeiros, 2017), o qual, como outros alunos, a exemplo de Ely Chaves, desenvolvia e debatia pesquisas científicas, sob a coordenação dos professores, o que atesta a intenção precoce da FMPB em preparar médicos pesquisadores, e não apenas assistenciais.

Deslomar Mendonça, aluno ingressante em 1956 e formado em 1961, durante a posse da diretoria do Centro de Estudos Médicos Newton Lacerda, discursou sobre o que é ser médico. Em sua exposição, interrogou como ele que não era médico discorreria sobre o que é ser médico. Na sequência, resgatou a filosofia socrática e, dentre as suas concepções, fluiu que ser médico é “[...] quebrar o lusco-fusco dos crepúsculos pelas cálidas auroras da ciência”. Acrescentou o eloquente estudante:

[...] ser médico é permanecer de pé, mesmo que toda adjacência se desfaleça, é perceber o ser humano como um todo, ainda que a queixa se concentre em um órgão, é combater os preceitos que desvirtuam a Medicina, é superar modelos ultrapassados e se conduzir por atos que empolgam (Mendonça, 1957, p. 2).

A confiança no potencial da ciência para alumiar a penumbra do saber, a devoção e o entusiasmo pela profissão e a noção de que o exercício médico deve se voltar para a integralidade da pessoa humana são observáveis no pronunciamento de Deslomar Mendonça.

Na nova configuração determinada para as IES perante os problemas sociais, os departamentos assumiram a identidade de unidades de ensino e de pesquisa (Fávero, 2006). Na Paraíba, verificamos que determinados departamentos se acentuaram na aproximação da FMPB com a população. Nesse âmbito, o Departamento de Promoção da Saúde (DPS), que foi fundado em 1970, destaca-se em suas funções médicas e sanitárias.

Ainda na fase embrionária, o DPS demarcava sua identidade em estreita relação com a Saúde Pública paraibana. Como aponta a UFPB/CCS (1997), na origem desse departamento, Humberto Nóbrega, então titular da cadeira de Higiene, após uma viagem de estudo pela América Latina, apresentou um relatório ao reitor Guilardo Martins Alves. Este, de pronto, criou uma comissão para aprimorar o ensino de Higiene e de Medicina Preventiva e Social, envolvendo docentes e discentes dos cursos de Medicina, Farmácia, Odontologia, Engenharia, Enfermagem e Serviço Social. Esse grupo constituiu o Departamento de Ciências da Saúde, posteriormente denominado DPS.

Antes da fundação do DPS em 1970, entretanto, a FMPB já atuava em prol da Saúde Pública, engendrando o futuro DPS. Em 1968, professores e alunos de Medicina procederam ao levantamento demográfico e sanitário em bairros de João Pessoa. Naquele ano, realizaram o inquérito sobre mortalidade infantil na cidade de Bayeux e, em conjunto com o curso de Farmácia, efetivaram o censo demográfico e inquérito de saneamento no município de Santa Rita, ambos localizados nas adjacências de João Pessoa. Em 1969, foi a vez do levantamento demográfico e sanitário em João Pessoa, igualmente em parceria com o curso de Farmácia. Todas essas ações estavam no escopo do DPS de incentivar as pesquisas em Saúde Pública e prestar assistência direta à saúde da população (UFPB/CCS, 1997).

A maneira como o DPS nasceu, a partir de uma viagem de estudo, remete a Amorim (2017), que mostra as potencialidades das viagens culturais realizadas por educadores para a História da Educação, pois elucidam múltiplos aspectos educacionais e podem desencadear a produção de ideias favoráveis a mudanças no cenário educativo, especialmente quando os projetos inspirados no viajante são acolhidos e implementados.

Com efeito, o compromisso interdisciplinar dos alunos e professores do DPS visava à integralidade da prevenção, cura e reabilitação por meio de uma formação disposta a atender às necessidades dos núcleos familiares (Nóbrega, 1983), além das fronteiras físicas da FMPB.

Outro empreendimento do DPS foi o internato rural curricular em Saúde Pública implantado em 1970 para interiorizar interdisciplinarmente as ações da FMPB. Alunos supervisionados por professores passaram a realizar diversas ações, em que a teoria se

conciliava à prática com vistas à saúde emancipatória nas comunidades rurais, até que, em 1972, atrelado ao DPS, foi criado o Centro Universitário de Treinamento e Ação Comunitária da Paraíba (Crutac-PB) com foco na formação segundo as especificidades do interior do estado. O enfoque de tal centro constituía-se no controle das doenças transmissíveis, nas investigações epidemiológicas, na educação sanitária, no saneamento ambiental, nos atendimentos ambulatoriais e hospitalares e na assistência materno-infantil (UFPB/CCS, 1997).

De 1972 a 1974, o Crutac-PB treinou 1.020 estudantes de 13 cursos: Medicina, Odontologia, Farmácia, Enfermagem, Agronomia, Engenharia, Serviço Social, Economia, Administração, Pedagogia, Ciências Sociais, Direito e Biblioteconomia. Nessas iniciativas educativas, a área de Saúde respondeu por 528 (52%) dos alunos, dos quais 420 (41%) eram de Medicina (UFPB/CCS, 1997).

Acrescentando a isso, as notificações de neoplasias malignas capitaneadas pelo DPS no interregno de 1971 a 1976 ganharam notoriedade na Divisão Nacional de Câncer (UFPB/CCS, 1997). Nesse estilo, as manifestações sociais da FMPB por meio desse departamento, cujas menções correspondem a uma pequena demonstração, ratificam a considerável amplitude da FMPB perante a população paraibana ao longo das duas décadas abrangidas pelo estudo.

Sob o prisma da cultura escolar (Julia, 2001), este capítulo indicou o funcionamento interno da FMPB e a maneira como buscou externamente a sua autodeterminação. Com cautela para não incidirmos em interpretações apologéticas ou terminativas, é possível perceber uma simbiose entre o envolvimento da FMPB em campanhas sanitárias, projetos, convênios e oportunidades de cursos, bolsas e estágios. Dada a relação de benefícios mútuos, é possível inferir que, de certa forma, as chances de capacitação de docentes e estudantes, bem como os recursos financeiros destinados ao enfrentamento dos problemas de Saúde Pública, ao aportar na IES, frutificaram, alavancaram o ensino e a pesquisa e favoreceram melhorias no panorama médico-sanitário da Paraíba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E desta alegria são igualmente partícipes aqueles ao lado dos quaes trabalhamos para a realização deste desiderato, que hoje se concretiza com a emancipação da medicina paraibana (Newton Nobre de Lacerda, 1957 *apud* Espínola, 1980, p. 44).

O presente trabalho, cujo título foi inspirado na eloquência de Lacerda (1957, *apud* Espínola, 1980), teve como foco principal compreender as configurações que moldaram a FMPB, mediante a reconstituição da sua trajetória histórica no período de 1950 a 1974. A operação historiográfica foi conduzida pela vontade primordial de elucidar como ocorreram os processos constituintes da FMPB, desde sua fundação, em 1950, até a sua incorporação ao CCS da UFPB, em 1974.

Alicerçados na metáfora da floresta (Sanfelice, 2008), ao nos depararmos com a floresta – a instituição educativa que nos foi objeto de estudo –, duas atitudes metodológicas se manifestaram para a nossa escolha: focarmos no todo da floresta ou nos concentrarmos no primeiro arbusto e nos especializarmos nele? Então, decidimos escrutinar a dimensão maior, o “todo” da floresta.

Nesse percurso, copiosas fontes chanceladas pela interdisciplinaridade da NHC, de acordo com a perspectiva de documento monumento, foram justapostas e confrontadas. A operação historiográfica, *a priori*, focalizou no contexto geral do país. Em ato contínuo, compromissada com a correspondência das determinações mais amplas do ensino superior nacional, adstringiu-se às premissas de tal nível educativo na Paraíba e, a partir do paradigma da FMPB, deteve-se na formação médica, mas sem deixar de lado as relações que a FMPB estabeleceu ao longo de sua história, suas normas e práticas escolares, a profissionalização dos professores e os reverberios nos alunos e na sociedade, que são elementos essenciais da cultura escolar.

A FMPB é a primeira instituição formativa médica do estado da Paraíba. Fundada em 1950, iniciou suas atividades em 1952, em um período em que poucos paraibanos conseguiam se formar em IES europeias e brasileiras, especialmente na Bahia, no Rio de Janeiro e em Pernambuco. Ainda assim, o desprovimento médico sanitário era absurdo, tampouco melhor sorte assistia à educação formal, em que, conforme dados do IBGE (1955) alusivos ao ano de 1950, o analfabetismo imperava em cerca de 73,8 % dos homens e 75,1% das mulheres. Apenas 192 médicos e quatro médicas estavam disponíveis para atender a uma população de 1.713.259 indivíduos (IBGE, 1955), sendo mais concentrados na capital do estado, o que agravava a situação no interior.

De antemão, argumentamos que a FMPB foi criada para atender aos interesses das elites paraibanas e igualar o estado em termos de formação médica aos demais entes brasileiros que já possuíam IES médicas, mas também a FMPB, personificada em seus fundadores, interessava-se em preencher os hiatos existentes na atenção à saúde dos habitantes da Paraíba, que ainda era bastante rudimentar. Assim, estimamos que a FMPB, em sua configuração social, foi atravessada por uma trama de disputas e conquistas de suas elites, sob o olhar atento dos jornais em circulação na época. Em busca de elucidações, não descuidamos de que a atividade finalística da instituição educativa deveria estar alinhada com a realidade que a circunda.

À guisa de um realce comedido dos desfechos deste trabalho, aqui sumarizamos os principais achados, consoante cada pergunta histórica especificamente formulada. Ao inquiremos sobre quais precedentes históricos educacionais do cenário nacional estão correlacionados com a criação da FMPB, o estudo afirmou que a expansão do ensino superior na Paraíba, de certo modo, destoou do padrão brasileiro, que tradicionalmente instalava as IES nas localidades mais proeminentes para atender às demandas das elites.

Na Paraíba, o ensino superior foi inaugurado em 1934, no município de Areia, interior do estado, com a formação em Agronomia. José Américo de Almeida, um político que esteve ligado ao presidente Getúlio Vargas, viabilizou a Escola de Agronomia do Nordeste para Areia, sua cidade natalícia, em sentido inverso à requisição das classes mais abastadas, desejosas de uma IES de Direito.

Uma leitura meticulosa acerca do disciplinamento da educação formal pelo poder central mostrou que, apesar de ser insuficiente, a atenção era um pouco mais voltada para os níveis anteriores ao ensino superior. As Constituições Federais e as reformas educacionais foram comedidas em relação à educação universitária, que, aliás, era excludente dos vulneráveis socialmente. Além da dicotomia no ensino entre as camadas sociais, frequentemente as responsabilidades educacionais do poder público eram transferidas para a esfera privada, inclusive com a participação familiar, mas a Constituição de 1946, ao determinar recursos federais para que os estados e o Distrito Federal organizassem seus sistemas de ensino, favoreceu a expansão do ensino superior no país e despertou, na categoria médica paraibana, a percepção de que era possível fundar a primeira IES de Saúde do estado.

A questão “Quais foram as configurações associadas à FMPB que estiveram presentes no período de 1950 a 1974?” conduziu-nos à descoberta de que o período anterior à criação da FMPB foi marcado por uma complexa rede que interditava o ensino superior na Paraíba. Os desafios sociais, nas suas diversas interfaces, como a política, a economia e o

cuidado à saúde, obstaculizavam a expansão da educação. Era uma Paraíba, em grande parte, rural, fustigada pela seca, pela fome e pelas precárias condições de saúde da população, que a sujeitava à política do assistencialismo.

Apesar desses contratempos, em 25 de março 1950, um grupo médico liderado por Humberto Nóbrega, contrariando as objeções, com recursos próprios e alguns aportes públicos, fundou a FMPB, na condição de sociedade civil de natureza privada. Inicialmente, idealizada para agregar as formações em Farmácia e Odontologia, mas, devido às restrições materiais e de docentes qualificados, surgiu somente a de Medicina; as duas últimas foram adiadas. A propósito, em meio aos maiores desafios experienciados pelos fundadores da FMPB, a composição do quadro docente e a adequação ambiental para as aulas teóricas e práticas se salientaram. Para preencher as lacunas de professores, os catedráticos titulares preparavam certos alunos que, após a conclusão da graduação, dirigiam-se aos centros de referências nacionais e internacionais para se capacitarem. Ao regressarem à Paraíba, tornavam-se os novos professores da FMPB.

Na cadeia desse engendramento, em 15 de março de 1952, diante do mais alto estrato da sociedade paraibana e sob a cobertura da imprensa periódica, o principal palco cultural de João Pessoa, o Teatro Santa Rosa, recebeu numerosas testemunhas para o que denominaram de “expressivo acontecimento”, ou seja, a inauguração da FMPB.

Na tentativa de elucidarmos o questionamento de que forma as principais modificações normativas e administrativas implementadas para a FMPB, no recorte de 1950 a 1974, estão relacionadas à história desta instituição educativa, desvelamos que a consolidação da FMPB se deu em razão, em primeiro plano, da intrepidez de seus fundadores e da sua aceitação política e social. Malgrado as disputas de poder perceptíveis à medida que os membros da FMPB se mobilizavam dos seus campos em busca de meios emancipatórios para tal IES, certos marcos se destacaram.

Por ordem cronológica, o ano de 1955 respondeu por duas demarcações fundamentais: o reconhecimento do curso de Medicina pelo Governo Federal e a agregação da FMPB à recém-criada Universidade da Paraíba. O reconhecimento a legitimou a funcionar e emitir diplomas válidos. Em relação à agregação à Universidade da Paraíba, a triangulação das fontes desnudou que a Lei n.º 1.366, de 02 de dezembro de 1955, produziu duas categorias de IES hierarquicamente diferenciadas. Na recém-Universidade, as IES mais robustas – Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Faculdade de Ciências Econômicas, Escola de Engenharia e Escola de Serviço Social – foram posicionadas como agregadas, porém as de menor capacidade didática foram incorporadas.

Para a FMPB, essa diferenciação legal resultou na manutenção do ensino superior médico-privado, que assim permaneceu até 1960. Não passou a ser mantida pelo estado, mas sim continuou a subsistir nas mensalidades cobradas dos alunos e dos auxílios e subvenções públicas que já recebia desde os anos iniciais. Assim sendo, entendemos que a “estadualização” da FMPB não a transformou em uma instituição educativa estadual no sentido usual, custeada pelo Governo do Estado, uma vez que os alunos de Medicina permaneceram obrigados a arcar com os custos da educação universitária.

Sem dúvida, a grande virada rumo à emancipação da formação médica paraibana foi a federalização da Universidade da Paraíba em 1960, dado que as vagas foram ampliadas e os estudantes foram desencarregados dos pagamentos das mensalidades e de outras cobranças relacionadas ao ensino superior. Os professores foram admitidos no serviço público federal e todo um quadro docente e funcional foi constituído. A estrutura física para as aulas paulatinamente se aprimorou, não obstante o lapso temporal entre a federalização e a conclusão do *Campus* e do HULW.

Em 1974, uma reforma unificou as faculdades de saúde no CCS e uma nova estrutura departamental foi implementada na UFPB, refletindo-se na remodelação da FMPB para o curso de Medicina do CCS. Entretanto, nesse ponto, as fontes revelaram a insatisfação de alguns professores que experienciaram os influxos da reforma universitária empreendida durante a Ditadura Civil-Militar, pela Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968. O memorialista Medeiros (2017), professor de Medicina durante aquela fase, identificou que houve um impacto negativo na unidade estudantil. Por exemplo, a mudança do ano letivo seriado para o sistema de créditos por disciplina tinha como plano de fundo dismantlar a organização estudantil que incomodava o regime ditatorial, pois seus alunos, como também os de outras turmas, foram dispersos em salas numerosas e desconhecidas.

A procura por respostas para a inquietação sobre os impactos históricos, educacionais e médico-sanitários que a FMPB projetou no estado da Paraíba clarificou que essa IES alcançou significativa projeção social tanto no contexto histórico-educacional quanto no médico-sanitário. A análise dos indicadores da área de interação entre Educação e Saúde, nas décadas de 1950 e 1970 na Paraíba, revelou a relevância social da FMPB. Isso significa dizer que as iniciativas das quais a FMPB participou envolveram alunos, professores e outras instâncias públicas e privadas e foram articuladas gradativamente conforme a consolidação da capacidade didática institucional. No princípio, eram reduzidas, todavia a cada ano se corporificavam. Grande parte delas reverberou simultaneamente para docentes, discentes e comunidade, porque não é possível estreimar formação e docência dos vários âmbitos de

atuação médica, pois que a educação inicial e continuada em Medicina, perfilada à competência dos professores, favorece a prática médica cientificamente consistente e a qualidade dos serviços de saúde.

O estudo demonstrou que, nas configurações da FMPB, a campanha veiculada na imprensa periódica foi emblemática. Médicos, políticos, estudantes e outras personalidades comprometidas com a expansão do ensino superior na Paraíba utilizaram esse meio de comunicação com proficiência. Em um terreno delicado, ocasionalmente com obstáculos nas esferas político-decisória, movimentaram-se artefatos de diversas ordens, que influenciaram certos homens públicos a se comprometerem com a sustentabilidade da IES. Também fizeram circular um discurso verbo-visual, na Paraíba e em outros estados, a exemplo do Rio de Janeiro, então sede do poder central, ensejadores de representações de credibilidade na formação a cargo da FMPB.

Palestras proferidas, acordos firmados, recursos prometidos ou obtidos, melhorias estruturais e funcionais logradas e outras iniciativas eram habituais nos jornais, principalmente no periódico ligado ao Governo do Estado, *A União*. Por outro lado, as dificuldades que se levantavam eram estampadas nas folhas, certamente no intuito de gerar uma opinião pública favorável às demandas da FMPB e atrair apoios capazes de acelerar a solução.

Não apenas a FMPB, por meio dos seus diretores, apropriou-se do poder de persuasão das gazetas como também os professores ostentaram um discurso de pertencimento à instituição como emblema de competência e de *status* social e intelectual. Isso nos permite inferir que ser um professor da FMPB era equivalente a possuir um capital simbólico que o acompanhava cotidianamente. Da publicidade dos serviços médicos à participação em eventos culturais e sociais, era protocolar o realce desse pertencimento, sugerindo a honradez e a confiança depositadas na Faculdade.

A crítica que fazemos às modulações da FMPB se situa na escassez da participação feminina no corpo docente fundador, no qual não localizamos nenhuma mulher nos primeiros anos da IES. Simplesmente mais adiante, a partir de 1960, identificamos quatro médicas professoras.

Além disso, o estudo revelou que poucas alunas ingressaram na FMPB, reproduzindo, portanto, o paradigma nacional quanto à feminização da Medicina. No tocante a essas descobertas, contudo, não responsabilizamos exclusivamente a FMPB, mas sim o patriarcalismo estrutural da sociedade brasileira, que se perpetua, num sistema histórico de privilégios e/ou de inferioridades. Nos dias de hoje, apesar da correspondência numérica entre

médicas e médicos, outras interdições simbólicas ou manifestas são reais no panorama nacional, como é o caso da distribuição dos gêneros nas especialidades médicas, em que as áreas mais tecnológicas têm a presença mais intensa dos homens.

Um alerta que esta pesquisa nos consente fazer é sobre a importância e a urgência da preservação das fontes educacionais. Os arquivos escolares e outros locais de guarda das fontes são essenciais para a reconstituição da História da Educação. Eles são repletos de memórias indispensáveis à compreensão das várias categorias tocantes à cultura escolar. Para mantê-los, todos devemos nos comprometer, incluindo os formuladores e implementadores das políticas públicas.

Retornando às reflexões sobre a emancipação da Medicina na Paraíba, após 24 anos da fundação da FMPB, quanto à ansiada emancipação, que, em 1952, ainda era embrionária, entendemos que foi concretizada. É claro que todos nós estamos em uma configuração interdependente. Inobstante a menor permeabilidade de campos específicos, uma instituição educativa está sempre em conexão com os diferentes segmentos sociais, particularmente com o sistema educativo e suas normas regulatórias, bem como outros centros de formação e pesquisa do Brasil e do mundo. A maneira como a IES interage com esse plexo – que *habitus* os seus indivíduos desenvolvem e que cultura inculcam – faz toda a diferença na execução das finalidades institucionais.

Com essas arguições, alcançamos que a FMPB suplantou as adversidades, desenvolveu uma cultura escolar que, embora baseada em práticas pedagógicas tradicionais, favoreceu sua subsistência e consolidação, além de inspirar seus estudantes a se qualificarem e a implementarem na Paraíba serviços de saúde inovadores.

A partir do pressuposto de que a história é um processo aberto a novas evidências, as contribuições deste estudo não são terminativas. No entanto, ao chegarmos aqui, em tom de despedida parcial, já que o historiador da Educação é movido por uma curiosidade constante, temos a clareza da consolidação do argumento central da tese. As poucas ressalvas que se apresentaram quanto à situação financeira de alguns estudantes que tiveram dificuldades para arcar com os custos da formação não invalidam a regra da destinação do ensino superior médico para as elites, em virtude do fato de tais grupos em uma sociedade se especificarem em elite econômica, política e cultural, conjunta ou separadamente.

Como identificou a douta banca de qualificação, enfatizado nas arguições do professor doutor Eduardo Sérgio Soares Sousa na posição de médico, sociólogo e diretor do CCM da UFPB, neste trabalho, existem “muitas pontas de *icebergs* que podem inspirar novas investigações”. Então, a despeito de sua fecundidade, que possibilitou a convergência de

diversos aspectos do fenômeno educativo envolvendo as IES médicas no Brasil e as particularidades desse ensino na Paraíba, percebemos que categorias específicas da densa floresta, atualmente denominada de **Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba**, podem ensejar estudos do porvir, mormente que posicionem no polo investigativo as mulheres vanguardistas discentes e/ou docentes.

REFERÊNCIAS

AGRUFBA. **Histórico**. Disponível em: www.agronomia.ufba.br. Acesso em: 22 nov. 2022.

ALEIXO, Ramon de Alcântara. **A construção do novo Nordeste**: intelectuais, política e educação na URNe. 2018. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo descomplicado**. 16. ed. São Paulo: Método, 2008.

ALMEIDA, Bernadete de Lurdes Figueiredo. Trajetória do serviço social na Paraíba. In: VIEIRA, Ana Cristina; MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do (org.). **Serviço Social no Nordeste**: das origens à renovação. São Paulo: Cortez, 2021. p. 186-200.

ALMEIDA, José Américo de. Mensagem aos paraibanos. **O Norte**, João Pessoa, v. 42, n. 584, p. 1-8, 1952. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/120774/12745>. Acesso em: 20 mar. 2023.

ALMEIDA, José Américo. **Entrevista** [? ago. 1979] de José Américo Almeida cedida ao NDIHR/UFPB, João Pessoa, 1979.

AMORIM, Sara Raphaela Machado de. **Viagem como missão**: intercâmbio pedagógico do educador Nestor dos Santos Lima (1913-1923). 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

AMORIM, Sara Raphaela Machado de; SANTOS, Daise Silva; PIRES, Raquel Lopes. Do planejado ao vivido: imprevisibilidades nas travessias de educadores (1911-1930). **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 1-12, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6042>. Acesso em: 28 ago. 2023.

ANDRADE, Tatiana Carilly Oliveira. **O saber do Jornalismo**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

APL. N.º 20 – (Patrono) **Joaquim da Silva**. João Pessoa: APL, 2022. Disponível em: <http://novo.aplpb.com.br/academia/academicos/cadeiras-11-a-20/187-n-20-patrono-joaquim-da-silva>. Acesso em: 13 nov. 2022.

ARAÚJO, Daisy Vieira de; SILVA, Cesar Cavalcanti da. Historicidade institucional do ensino de Enfermagem na Paraíba: uma contribuição para o estudo. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 114-119, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/8279>. Acesso em: 14 nov. 2022.

ARAÚJO, Marta de Oliveira; MELO, Josemar Henrique de. O arquivo da Santa Casa de Misericórdia como fonte para a construção da História dos Hospitais da Paraíba. **Revista do Arquivo**, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 36-52, 2019. Disponível em:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/08/artigo_02.php. Acesso em: 6 set. 2022.

ASSIS, Valdegil Daniel de *et al.* O papel do sindicalismo na valorização docente em João Pessoa- PB. **Retratos da Escola**, Porto Alegre, v. 15, p. 929-944, 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1248>. Acesso em: 30 abr. 2024.

ASSOCIAÇÃO MÉDICA DA PARAÍBA. Jornal *O Norte*, João Pessoa, v. 42, n. 78?, s.p., 30 set. 1952. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/120774/14149>. Acesso em: 19 set. 2024.

ÁVILA, Rebeca Contrera. Formação das mulheres nas escolas de Medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, DF, v. 38, n. 1, p. 142-149, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-55022014000100019>. Acesso em: 28 ago. 2023.

AZEVEDO, Fernando *et al.* **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959**. Recife: Joaquim Nabuco: Massangana, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. ed. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: 70, 2016.

BARON, Miriam Viviane *et al.* Influence of Covid-19 on the Socio-Emotional Aspect of School Communities. *Medical Research Archives*, [S.l.], v. 10, p. 1-8, 2022. Disponível em: <https://esmed.org/MRA/mra/article/view/3025/193546280>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRANDENBURG, Cristine; PEREIRA, Arliene. S. Menezes; FIALHO, Lia Machado Fiuza. Práticas reflexivas do professor reflexivo: experiências metodológicas entre duas docentes do ensino superior. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 1-16, 2019. DOI: <https://doi.org/10.47149/pemo.v1i2.3527>. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3527>. Acesso em: 16 jan. 2024.

BDTD. **Acesso e visibilidade às teses e dissertações brasileiras**. Brasília, DF: BDTD, 2021. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 2 set. 2021.

BITTAR, Marisa. Vinte anos da Sociedade Brasileira de História da Educação: com os olhos no futuro. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 19, e071, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e071>. Acesso em: 23 ago. 2022.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. Tradução: Maria Celeste C. J. Santos. Brasília, DF: Universitária, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução: Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**. Tradução: Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 5, p. 193-216, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008>.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**, São Paulo, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1965.123422>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422>. Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. **Diário Oficial**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 17 jul. 1934.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. **Diário Oficial**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 11 nov. 1937.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 15 de março de 1967. **Diário Oficial**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 16 mar. 1967.

BRASIL. 4ª Conferência da Educação. **Cronologia da criação dos estabelecimentos de ensino superior**. Brasília, DF: Inep, 1969a.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei de 3 de outubro de 1983. Dá nova organização às actuaes Academias Medico-cirurgicas das cidades do Rio de Janeiro, e Bahia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 4 out. 1983.

BRASIL. **Censo da Educação Superior 2021**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022.

BRASIL. **Constituição (1824)**. Constituição Política do Império do Brazil. Carta de Lei de 25 de Março de 1824. Manda observar a Constituição Politica do Imperio, offerecida e jurada por Sua Magestade o Imperador. Registrada na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio do Brazil a fls. 17 do Liv. 4º de Leis, Alvarás e Cartas Imperiaes. Rio de Janeiro, DF, 22 abr. 1824.

BRASIL. Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil, de 24 de fevereiro de 1891. **Diário Oficial**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 24 fev. 1891.

BRASIL. **Constituinte de 1946**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, diretoria de documentação e publicidade, 1946.

BRASIL. Decreto Lei n.º 53, de 18 de novembro de 1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 nov. 1966.

BRASIL. Decreto n.º 20.931, de 11 de janeiro de 1932. Regula e fiscaliza o exercício da medicina, da odontologia, da medicina veterinária e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira, no Brasil, e estabelece penas **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 12 jan. 1932.

BRASIL. Decreto n.º 24.797, de 13 de abril de 1948. Concede à autorização para funcionamento do curso de ciências econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 14 abr. 1948.

BRASIL. Decreto n.º 30.212, de 27 de novembro de 1951. Concede autorização para o funcionamento do curso médico da Faculdade de Medicina da Paraíba. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 5 dez. 1951a.

BRASIL. Decreto n.º 38.011, de 5 de outubro de 1955. Concede o reconhecimento ao curso médico da Faculdade de Medicina da Paraíba. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 6 out. 1955a.

BRASIL. Decreto n.º 38.146, de 25 de outubro de 1955. Concede reconhecimento aos cursos de pedagogia, geografia e história e letras neo-latinas da Faculdade de Filosofia da Paraíba. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 26 out. 1955b.

BRASIL. Decreto n.º 39.604, de 14 de julho de 1956. Altera a tabela de salário mínimo e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 15 jul. 1956a.

BRASIL. Decreto n.º 40.160, de 16 de outubro de 1956. Concede prerrogativas de equiparação à Universidade da Paraíba. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 17 out. 1956b.

BRASIL. Decreto n.º 7.247, de 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primário e secundário no Município da Corte e o superior em todo o Império. **Diário Oficial**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 20 abr. 1879.

BRASIL. Decreto n.º 73.701, de 28 de fevereiro de 1974. Aprova o plano de reestruturação da Universidade Federal da Paraíba. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 fev. 1974.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá.... **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 12 abr. 1931.

BRASIL. Decreto-lei n.º 421, de 11 de maio de 1938. Regula o funcionamento dos estabelecimentos do ensino superior. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 12 maio 1938.

BRASIL. **e-MEC**: Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 24 fev. 2023.

BRASIL. Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 out. 1969b.

BRASIL. **Estabelecimentos de ensino superior – 1968**, p. 118., nov. 1968. Brasília, DF: Inep, 1968a. Disponível em: <http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/codi-uniper-m0182p01-estabelecimentos-de-ensino-superior-1968>. Acesso em: 19 nov. 2022

BRASIL. **Estabelecimentos de ensino superior – 1968**, p. 2, nov. 1968. Brasília, DF: Inep, 1968b. Disponível em: <http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/codi-uniper-m0182p01-estabelecimentos-de-ensino-superior-1968>. Acesso em: 19 nov. 2023.

BRASIL. **Histórico**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14306:cne-historico&catid=323:orgaos-vinculados. Acesso em: 17 set. 2023.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. **Diário Oficial**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 16 out. 1827.

BRASIL. Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950. Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 5 dez. 1950.

BRASIL. Lei n.º 1.523, de 26 de dezembro de 1951. Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 142.000.000,00 [...]. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 27 dez. 1951b.

BRASIL. Lei n.º 1.920, de 25 de julho de 1953. Cria o Ministério da Saúde e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 26 jul. 1953.

BRASIL. Lei n.º 10.419, de 9 de abril de 2002. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo**, Brasília, DF, 10 abr. 2002.

BRASIL. Lei n.º 3.268, de 30 de setembro de 1957. Dispõem sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 31 set. 1957.

BRASIL. Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e as Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 dez. 1961.

BRASIL. Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 nov. 1968c.

BRASIL. **Listagem de Instituições de Ensino Superior no Brasil**. 10 jul. 1969. Brasília, DF: Inep, 1969c.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Educação no Brasil: organização e situação atuais**. CODI-UNIPER_m1118p01 - Educação no Brasil Organização e Situação Atuais. Disponível em: http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/5/8/c/58c80c0595ee822b700e23044e2f6ea6edf085a7833cfb6332b369f581ba1d0e/CODI-UNIPER_m1118p01_EducacaoNoBrasilOrganizacaoESituacaoAtuais.PDF. Acesso em: 24 nov. 2022.

BRASIL. Portaria n.º 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 ago. 2007.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 2011.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. Tradução: Nilo Odália. São Paulo: Unesp, 1992.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Tradução: Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt; PEREIRA, Adriana Camargo. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. **Revista de Educação**, Itatiba, v. 10, n. 10, p. 23-28, 2007.

CASAMENTOS. **Diário de Pernambuco**, Recife, v. 131, n. 49, p. 6, 29 fev. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_13/32287. Acesso em: 20 mar. 2023.

CASTELO BRANCO, Uyguacira Veloso. **A construção do mito do “meu filho doutor”**: fundamentos históricos do acesso ao ensino superior no Brasil-Paraíba. 475 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

CASTRO, Maria Marluce de Melo Castro. **Entrevista realizada em 12 out. 2013**. CRM/PARAÍBA. Memória da Medicina (DVD 29). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=irJTeOFUbV8&list=PLGvrmf6fP10P6OiMJ75oLdxNvfpOdFBLb&index=13>. Acesso em: 11 mar. 2023.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 65-119.

CFM. **Demografia Médica no Brasil**. Estudo de Projeção “Concentração de Médicos no Brasil 2020”. São Paulo: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo: Conselho Federal de Medicina, 2020.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002>. Acesso em: 1º set. 2023.

CHEGA HOJE ... Jornal *A União*, v. 65, n. 177, p. 3, 9 ago. 1957.

CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Apresentação, 11., 2022, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: PUC-SP, 2022.

CONSUNI/UFPB. **Resolução n.º 21, de 2 de agosto de 2007**. Cria o Centro de Ciências Médicas, no Campus I da Universidade Federal da Paraíba, a partir do desmembramento do Centro de Ciências da Saúde, altera o Art. 15 do Estatuto da UFPB e dá outras providências. Disponível em: https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2016024028678022924552ff880bdd39/Runi21_2007.htm. Acesso em: 22 ago. 2023.

COUTINHO, Flávio Ribeiro. **Verbetes biográficos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FVG), 2023. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/coutinho-flavio-ribeiro>. Acesso em: 28 jul. 2023.

CREMEPE; AZEVEDO, Joelli. **As pioneiras da Medicina no Brasil e Pernambuco**. 8 de março de 2022. Disponível em: <https://www.cremepe.org.br/2022/03/08/as-pioneiras-da-medicina-no-brasil-e-pernambuco/>. Acesso em: 17 set. 2022.

CRIAÇÃO DA FACULDADE DE MEDICINA DA PARAÍBA. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1º Caderno, p. 5, 12 jul. 1951. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/089842_06/10720; Acesso em: 20 de mar. 2023.

CRM/PB. **Informativo**, v. 2, n. 78, 1-15 jan. 2023. Disponível em: <https://crmpb.org.br/wp-content/uploads/2023/01/Informativo-CRM-PB-78-01-a-15-de-janeiro-de-2023.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

CRM/PB. **Memória da Medicina PB (DVD 7) – Registros sobre Dr. Ely Chaves**. 25. fev. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HNvnABGty3s&list=PLGvrnf6fP10P6OiMJ75oLdxNvfPOdFBLb&index=27>. Acesso em: 11 mar. 2023.

CRM/PB. **Museu da Imagem e do Som**. Disponível em: <https://crmpb.org.br/publicacoes-crm-pb/museu-da-imagem-e-do-som/>. Acesso em: 16 jan. 2024.

CTA/FMPB. **Atas do CTA/FMPB**: livro 1, de 15/01/1952 a 05/06/1954. João Pessoa, PB, 1952.

CTA/FMPB. **Atas do CTA/FMPB**: livro 2, de 15/09/1954 a 04/12/1956. João Pessoa, PB, 1956.

CTA/FMPB. **Atas do CTA**: livro 3, de 16/01/1957 a 24/01/1963. João Pessoa, PB, 1963.

CUNHA, Luiz Antônio. **A educação brasileira na primeira onda laica**: do Império à República. Rio de Janeiro: Autor, 2017.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Autêntica, 2003. p. 151-204.

CUNHA, Luiz Antônio. Roda-viva. In: CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de Góes (org.). **O golpe na educação**. 11 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 35-53.

DOUTORANDO ANTÔNIO... **A União**, João Pessoa, v. 68, n. 91, 10 dez. 1960, capa.

DR. DJAIR... **A União**, João Pessoa, v. 65, n. 282, p. 4, 18 dez. 1957.

DR. ELY CHAVES... **A União**, João Pessoa, v. 65, n. 283, p. 2, 19 dez. 1957.

DR. GALVANI MURIBECA... **A União**, João Pessoa, v. 65, n. 282, p. 2, 18 dez. 1957.

DRA. MARIA JOSÉ... **A União**, João Pessoa, v. 65, n. 285, p. 2, 22 dez. 1957.

DRA. WALQUÍRIA... **A União**, João Pessoa, v. 65, n. 284, p. 2, 20 dez. 1957.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **O ensino superior no Brasil**: público e privado. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior (NUPES). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

EBA/UFRJ. **Institucional**. Disponível em: <https://eba.ufrj.br/institucional/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

EBSERH; HULW. **Plano Diretor Estratégico 2021-2023 – Versão 5.0, 22/12/2022**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-nordeste/hulw-ufpb/governanca/plano-diretor-estrategico-2021-2023/pde-2021-2023-hulw-versao-5-0-ok.pdf/view>. Acesso em: 20 ago. 2023.

EDRISE DA COSTA VILAR. Missa de 7º Dia. **O Norte**, João Pessoa, v. 65, n. 2104, p. 6, 11 jul. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/120774/19867>. Acesso em: 25 jan. 2025.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Tradução: Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Braga, Portugal: Pax Limitada, 1980.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Tradução: Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1994.

ESPÍNOLA, Robson Duarte. **O ensino superior na Paraíba**: um depoimento. João Pessoa, fevereiro de 1980.

FACULDADE DE MEDICINA DA PARAÍBA. **A União**, João Pessoa, v. 58, n. 70, p. 3, 26 mar. 1950. Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/servicos/copy_of_jornal-a-uniao/decada-de-1950/1950/marco/a-uniao-26-03.1950/view. Acesso em: 20 de mar. 2023.

FACULDADE DE MEDICINA DA PARAÍBA. **A União**, João Pessoa, v. 58, n. 70, p. 3, 26 mar. 1950.

FACULDADE DE MEDICINA DA PARAÍBA. **A União**, João Pessoa, v. 59, n. 276, p. 3, 12 dez. 1951.

FACULDADE DE MEDICINA DA PARAÍBA. **A União**, João Pessoa, v. 59, n. 233, p. 5, 19 out. 1951.

FACULDADE DE MEDICINA DA PARAÍBA. **A União**, João Pessoa, v. 59, n. 233, p. 5, 19 out 1951.

FACULDADE DE MEDICINA DA PARAÍBA. **A União**, João Pessoa, v. 59, n. 276, p. 3, 12 dez. 1951.

FACULDADE DE MEDICINA DA PARAÍBA. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, v. 126, n. 290, p. 8, 13 nov. 1953. Disponível em: Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_14/21627. Acesso em: 20 de mar. 2023.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). 3. ed. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 135-150.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de *et al.* A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na História da Educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 139-159, 2004.

FARIAS, Luís Lindbergh. Entrevista realizada em 14 fev. 1980 com Luís Lindbergh Farias, cedida ao NDIHR/UFPB, João Pessoa.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200003>. Acesso em: 15 nov. 2022.

FEDERALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DA PARAÍBA. **Diário de Pernambuco**, Recife. n. 147, ano 125, p. 3, 2 jul. 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/3787. Acesso em: 20 ago. 2023.

FERNANDES, Florestan. A formação política e o trabalho do professor. In: CATANI, Denice Bárbara *et al.* (org.). **Universidade, escola e formação de professores**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 13-37.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?**. 2. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

FERNANDES, Francisco Orniudo. Espaço de cultura e artes acadêmica: Maria de Lourdes Britto - a imortalidade. **Revista Apmed**, João Pessoa, n. 1, v. 1, 2023.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. **Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial**: as primeiras configurações do ensino secundário na província da Parahyba do Norte. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; FRANÇA, Maria do Socorro Lima Marques; NASCIMENTO, Vanusa Neves. Docência no Ensino Superior: quais saberes mobilizar para formar professores?. **Pro-Posições**, Campinas, v. 34, e20220044, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2022-0044>. Acesso em: 16 jan. 2024.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; MACHADO, Charliton José dos Santos; NEVES, Vanusa Nascimento Sabino. Trajetórias formativas (auto)biográficas de educadores(as) negros(as) nas teses e dissertações brasileiras (2003-2021). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 22, p. e222, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/KCH6MRKkyKnnDgHY9b7zYhK/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; NEVES, Vanusa Nascimento Sabino. Booktubers brasileiros: canais literários de incentivo à leitura. **Texto Livre**, Belo Horizonte, v. 16, e39079, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tl/a/GN6YkjLGVdkyg7jbdS4Rvg/abstract/?lang=en>. Acesso em: 30 abr. 2024.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; NEVES, Vanusa Nascimento Sabino. Teachers amid emergency remote teaching: repercussions of social distancing on formal education. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 48, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/F9qCnFrgWnhkpgjpZcpSfS/?format=pdf>. Acesso em: 30 abr. 2024.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; NEVES, Vanusa Nascimento Sabino. Tecnologias digitais da informação e comunicação para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável: a educação atravessada pela pandemia. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 61, n. 61, 2024. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/reducacao/article/view/9325>. Acesso em: 30 abr. 2024.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; NEVES, Vanusa Nascimento Sabino; NASCIMENTO, Karla Angélica Silva. Microcreativity with chat generative pre-trained transformer: Learnings in virtual space. **Journal of Technology and Science Education**, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 95-108, 2024. Disponível em: <https://www.jotse.org/index.php/jotse/article/view/2338>. Acesso em: 30 abr. 2024.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; NEVES, Vanusa Nascimento Sabino; OLIVA, Manuel Francisco. Romero. Políticas públicas para o Ensino Superior: a produção científica brasileira em circulação internacional. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 32, e0244199, 2024. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/issue/view/154>. Acesso em: 30 abr. 2024.

FIGUEIREDO, Alexandre Medeiros de *et al.* Políticas de ampliação do acesso ao ensino superior e mudança no perfil de egressos de medicina no Brasil: um estudo transversal.

Ciência & Saúde Coletiva, Bauru, v. 27, n. 9, p. 3751-3762, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022279.07092022>. Acesso em: 2 ago. 2023.

FMB/UFBA. **Histórico**. Disponível em: <https://fmb.ufba.br/institucional/historico>. Acesso em: 22 nov. 2022.

FMPB. **Coletânea I**. João Pessoa: FMPB, 1950-1956 e 1956-1957.

FMPB. **Coletâneas II**. João Pessoa: FMPB, 1958-1960.

FMPB. **Relatório de atividades**. João Pessoa: FMPB, 1957.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si (1983). In: MOTTA, Manuel Barros da (org.). **Ética, sexualidade, política**: Michel Foucault. Tradução: Elisa Monteiro e Inês Autram Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 144-162.

FUNCIONA... **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 20.34?, 1º Caderno, p. 4, 28 jul. 1959. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/108780. Acesso em: 5 maio 2023.

FUNCIONARÁ... **A Manhã**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3.111, p. 2, 22 set. 1951. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116408/54960>. Acesso em: 5 mar. 2023.

FUNCIONARÁ... **A União**, João Pessoa, v. 58, n. 178, p. 5-8, 5 ago. 1950.

GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê. **Instituto Paulo Freire**, Pernambuco, v. 15, p. 1-18, 2017.

GARCIA, Juan César. **A educação médica na América Latina**. Tradução: Carmen Fontes Teixeira, Liliana Santos, Marcelo Nunes Dourado Rocha. Salvador: EDUFBA, 2022.

GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos Sousa; GATTI JÚNIOR, Décio (org.). **Novos temas em História da Educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 3-24.

GATTI JÚNIOR, Décio; GATTI, Giseli Cristina do Vale. A história das instituições escolares em revista: fundamentos conceituais, historiografia e aspectos da investigação recente. **Revista Educativa-Revista de Educação**, Goiânia, v. 18, n. 2, p. 327-359, 2016. Disponível em: <http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/4553>. Acesso em: 12 set. 2022.

GOÉS, Moacyr. Voz ativa. In: CUNHA, Luiz Antônio; GOÉS, Moacyr. (org.). **O golpe na educação**. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 8-31.

GOUVEIA, Bruno Márcio. **Escritos e práticas na trajetória do médico Octávio de Freitas no Recife**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/28093>. Acesso em: 23 ago. 2022.

HILDEGARD, Angel. **Thereza de Sousa Campos e Dinastia das Therezas da sociedade carioca**. 27 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.hildeangel.com.br/thereza-de-souza-campos-e-a-dinastia-de-therezas-da-sociedade-carioca/>. Acesso em: 19 set. 2023.

HOSPITAL NAPOLEÃO LAUREANO. **O hospital da vida**: História da Fundação Laureano 69 anos. Disponível em: <http://hlaureano.org.br/a-fundacao/>. Acesso em: 27 mar. 2023.

IBGE. **Anuario Estatístico do Brazil**: 1º Anno (1907-1912), v. III, República dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro: IBGE, 1927. p. 622. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/bibliotecacatalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 11 nov. 2022.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1936**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estatística, 1936. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1936.pdf. Acesso em: 18 set. 2022.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1953**. Rio de Janeiro: IBGE, 1953. v. 14. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1953.pdf. Acesso em: 1º out. 2022.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1968**. Rio de Janeiro: IBGE, 1969. v. 30. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1969.pdf. Acesso em: 21 nov. 2022.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1972**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972. v. 33. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1972.pdf. Acesso em: 21 nov. 2022.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1977**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978. v. 38. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1977.pdf. Acesso em: 28 ago. 2023.

IBGE. **Censo Demográfico de 1960**: VII Recenseamento Geral do Brasil: Rio Grande do Norte - Paraíba. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. Série Regional. v. I, tomo V. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000363/censodem1960rvol1t5/censodem1960rvol1t5.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.

IBGE. **Censo Demográfico de 2010**: características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: 9 ago. 2023.

IBGE. Censo Demográfico: **VI Recenseamento Geral do Brasil 1950**: Estado da Paraíba. Rio de Janeiro: IBGE, 1955. Série Regional. v. XVI, tomo 1. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/70/cd_1950_pb.pdf. Acesso em 22 ago. 2022.

IBGE. **Recenseamento do Brasil em 1872**: Província da Parahyba do Norte. de Janeiro: IBGE, 1987. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v5_pb.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

IBGE. **Recenseamento Geral do Brasil**: 1 de setembro de 1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1952. Série Regional. Parte VIII-Paraíba. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p8_pb.pdf. Acesso em: 29 nov. 2022.

IBGE. **Sinopse Estatística Paraíba 1971**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv84008.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2024.

INÍCIO da Campanha... **A União**, João Pessoa, v. 65, n. 189, p.3-5, 24 ago. 1957.

INÍCIO do ano letivo da Faculdade de Medicina. **A União**, João Pessoa, v. 60, n.?. p. 3; 6, 16 mar. 1952.

INSTALAÇÃO da Faculdade de Medicina da Paraíba. **A União**, João Pessoa, ano LX, n. 63, p. 5, 18 de mar. 1952.

INSTALADA... **A União**, João Pessoa, v. 65, n. 176, p. 3, 8 ago. 1957.

INSTALOU-SE Ontem... **A União**, João Pessoa, v. 65, n. 72, 26 mar. 1957, capa.

JK cria hoje a universidade... **O Jornal**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 12.212. p. 3, 13 dez. 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_06/9812. Acesso em: 3 ago. 2023.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto historiográfico. Tradução: Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, n. 1, p. 9-44, 2001. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/39195>. Acesso em: 12 jan. 2024.

JUREMA, Abelardo. **Entrevista realizada em 27 dez. 1979 cedida ao NDIHR/UFPB**. João Pessoa, 1979.

LAGO, Washington Luiz Silva. **O polo médico-hospitalar do Recife e a especialização dos seus equipamentos de saúde: polo de crescimento ou de desenvolvimento?**. 2010.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/2886>. Acesso em: 30 set. 2023.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 1990.

LEITE, José de Oliveira. **Entrevista realizada em 16 jan. 1979 cedida ao NDIHR/UFPB**. João Pessoa, 1979.

LEITE, Newton de Araújo. **Entrevista realizada em 15 jul. 1980 cedida ao NDIHR/UFPB**. João Pessoa, 1979.

LEITÃO FILHO, Sá. A semente da universidade. **O Norte**, João Pessoa, v. 42, n. 190, capa, 5 maio 1953. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/120774/15514>. Acesso em: 5 maio 2023.

LEITE, Marília Siebra Pereira *et al.* Estágio Curricular Supervisionado em Enfermagem na Obstetrícia percepção dos universitários. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 28, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/10803>. Acesso em: 30 abr. 2024.

LIMA, Rômulo de Araújo. **A luz que não se apaga**: Escola Politécnica da Paraíba e a formação de um campo científico-tecnológico. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

LIMEIRA, Maria das Dores; FORMIGA, Zeluiza da Silva. NDIHR. **UFPB**: implicações políticas e sociais de sua história. Texto n.º 11, 1986. Disponível em: http://www.ndihr.ufpb.br/programa/ufpb_implicacoes.html. Acesso em: 12 dez. 2022.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 81-110.

MACHADO, Charliton José dos Santos *et al.* Sufrágio feminino e feminismo na imprensa brasileira da Parahyba, 1913-1933: rebeldia ou conformação?. **Ler História**, Lisboa, n. 82, p. 195-216, 2023. DOI: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.12220>. Acesso em: 2 fev. 2024.

MACHADO, Charliton José dos Santos; LACET, Juliana Aparecida Lemos. Feminismo e republicanismo na imprensa de Portugal: incursão investigativa no jornal *A Capital* (1910). **Ex æquo**: Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, Salvador, n. 46, p. 155-169, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2022.46.10>. Acesso em: 30 abr. 2023.

MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; VASCONCELOS, Larissa Meira. Presidente Castro Pinto and Popular University: The ideals of education in Parahyba do Norte published in *A União* newspaper (1912-1915). **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 19, n. 2, p. 184, 2015. DOI: <https://doi.org/10.4013/edu.2015.192>. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2015.192>. Acesso em: 15 nov. 2022.

MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; MACHADO, Aline Maria Batista. “Ciclo de Debates sobre Educação Brasileira Contemporânea”: posições conflitantes acerca da educação na Universidade Federal da Paraíba (1979). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 21, e064, 2022. DOI: <https://doi.org/10.14393/che-v21-2022-64>. Acesso em: 24 fev. 2023.

MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; NASCIMENTO, Gabriel Alves do. Rompendo o Silêncio: Neuza Bezerra Santos e as eleições municipais de 1968. **Fênix**: Revista de História e Estudos Culturais, Uberlândia, v. 18, n. 1, p. 175-192, 2021.

MACHADO, Maria Helena. **Os médicos no Brasil**: um retrato da realidade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo nexos**: histórias das instituições educativas. Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2004.

MARINHA DO BRASIL. Escola Naval. **A Escola Naval**. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/en/node/70>. Acesso em: 22 fev. 2024.

MEDEIROS FILHO, João Gonçalves de. **História da Academia Paraibana de Medicina**. João Pessoa: Ideia, 2020.

MEDEIROS, José Eymard. **A história da Medicina em terras Tabajaras**. João Pessoa: Grafique, 2017.

MEDICINA PARAÍBA. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 12.534, Primeira Seção, p. 8, 4 jun. 1963. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/30367. Acesso em: 30 abr. 2023.

MÉDICO ANTÔNIO... **A União**, João Pessoa, v. 68, n. 304, p. 3, 11 dez. 1960.

MÉDICO LINDOLFO PIRES... **A União**, João Pessoa, v. 68, n. 305, 13 dez. 1960.

MÉDICO MÁRIO... **A União**, João Pessoa, v. 68, n. 303, 10 dez. 1960, capa.

MÉDICO WALDECI AUGUSTO... **A União**, João Pessoa, v. 68, n. 303, p. 2, 10 dez. 1960.

MELLO, José Baptista. **Evolução do Ensino na Paraíba**. 3. ed. João Pessoa: Secretaria da Educação e Cultura, 1996.

MENDONÇA, Deslomar Domingos de. **A União**, João Pessoa, v. 65, n. 91, p. 2, 17 abr. 1957.

MENDONÇA, Deslomar Domingos de. **Entrevista cedida ao CRM/PB em 17. jul. 2009**. João Pessoa: CRMPARAÍBA. Memória da Medicina PB (DVD 5). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HgYID8qKggc&list=PLGvrnf6fP10P6OiMJ75oLdxNvfpOdFBLb&index=33>. Acesso em: 12 mar. 2023.

MENDONÇA, Deslomar Domingos de. **História dos hospitais da capital paraibana**. João Pessoa: Sal da Terra, 2004.

MOURA FILHO, Aníbal Victor de Lima. **Entrevista realizada em 15 maio 2010**. CRMPARAÍBA. Memória da Medicina PB (DVD 11). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0vsKrVDWahM&list=PLGvrnf6fP10P6OiMJ75oLdxNvfpOdFBLb&index=34>. Acesso em: 12 mar. 2023.

MOURA, João de Brito de Athayde. **Entrevista realizada em 31 jan. 2017**. CRMPARAÍBA. João Pessoa: CRMPARAÍBA. Memória da Medicina PB (DVD 38). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=ve3pkWKIP3o&list=PLGvrnf6fP10P6OiMJ75oLdxNvfpOdFBLb&index=5>. Acesso em: 12 mar. 2023.

MURIBECA, Galvani Marinho. **Entrevista realizada em 22 maio 2014**. João Pessoa: CRMPARAÍBA. Memória da Medicina PB (DVD 24). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=17cp6jjFoL0>. Acesso em: 11 mar. 2023.

NASCIMENTO, Karla Angélica Silva *et al.* Metodologias ativas mediadas por Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação em Programa de Pós-Graduação em Educação no pós-pandemia. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, e024043, 2024. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/18370>. Acesso em: 30 abr. 2024.

NEVES, Vanusa Nascimento Sabino *et al.* O legado de Florestan Fernandes a partir de uma revisão bibliométrica (2000-2022). **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 23, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/21096>. Acesso em: 30 abr. 2024.

NEVES, Vanusa Nascimento Sabino; ASSIS, Valdegil Daniel; ARAGÃO, Wilson Honorato. Um balanço da produção científica brasileira sobre trabalho docente (2008-2023). **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 8, e11805, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/11805>. Acesso em: 30 abr. 2024.

NEVES, Vanusa Nascimento Sabino; FIALHO, Lia Machado Fiuza; MACHADO, Charliton José dos Santos. A pandemia da Covid-19 e a educação na saúde. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 8, p. 11-28, 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3705>. Acesso em: 30 abr. 2024.

NEVES, Vanusa Nascimento Sabino; MACHADO, Charliton José dos Santos. A História das instituições escolares de ensino superior nas teses e dissertações brasileiras (2005-2021). **Cocar**, Belém, v. 18, p. 1-18, 2023a. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/5783>. Acesso em: 30 abr. 2024.

NEVES, Vanusa Nascimento Sabino; MACHADO, Charliton José dos Santos. A produção científica brasileira sobre a História da Educação em circulação internacional (2008-2022). **ETD: Educação Temática Digital**, Campinas, v. 26, e023020, 2024a. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8670952>. Acesso em: 30 abr. 2024.

NEVES, Vanusa Nascimento Sabino; MACHADO, Charliton José dos Santos. Paulo Freire e a educação indígena na América Latina: praxis possíveis. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 14, n. 41, p. 50-71, 2024b. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/7440>. Acesso em: 30 abr. 2024.

NEVES, Vanusa Nascimento Sabino; MACHADO, Charliton José dos Santos. Paulo Freire na base de dados Scopus: estudo bibliométrico (1972-2022). **Dialogia**, São Paulo, v. 42, e22803, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/22803>. Acesso em: 30 abr. 2024.

NEVES, Vanusa Nascimento Sabino; MACHADO, Charliton José dos Santos. Paulo Freire na produção científica nacional e internacional: uma análise bibliométrica (1973-2022).

Educação, Santa Maria, v. 49, n. 1, p. e26/1-27, 2024c. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/71049>. Acesso em: 30 abr. 2024.

NEVES, Vanusa Nascimento Sabino; MACHADO, Charliton José dos Santos. Roger Chartier nas produções discentes *stricto sensu* em Educação da Universidade Federal da Paraíba.

Educação & Linguagem, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 1-21, 2023b. Disponível em:

<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/EL/article/view/1036989>.

Acesso em: 13 mar. 2023.

NEVES, Vanusa Nascimento Sabino; MACHADO, Charliton José dos Santos; FIALHO, Lia Machado Fiuza. Competência digital docente para o ensino remoto em tempos de isolamento social decorrente da Covid-19. Hachetetepe: **Revista Científica de Educación y Comunicación**, Cádiz, n. 24, 2022. Disponível em:

<https://revistas.uca.es/index.php/hachetetepe/article/view/8824>. Acesso em: 30 abr. 2024.

NEVES, Vanusa Nascimento Sabino; SALES, José Albio Moreira. Pedagogia Histórico-Crítica nas produções científicas de periódicos educacionais cearenses. **Holos**, Natal, v. 8, p. e13163, 2022. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/13163>. Acesso em: 30 abr. 2024.

NÓBREGA, Humberto. **As raízes da ciência da saúde na Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1979.

NÓBREGA, Humberto. **História da Faculdade de Medicina da Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1980a. v. 1.

NÓBREGA, Humberto. **História da Faculdade de Medicina da Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1980b. v. 2.

NÓBREGA, Humberto. **História da Faculdade de Medicina da Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1981. v. 3.

NÓBREGA, Humberto. **História da Faculdade de Medicina da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1983. v. 4.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Koury. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 10, 2012. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 11 set. 2023.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. Instituições escolares: por que e como pesquisar.

Cadernos de Pesquisas Pensamento Educacional, v. 3, n. 5, p. 13- 31, 2008. Disponível em: <https://seer.utp.br/index.php/a/article/view/1791/1524>. Acesso em: 31 ago. 2022.

NOTÍCIAS de Pernambuco e do Nordeste. **Diário de Pernambuco**, Recife, v. 125, n. 241, p. 2, 21 out. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/3842. Acesso em: 5 mar. 2023.

NOVO sanatório para tuberculose em João Pessoa. **O Jornal**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 11.932, Primeira Seção, p. 7, 24 jul. 1959. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_05/77380. Acesso em: 10 abr. 2023.

NÓVOA, António. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. **Educação & Realidade**, v. 44, n. 3, e84910, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-623684910>. Acesso em: 13 jan. 2024.

NÓVOA, António. **Professores**: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

NUNES, Maria Lúcia da Silva; MACHADO, Charliton José dos Santos; SOUSA, Débia Suênia da Silva. “Ensinar as crianças é o sacerdócio que conduz ao bem”: educação, docência e escola no jornal O Educador (1921-1922). **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. e1485, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25053/redufor.v6i1.1485>. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1485>. Acesso em: 15 nov. 2022.

NUNES, Maria Lúcia da. Caminhos de pesquisa: por onde andei. In: NUNES, Maria Lúcia (org.). **Paisagens da histórica da educação**: memórias, impressas, imprensa e literatura. Fortaleza: EdUece, 2020. p. 13-40.

O sol é o alimento... **A União**, João Pessoa, v. 65, n. 178, p. 3-4, 9 ago. 1957.

OLIVEIRA, Bruno Luciano Carneiro Alves *et al.* Evolução, distribuição e expansão dos cursos de medicina no Brasil (1808-2018). **Trabalho, Educação e Saúde**, [S. l.], v. 17, n. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00183>. Disponível em: <https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/828>. Acesso em: 30 nov. 2022.

OLIVEIRA, José Kellyton Pessoa. **Ações afirmativas nas ciências médicas**: impactos das cotas no curso de Medicina da UFPB à luz dos direitos humanos. 2019. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Direitos Humanos) – Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Direitos Humanos, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

OLIVEIRA, Lúcia Helena; GATTI JÚNIOR, Décio. História das instituições educativas: um novo olhar historiográfico. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 1, n. 1, 2002. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/310>. Acesso em: 12 set. 2022.

OLIVEIRA, Roberta Ceres Medeiros Antunes de; AMORIM, Sara Raphaela Machado de. Demandas formativas e profissionalização docente: um estudo a partir da produção monográfica discente no curso de Pedagogia-Parfor (UERN). **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 9, n. 11, p. 120-131, 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/7597>. Acesso em: 15. jan. 2024.

OPAS. **Indicadores de saúde**: elementos conceituais e práticos. Washington, DC: OPAS, 2018.

PAIM, Antônio. Por uma universidade no Rio de Janeiro. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília, DF: Conselho

Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1982. p. 17-96. Disponível em: https://www.schwartzman.org.br/simon/rio/paim_rio.htm. Acesso em: 14 jul. 2023.

PAIVA, José Maria. Educação jesuítica no Brasil colonial. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 43-60.

PAIXÃO, Fernando; FIALHO, Lia Machado Fiuza; NEVES, Vanusa Nascimento Sabino. A palavra estética do cordel como instrumento didático pedagógico nos processos de ensino e aprendizagem. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Niterói, v. 9, n. 2, p. 599-615, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/72884>. Acesso em: 29 abr. 2024.

PARAÍBA. **Diário de Pernambuco**, Recife, v. 127, n. 133, p. 3, 8 jun. 1952a. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_13/11262. Acesse em: 20 set. 2023.

PARAÍBA. **Diário de Pernambuco**, Recife, v. 127, n. 189, p. 8, 17 ago. 1952b. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_13/12236. Acesso em: 5 mar. 2023.

PARAÍBA. **Lei n. 470, de 21 de abril de 1950**. Concede auxílio à Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia da Paraíba, 1950a. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/4236_texto_integral. Acesso em: 1º maio 2023.

PARAÍBA. **Lei n.º 1.217 de 5 julho de 1955**. Autoriza a doação de terreno à Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia da Paraíba. 1955a. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/286_texto_integral. Acesso em: 1º maio 2023.

PARAÍBA. **Lei n.º 1.347, de 19 de novembro de 1955**. Concede auxílio para prosseguimento de construção do edifício do Instituto de Puericultura da Faculdade de Medicina. 1955b. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/445_texto_integral. Acesso em: 1º maio 2023.

PARAÍBA. **Lei n.º 1.366, de 2 de dezembro de 1955**. Cria a Universidade da Paraíba e dá outras providências. João Pessoa: Governo da Paraíba, 1955c.

PARAÍBA. **Lei n.º 1.413, de 26 de dezembro de 1955**. Autoriza o governo do Estado a assinar convênio com a Faculdade de Medicina da Paraíba. 1955d. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/528_texto_integral. Acesso em: 1º maio 2023.

PARAÍBA. **Lei n.º 477, de 4 de maio de 1950**. Faz doação à Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia da Paraíba. 1950b. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/4313_texto_integral. Acesso em: 1º maio 2023.

PARAÍBA. **Lei n.º 508, de 22 de janeiro de 1951**. Concede subvenção à Faculdade de Medicina da Paraíba. 1951a. Disponível em:

http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/4662_texto_integral. Acesso em: 1º maio 2023.

PARAÍBA. **Lei n.º 646, de 5 dezembro de 1951**. Cria a Faculdade de odontologia da Paraíba e dá outras providências. 1951b. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/6197_texto_integral. Acesso em: 21 maio 2023.

PARAÍBA. Mensagem à Assembleia Legislativa, enviada em 1º de junho de 1952, pelo Governador José Américo de Almeida. **Divisão de Imprensa Oficial**, 1952c. Disponível em: <https://archive.org/details/mensagemparaiba1952esta/mode/2up>. Acesso em: 12 jun. 2022.

PARAÍBA. Um trimestre de administração: Mensagem do Exmº. Sr. Governador José Américo de Almeida em 1º de junho de 1951 à Assembleia Legislativa. **Divisão de Imprensa Oficial do Estado da Paraíba**, João Pessoa, 1951c. Disponível em: <https://archive.org/details/mensagemparaiba1951esta/page/n3/mode/2up>. Acesso em: 2 abr. 2022.

PARANINFOS e homenageados... **A União**, João Pessoa, v. 65, n. 102, p. 3, 4 maio 1957.

PERIM, Gianna Lepre *et al.* Desenvolvimento docente e a formação de médicos. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, DF, v. 33, p. 70-82, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-55022009000500008>. Acesso em: 3 set. 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cultura e representações, uma trajetória. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 45-58, 2006. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31549/000632033.pdf?sequence=>. Acesso em: 12 set. 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2008>. Acesso em: 8 set. 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo da imagem: território da história cultural. In: PESAVETO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza (org.). **Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos com história cultural**. Porto Alegre: Asterisco, 2008. p. 99-122.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. São Paulo: Autêntica, 2013.

PESSOA, Maria de Lourdes Britto. **Entrevista cedida ao CRM/PB em 27 mar. 2009**. Memória da Medicina PB (DVD 2). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IwGb5YUZRPQ&list=PLGvrmf6fP10P6OiMJ75oLdxNvfpOdFBLb&index=35>. Acesso em: 11 mar. 2023.

PORTO, Mário Moacyr. **Entrevista realizada em 16 out. 1979 cedida ao NDIHR/UFPB**. João Pessoa, 1979.

PRIMEIRO Lugar... **A União**, João Pessoa, v. 66, n. 250, p. 3, 13 dez. 1958.

PROFESSOR Geraldês Barba. **A União**, João Pessoa, v. 60, n. 37, p. 5, 14 fev. 1952.

REFORMA e ampliação... **A União**, João Pessoa, v. 64, n. 23, 27 jan. 1957.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

ROSSATO, Ricardo. Universidade brasileira: novos paradigmas institucionais emergentes. In: ISAIA, Silvia Maria de Aguiar; BOLZAN, Doris Pires Vargas; MACIEL, Adriana Moreira da (org.). **Qualidade da educação superior**: a universidade como lugar de formação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 19-38. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivres/Ebooks/Pdf/978-85-397-0135-3.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2021.

ROTHEN, José Carlos. A universidade brasileira na Reforma Francisco Campos de 1931. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 8, n. 2 [17], p. 141-160, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38581>. Acesso em: 13 jul. 2023.

ROMANOWISK, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente**. 3. ed. Curitiba: Ibpx, 2007.

SABINO, Raquel Nascimento *et al.* Experiência educativa para superar aspectos negativos da pandemia da Covid-19 na escola pública. **Revista Prática Docente**, Confresa, v. 8, n. 1, p. e23026, 2023. Disponível em: <https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/1705>. Acesso em: 30 abr. 2024.

SAMPAIO, Helena. Evolução do Ensino Superior Brasileira: 1808-1990. NUPES - Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior USP. **Documento de Trabalho n.º 8**, São Paulo, 1991. Disponível em: <https://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>. Acesso em: 1º set. 2022.

SANFELICE, José Luís. História e historiografia de instituições escolares. **Revista Histedbr**, Campinas, v. 9, n. 35, p. 183-200, 2012. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v9i35.8639622>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639622>. Acesso em: 19 ago. 2022.

SANFELICE, José Luís. História, instituições escolares e gestores educacionais. **Revista Histedbr**, Campinas, v. 22, p. 20-27, 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4912/art4_22e.pdf. Acesso em: 12 set. 2022.

SANTOS, Valter Araújo dos. **Os governadores da Paraíba**: síntese histórica e cronológica. João Pessoa: Deck, 2022.

SAVIANI, Demerval. Breves considerações sobre fontes para a História da Educação. Fontes, história e historiografia da educação. **Revista Histedbr**, Campinas, n. esp., p. 28-35, 2006.

SAVIANI, Demerval. História da Educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **EccoS: Revista Científica**, São Paulo, v. 10, p. 147-167, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/1356/1020>. Acesso em: 25 out. 2022.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, Catalão, v. 8, n. 2, p. 4-17, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/poiesis/article/view/14035>. Acesso em: 15 jul. 2023.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2017. (e-book).

SCHEFFER, Mário *et al.* **Demografia médica no Brasil 2023**. São Paulo: FMUSP, 2023.

SILVA, Adahylson da Costa. **Entrevista realizada em 21. jul. 2012**. Memória da Medicina PB (DVD 21). João Pessoa, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9z3w-cwqEI4>. Acesso em: 11 mar. 2023.

SILVA, Maria Janaína Diniz. “**A mulher lado a lado com o homem**”: o movimento de integração da mulher no desenvolvimento MIMDE e as apropriações do feminismo em Campina Grande. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2015.

SILVERA, Vieira de Araújo. **Entre o poder e a ciência**: história das instituições de Saúde e de Higiene da Paraíba na Primeira República (1889-1930). 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SOCIEDADE de medicina e cirurgia... **O Norte**, João Pessoa, v. 42, n. 825,, 23 nov. 1952. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/120774/14483>. Acesso em: 19 set. 2024.

SOUSA, Matias Aidan Cunha de *et al.* Os contextos de vulnerabilidades e a produção de cuidado como temas na formação médica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 31, n. 3, e210531pt, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902022210531pt>. Acesso em: 21 jan. 2024.

SOUZA, Katiane da Cunha. **Memória e identidade institucional**: inventário do acervo da Escola de Agronomia do Nordeste (1934-1968). 2018. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação do Ensino Superior) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação do Ensino Superior, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

TARGINO, José. **Verbete Biográfico**. 2023. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-targino-pereira-da-costa>. Acesso em: 28 jul. 2023.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. São Paulo: Companhia Nacional, 1969.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989. Disponível em: http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livros/chama_cap9.htm. Acesso em: 8 nov. 2022.

THEREZA de Orleans e Bragança morre no Rio de Janeiro. **G1**, Rio de Janeiro, 26 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/27/thereza-de-orleans-e-braganca-morre-no-rio.ghtml>. Acesso em: 1º ago. 2023.

TRABALHOS... **A União**, João Pessoa, v. 65, n. 104, p. 3, 30 ago. 1957.

TRIGUEIRO, Wilberto Silva. **Entrevista realizada em 23 maio 2017**. Memória da Medicina PB (DVD 40). João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7Lmf6d1lscw&list=PLGvrnf6fP10P6OiMJ75oLdxNvfpOdFBLb&index=2>. Acesso em: 11 mar. 2023.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UFBA. **Faculdade de Farmácia**: Apresentação. Disponível em: <https://farmacia.ufba.br/apresentacao>. Acesso em: 22 nov. 2022.

UFBA. **Fundação da Faculdade de Direito**. Disponível em: <https://direito.ufba.br/institucional>. Acesso em: 22 fev. 2024.

UFOP. **Escola de Farmácia**: a escola. Origens da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Disponível em: <https://escoladefarmacia.ufop.br/escola>. Acesso em: 25 fev. 2024.

UFOP. **Escola de Minas**: História da Escola de Minas. Disponível em: <http://em.ufop.br/index.php/historia>. Acesso em: 22 nov. 2022.

UFPB. **Boletim de Pessoal**, v. 2, n.º 4, 29 fev. 1968a.

UFPB. **Boletim de Pessoal**, v. 2, n.º 7, 5 abr. 1968b.

UFPB. **Boletim de Pessoal**, v. 2, n.º 17, 15 set. 1968c.

UFPB. **Boletim de Pessoal**, v. 2, n.º 19, 5 maio 1968d.

UFPB. **Boletim de Pessoal**, v. 2, n.º 20, 30 out. 1971.

UFPB. **Boletim de Pessoal**, v. 2, n.º 22, 30 nov. 1968e.

UFPB. **Boletim de Serviço**, v. 2, n.º 3, 30 mar. 1974.

UFPB/CCS. **Jubileu de Prata do Departamento de Promoção à Saúde**. João Pessoa: UFPB, 1997.

UFPB. **Coordenação do Curso de Ciências Econômicas**: apresentação. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/cce>. Acesso em: 12 dez. 2022

UFPB. **Departamento de Ciências Farmacêuticas**: história. 23 out. 2015. Disponível em: <https://www.ufpb.br/depfarm/contents/menu/historia>. Acesso em: 12 dez. 2022.

UFPB. **Departamento de Enfermagem Clínica**: Histórico. 3 dez. 2021. Disponível em: <http://plone.ufpb.br/denc/contents/menu/quem-somos>. Acesso em: 27 nov. 2022.

UFPB. **Reitores**. 30 jan. 2019. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ufpb/contents/paginas/reitores/reitores>. Acesso em: 27 jul. 2023.

UFPB. **Resolução n.º 284, de 27 de setembro de 1979**. Aprova o Regimento do Centro de Ciências da Saúde. Disponível em: <http://www.ccs.ufpb.br/ccs/contents/documentos/documentos/resolucao-n284-79.pdf/view>. Acesso em: 23 ago. 2023.

UFPB/CCM. **Histórico do Centro**. 23 mar. 2017. Disponível em: <http://www.ccm.ufpb.br/ccm/contents/menu/centro/historico-do-centro>. Acesso em: 1º set. 2022.

UFPE/CCJ. **Sobre**. Disponível em: <https://www.ufpe.br/ccj>. Acesso em: 22 nov. 2022.

UFPEL. **Faculdade de Agronomia Eliseu L. Maciel**: Histórico. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/faem/historico/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

UFRGS. **Faculdade de Farmácia**: histórico. Disponível em: https://www.ufrgs.br/farmacia/?page_id=8. Acesso em: 22 nov. 2022.

UFRJ. **A História da Faculdade de Farmácia**. Disponível em: <https://graduacao.farmacia.ufrj.br/pagina/a-historia-da-faculdade-de-farmacia>. Acesso em: 22 nov. 2022.

UFRJ. **A Politécnica**: conheça a história da Escola Politécnica. Disponível em: <http://www.poli.ufrj.br/a-politecnica/historia/>. Acesso em: 22 fev. 2024.

UM Milhão de cruzeiros para a Faculdade de Medicina da Paraíba. **A Noite**, Rio de Janeiro, p. 3, 24. abr. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/348970_05/1479. Acesso em: 20 mar. 2023.

USP. **Faculdade de Direito**: História. Disponível em: <https://direito.usp.br/historia>. Acesso em: 22 nov. 2022.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Josué de Castro e a geografia da fome no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 2710-2717, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008001100027>. Acesso em: 29 ago. 2023.

VAINFAS, Ronaldo. Triunfo da obra: Le Goff entre as mentalidades, a memória e a história. **Brathair**, São Luís, v. 16, n. 2, p. 74-93, 2016. Disponível em:

<https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=123002512&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 24 set. 2022.

VAI pronunciar Conferência sobre Doenças Reumáticas. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, p. 2, 10 out. 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/221961_03/30238. Acesso em: 12 abr. 2023.

VÁRIAS Conferências... **A União**, João Pessoa, v. 65, n. 72, p. 4, 26 abr. 1957.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Josué de Castro e a Geografia da Fome no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 2710-2717, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008001100027>. Acesso em: 29 ago. 2023.

VIEIRA, Cícero Agostinho. **A Universidade Regional do Nordeste e a comunidade campinense**: URNe como resultante da política comunitária de Campina Grande na luta por uma posição hegemônica no contexto sócio-econômico e cultural da Paraíba – 1966 a 1976. 1979. Dissertação (Mestrado em Filosofia e História da Educação) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia e História da Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1979.

VIRÁ o cientista português. **A Noite**, Rio de Janeiro, p. 11, 15 fev. 1952. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/348970_05/11198. Acesso em: 5 abr. 2023.

VIDAL, Diana. Humanidades digitais e cultura material (escolar). **History of Education in Latin America**, Natal, v. 5, e30136, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/30136>. Acesso em: 17 jan. 2024.

VIDAL, Diana. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares. **Currículo sem Fronteiras**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 25-41, 2009. Disponível em: <https://biosphera21.net.br/apoio/ensino/2-vidal.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2024.

VIÑAO FRAGO, Antonio. La escuela y la escolaridad como objetos históricos: facetas y problemas de la historia de la educación - School and schooling as historical objects. facets and issues in history of education. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 9-54, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29059>. Acesso em: 18 jan. 2024.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Sistemas educativos, culturas escolares y reformas**: continuidades y cambios. Madrid: Morata, 2002.

**APÊNDICE A – DETALHAMENTO DOS RESULTADOS DO ESTADO DA ARTE
SOBRE A PRODUÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES EM HISTÓRIA DAS
INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS (2005-2022)**

(continua)

Nº	Autoria e ano	Título e recorte temporal	Nível	Programa	Instituição/ Estado
1	Romero, 2005	O lugar dos bacharéis: história da criação da Faculdade de Direito – FADIR de Campo Grande, MS (1965-1970)	M	Educação	UFMS MS
2	Buffa, 2005	Unifra: história, desenvolvimento e novos desafios (1970-2005)	M	Educação	UFSCar SP
3	Pereira, 2006	As representações e práticas sociais acerca da gênese da Faculdade de Odontologia de Uberlândia (1966-1978)	M	Educação Brasileira	UFU MG
4	Santos, 2006	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino: um marco humanista na história da educação brasileira (1960-1980)	M	Educação	UFU MG
5	Magalhães, 2008	A Escola de Belas Artes de Pelotas: da fundação à federalização uma contribuição para a história da educação em Pelotas (1949-1972)	M	Educação	UFPel RS
6	Machado, 2009	História do Instituto Zootécnico de Uberaba: uma instituição de educação rural superior (1892-1912)	M	Educação	UFU MG
7	Molochenco, 2013	A Faculdade Teológica Batista de São Paulo: história e problematização (1957-1972 e 1999-2010)	D	Educação	Uninove SP
8	Proença Lopes, 2013	Educação, protestantismo e sociedade: um estudo sobre o Seminário Teológico de São Paulo (1905-2012)	D	Educação	Uninove SP
9	Teixeira, 2013	Escola de Engenharia Industrial: a gênese do ensino superior na cidade do Rio Grande (1953-1961)	M	Educação	UFPel RS
10	Florido, 2013	Da efervescência cultural ao obscurantismo ditatorial: a história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto sob o olhar da intervenção em 1964	M	Educação	Unicamp SP
11	Ribeiro, 2015	Memórias do <i>campus</i> Alegrete/Instituto Federal Farroupilha/RS: da Colônia do Passo Novo às vivências da ditadura civil-militar (1954-1964)	M	Educação	UFRGS RS
12	Guilherme, 2016	A escola de Pharmacia e Odontologia de Uberaba: Francisco Mineiro de Lacerda e o ensino superior no Triângulo Mineiro (1926-1936)	D	Educação	Unesp SP
13	Vieira, 2016	História da educação agrícola do Sul de Minas Gerais: a Escola Agrícola de Muzambinho (1948-1985)	D	Educação	UFSCar SP
14	Lopes, 2016	A história da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro: primeiros anos (1953-1960)	M	Educação	UFU MG
15	Loureiro, 2017	A invenção da Academia de Polícia Militar (1809-1958)	D	Educação	PUC-SP SP
16	Bercho, 2017	A educação militar aeronáutica brasileira: um estudo sobre a origem da formação de oficiais aviadores para a FAB (1941-1950)	D	Educação	UFSCar SP

(conclusão)

Nº	Autoria e ano	Título e recorte temporal	Nível	Programa	Instituição/ Estado
17	Prado, 2018	As Faculdades de Tecnologia do estado de São Paulo: um histórico da instituição e aspectos relativos ao ensino de Matemática nela praticado (1970-1990)	D	Educação para a Ciência	Unesp SP
18	Silva, 2019	O Instituto Federal Goiano: <i>campus</i> Urutaí (2008-2019) pelas narrativas de servidores técnico-administrativos	M	Educação	UFG GO
19	Fonseca, 2019	Ensino superior e mudanças educacionais: estudo de caso sobre a Fapam, Faculdade de Pará de Minas (1969-2018)	M	Educação e Formação Humana	UEMG MG
20	Bezerra, 2020	A constituição do curso de Filosofia da Universidade Católica de Santos nos primeiros anos de sua criação (1973-1986)	M	Educação	Unisantos SP
21	Moretti, 2020	Dos currais da Trancham à “pequena notável”: interesses, oposições e utopias nos primeiros tempos da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar (1960-1970)	M	Educação	UFSCar SP
22	França, 2020	A institucionalização do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás em Catalão (1988-2003)	M	Educação	UFG GO
23	Costa, 2021	O Colégio de aplicação da UMG/UFMG: memórias, práticas educativas e ensino de Matemática (1954-1968)	D	Educação	UFMG MG
24	Mello, 2021	O Instituto de Matemática da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1964-1974): origem, trajetória e bifurcações	D	Ensino de Ciências e Matemática	UFRN RN

Fonte: Neves e Machado (2023b).

APÊNDICE B – A EDUCAÇÃO NAS CONSTITUIÇÕES DO BRASIL (1822-1967)

(continua)

Vigência	Tratamento constitucional à educação brasileira
1824	Estabeleceu a gratuidade da instrução primária para todos os cidadãos e autorizou colégios e universidades a ensinarem Ciências, Belas Letras e Artes.
1891	Definiu a competência privativa do Congresso Nacional: legislar sobre ensino superior; e a não privativa: incentivar o desenvolvimento das Letras, Artes e Ciências; criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados; e prover instrução secundária no Distrito Federal. Determinou o ensino leigo nos estabelecimentos públicos.
1934	Qualificou a educação como direito de todos, porém de implementação para brasileiros e estrangeiros repartida com a família e com os poderes públicos. Definiu a competência privativa da União: traçar diretrizes da educação nacional e, não privativamente, fixar o PNE; coordenar e fiscalizar a execução do PNE; determinar os critérios de reconhecimento oficial dos estabelecimentos de ensino secundário e superior e fiscalizá-los; organizar e manter sistemas educativos nos territórios; assegurar, no Distrito Federal, ensino secundário e superior complementar ao secundário. Definiu a competência dos estados e do Distrito Federal: organizar e manter seus sistemas educativos consoante as diretrizes da União. Estatuiu a competência do CNE: elaborar o PNE e submetê-lo à aprovação do Legislativo; e sugerir soluções para os problemas educacionais e a aplicação dos recursos dos fundos especiais. Determinou aos estados a criação dos Conselhos com funções similares às do CNE. Asseverou constar no PNE: obrigatoriedade do ensino primário integral e gratuito, extensivo aos adultos; tendência de gratuidade do ensino subsequente ao primário; liberdade de ensino em todos os graus e ramos; utilização do idioma português para o ensino, exceto se aulas de língua estrangeira; limitação de matrículas à capacidade dos estabelecimentos e aplicação de exames admissionais. Fixou percentuais mínimos da arrecadação tributária para União, estados, Distrito Federal e municípios aplicar na educação. Determinou a criação do fundo de reserva patrimonial para a educação. Estabeleceu uma cota de recursos procedentes da União a ser aplicada no ensino rural. Concedeu isenção de imposto para as instituições educativas privadas. Designou elaborar leis para a promoção da educação rural e eugênica. Instaurou a liberdade de cátedra. Obrigou o provimento do magistério oficial mediante concurso de títulos e provas e, nos demais níveis, por provas de habilitação, exceto a nomeação de professores brasileiros e estrangeiros, por tempo determinado. Concedeu vitaliciedade e inamovibilidade aos professores nomeados por concurso para as instituições escolares oficiais, mas, se a cadeira por eles ocupada fosse extinta, seriam aproveitados na regência de outra disciplina para a qual fossem habilitados. Determinou o reconhecimento das instituições escolares particulares, somente quando assegurassem estabilidade e remuneração digna aos seus professores.
1937	Definiu a competência privativa da União: fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional; traçar as diretrizes da educação nacional com vistas a propiciar formação física, intelectual e moral da infância e da juventude; e legislar sobre diretriz da educação nacional. Ratificou a livre iniciativa individual e de associações para o ensino, com a inclusão da arte e da ciência. Implantou, como dever do Estado, o ensino pré-vocacional profissional para as classes sem recursos. Estabeleceu a precedência da família para educar os filhos, em que o Estado colaboraria para facilitar a execução ou preencher as lacunas da educação particular. Manteve o ensino primário obrigatório e gratuito, mas exigia daqueles que não alegassem, ou nos quais não fosse notória a escassez de recursos, uma mensalidade solidária para o caixa escolar. Obrigou o ensino cívico, os trabalhos manuais e a educação física em todas as escolas primárias, normais e secundárias. Determinou ao Estado fundar instituições, ou conceder auxílio, para com o fito de disciplinar e adestrar fisicamente os jovens e prepará-los para deveres econômicos e de defesa da Nação. Incorporou o trabalho à escolarização nos campos e nas oficinas. Facultou o ensino religioso nas escolas primárias, normais e secundárias, sem compulsoriedade de frequência.

(conclusão)

Vigência	Tratamento constitucional à educação brasileira
1946	Projetou a educação como direito de todos, executada no lar e na escola, norteadas pela solidariedade humana e liberdade. Definiu a competência privativa da União: legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Determinou à legislação sobre ensino adotar ensino primário obrigatório em língua nacional. Conferiu gratuidade do ensino primário oficial, mas, nas etapas posteriores, isentou de custos apenas os desprovidos de recursos. Determinou que o sistema federal de ensino, organizado pela União, fosse supletivo às deficiências locais. Determinou aos estados e ao Distrito Federal organizar seus sistemas de ensino, para tanto a União cooperaria com auxílio pecuniário provindo do Fundo Nacional. Concedeu imunidade tributária às instituições educativas, desde que as suas rendas fossem aplicadas no Brasil para fins educacionais. Restabeleceu a aplicabilidade de percentuais da arrecadação tributária por União, estados, Distrito Federal e municípios na manutenção e desenvolvimento do ensino. Assegurou a liberdade nas Ciências, nas Letras e nas Artes. Determinou que o ensino fosse público e livre à iniciativa privada. Obrigou as empresas da indústria, comércio e rural, com mais de cem empregados, oferecer ensino primário gratuito aos trabalhadores e respectivos filhos. Retornou a liberdade de cátedra, em que os provimentos ocorreriam mediante concurso, assegurada a vitaliciedade, mas foi silente quanto à inamovibilidade. Determinou ao Estado amparar a cultura. Acrescentou previsão de lei complementar para promover a pesquisa preferencialmente nos estabelecimentos de ensino superior.
1967	Manteve a educação como direito de todos, a ser ofertada no lar e na escola, com igualdade de oportunidade e inspirando-se na unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana. Delimitou as competências da União: estabelecer e executar o PNE; e legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, sem supressão da competência supletiva dos estados. Responsabilizou os poderes públicos pelo ensino em todos os graus, com liberdade à iniciativa particular, a qual mereceria amparo técnico e financeiro e bolsas de estudo. Estabeleceu princípios e normas para o ensino: aulas em língua nacional; ensino dos 7 aos 14 anos obrigatório para todos e gratuito nos estabelecimentos primários oficiais; ensino oficial subsequente ao primário gratuito para aqueles que, demonstrando efetivo aproveitamento, provassem falta ou insuficiência de recursos, mas, sempre que possível, substituiu a gratuidade pela concessão de bolsas de estudo, exigido o posterior reembolso aos alunos do ensino superior; matrícula facultativa no ensino religioso nas escolas oficiais de grau primário e médio; provimento do magistério de grau médio e superior por provas de habilitação e, no ensino superior oficial, por concurso público de provas e títulos; e manteve a liberdade de cátedra, Ciências, Letras e Arte. Estipulou aos estados e ao Distrito Federal organizar os seus sistemas de ensino. Determinou à União e aos territórios organizar o sistema federal de ensino, porém supletivamente nos estritos limites das deficiências locais. Previu a assistência técnica e financeira da União para o desenvolvimento dos sistemas de ensino estaduais e do Distrito Federal. Obrigou as empresas comerciais, industriais e agrícolas a manter o ensino primário gratuito de seus empregados e respectivos filhos, além da aprendizagem dos trabalhadores menores. Designou ao poder público incentivar as pesquisas científica e tecnológica.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

ANEXO A – TERMO DE ANUÊNCIA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS MÉDICAS
 Campus I - Cidade Universitária
 Via da Sapucaia
 Bloco Severino Ramos de Lima
 CEP 58051-900 Fone: (83) 3216 7619
 E-mail: secretaria@ccm.ufpb.br



TERMO DE ANUÊNCIA

Vimos, pelo presente, autorizar a realização da pesquisa doutoral, visando **reconstruir a trajetória histórica da Faculdade de Medicina da Paraíba**, atual Centro de Ciências Médicas, no período de 1950 a 1974, buscando compreender as configurações que a constituíram, a ser desenvolvida pela doutoranda Vanusa Nascimento Sabino Neves, aluna regularmente inscrita no Programa de Pós-Graduação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba, matrícula 2022100692.

Outrossim, declaramos que estamos cientes acerca dos objetivos, métodos e técnicas a serem utilizados nesta pesquisa, concordando em conceder todos os elementos para seu desenvolvimento, desde que sejam asseguradas as condições a seguir discriminadas:

- 1) Cumprimento das determinações éticas da Resolução 466/2012 CNS/MS;
- 2) A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa;
- 3) Que não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação nesta pesquisa; e
- 4) No caso de não cumprimento dos itens acima, a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa, sem penalização alguma.

João Pessoa, 04 de outubro de 2022.

Prof. Dr. José Givaldo Melquiades de Medeiros
 Diretor do Centro de Ciências Médicas/ UFPB

PROF. DR. JOSÉ GIVALDO MELQUIADES DE MEDEIROS
 Diretor do Centro de
 Ciências Médicas/UFPB
 Matrícula Siape 566903

ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA

(continua)

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: HISTÓRIA DA FACULDADE DE MEDICINA DA PARAÍBA

Pesquisador: Vanusa Nascimento Sabino Neves

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 62599822.4.0000.5188

Instituição Proponente: CENTRO DE EDUCAÇÃO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.723.121

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa doutoral vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), cujo objetivo geral é reconstruir a trajetória histórica da Faculdade de Medicina da Paraíba, atualmente, Centro de Ciências Médica da UFPB, no período de 1950 a 1974. Metodologicamente, será uma pesquisa historiográfica, segundo a perspectiva da História Cultural e da História Oral. Os dados

serão coletados de fontes primárias e secundárias: documental, bibliográficas, iconográficas e imprensa periódica, além de entrevistas guiadas por roteiro semiestruturado aplicadas a professores, alunos ou profissionais que, direta ou indiretamente, experienciaram os fatos históricos relacionados ao objeto de estudo. Na análise dos dados, consideraremos os resultados obtidos, que serão interpretados à luz do referencial teórico-metodológico da História Cultural em confluência com o contexto sócio-histórico de sua produção.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Reconstruir a trajetória histórica da Faculdade de Medicina da Paraíba no período de 1950 a 1974, buscando compreender as configurações que a constituíram segundo a perspectiva teórico-metodológica da História Cultural.

Objetivo Secundário:

Descrever o panorama histórico acerca do ensino superior no Brasil, correlacionando-o com a

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB 4, 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 5.723.121

implementação do ensino superior na Paraíba da segunda metade do século XX. Problematicar como aconteceram os processos de fundação e consolidação da Faculdade de Medicina da Paraíba. Analisar o discurso publicitário veiculado na imprensa paraibana a respeito da Faculdade de Medicina da Paraíba a luz da teoria bakhtiniana. Investigar o impacto histórico educacional e social da Faculdade de Medicina no Estado da Paraíba, de certa forma, no Brasil.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos serão mínimos haja vista a previsão de manipulação apenas de dados informacionais e documentais sobre o objeto de estudo. Caso ocorra algum desconforto emocional, por exemplo, tomaremos as medidas apropriadas para sanar a situação.

Benefícios:

Dar-se-ão a partir da contribuição para a construção da historiografia do atual Centro de Ciências Médicas. Pesquisas desse cunho podem propiciar debates interdisciplinares e frutíferos acerca das múltiplas conexões constituintes do objeto de estudo e, num sentido mais amplo, da sociedade. Logo, intencionamos lançar luz sobre o tecido formador da Faculdade de Medicina da Paraíba, averiguando os interesses e significados voltados para a formação médica no âmbito do Estado da Paraíba.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O protocolo de pesquisa atende aos aspectos éticos necessários para o desenvolvimento do estudo envolvendo seres humanos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos obrigatórios foram devidamente apresentados.

Recomendações:

Vide campo Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram observados óbices éticos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim,

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB 6 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

(conclusão)

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 5.723.121

informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2000824.pdf	05/10/2022 16:01:35		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_atendendo_parecer.pdf	05/10/2022 15:54:11	Vanusa Nascimento Sabino Neves	Aceito
Outros	Anuencia.pdf	05/10/2022 15:52:54	Vanusa Nascimento Sabino Neves	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	26/08/2022 12:58:08	Vanusa Nascimento Sabino Neves	Aceito
Declaração de concordância	Certidao.pdf	26/08/2022 12:54:55	Vanusa Nascimento Sabino Neves	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	26/08/2022 12:53:48	Vanusa Nascimento Sabino Neves	Aceito
Outros	Roteiro_entrevista.pdf	26/08/2022 12:51:15	Vanusa Nascimento Sabino Neves	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Doutorado.pdf	26/08/2022 12:49:39	Vanusa Nascimento Sabino Neves	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	26/08/2022 12:48:28	Vanusa Nascimento Sabino Neves	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 26 de Outubro de 2022

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB, 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

**ANEXO C – RELAÇÃO NOMINAL DOS PROFESSORES DA FMPB EM 20 DE
FEVEREIRO DE 1957**

(continua)

FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DA PARAIBA

RELAÇÃO NOMINAL DOS PROFESSORES DESTA FACULDADE COM A IDADE E RES-
PECTIVAS CÁTEDRAS

N O M E	Ano do nas- cimento	Cátedra
Newton Nobre de Lacerda	1898	Cl. Neurológica
Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega	1912	Higiene
José Asdrubal Marsiglia de Oliveira	1915	Anatomia Sistemática e Topográfica
Vitorino Ramos da Silva Maia	1915	Histologia e Embriologia Geral
Manoel Antônio de Paiva Sobrinho	1908	Física Biológica
Eugênio Carvalho Júnior	1914	Química Fisiológica
Emmanuel de Miranda Henriques	1909	Fisiologia
Atílio Luiz Rotta	1910	Microbiologia
Osmar Vergara de Mendonça	1913	Parasitologia
José Janduí Carneiro	1907	Patologia
Arnaldo Tavares de Melo (substituto)	1917	Patologia
Guilardo Martins Alves	1919	Farmacologia
Maurílio Augusto de Almeida	1926	A. Patológica
Múcio de Carvalho Baptista	1914	Cl. Prop. Médica
Alberto Fernandes Cartaxo	1911	Cl. Dermatológica
Cassiano Carneiro da Cunha Nóbrega	1900	Cl. Otorrinolaringológica
Luiz Gonzaga de Miranda Freire	1911	Cl. Médica - 1a. Cadeira
Francisco Mendonça Filho	1908	Cl. Prop. Cirúrgica
Antônio d'Ávila Lins	1903	Cl. Cirúrgica - 1a. Cad.
Oscar de Oliveira Castro	1906	Medicina Legal
Efigênio Barbosa	1911	Cl. D.T. Infetuosas
Francisco Porto	1910	Cl. Cirúrgica - 2a. Cad.
Antônio Dias dos Santos	1914	Cl. Médica - 2a. Cadeira
Ozório Lopes Abath	1906	Cl. Urológica
João Soares da Costa	1904	Puericultura
Severino Bezerra de Carvalho	1914	Cl. Médica 3a. Cadeira
Danilo de Alencar Luna	1915	Cl. Obstétrica
João Toscano Gonçalves de Medeiros	1902	Cl. Pediátrica Médica
José Clementino de Oliveira Jr.	1912	Fisiologia
Orlando Cavalcanti Farias	1922	Cl. Cirúrgica Infantil e Ortopédica
Roberto de Brito Granville da Costa	1918	Cl. Oftalmológica

(conclusão)

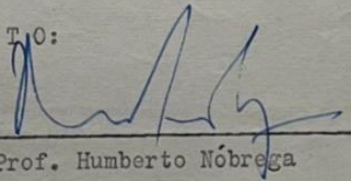
FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DA PARAÍBA

N O M E	Data do nascimen to	C Á T E D R A
Lauro dos Guimarães Wanderley	1900	Cl. Ginecológica
Luciano Ribeiro de Moraes	1908	Cl. Psiquiátrica
Heróphilo Ramos Maciel	1917	Cl. Cirúrgica-3a. Cadeira
Herul Holanda de Sá	1928	Técnica Operatória

Secretaria da Faculdade de Medicina da Universidade da Paraíba, 20
de fevereiro de 1957.

V I S T O:

Robson Duarte Espínola
SECRETÁRIO

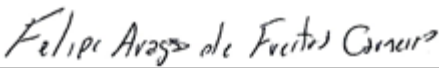

Prof. Humberto Nóbrega
DIRETOR

ANEXO D – DECLARAÇÕES DE REVISÃO DO VERNÁCULO E DE NORMALIZAÇÃO

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO VERNÁCULO

Declara-se, para constituir prova junto aos órgãos interessados, que, por intermédio do profissional infra-assinado⁶⁵, foi procedida a correção gramatical e estilística da tese intitulada **“A emancipação da medicina paraibana”: tessituras constitutivas da Faculdade de Medicina da Paraíba (1950-1974)**, de autoria de Vanusa Nascimento Sabino Neves, razão por que se firma a presente declaração, a fim de que surta os efeitos legais, nos termos do Novo Acordo Ortográfico Lusófono, vigente desde 1º de janeiro de 2009.

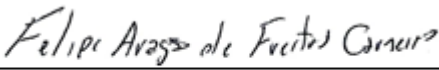
Fortaleza-CE, 10 de maio de 2024.


Felipe Aragão de Freitas Carneiro

DECLARAÇÃO DE NORMALIZAÇÃO

Declara-se, para constituir prova junto aos órgãos interessados, que, por intermédio do profissional infra-assinado, foi procedida a normalização técnica da tese intitulada **“A emancipação da medicina paraibana”: tessituras constitutivas da Faculdade de Medicina da Paraíba (1950-1974)**, de autoria de Vanusa Nascimento Sabino Neves, razão por que se firma a presente declaração, a fim de que surta os efeitos legais, nos termos das normas vigentes decretadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Fortaleza-CE, 10 de maio de 2024.


Felipe Aragão de Freitas Carneiro

⁶⁵ Número do registro: 89.931. E-mail: felipearagaofc@hotmail.com